

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

Marcos Paulo de Oliveira Corrêa

“COMO SE FOSSE UM GRANDE LOTE VAGO DA CIDADE”:
possibilidades heterotópicas dentro do Parque Municipal Américo Renné Giannetti

Belo Horizonte
2024

Marcos Paulo de Oliveira Corrêa

**“COMO SE FOSSE UM GRANDE LOTE VAGO DA CIDADE”:
possibilidades heterotópicas dentro do Parque Municipal Américo Renné Giannetti**

Tese apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri

Linha de Pesquisa: Estudos Organizacionais, Trabalho e Pessoas

Belo Horizonte
2024

Ficha catalográfica

C824c
2024

Corrêa, Marcos Paulo de Oliveira.
“Como se fosse um grande lote vago da cidade” [manuscrito] :
possibilidades heterotópicas dentro do Parque Municipal Américo
Renné Giannetti / Marcos Paulo de Oliveira Corrêa. – 2024.
269 f.: il.

Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.
Inclui bibliografia e anexos.

1. Planejamento urbano – Teses. 2. Espaços públicos –
Teses. 3. Administração – Teses. I. Carrieri, Alexandre de Pádua.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-
Graduação e Pesquisa em Administração. III. Título.

CDD: 711.4

Elaborado por Leonardo Vasconcelos Renault CRB-6/2211
Biblioteca da FACE/UFMG – 099/2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ATA DE DEFESA

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO do Senhor **MARCOS PAULO DE OLIVEIRA CORRÊA**, REGISTRO Nº 321/2024. No dia 18 de março de 2024, às 9:00 horas, reuniu-se remotamente, por videoconferência, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 29 de fevereiro de 2024, para julgar o trabalho final intitulado "**COMO SE FOSSE UM GRANDE LOTE VAGO DA CIDADE**": **possibilidades heterotópicas dentro do Parque Municipal Américo Renné Giannetti**", requisito para a obtenção do **Grau de Doutor em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais, Trabalho e Pessoas**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO

REPROVAÇÃO

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo o tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 18 de março de 2024.

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri
ORIENTADOR - CEPEAD/UFMG

Prof. Dr. Alfredo Rodrigues Leite da Silva
PPGADM/UFES

Profª. Drª Ângela Cristina Salgueiro Marques
FAFICH/UFMG

Profª. Drª. Denise Franca Barros
PPGA/UFF

Profª. Drª Cristiane Maria Magalhães
IFCH/UNICAMP



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Padua Carrieri, Professor do Magistério Superior**, em 18/03/2024, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Rodrigues Leite da Silva, Usuário Externo**, em 18/03/2024, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denise Franca Barros, Usuária Externa**, em 18/03/2024, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Maria Magalhães, Usuária Externa**, em 18/03/2024, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angela Cristina Salgueiro Marques, Professora do Magistério Superior**, em 18/03/2024, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3113376** e o código CRC **2F831828**.



DECLARAÇÃO DE REVISÃO GRAMATICAL

Declaro, para os devidos fins, que eu, Professora Raquel Brigatte, doutora em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio, CPF 002656926-44, revisei, tendo em vista as normas vigentes da Língua Portuguesa, a tese do aluno Marcos Paulo de Oliveira Corrêa, intitulada **“COMO SE FOSSE UM GRANDE LOTE VAGO DA CIDADE”**: possibilidades heterotópicas dentro do Parque Municipal Américo Renné Giannetti”, apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais.

Juiz de Fora, 27 de fevereiro de 2024.

RAQUEL BRIGATTE

Professora Credenciada – UFMG

Ao meu filho, Samuel.

AGRADECIMENTOS

É com respeito e gratidão que dedico este espaço para agradecer a todos que fizeram parte deste processo.

Aos meus pais, que foram exemplos de dedicação e determinação para as minhas conquistas na vida. À Bárbara, companheira incansável em todos os momentos, com paciência, compreensão e amor, tendo sido meu porto seguro nos períodos mais desafiadores. Sua força e seu apoio foram muito importantes para que eu pudesse prosseguir com meus objetivos. Ao meu filho Samuel, que constituiu a principal razão para que eu percorresse essa jornada. Sua chegada, no início do doutorado, transformou minha vida e, com todos os desafios, lembrou a força da esperança e do amor incondicional.

Aos meus professores, que me guiaram por meio dos desafios técnicos e científicos desta pesquisa. As diferentes formas de pensar e apreender os fenômenos organizacionais serviram de inspiração em todas as etapas da minha pesquisa. Ao meu orientador, Professor Alexandre Carrieri, ao qual expresso minha profunda gratidão pelo acolhimento e pela confiança ao longo dos últimos anos. Agradeço imensamente por ter me incentivado, inspirado e instigado nessa jornada. Foram muitas conversas, possibilidades, idas e vidas, momentos nos quais sua sabedoria transformou o meu percurso acadêmico. Muito obrigado.

Aos colegas do NEOS, cujo companheirismo, troca de ideias e apoio mútuo foram essenciais para percorrer essa jornada. Juntos, compartilhamos desafios, sucessos e aprendizados. À colega Carol Fóscolo, historiadora, que me introduziu ao universo dos arquivos, essenciais para a construção desta tese.

À UFMG e aos colegas de trabalho, cujo apoio foi indispensável, agradeço pelo apoio e pela solidariedade.

Ao Parque Municipal Américo Renné Giannetti, aos seus trabalhadores e aos seus frequentadores, que me mostraram as constantes (re)configurações entre indivíduos, organizações e sociedade. O estudo da história do Parque ampliou minha compreensão sobre a construção de um espaço social, expandindo meu entendimento sobre a dinâmica e sobre o importante significado de um espaço social para Belo Horizonte. Aos demais órgãos públicos que desempenharam um papel fundamental no enriquecimento do meu entendimento sobre a história da cidade e do Parque, minha sincera gratidão.

“Não se vive em um espaço neutro e branco; não se vive, não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel. Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus de escada, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas” (FOUCAULT, 2013, p. 19).

APRESENTAÇÃO

É com entusiasmo que apresento minha tese de doutorado, cujo foco está na análise do Parque Municipal de Belo Horizonte enquanto um espaço permeado por características heterotópicas. O Parque Municipal desempenhou e continua a desempenhar um papel importante na história e na vida cotidiana da cidade de Belo Horizonte. Por meio desta pesquisa, percebemos que o Parque mantém sua significativa importância para os cidadãos belo-horizontinos e carrega consigo uma representação simbólica de grande valor.

Compreender a cidade envolve entendê-la em seu espaço e tempo. As formas de uso, a configuração e a organização de seus espaços fornecem uma base material que nos permite pensar, avaliar e experimentar diversas sensações e práticas sociais. Nas sociedades modernas, o espaço urbano é imbricado por diversas espacialidades, tornando a cidade uma realidade complexa, um cenário de experiências variadas e contraditórias. Ela se apresenta, ao mesmo tempo, como um lugar de clareza visível e um espaço, contudo, preenchido por tramas nem sempre explícitas, estas fundamentais para as suas constantes reconfigurações.

Ao longo deste percurso acadêmico, tive o privilégio de ser orientado pelo Professor Alexandre de Pádua Carrieri, cuja importância acadêmica vai muito além do volume de publicações. Ainda na graduação em Administração, logo nos primeiros períodos, fui surpreendido por um enredo enriquecedor, peculiar e especialmente crítico em relação à Teoria da Administração. As suas aulas, os exemplos utilizados e as discussões propostas foram fundamentais para o início da construção de uma perspectiva crítica dos fenômenos organizacionais.

Após uma breve experiência no mercado privado, tornei-me servidor público e ingressei no mestrado em administração pública. Sob orientação do Professor Doutor Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz, e com o apoio fundamental do Professor Carrieri (assim como o chamo), adentrei no campo dos Estudos Organizacionais, explorando as culturas e as subjetividades que caracterizam as organizações. Neste estudo, restou evidente que as investigações acadêmicas sobre cultura organizacional, que, muitas vezes, excluem ou ignoram conflitos e ambiguidades, silenciam diversos aspectos que compõem os diferentes panoramas organizacionais. Os espaços sociais, nos quais se incluem as organizações, podem, ou melhor, devem ser aprofundados a partir de indagações plurais, contribuindo para o entendimento de que as instituições são preenchidas por realidades socialmente construídas e compostas por discursos, latentes ou explícitos, encerrando a longínqua lógica de representação de um plano racional único.

Transcorridos quatro anos, eu me preparei e iniciei o doutorado em Administração. Naquele momento, com uma intenção mais crítica e multiparadigmática, passei a fazer parte do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS), que, ao longo dos últimos vinte anos, tem contribuído para a difusão da visão simbólica e crítica dos elementos objetivos e subjetivos constitutivos da vida organizada nas sociedades. O grupo de pesquisa se atenta para os saberes locais, intermitentes, marginalizados e, nesse sentido, em meio a perspectivas questionadoras, almeja desafiar os discursos universais.

Já inserido em um grupo estudando temas como gestão ordinária, história e memória, cotidiano, cultura e simbolismo nas organizações e nas cidades, junto ao meu orientador, Professor Carrieri, decidimos por estudar o Parque Municipal de Belo Horizonte. Mais uma vez, registro que a experiência do meu orientador no entendimento das complexidades urbanas, em especial, a partir das diversas pesquisas sobre o centro da capital mineira, constituiu um recurso inestimável ao longo do desenvolvimento da tese.

Para mim, o Parque Municipal, não fosse a sua grandiosidade e localização central, era um local quase que esquecido. Desde a infância, tinha a concepção de um lugar marginalizado, subtilizado e violento, aspectos que, infelizmente, distanciaram-me desse espaço tão rico e acolhedor. Entretanto, esta jornada me permitiu descobrir um espaço de fundamental importância para a cidade de Belo Horizonte, tomado por tamanha beleza e complexidade, passível das mais distintas e pertinentes apreensões. À disposição da população belo-horizontina, o Parque é um espaço extraordinário. Suas características incluem a grande extensão de terra e uma variedade de recursos naturais, sendo expressiva a presença de uma população diversificada de frequentadores.

Diante dessa grandiosidade, logo me deparei com a dificuldade em apreender esse espaço em sua totalidade. Ainda no momento de defesa do projeto de tese, e considerando as importantes contribuições compartilhadas pela banca, restou evidente que seria necessário delimitar melhor o meu objeto de estudo, afinal, o Parque é múltiplo, multifacetado e, para uma pesquisa, na minha opinião, infundável. Por isso, seria necessário escolher um fenômeno, um espaço ou um acontecimento, de forma mais localizada. Assim, poderíamos extrair, com maior profundidade, as camadas e as características que, ao longo do tempo, apontam para a multiplicidade de aspectos e contradições de um mesmo lugar, sugerindo um espaço permeado por desvios e resistências, desafiando o hegemonicamente imposto, ou seja, *as possibilidades heterotópicas*.

Tive contato com o tema heterotopia em uma disciplina optativa no início do doutorado. A proposta, à época, seria analisar a construção dos sistemas de poder, a evolução do neoliberalismo e as possibilidades heterotópicas nas organizações. A fim de apreender noções do neoliberalismo, estudamos importantes autores como Pierre Dardot, Christian Laval, Wendy Brown e Maurizio Lazzarato. As leituras foram essenciais para entender como as políticas neoliberais impactam as transformações dos espaços sociais, e, juntamente a isso, como podemos percebemos pistas de aspectos heterotópicos que desafiam o sistema no qual esses espaços estão inseridos.

Ao longo do tempo, o Parque Municipal passou por várias alterações em sua estrutura. Algumas áreas foram marcadas por manchas de descuido, desconforto e marginalização; outras, permeadas por discursos de transformações com vistas à melhoria da infraestrutura e, conseqüentemente, para a melhor qualidade de vida da população. Essas transformações e contradições dentro do Parque apontam para suas possíveis características heterotópicas que caracterizam o espaço.

Ao adentrar em um espaço público complexo e tomado por heterogeneidades, deparei-me com diversos desafios inerentes a um lugar permeado por manifestações, ou seja, por outros usos, que se completam, divergem e até podem subverter, a todo momento, a ordem hegemônica dada ao Parque pela sua história. Como a Prof^a. Dra. Paula comentou no momento da defesa do projeto de tese, o parque “incomoda” quem está asua volta. E sim, incomoda mesmo. A convergência de atividades e de indivíduos que fazem interface com o Parque dificulta a captura de um cenário coeso (e utópico) do espaço. Essa heterogeneidade se estende às interações sociais e culturais, refletindo um emaranhado de experiências humanas e de memórias. O Parque destoa do cenário que o circunda, ou, ainda, reconfigura continuamente novos panoramas. Para quem está na agitação constante da vida cotidiana na cidade, a expectativa é entrar em um oásis de calma e serenidade, mas nem sempre tive essa sensação. Dentro de seus limites, e a depender do dia e horário, uma série de eventos e interações ali se desenrolam, adicionando camadas a um lugar verde e caótico. Diferentes indivíduos, símbolos, representações e histórias se cruzam, tornando cada visita uma experiência nova e profundamente intrigante.

Em especial, ao delimitar meus estudos no espaço que, por muitos anos, foi ocupado pelo Colégio IMACO, deparei-me com um espaço em obras, inacabado e subutilizado. A análise do *corpus* documental constituído para esta pesquisa aponta para um lugar eminentemente

heterotópico, permeado por acontecimentos curiosos, reveladores e contraditórios, desvendando tentativas frustrantes de reconfigurações de um espaço notadamente marginalizado na história do Parque, caracterizado pelo desvio e pela resistência, os quais, historicamente, têm desafiado as normas estabelecidas.

Neste ponto, ainda de forma breve, compartilho o meu entendimento de que as heterotopias são aqueles espaços que existem fora das estruturas convencionais ou dominantes em uma organização ou sociedade, possuindo múltiplas camadas de significado e funções, incorporando elementos complexos, mutantes, contraditórios e inesperados. O conceito de heterotopia, assim como a sua aplicação no âmbito dos Estudos Organizacionais, será amplamente discutido ao longo desta tese.

Em relação às partes que compõem esta tese, proponho: (i) a **introdução**, a qual traz os primeiros conceitos a serem estudados na tese, a relação da pesquisa nos estudos organizacionais, a proposta de tese, assim como os objetivos propostos para o estudo; (ii) a **perspectiva teórico-metodológica**, que explora a proposição arqueo-genealógica e a analítica foucaultiana, a construção do conceito de heterotopias e formas de apreensão, além dos caminhos percorridos, das delimitações metodológicas e da construção do Arquivo que embasou todas as análises; (iii) o **percurso histórico** dos parques urbanos e, em especial, o do Parque Municipal Américo Renné Giannetti; (iv) as **possibilidades heterotópicas** apreendidas no espaço analisado dentro do Parque, desde o seu uso enquanto um local de moradia do zelador; e, por fim, (v) as **conclusões**; e as (vi) **referências** utilizadas.

Antes de adentrar na tese, convém informar que a forma gramatical utilizada nesta tese é a primeira pessoa do plural, qual seja, "nós". Essa escolha reflete o reconhecimento de que, embora escrita por mim, Marcos, a pesquisa deriva de um esforço coletivo nos últimos anos. Todo o meu processo acadêmico e profissional foi influenciado pela minha trajetória na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desde o período da graduação, e foi especialmente influenciada pelo meu orientador, Professor Carrieri, que, de forma assertiva e colaborativa, contribuiu ativamente em todas as etapas desta pesquisa.

Acredito que desconfortos e pontos de curiosidade possam surgir nos leitores, uma vez que estamos acostumados, em nosso cotidiano, com locais predefinidos que funcionam como pontos de referência para nossa forma de pensar. Os discursos que envolvem o Parque, normalmente, nem sempre retratam as descontinuidades, as contradições e as heterotopias que fazem a sua história. E, por isso, neste ponto, relembro parte do título desta tese, qual seja,

"como se fosse um grande lote vago na cidade". É um discurso que, em si, aponta para um local degradado, subaproveitado, despolitizado, no meio de um centro urbano movimentado; um discurso bem distante dos ideais de recreação e lazer, de socialização, de educação, de conservação, de meio ambiente.

Ainda, a expressão "como se fosse" pode ser relacionada às múltiplas percepções sobre um mesmo espaço, sugerindo uma compreensão dinâmica de um lugar em constante transformação. O local analisado, embora atualmente vazio ou subutilizado, carrega potencialidades latentes e está sujeito a múltiplas interpretações e a possíveis destinos, carregando consigo interesses neoliberais profundamente entrelaçados com as complexas dinâmicas da sociedade contemporânea. A condição de "lote vago" sugere vulnerabilidade e uma abertura a mudanças, seja por meio de intervenções urbanísticas, especulações imobiliárias ou de reconfigurações sociais. Ao mesmo tempo, é um espaço que pode ser observado a partir de suas heterotopias, onde as normas convencionais da urbanidade são suspensas ou desafiadas, permitindo usos alternativos e inesperados. Esse "lote", portanto, não é apenas um espaço físico, mas também uma tela sobre a qual se sobrepõem várias camadas de significados e histórias, local em que o vazio pode tanto representar uma falha no tecido urbano quanto uma oportunidade para novas narrativas e transformações.

Neste estudo, e imersos nessas heterotopias dinâmicas, enfatizamos o estudo de um espaço real que reflete, absorve e contesta as heterogeneidades da sociedade. Tal como uma entidade viva, o Parque sofreu desmembramentos e modificações ao longo do tempo, refletindo as mudanças culturais, sociais e ambientais. Essas transformações podem ser observadas enquanto camadas visíveis de usos e desusos, sendo que cada uma desta conta uma história diferente em relação à comunidade circundante. Novas camadas surgem com novas necessidades e valores, enquanto as antigas desaparecem ou permanecem como testemunhas silenciosas do percurso histórico. Não se trata apenas de um espaço de lazer, mas de um palco complexo e em constante evolução, expressando a diversidade e a constante reinvenção dos indivíduos e da sociedade.

Ainda, na perspectiva do neoliberalismo, os diversos desmembramentos e a modificação desses espaços refletem interesses comerciais e de desenvolvimento urbano, privilegiando a ampliação e a valorização do espaço urbano em detrimento de seu valor histórico e ambiental. A ampliação do espaço urbano, nesse sentido, não apenas reflete o crescimento físico da cidade, mas também uma reconfiguração dos espaços públicos, em que a dinâmica do capital redefine o que antes eram espaços de livre acesso e uso comum.

A dinâmica neoliberal, na qual se insere o Parque, muitas vezes, reproduz diversas contradições por meio da retórica de melhorias e de desenvolvimento urbano. Embora a expansão urbana e as inúmeras revitalizações possam ser apresentadas como produtos de projetos pensados para o bem-estar da população, essas mudanças também favorecem, de forma desproporcional, os interesses privados e exacerbam as contradições inerentes ao espaço estudado. O Parque, nesse sentido, exalta a dimensão concreta do ser real, do acontecer nas/das organizações, em oposição a abstrações gerais, universais e supostamente hegemônicas. Temos um microcosmo das tensões mais amplas da sociedade, um lugar onde as lutas entre uso público e interesse privado, entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico, manifestam-se de maneira concreta e visível.

Desejo uma boa leitura.

RESUMO

As transformações dos espaços organizacionais, as diferentes formas de uso e desuso que ocorrem ao longo do tempo, as complexas relações sociais que edificam esses lugares e as práticas sociais que almejam desviar ou contrapor o âmbito formal ali estabelecido, em conjunto, podem reunir características socioculturais e econômicas que revelam a forma como determinados grupos sociais se relacionam e as malhas de poder nelas existentes. Nesta tese, analisamos os diversos fatores e acontecimentos que constituíram o percurso histórico do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, localizado em Belo Horizonte/MG, bem do patrimônio cultural belo-horizontino e mineiro e que reúne diversos saberes e relações de poder. Em especial, como objeto de estudo desta pesquisa, nos aprofundamos em um debate em torno das transformações funcionais ocorridas em uma determinada área do Parque, inicialmente ocupada pelo seu zelador, demonstrando como um mesmo espaço figura em diferentes narrativas durante a sua constante, ou ainda inacabada, reconstrução. Propomos uma analítica que incorpora, sobretudo, os princípios das *heterotopias* de Foucault (2013), integrando também, de forma complementar, as perspectivas teóricas exploradas por Lefebvre (1974) e por De Certeau (1974). Dentre os resultados, corroboramos a noção de que o planejamento urbano pode ser observado a partir do conjunto de manifestações heterotópicas que constantemente configuram e sobrepõem camadas na realidade física e social dos espaços sociais. As inúmeras transformações ocorridas na tríade “*concebido-percebido-vivido*”, em meio às reações diante das “*estratégias*” e “*táticas*” apresentadas pelos indivíduos e organizações, corroboram a existência de tensões entre os diferentes interesses e forças em um mesmo lugar (políticos, econômicos e sociais). O Parque não apenas reflete as relações de poder e as repercussões das políticas públicas ali impostas, mas também possibilita as subversões e um processo contínuo de reconfiguração. O conceito de heterotopia, portanto, nos possibilita refletir sobre a realidade do espaço social formado por aqueles que moldaram a história do Parque, considerando a representação dos locais que emergem das interações na sociedade. O campo de pesquisa analisado, assim, transcende o espaço físico de interação com as pessoas e os seus ambientes imediatos, abordando, também, a dimensão heterotópica que ultrapassa os limites espaciais do estudo.

Palavras-chave: Espaço social. Heterotopias. Concebido-percebido-vivido. Táticas. Estratégias.

ABSTRACT

The transformations of organizational spaces, the different forms of use and disuse that occur over time, the complex social relationships that build these places and the social practices that aim to deviate or oppose the formal scope established there, together, can bring together sociocultural characteristics and economic ones that reveal the way in which certain social groups relate to each other and the networks of power that exist within them. In this thesis, we analyze the various factors and events that constituted the historical path of the Américo Renné Giannetti Municipal Park, located in Belo Horizonte/MG, as well as the cultural heritage of Belo Horizonte and Minas Gerais and which brings together diverse knowledge and power relations. In particular, as the object of study of this research, we delve into a debate surrounding the functional transformations that occurred in a certain area of the Park, initially occupied by its caretaker, demonstrating how the same space figures in different narratives during its constant existence, or even unfinished, reconstruction. We propose an analysis that incorporates, above all, the principles of Foucault's heterotopias (2013), also integrating, in a complementary way, the theoretical perspectives explored by Lefebvre (1974) and De Certeau (1974). Among the results, we corroborate that city planning can be observed from the set of heterotopic manifestations that constantly configure and overlap layers in the physical and social reality of social spaces. The countless transformations that occurred in the “conceived-perceived-experienced” triad, amid reactions to the “strategies” and “tactics” presented by individuals and organizations, corroborate the existence of tensions between different interests and forces in the same place (political, economic and social). The Park not only reflects power relations and the repercussions of public policies imposed there, but also enables subversions and a continuous process of reconfiguration. The concept of heterotopia, therefore, allows us to reflect on the reality of the social space formed by those who shaped the Park's history, considering the representation of places that emerge from interactions in society. The research field analyzed, therefore, transcends the physical space of interaction with people and their immediate environments, also addressing the heterotopic dimension that goes beyond the spatial limits of the study.

Keywords: Social space. Heterotopias. Conceived-perceived-lived. Tactics. Strategies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Categorias analíticas (princípios) utilizadas para a investigação das heterotopias	43
Figura 2: Representação da tríade dialética de Lefebvre na produção do espaço social	51
Figura 3: Representação das possibilidades heterotópicas, considerando a tríade “concebido- percebido-vivido”, as táticas e as estratégias na produção do espaço social	56
Figura 4: Cronologia entre os períodos e tipos de parques urbanos	79
Figura 5: Cronologia entre os períodos e tipos de parques urbanos brasileiros.....	82
Figura 6: Planta do “Arraial de Bello Horizonte” em 1893	86
Figura 7: Planta geral da Cidade de Minas organizada sobre a planta geodésica, topográfica	87
Figura 8: Casa "Chácara do Sapo" que serviu de residência à Comissão Construtora	88
Figura 9: Implantação original do Parque, inserido nas malhas ortogonais e diagonais da nova capital	91
Figura 10: Expansão urbana de Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930.....	96
Figura 11: Desmembramentos do Parque Municipal – perda de área original.....	97
Figura 12: Parte da Revista Belinho que retrata a história do Parque.....	98
Figura 13: Projeto da entrada principal do Parque.....	100
Figura 14: Edifício Acaiaca na década de 1940.....	102
Figura 15: Fotografia lambe-lambe Severino Santos, no Parque Municipal, na década de 1960	103
Figura 16: Reportagem sobre o Parque Municipal	105
Figura 17: Construção do Palácio das Artes na década de 1960	107
Figura 18: Teatro de emergência construído em 1949.....	108
Figura 19: Parque Municipal após a retirada das grades	110
Figura 20: Avenida Afonso Pena e o Parque Municipal sem as grades na década de 1960.....	110
Figura 21: Parque Municipal e Avenida Afonso Pena em 1961	114
Figura 22: Corte dos Ficus na Avenida Afonso Pena na década de 1960	115
Figura 23: Vista do Palácio das Artes de dentro do Parque – locais separados por grades.....	117
Figura 24: Reportagem que enaltece o Parque em meio ao centro movimentado da capital mineira .	118
Figura 25: Divulgação da reinauguração do Parque em 1992	120
Figura 26: Desmembramentos do Parque Municipal nas décadas de 1890, 1940 e 2010	124
Figura 27: À esquerda, o projeto original do Parque Municipal, em 1897; à direita, o Parque em 2014	125
Figura 28: Parque Municipal em 2023 – imagem de satélite.....	126
Figura 29: Entrada do Parque na Avenida Afonso Pena – vista externa	127
Figura 30: Entrada do Parque na Avenida Afonso Pena – vista interna.....	127
Figura 31: Entrada do Parque na Alameda Ezequiel Dias	128

Figura 32: Entrada do Parque na Avenida Andradas - vista externa	128
Figura 33: Entrada do Parque na Avenida Andradas - vista interna.....	129
Figura 34: Entrada do Parque pela Rua da Bahia	129
Figura 35: Entrada do Parque na esquina da Avenida dos Andradas	130
Figura 36: Acesso ao Parque na área do Mercado das Flores – esquina da Rua da Bahia	130
Figura 37: Aviso afixado nas grades do Parque sobre as formas de acesso	131
Figura 38: Principais fluxos de indivíduos dos transeuntes do Parque.....	134
Figura 39: Mapa ilustrativo com os diversos empreendimentos do Parque	135
Figura 40: Local do Parque onde se instalou a Administração.....	135
Figura 41: Local do Parque onde se instalou a Guarda Municipal	136
Figura 42: Lanchonete do Parque – desativada durante a pesquisa.....	136
Figura 43: O Coreto do Parque	137
Figura 44: Jaqueiras no Parque	138
Figura 45: Reportagem que enaltece as características da fauna e da flora do Parque.....	139
Figura 46: Bebedouro dos Burros no Parque.....	140
Figura 47: Lago do Quiosque no Parque, que abriga a estátua "A Deusa das Águas"	141
Figura 48: Teatro Francisco Nunes.....	142
Figura 49: O Orquidário do Parque – vista externa	142
Figura 50: O Orquidário do Parque – vista interna.....	143
Figura 51: Atividades não tarifadas no Parque	143
Figura 52: Atividades tarifadas no Parque – carrossel e pista infantil.....	144
Figura 53: Praça dos Fundadores no Parque.....	145
Figura 54: Mapa geral do Parque Municipal anexado ao Protocolo n.º 29.448/00 – MPMG com destaque para o espaço analisado.....	148
Figura 55: Mapa ilustrativo do Parque com destaque para o espaço analisado.....	149
Figura 56: Parte de reportagem que conta a história do Parque Municipal	154
Figura 57: Imagem de aula ao ar livre no Parque Municipal de Belo Horizonte	155
Figura 58: Reportagem que aborda o fechamento da Escola de Artes	157
Figura 59: Solicitação do MPMG ao IEPHA sobre ato normativo de instalação do IMACO	166
Figura 60: Reportagem sobre o Programa Parque 21	175
Figura 61: Reportagem sobre a revitalização do Parque.....	177
Figura 62: Imagem lateral do Colégio IMACO contida nos negativos do nosso Arquivo.....	184
Figura 63: Imagem do jardim do Colégio IMACO contida nos negativos do nosso Arquivo	184
Figura 64: Reportagem sobre transferência do IMACO.....	189
Figura 65: Reportagem sobre novo espaço no Parque.....	190
Figura 66: Trecho de texto de blog que trata da transferência do IMACO	191
Figura 67: Colégio IMACO em fase de demolição	192

Figura 68: Reportagem que enaltece acordo com Governo para construção de espaço no Parque.....	193
Figura 69: Projeções do “Espaço Multiuso” divulgadas em veículos midiáticos – Parte 1/2	194
Figura 70: Projeções do “Espaço Multiuso” divulgadas em veículos midiáticos – Parte 2/2	195
Figura 71: Reportagem sobre obras paradas no Parque Municipal	198
Figura 72: Reportagem sobre obras paradas do Espaço Multiuso	199
Figura 73: Reportagem sobre problemas técnicos e financeiros nas obras do “Espaço Multiuso”	201
Figura 74: Trecho de reportagem sobre a construção inacabada do “Espaço Multiuso”	201
Figura 75: Reportagem sobre vistoria da obra parada no Parque	203
Figura 76: Reportagem em telejornal sobre espaço sem uso no Parque.....	205
Figura 77: Imagens aéreas do "Espaço Multiuso" inacabado - 1/2.....	206
Figura 78: Imagens aéreas do "Espaço Multiuso" inacabado - 2/2.....	206
Figura 79: Imagens atuais das obras do "Espaço Multiuso" - 1/2	207
Figura 80: Imagens atuais das obras do "Espaço Multiuso" - 2/2	208
Figura 81: Imagem de tapumes e placas ao redor do "Espaço Multiuso".....	209
Figura 82: A representação das categorias que compõem a analítica adotada para a apreensão das possibilidades heterotópicas.....	213

Quadro 1: Documentos consultados no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte	62
Quadro 2: Documentos consultados no Museu Histórico Abílio Barreto	66
Quadro 3: Documentos consultados no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e.....	67
Quadro 4: Legislação consultada	68
Quadro 5: Veículos de comunicação consultados.....	69
Quadro 6: Dados dos entrevistados.....	72
Quadro 7: Documentos pesquisados sobre a Escola Guignard.....	73
Quadro 8: Cronologia de importantes acontecimentos no Parque do período 1900–1971.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APCBH – Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

CONEP – Conselho Estadual do Patrimônio Cultural

CVRD – Companhia do Vale do Rio Doce

FPMZB – Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IMACO – Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis

MHAB – Museu Histórico Abílio Barreto

MPMG – Ministério Público do Estado de Minas Gerais

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

Sudecap – Superintendência de Desenvolvimento da Capital

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 DA PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	29
2.1 A proposição analítica arqueo-genealógica foucaultiana	31
2.2 Outras subjetividades, outros lugares: as heterotopias	38
2.3 A razão neoliberal e a apreensão de possibilidades heterotópicas	45
2.4 Caminhos percorridos e a construção do <i>corpus</i> de pesquisa	56
2.4.1 A pesquisa no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.....	61
2.4.2 A pesquisa no Museu Histórico Abílio Barreto.....	65
2.4.3 A pesquisa no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG)	66
2.4.4 Legislação municipal consultada.....	68
2.4.5 Jornais e reportagens	69
2.4.6 As entrevistas.....	70
2.4.7 A história da Escola Guignard no Parque Municipal	73
3 OS PARQUES URBANOS E O PARQUE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE... 75	
3.1 A constituição dos parques urbanos na vida social moderna	75
3.2 O percurso histórico dos parques urbanos brasileiros	80
3.3 O Parque Municipal Américo Renné Giannetti.....	84
4 “COMO SE FOSSE UM GRANDE LOTE VAGO DA CIDADE”: possibilidades heterotópicas dentro do Parque, no espaço originalmente ocupado pelo zelador.....	148
5 CONCLUSÕES.....	212
REFERÊNCIAS.....	225
ANEXOS.....	241

1 INTRODUÇÃO

“não é aquilo que é, mas aquilo que se dá: acontecimento” (FOUCAULT, 2004, p. 114).

A Administração adquire notoriedade na organização social ocidental a partir do advento do modo de produção capitalista. No século XX, emergem estudos que privilegiam meios e formas da função de direção econômica, em detrimento das particularidades e dos modos de existência dos indivíduos que compõem e edificam as organizações. Muitos desses estudos constroem unilateralmente uma realidade organizacional, e, nesse sentido, acabam por generalizar e universalizar modelos de gestão. Além disso, resultam na naturalização da gestão e de seus fenômenos, excluindo importantes aspectos da conjuntura sócio-histórica de sua construção e as variadas determinações da vida ordinária (CARRIERI; CORREIA, 2020; SOUZA; COSTA; PEREIRA, 2015).

Nas últimas décadas, como compartilham Joaquim e Carrieri (2018), diferentemente de investigações tradicionais em torno das organizações produtivas sob o olhar funcionalista e instrumental, despontam estudos que desconstruem as tradicionais escolhas epistemológicas e os modelos generalizados de gestão, revelando possibilidades de desvios e as formas de subversão existentes nas relações de poder. Conforme exploram Martins, Corrêa e Carrieri (2023), e em consonância com o que escreveram Deleuze e Guattari (2002), nas últimas décadas, passou-se a refletir sobre o alcance do estudo do ordinário e do marginalizado como um trabalho de uma literatura “menor”, sendo esta confrontada com o *mainstream* dominante da Administração. Em outras palavras, abrem-se possibilidades para outras articulações de forças entre saber e poder, para outras práticas de gestão preenchidas por dinâmicas “desindividualizadas, múltiplas e deslocadas, multiplicando as formas e domínios de intervenção da ação política” (FOUCAULT, 1991, p. 2).

A demarcação de estudos em torno das relações de poder e das subversões são aspectos imbricados aos processos de subjetivação¹ dos indivíduos que compõem e caracterizam as organizações. As transformações dos espaços organizacionais, as diferentes formas de uso e desuso que ocorrem ao longo do tempo, as complexas relações sociais que edificam esses

¹ Lobo e Júnior (2018) compartilham que Foucault atrelava as subjetivações aos modos de ação, constituindo processos modificáveis e plurais, baseadas na relação que os sujeitos estabelecem consigo e com outras forças, tendo como ponto de partida as verdades que lhe são atribuídas. Essas verdades são verdades no tempo, e as suas práticas constituem e justificam a sua continuidade ou não entre o passado e o presente.

lugares e as práticas que almejam desviar ou contrapor o âmbito formal ali estabelecido, em conjunto, podem reunir características socioculturais e econômicas que revelam a forma como determinados grupos sociais se relacionam e as malhas de poder nelas existentes. Para além disso, no caminho inverso, é possível investigar como essas organizações ou espaços de produção e de consumo influenciam na compreensão que os indivíduos podem construir sobre si próprios. Nessa linha, é pertinente lembrar a investigação de Oliveira e Cavedon (2017) quanto aos debates em relação ao avanço da capacidade crítica e reflexiva dos estudos organizacionais. Para as autoras, a exemplo das investigações em torno do indivíduo-sociedade, mesmo tendo passado por diversas modificações, nas últimas décadas, elas ainda são questionadas no sentido da necessidade de romper com dicotomias das quais as ciências sociais aplicadas usufruíram por muito tempo.

Nesta tese, analisamos os diversos fatores e acontecimentos que constituíram o percurso histórico do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, localizado em Belo Horizonte/MG, bem do patrimônio cultural belo-horizontino e mineiro e que reúne diversos saberes e relações de poder. Em especial, como objeto de estudo desta pesquisa, aprofundamo-nos em um debate em torno das transformações funcionais ocorridas em uma determinada área do Parque, inicialmente ocupada pelo seu zelador, demonstrando como um mesmo espaço figura em diferentes narrativas durante a sua constante, ou ainda inacabada, reconstrução. Esse espaço passou por diversas modificações e significações ao longo da sua história na cidade, despontando possíveis heterotopias que emergiram como respostas diante das estratégias de controle impostas pela sua gestão, adaptando-o ao espaço citadino ao qual pertence. Esses movimentos sugerem possibilidades de justaposições em relação às malhas do poder que preenchem as formas de controle dos espaços que compõem o Parque.

O *corpus* documental² constituído para esta pesquisa nos apresenta enunciações permeadas por possibilidades heterotópicas que emergem em meio aos mecanismos de governo e de controle vigentes em diversos contextos, demonstrando, desde o início da análise, que o Parque é um produto genealógico social³. Como tal, representa um espaço público e social, com raízes históricas e culturais as quais podem ser rastreadas e analisadas ao longo do tempo. Ao

² A metodologia utilizada nesta pesquisa, assim como a apresentação pormenorizada sobre o *corpus* documental constituído para as análises empreendidas nesta tese, será apresentada no próximo capítulo.

³ O emprego da expressão “produto genealógico social” foi inspirado a partir da leitura e estudo de Aguiar (2018) que identificou no circo, tal como percebo no Parque Municipal, um espaço preenchido por saberes e relações de poder, bem do patrimônio cultural brasileiro, e sob diversas narrativas de sujeitos que se relacionam na sua constituição.

refletirem as prioridades e valores de uma sociedade, que se modificam constantemente, carregam consigo construções culturais, significados e narrativas particulares de uma sociedade que se transformou nos últimos séculos. Nesse emaranhado, tem-se a possibilidade de análise das heterotopias que se sobrepõem e se acomodam ao longo do tempo, enquanto espaços que desafiam os conceitos tradicionais de tempo, espaço e comportamento.

Sobre a escolha pela analítica foucaultiana, principal aporte metodológico que guiará este trabalho, compartilhamos a noção de que há, na realidade social cotidiana, possibilidades de sentidos, pontos de inflexão⁴, lutas, choques, combates e contracondutas⁵, ao longo da história, e, a partir de diferentes discursos, compõem um todo de proposições, diferentes de princípios, regras e teoremas. Essas proposições podem ser apreendidas a partir dos grandes enunciados e das linhas de forças que se fazem presentes nas sociedades, constituindo pontos de partida para análises e para a construção de conjuntos particulares de saberes não universais e totalizadores.

"Então, antes de mais nada, um certo número de proposições, por assim dizer, proposições no sentido de indicações de opção: não são nem princípios, nem regras, nem teoremas" (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Esta tese se circunscreve no campo dos Estudos Organizacionais como um estudo que tem um parque urbano público como objeto, uma organização pouco estudada na área, podendo-se dizer até à margem dos estudos predominantes. Em outros termos, está à margem do *mainstream* do saber administrativo, o qual, normalmente, trabalha com grandes organizações ou com modelos universalizantes e totalitários, pouco enfatizando as mudanças de ordem social e, muitas vezes, subestimando as múltiplas e complexas formas organizacionais, que se reproduzem no tempo e no espaço, sob diferentes formas e modelos de inteligibilidade construídos por saberes hegemônicos (BARROS; CARRIERI, 2015).

Mesmo desempenhando um papel fundamental para a melhoria da qualidade de vida e para o lazer dos indivíduos que convivem em espaços citadinos cada vez mais urbanizados, o saber administrativo hegemônico, empreendido pelo *mainstream* acadêmico, não parece se

⁴ Conforme compartilha Deleuze (1991), os pontos de inflexão culminam em dobras, constituindo uma singularização no todo extenso. Distantes de linearidades e previsibilidades, são momentos críticos onde ocorrem mudanças significativas, maleáveis e sujeitas a constantes reconfigurações.

⁵ Conforme propõe Joaquim (2023), em relação às contracondutas, elas podem ser observadas enquanto movimentos que colocam como objetivo outra conduta. Dessa relação conflituosa, emergem os comportamentos que desviam dos métodos de governança hegemonicamente impostos. Nesta tese, abordaremos as heterotopias enquanto manifestações não hegemônicas, que se realizam e criam outros lugares, contraposições culturais ou espaços de desvio.

“interessar” pelas particularidades que compõem a gestão de um parque público e as suas diferentes formas de organizar (SANTOS; NASCIMENTO; REGIS, 2019; SANTOS et al., 2023). Nessa linha, Sakata e Gonçalves (2019), ao estudarem diversos parques construídos entre 2000 e 2017, em grandes cidades brasileiras, salientam para a necessidade de ampliação do conceito de parque urbano, no sentido de considerar as novas demandas de uso, e, principalmente, para a necessidade de incrementar a gestão desses espaços.

A fim de verificar a baixa tendência de estudos organizacionais em torno desses espaços públicos, fizemos uma busca breve na plataforma Scielo⁶ referente ao tema parques urbanos, incluindo filtros relativos às áreas das ciências sociais aplicadas e das ciências humanas. Ratificando essa direção, averiguaram-se somente quatro resultados. Desses, sobressaíram assuntos relativos aos aspectos físicos, ambientais e de conservação de espaços verdes, em detrimento de temas normalmente estudados na Administração.

As transformações de um espaço público podem servir de insumos para a análise da sociedade, as quais, imbricadas ao espaço-tempo, desdobram-se em fragmentos, atributos, atitudes e práticas dos indivíduos, demarcando os espaços-tempo, os quais estão essencialmente ligados à reprodução das relações sociais. O espaço social é uma produção social, e, nesse processo, indivíduos e organizações se estabelecem e, constantemente, (re)imaginam e (re)criam os seus espaços, incorporando possibilidades heterotópicas contraditórias ou inesperadas. A noção que se propaga, então, é que a sociedade produz seu próprio espaço, tanto material quanto simbólico, por meio da interação entre indivíduos, instituições e práticas sociais. Da vida urbana e da produção de seus espaços, sejam eles apreendidos como “concebidos”, “percebidos” ou “vividos”, tal como proposto por Lefebvre (1974), ou observados a partir das “estratégias” e “táticas” pelas quais os indivíduos e as instituições operam dentro de estruturas sociais, conforme estudado por De Certeau (1994), depreendem-se os encontros, os confrontos, as diferenças e, também, as rotas de escape ao formalmente instituído, ou seja, as “heterotopias”, tal como proposto por Foucault (2013).

Conforme pontuam Rodríguez-Amat e Brantner (2016), os fenômenos organizacionais podem ser reproduzidos por meio dos contrapontos que se impõem às formas dominantes de

⁶ Essa pesquisa foi realizada em junho de 2023, apresentando como resultados as referências Toyama et al. (2020), Cardoso et al. (2015), Costa e Perez (2014) e Volanova, Chichorro e Arruda (2010).

organização social. Foucault (2013)⁷ já salientava a pertinência de reflexões em torno de espaços sociais⁸ nos quais as relações dos indivíduos demonstram-se como configurações heterogêneas. O que interessava ao filósofo eram os (contra)posicionamentos que “suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações por eles designadas, refletidas ou pensadas” (FOUCAULT, 2013, p. 115). O estudo das particularidades da produção de um espaço social e da constituição de possibilidades heterotópicas, na perspectiva de uma resistência micropolítica⁹, em um espaço de múltiplos sujeitos e poderes, no qual despontam táticas e estratégias, fortalece os processos que remetem à subjetivação libertária e que reconfiguram o concebido, o percebido e o vivido pelos sujeitos e pelas organizações. Nesse panorama, observamos esboços de formas políticas que se diferenciam das narrativas tradicionais de se fazer resistência na modernidade.

As relações sociais constantemente questionam os padrões hegemonicamente estabelecidos, as normas e as estruturas que são amplamente aceitos e seguidos pela sociedade, o que remete à noção dos espaços eminentemente heterotópicos, enquanto locais que desafiam as normas sociais dominantes e que incorporam múltiplas camadas de significados e funções. As camadas que promovem a reprodução do espaço social remontam a práticas que justapõem o âmbito formal, institucional e moralmente aceito, reproduzindo outros espaços que não constituem aqueles que são hegemonicamente estabelecidos pelos detentores de poder. Esses outros espaços, as heterotopias, distinguem-se das utopias, as quais representam lugares ilusórios e imateriais, construídos em torno da noção de concretude, materialidade e demarcação precisa no espaço.

Seguindo o proposto por Foucault (2013), podemos considerar as utopias e as heterotopias como as duas mais significativas formas de posicionamentos cultural e espacial existentes. Se o espaço utópico está para o horizonte, isto é, para uma sociedade aprimorada e deveras irreal, o heterotópico está para a expressão real de uma cultura, ainda que ambos sejam questionados

⁷ Neste ponto, cabe registrar que, entre as principais referências utilizadas nesta tese, foi fundamental a apreensão das conferências radiofônicas "*O corpo utópico*" e "*As heterotopias*", proferidas por Michel Foucault, em 1966, no France-Culture. Essas conferências foram traduzidas e publicadas pela "N-1 Edições" em 2013.

⁸ No curso *Segurança, Território e População*, ministrado por Michel Foucault no *Collège de France*, em 1978, Foucault trata de diferentes conceituações empregadas ao termo espaço e, para isso, utiliza como exemplo as cidades. De forma breve, o filósofo atrela o espaço aos planos onde ocorrem as tecnologias de poder de soberania, de disciplina e de biopoder.

⁹ Ao empregar o termo "micropolítica", refiro-me ao movimento das intensidades que perpassam os estratos, os territórios, os corpos. Localizada no plano de consistência ou de composição, a micropolítica pulsa e não se reparte em estamentos. São os movimentos imprevisíveis das forças, a micropolítica do desejo, as "microformações que moldam as posturas, as atitudes, as percepções, as antecipações, as semióticas" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 85).

e se encontrem — mesmo sendo perfeitamente localizáveis — para além de todos os lugares. Enquanto as utopias ocupam o espaço da consolação, pois nos permitem acessar livremente um campo onírico e maravilhoso, as heterotopias causam inquietação e incômodo. Isso ocorre porque, ocupando o espaço do real, as heterotopias descortinam um mundo justaposto, superposto, fragmentado.

As heterotopias, nessa linha, são aqui compreendidas enquanto possibilidades imbricadas nos espaços-tempo que possibilitam, favorecem ou fomentam práticas que rompem ou ressignificam a produção do espaço social. São esses espaços-tempo que demonstram fissuras, quebras, cortes e desvios na rota tradicional ou dominante. Conforme propõe Magalhães (2015), são espaços que desestabilizam o padrão, o tido como certo, e que possibilitam reconfigurar o meio em que nos situamos. São espaços que demonstram tentativas de escape e resistência, frente às formas de disciplinamento e controle da sociedade capitalista contemporânea. São lugares reais, marcados por subjetividades, que podem coexistir e contradizer os espaços institucionalizados.

Essa noção proposta de heterotopia alude para os espaços que, de algum modo, subvertem a ordem estabelecida. Nessa vertente, o foco está nos lugares-outros que, embora estejam além de todos os lugares, nem aqui ou ali, conseguem ser localizados. De modo geral, as heterotopias dizem respeito a espaços que subvertem as classificações previamente estabelecidas. Ali não cabem as normas que foram ditadas por um controle social ou, como na presente análise, pela municipalidade belo-horizontina, pelo contrário, mas sim, fazem-se presentes diversas e complexas instabilidades da esfera social as quais se (re)acomodam ao longo da história da organização.

O espaço social é reproduzido por facetas múltiplas, assim como são múltiplos os conflitos que ocorrem paralelamente à apropriação desse espaço, que é temporário, móvel, por vezes imaginário e em constante (re)construção. Algumas cidades possuem localidades que, ao contrário do esperado, nem sempre são frutos de uma união exitosa entre Estado e sociedade devido a razões de ordem política ou devido à ação concatenada de agentes sociais em prol da visibilização de seus próprios interesses. Assim, como proposto por Valverde (2009), é possível analisarmos a produção de um espaço público, como a do parque urbano, sob a ótica da heterotopia. Essa ótica dá luz a significados e a condutas que alteram, mesmo que quase desapercivelmente, a sua dinâmica.

Os espaços heterotópicos nos colocam em contato com complexidades que problematizam diversas dicotomias naturalizadas em nosso comportamento social e organizacional, justificando a construção desta tese pela oportunidade de contribuir com reflexões sobre possibilidades de práticas de liberdade e de resistência em um cenário organizacional ainda pouco estudado. O (re)pensar, nesse âmbito de estudos, permite-nos reestruturar e interpelar governos de verdade que, até pouco tempo, eram inquestionáveis ou pouco analisados nas reflexões dos fenômenos organizacionais.

Após explorar brevemente a trajetória dos estudos organizacionais, em especial, a relevância de questionar e entender novas perspectivas sobre a produção de espaços sociais e movimentos de desvios ao que é hegemonicamente estabelecido, as heterotopias, propomos o seguinte argumento de tese: *as possibilidades heterotópicas estão imbricadas ao percurso histórico do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, sendo particularmente evidentes no espaço originalmente destinado à moradia do zelador. Essas transformações revelam reconfigurações nos mecanismos de uso e de gestão, além de apontarem para alternativas ou caminhos de desvio em relação às estruturas de poder estabelecidas.*

Nesta tese, ao examinar o percurso histórico de um espaço social dentro do Parque Municipal, propomos uma analítica que incorpora, sobretudo, os princípios das heterotopias de Foucault (2013), integrando também, de forma complementar, as perspectivas teóricas exploradas por Lefebvre (1974) e por De Certeau (1974). Nessa linha, defendemos a noção de que a reprodução do espaço social envolve *táticas* e *estratégias* que justapõem o âmbito formal, institucional e moralmente aceito, reproduzindo espaços outros que não constituem aqueles que são hegemonicamente estabelecidos (ou *concebidos*) pelos detentores de poder. Esses outros espaços, as *heterotopias*, distinguem-se das utopias, as quais representam lugares ilusórios e imateriais, construídos em torno da noção de materialidade e de demarcação precisa no espaço, perpetuando-se também, assim, no âmbito do percebido e do vivido pelos indivíduos, pelas organizações e pela sociedade como um todo.

Ao dizer que um espaço social, tal como o estudado nesta tese, possui características que desviam do hegemonicamente imposto, referimo-nos aos usos e desusos, às estratégias e táticas, os quais decorrem do movimento entre as dimensões da tríade lefebvriana “*concebido-percebido-vivido*”, resultando em uma dinâmica heterotópica. A Comissão Construtora do

Parque pretendia que o Parque Municipal Américo Renné Giannetti¹⁰ pretendia que o Parque Municipal fosse o mais belo parque latino-americano, conformando lagoas, riachos, ruas e alamedas de maneira bastante orgânica e fluida (concebido). A contínua e duradoura (re)produção social do Parque fez com que ele representasse, em si, a história da capital em que está localizado. A apreensão dos diversos movimentos presentes no Parque, de suas camadas que se sobrepõem continuamente, demonstra o potencial de análise das particularidades das espacialidades urbanas, possibilitando, por exemplo, um novo olhar para a relação existente entre governo, subversão, espaço e (re)criação espacial.

Nessa linha, a partir das considerações apresentadas em torno das possibilidades heterotópicas na história de um espaço público, e corroborando o propósito de contribuir para o desenvolvimento de estudos organizacionais mais críticos em torno de fenômenos ordinários, esta tese apresenta como problema: *como despontam as possibilidades heterotópicas nas transformações históricas do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, particularmente nas camadas de um espaço que originalmente era utilizado para a moradia do zelador?* A questão supracitada guiou a nossa pesquisa e foi respondida a partir dos objetivos geral e específicos apresentados a seguir.

A fim de investigar a problemática proposta nesta tese, propõem-se os seguintes objetivos que se seguem. Como objetivo geral, espera-se analisar as possibilidades heterotópicas que emergem na história do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, com ênfase nas transformações do espaço originalmente utilizado pela moradia do zelador. Como objetivos específicos, pretende-se: (i) *entender o percurso histórico do Parque Municipal, da sua concepção à atualidade;* (ii) *apreender e analisar como se organizam as possibilidades heterotópicas que emergem na transformação do espaço inicialmente ocupado pelo zelador do Parque;* e, por fim, (iii) *evidenciar alguns dos elementos e processos que possibilitam a constante (re)organização do Parque e de seus mecanismos de governo.*

Por fim, retomando a epígrafe utilizada no início deste capítulo, ao estudar um Parque, adentramo-nos em um espaço onde poder-corpo-saber-verdade se articulam continuamente e conflituosamente, apontando que nem sempre convivemos com as mesmas concepções de verdade. Pelo contrário, ao reconhecer as possibilidades heterotópicas de um lugar, imbricadas

¹⁰ As informações sobre a história do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, assim como as particularidades que remetem à produção social do espaço e as suas heterotopias, serão tratadas com maior profundidade ao longo desta tese.

na tríade “*concebido-percebido-vivido*”, e em meio às diversas estratégias e táticas envolvidas em seu percurso histórico, corroboramos a existência de “instantes propícios, lugares privilegiados, não só para sair da sombra como realmente para se produzir” (FOUCAULT, 2004, p. 113). Assim, ainda sobre as perspectivas sobre as verdades, temos aquela que passa pela descoberta-reencontro e pelo método, e aquela que “não é aquilo que é, mas aquilo que se dá: acontecimento” (Idem, p. 114). Daí se têm as relações ambíguas e contraditórias que entram em confronto nas malhas de poder existentes, provando o dinamismo e as reconstruções entre poder, corpo, saberes e verdades.

Após discorrer sobre as diretrizes iniciais que guiaram a construção desta tese, no próximo capítulo, compartilhamos os principais aportes teóricos e metodológicos que guiaram as análises propostas nesta pesquisa.

2 DA PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Antes de adentrar no objeto de pesquisa desta tese, apresentamos a perspectiva teórico-metodológica que guiou o nosso estudo. A base teórica, que logo será apresentada, fundamentou a escolha dos métodos, das técnicas e dos procedimentos utilizados em todas as etapas desta pesquisa, quais sejam, a coleta, a análise e a interpretação dos dados. Para tanto, este capítulo tem como objetivo compartilhar, em especial, algumas das proposições teóricas exploradas por Michel Foucault, principal referência teórica da presente investigação. Para além de Foucault (2013), que nos ajudou a delinear a analítica de apreensão das heterotopias na produção do espaço social estudado, nesta tese, o tema também foi atrelado aos estudos de Lefebvre (1974) e de De Certeau (1994). Por esse motivo, todos esses autores serão abordados neste capítulo.

A fim de estabelecer um posicionamento teórico e metodológico, percorremos diversas obras de Foucault, as quais abordaram temas relacionados à formação dos saberes, aos discursos de verdade, às relações de poder, à construção das subjetividades e ao governo de si e dos outros. Neste ponto, compartilho que o filósofo é amplamente conhecido como um autor pós-estruturalista¹¹ no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, tendo em vista a sua abordagem de realocar a história nos objetos de pesquisa dessas áreas. Em relação aos discursos, Foucault adota uma posição que não se limita a analisar os documentos somente com base em sua estrutura interna. O filósofo vai além, argumentando que a compreensão de um discurso não é derivada exclusivamente do que está escrito, assim como os estruturalistas poderiam argumentar, mas sim a partir dos seus elementos históricos. Nesse sentido, conforme exploram Correia, Carvalho e Ornela (2019), os discursos apresentam, de forma implícita ou explícita, formas de poder, hierarquia, controle e organização, expondo significados, representações e condições de um determinado panorama.

Foucault desenvolveu sua crítica por meio da problematização, investigando e questionando como diferentes soluções poderiam emergir a partir de formas particulares de construção de problemas. Essa problematização, a partir da década de 1980, passou a ser amplamente utilizada em diversos campos do saber, os quais não se limitam ao campo da Filosofia, incluindo-se investigações da literatura, do direito, da história, da educação e, em especial, dos estudos

¹¹ É importante salientar que Foucault rejeitava a sua designação enquanto pós-estruturalista. No entanto, conforme explora Cezar (1995), apesar dessa recusa, há um consenso acadêmico em classificá-lo como tal. Conforme propõem Magalhães e Saraiva (2022), o pós-estruturalismo concentra-se na desconstrução e na dimensão subjetiva, diversificada e plural dos fenômenos sociais. Em razão da influência da filosofia nietzschiana e da sua natureza interdisciplinar, essa corrente epistemológica contribuiu para a difusão da noção de complexidade associada ao sujeito e à sua constituição subjetiva.

organizacionais (ERIKSSON; KOVALAINEN, 2015; WADHWANI et al., 2018). No Brasil, alguns artigos foram fundamentais para o início da difusão de suas ideias, como o de Motta (1981) que as utilizou para refletir sobre a questão do poder disciplinar nas organizações formais.

As ideias de Foucault passaram a ser adotadas por diversos autores no campo dos Estudos Organizacionais. Alguns trabalhos mais recentes, como os de Gontijo, Corrêa e Carrieri (2023), Magalhães e Saraiva (2022), Lopes e Ipiranga (2021), Lima e Carrieri (2020), Cardoso, Correia e Carrieri (2020), Paes de Paula (2020), entre outros pesquisadores, corroboram a noção e a importância da abertura de perspectivas diferentes às trabalhadas pelo funcionalismo nos estudos organizacionais. Nessa linha, as diversidades, as ambiguidades e as pluralidades passaram a ser observadas como elementos fundamentais da realidade e constitutivos das organizações. Foucault, inclusive, em suas pesquisas, sempre demonstrou resistência às generalizações teóricas e às possíveis classificações. Contudo, e longe de querer encaixar as suas noções em um possível padrão, seus conceitos foram comparados por muitos pesquisadores às características do pós-modernismo¹².

No período entre o final da década de 1990 e início do século XXI, têm-se a consolidação e o desenvolvimento do movimento teórico *Critical Management Studies* (CMS), o qual teve fundamental importância para a integração entre as diversas correntes da área crítica nos estudos organizacionais (PAES DE PAULA, 2020; PAES DE PAULA; MARANHÃO; BARROS, 2009). Esse movimento contribuiu para que fossem realizadas análises das organizações a partir de perspectivas críticas, incluindo-se, por exemplo, as investigações e proposições de Foucault. O movimento¹³ conferiu legitimidade e espaço para que essas perspectivas críticas fossem alocadas nos diversos campos de estudo, configurando uma proposta política mais plural e conferindo possibilidade para que diferentes perspectivas críticas fossem alocadas em uma mesma investigação. A gestão, nesse panorama, passava a ser problematizada e observada enquanto possibilidade de prática discursiva, ou seja, constituída

¹² No campo das Ciências Sociais, os debates sobre as correntes modernistas e pós-modernistas foram intensificados no final da década de 1980. Tais discussões geraram intensas discussões sobre a relevância dessas perspectivas para a condução de pesquisas na área. Nesse panorama, o periódico *Organization Studies* publicou uma série de artigos sobre a relevância dos debates entre modernismo e pós-modernismo para a Análise Organizacional, assim como sobre a relevância de autores modernos e pós-modernos para o campo. Esses artigos foram liderados por David Cooper e Gibson Burrell, totalizando quatro textos no total (COOPER; BURRELL, 2015).

¹³ Paes de Paula (2020) também pondera que a ampliação do escopo de pesquisa promovida pelo *Critical Management Studies* (CMS) aponta para uma estratégia política de fortalecimento do movimento perante o *mainstream* da área.

por uma série de discursos e narrativas que refletem e reproduzem relações de poder em uma sociedade mais ampla.

O primeiro tópico deste capítulo, apresentado a seguir, discorre sobre as abordagens foucaultianas da arqueologia e da genealogia, as quais, em conjunto, justificam os procedimentos metodológicos e fundamentam as formas de análise desta pesquisa.

2.1 A proposição analítica arqueo-genealógica foucaultiana

Consoante ao proposto por Deleuze (2013), Foucault compartilha que os regimes de verdade podem ser compreendidos por meio dos mecanismos discursivos que são continuamente reconstruídos no espaço e tempo de cada sociedade. Isso faz com que as experiências humanas sejam compreendidas e consideradas como verdadeiras em diferentes espaços-tempo. Para Foucault, os discursos podem ser entendidos enquanto formações históricas que atuam no visível, apontando para formas específicas de enxergar um objeto. Quando um discurso é enunciado, ele reproduz classificações, normas e definições; em outras palavras, tem-se a reprodução da materialidade de um contexto histórico.

A analítica foucaultiana traz o foco minucioso nos detalhes e o questionamento das normas estabelecidas, como uma forma de comportamento crítico contraposto. Dito de outra forma, almeja-se compreender a interação dos fenômenos nos pormenores, que simultaneamente se integram e estão fora dos limites da narrativa convencional, daquilo que é imposto e amplamente difundido. Cabe mencionar a passagem de Bazzicalupo (2017, p. 37–38):

“Sob um ponto de vista metodológico, a análise foucaultiana é incindível da atenção espasmódica a determinados detalhes - a genealogia opera nos detalhes de superfície: apenas os detalhes, o seu acumular-se e suas próprias discrasias e diferenças evidenciam a relação significativa para além das fórmulas gerais ou de filosofia da história sobre o sentido último da época. Este é um ponto importante: as fórmulas gerais (...) são vazias. Concretos são o caráter pervasivo, a disseminação, a complexidade, a contingência, as dinâmicas de inversão das práticas sociais. E essa disseminação é percebida somente no enfoque empírico e imanentista-materialista da própria análise. Foucault fala de *déchiffrement*: não significa tanto desmistificação, revelação, em interpretação iluminista, mas também moralista - mas que as práticas sociais podem ser interpretadas de forma radicalmente distinta da forma como são interpretadas pelos próprios atores”.

Além disso, a analítica leva em consideração os pontos de inflexão que promovem, ao longo do tempo, diversas descontinuidades, contribuindo para o exercício de distintas formas de poder. Conforme proposto por Esposito (2010), nessa possibilidade metodológica, em vez da busca

excessiva pelas origens, pelos acontecimentos e pelos resultados, sob uma linha do tempo contínua, recorre-se mais aos termos de uma semântica histórica, mesmo que avessa àquela legitimadora do poder soberano.

“Não há nada que seja mais tocado, atravessado, modificado pela história, até às suas fibras mais íntimas, do que a vida nas linhas de desenvolvimento em que se inscreve ou no vórtice em que se encontra. Era esta a lição que Foucault tinha extraído da genealogia nietzschiana dentro de uma moldura teórica que substituiu à procura das origens, ou às prefigurações do fim, um campo de forças emanado do suceder dos acontecimentos e do encontro dos corpos” (ESPOSITO, 2010, p. 51).

Ortega (2001), ao discorrer sobre as obras e contribuições de Foucault, compartilha que o filósofo, em um de seus últimos cursos no Collège de France, descreveu os três eixos da experiência nos quais concentrou os seus estudos, quais sejam, o da verdade, o do poder e o do sujeito. Na década de 1960, o filósofo teria focado no eixo da verdade; depois, na década de 1970, no eixo do poder; e, finalmente, na década de 1980, no eixo do sujeito. Fonseca (2001), diferentemente, sob outra perspectiva, observa que as obras do filósofo poderiam ser divididas em torno de três ênfases metodológicas, dinâmicas entre si, a saber, o da arqueologia, o da genealogia e o da ética. Para o autor, são etapas permeáveis e que demarcam deslocamentos flexíveis entre os seus eixos da experiência e das possibilidades metodológicas.

Sobre essa última divisão, tem-se que as primeiras obras de Foucault foram produzidas na ênfase da arqueologia, concentrando áreas como, por exemplo, a Psiquiatria (“*A História da Loucura*”), a Medicina (“*O Nascimento da Clínica*”) e as Ciências Humanas (“*A Palavra e as Coisas*” e “*A Arqueologia do Saber*”). Nessas obras, foram abordadas categorias como a "sanidade", a "saúde" e o "conhecimento", e a forma como esses temas são concebidos, classificados e distribuídos na cultura ocidental. O interesse não estava no objeto/texto, mas sim na configuração geral do campo em que ele foi produzido. Foucault não se limitava às estruturas formais, como aquelas compreendidas pelas análises semântica e sintática, indo além, explorando os aspectos que poderiam restringir o conteúdo material do que era dito e pensado¹⁴.

A arqueologia contribuiu, assim, na apresentação de modos alternativos de pensar, desafiando a inevitabilidade a qual encontramos em nossas próprias formas de pensamento. Segundo a perspectiva arqueológica-foucaultiana, o discurso não pode ser simplesmente equiparado à fala, à língua, ao texto, à formulação ou à proposição, mas, sim, deve ser observado enquanto

¹⁴ Conforme propõe Azeredo (2021), Foucault, por vezes, alinhou o seu projeto arqueológico à linguagem kantiana, ao explorar as condições de possibilidades do pensamento em um determinado período. Essas condições, sob a perspectiva foucaultiana, poderiam ser observadas a partir de uma situação histórica peculiar e que passava por constantes variações ao longo do tempo.

“conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2012, p. 144). Esses discursos, conforme propõe Faheina (2020), dizem sobre as condições existentes, em um espaço-tempo, no processo enunciativo.

Após a publicação da obra “A Arqueologia do Saber”, Foucault redirecionou o foco de suas obras e foi além das análises de discursos. Tem-se, nesse panorama, o deslocamento da arqueologia para a genealogia, a qual foi evidenciada durante a aula inaugural de Foucault no Collège de France, intitulada “A Ordem do Discurso” (FOUCAULT, 1996). Nessa aula, o filósofo deixou claro que não houve uma ruptura abrupta com a arqueologia, mas uma constatação de sua inadequação para a análise que pretendia realizar, pontuando a complementaridade entre as duas abordagens. Esse deslocamento, conforme pontua Fonseca (2001), demarca a primeira mudança de ênfase metodológica nas obras de Foucault.

Tendo como referência a genealogia de Nietzsche¹⁵, Foucault passou a explorar as relações entre verdade, teoria, valores e instituições, bem como as práticas sociais que surgiam a partir dessas relações. Esse novo enfoque contribuiu para que o filósofo passasse a considerar as relações entre os saberes e as relações de poder. Em particular, na genealogia, o filósofo examinou como os campos de conhecimento, trabalhados pelas Ciências Humanas, desenvolveram-se a partir de práticas disciplinares políticas. Já nesse panorama, Foucault também apresentou e analisou o conceito de biopolítica. A genealogia, assim, poderia revelar as discontinuidades que permeiam as estruturas do saber, dos discursos e dos domínios de objetos, sem recorrer a um sujeito consciente e autônomo. Nesse sentido, conforme exploram Marín-Díaz, Schilling e Aquino (2019), a ideia seria a de entender como as estruturas foram constituídas ao longo do tempo e quais seriam as condições necessárias para que o poder produzisse efeitos particulares de verdade.

Conforme estudado por Candido (2013), não mais preponderando a busca pelas origens, que poderiam ser observadas enquanto fundamentos transcendentais ou míticos fundadores, Foucault passou a se concentrar na história efetiva, cujos atributos estariam alinhados com o método genealógico que ele propõe. A questão central seria a busca pelas raízes históricas, tangíveis do que existia e ocorria. Essa concepção associa-se à noção de que “somente os conteúdos históricos podem revelar a divisão de conflitos e lutas que as estruturas sistemáticas procuraram, justamente, ocultar”, conforme proposto por Foucault (1999, p. 11). Em outras

¹⁵ Azeredo (2021) compartilha que a intenção crítica com a qual Foucault emprega a sua genealogia o aproxima de Nietzsche. As genealogias foucaultianas desconstruem, ao dar luz às origens, aos significados e às avaliações oficiais no processo de apreensão dos conhecimentos de uma sociedade.

palavras, e ainda consoante a Candido (2013), a genealogia tem como objetivo demonstrar como se formam os acontecimentos a partir de complexas redes de relações e de sujeitos e práticas dispersas na sociedade.

As relações de poder foram abordadas em diversas obras foucaultianas, tais como “*Vigiar e Punir*” (1987), “*História da Sexualidade*” (1988), a coletânea de entrevistas e textos organizada por Roberto Machado intitulada “*Microfísica do Poder*” (2006), além de uma série de conferências proferidas em 1973 intitulada “*A Verdade e as Formas Jurídicas*” (1974). Além disso, o assunto foi abordado em grande parte de seus Cursos no *Collège de France* (1971–1980) e em uma série de artigos, conferências e entrevistas compiladas nos volumes de *Dits et Écrits*. Percebe-se, a partir dessas produções, um deslocamento na própria analítica do poder de Foucault, passado de uma teoria geral do poder para uma análise da história e das tecnologias do pensamento governamental.

Assim, comparando esses dois grandes movimentos e modos de apreensão dos fenômenos, tem-se que a arqueologia se concentrava na análise das discursividades e como os saberes se tornam hegemônicos e ocupam posições de privilégio. A genealogia, por sua vez, foca nas relações entre verdade, teorias, valores e instituições, ou seja, lança-se no enredo, nas disputas e nas tramas de poder. Adiante, Foucault passou a explorar o tema da ética como uma forma de estudar os jogos de verdade na relação do sujeito consigo mesmo e a constituição do sujeito como tal. Fonseca (1995) aponta que os volumes II e III da “*História da Sexualidade*” apresentam-se em uma atmosfera diferente, uma vez que enfatizam as vozes da liberdade e da constituição ética dos indivíduos por meio da estilização de suas vidas e ações. Na ética, o que está em questão são as várias formas pelas quais o sujeito é constituído por meio de reflexões sobre si mesmo, sem a prescrição de códigos, interditos ou mecanismos disciplinares.

Ao observar a trajetória do pensamento de Foucault, desde a arqueologia até a genealogia e a ética de si, como apontado por Deleuze (2013), percebe-se um movimento de desdobramento dos temas estudados e das formas de apreensão dos fenômenos. A abordagem arqueológica permitiu mostrar como as ciências humanas foram constituídas, enquanto a análise genealógica possibilitou a investigação dos motivos pelos quais elas surgiram. Além disso, podemos dizer que a arqueologia faz parte do projeto genealógico e utilizá-la como ferramenta metodológica sem considerar seu contexto pode ser inadequado. Nessa perspectiva, conforme compartilharam Souza, Junquillo, Machado e Bianco (2006), Foucault utilizou a abordagem arqueológica para mostrar como os saberes surgem e se transformam, enquanto a genealogia do saber se

concentrou em explicar os motivos pelos quais determinados saberes passaram a ser privilegiados em detrimento de outros.

Sobre a genealogia, cabe ressaltar a passagem de Bazzicalupo (2017, p. 12):

"A genealogia renova profundamente a compreensão do conceito, mas, ainda mais radicalmente, revoluciona as próprias categorias de poder e de norma. (...). O olhar analítico vira-se aos efeitos de poder que os saberes - a verdade científica sobre a natureza da vida e da vida humana em especial (biologia) e as teorias econômicas - provocam nos processos de subjetivação, tornando pensáveis e dizíveis algumas coisas e não outras. Estamos perto de uma elaboração filosófica do conceito, evidentemente de cunho foucaultiano: empírica e histórica, orientada justamente a misturar os efeitos de poder mais do que a coerência conceitual. Assim emerge a viga mestra do constructo biopolítico a produtividade do poder à frente de uma tradicional versão repressiva e jurídica do mesmo".

Neste trabalho, utilizamos a abordagem arqueo-genealógica foucaultiana, alinhando os discursos ao seu contexto histórico e genealógico. Almejamos analisar um objeto sob a ótica do discurso, compreendendo as diferentes enunciações que fazem parte da sua história. Os diversos discursos analisados, nesse sentido, revelam diferentes verdades dos acontecimentos e, também, apontam para possibilidades entre as relações de poder e os saberes.

É válido evidenciar que, conforme explorado por Candido (2013), o poder não existe de forma independente da realidade, mas enfrenta constantes tensões e complexas relações de forças que se estabelecem entre os indivíduos. Nesse sentido, não se tem o poder como algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas e em constante transformação. Não se trata de um objeto natural, uma coisa, mas de um emaranhado de práticas sociais e, como tais, constituídas historicamente. Nessa linha, faz-se necessário avaliar a natureza das práticas sociais nas instituições modernas, uma vez que a análise do poder não deriva exclusivamente das ações do Estado. É necessário, também, identificar as origens e a legitimidade do poder estatal em um nível mais básico e micro.

Em relação ao objeto de estudo, que será posteriormente apresentado com detalhes, entendemos o Parque Municipal enquanto um acontecimento discursivo, no qual operam relações constitutivas dos saberes e das práticas sociais, a partir de determinados domínios e suas condições particulares de possibilidades. Essa noção torna possível, conforme pontua Candido (2013), o estudo das articulações entre saber e poder e suas respectivas origens e efeitos na sociedade, em especial, na formação das subjetividades (e dos desvios, das heterotopias) por meio dos dispositivos de poder. As mudanças nesse lugar empreendem-se a partir de conhecimentos, de perspectivas e de formas plurais de visibilidade. Ao longo de sua história,

diferentes práticas são influenciadas por diversos feixes de discursos, revelando vozes, subjetividades e relações de poder conflitantes.

A analítica foucaultiana nos permite examinar e reconstruir o que tem sido feito e falado sobre o Parque, bem como identificar quem/de onde/como/porque age e fala, juntamente aos efeitos das relações de poder que são reproduzidas na realidade desse espaço público belo-horizontino (FOUCAULT, 1985). Essas são algumas das questões que o filósofo nos instiga a considerar em relação ao objeto de estudo.

Nessa linha, sobre a analítica foucaultiana, tem-se a concepção de que não existe uma teoria geral sobre o poder, sendo, nesse sentido, mais sensato analisar os mecanismos, os dispositivos e os efeitos que se desdobram do exercício do poder (FOUCAULT, 2006; NUNES; PEREIRA, 2022). O exercício do poder e suas repercussões mostram-se como um todo emaranhado, em uma rede de relações. Em outras palavras, o poder pode ser compreendido a partir de uma matriz geral de relações de força em condições de espaço-tempo específicas. Essa dinâmica conta com raízes profundas na interligação e na totalidade dos panoramas sociais, meio em que as interações de forças se destacam e se tornam visíveis nos sistemas organizacionais, no desenvolvimento de conhecimentos, na elaboração das regulações, no exercício da disciplina e sanção e nas influências predominantes na sociedade.

É importante citar o entendimento de Foucault em relação ao "meio", enquanto um fenômeno de circulação que agrupa dados, acontecimentos e no qual ocorre um encadeamento circular de causas e efeitos.

"O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles" (FOUCAULT, 2008, p. 28).

O Parque, nessa linha, pode ser entendido como um meio, onde existe a circulação e a aglomeração desordenada de coisas e indivíduos. E, nesse sentido, consoante ao proposto por Foucault (2008), constitui um campo de intervenção, podendo-se, nele, apreender uma população atrelada à materialidade da qual foi constituída. Ainda segundo o filósofo, e corroborando a pertinência da análise do meio, os dispositivos de segurança criam, organizam e operam um meio antes mesmo de existir. E esse é o caso do Parque estudado, almejado e tecnicamente planejado enquanto um espaço-tempo caracterizador da modernidade juntamente à demarcação da nova capital belo-horizontina.

A constituição da história, alinhada à composição do *corpus*¹⁶ desta tese, tendo como base a construção de um Arquivo, então, compõe-se a partir da composição dos efeitos, que não se constituem a partir de dualidades e oposições, mas sim nos “quiasmas” ou cruzamentos que empreendem uma determinada e particular inteligibilidade em história, uma forma de contar e a partir de fontes que contam sobre a constituição dos efeitos maciços; senão vejamos:

"No fundo, a inteligibilidade em história talvez não resida na assinalação de uma causa sempre mais ou menos metaforizada na fonte. A inteligibilidade em história residiria, talvez, em algo que poderíamos chamar de constituição ou composição dos efeitos. (...) É aí que está o quiasma, é aí que está o cruzamento, é aí que está o efeito global, mas essa globalidade não passa, justamente, de um efeito, e é nesse sentido da composição desses efeitos maciços que se deveria aplicar a análise histórica" (FOUCAULT, 2008, p. 320).

Sobre isso, ao explorar o historicismo hegemônico, Esposito (2010) corrobora a perspectiva foucaultiana de não o entender como um ponto ou uma linha, mas sim a partir do seu interior no qual emergem pontos de inflexão que vão além do convencional, da lógica dominante e da narrativa sobreposta ou imposta. O autor assim compartilha:

“Neste aspecto, o fim da época moderna - ou, pelo menos, o bloqueio analítico das suas categorias posto em evidência pelas primeiras teorizações biopolíticas - não pensado por Foucault como um ponto ou uma linha, que interrompa um percurso histórico, mas sim como a alteração da sua trajetória produzida por um diferente tipo de olhar: se o presente não é aquilo, ou só aquilo, que até agora tinha-os suposto; se as suas fileiras começam a unir-se em torno de um diferente epicentro semântico; se, no seu interior, emerge qualquer coisa de inédito, ou então de antigo, que contesta a sua imagem convencional - pois bem, isto quer dizer que também o passado, de onde em qualquer caso isso deriva, já não é necessariamente o mesmo. Que pode revelar um rosto, um aspecto, um perfil antes na sombra ou porventura escondido por uma narrativa sobreposta, e às vezes imposta -, não necessariamente falso em todos os seus trechos, até funcional para a sua lógica dominante, mas talvez justamente por isso parcial, se não também de parte” (ESPOSITO, 2010, p. 45).

Tem-se, nessa perspectiva, a constituição de uma história e de um passado, a partir das condições contemporâneas de análise. Ainda, sobre a constituição de um Arquivo para esta tese, na perspectiva de Foucault (2008), tem-se sua concepção enquanto técnica de saber, por meio da inteligibilidade do feixe de processos que demarcam o desenvolvimento urbano, por meio de acontecimentos múltiplos e insurreições de condutas.

“Tratar-se-ia de estabelecer a inteligibilidade dos processos de que lhes falo, mostrando quais foram os fenômenos de coagulação, de apoio, de fortalecimento recíproco, de coesão, de integração; em suma, todo o feixe de processos, toda a rede de relações que por fim induziram como efeito de massa a grande dualidade, ao mesmo tempo corte e censura (...)” (FOUCAULT, 2008, p. 319).

¹⁶ Sobre o *corpus*, para além do aparato documental, ele também foi composto por entrevistas, conversas, idas e vindas ao Parque. A sua composição será explicada adiante.

Nessa linha, compartilhamos a dificuldade em se formatar uma única linha do tempo, uma vez que não contamos com uma única fonte delimitadora das transições no tempo, vivendo cada organização em um particular espaço-tempo. Em relação a essa dificuldade, comenta Foucault (2008):

“Observação de puro método. Vocês me dirão: é muita amabilidade sua ter indicado assim o aparecimento desses dois elementos, sua correlação, o jogo de cruzamento, o quiasma que se produziu, mas que você não explica. Claro que não explico, por um monte de razões. Mas gostaria de levantar, mesmo assim, uma questão. Se, como explicação, me pedissem (...) em suma para encontrar o um que vai se dividir em dois, eu entregaria os pontos na hora. Mas será que a inteligibilidade, a inteligibilidade que seria preciso estabelecer ou que talvez seja preciso estabelecer em história, será que não há outros meios de constituí-la?” (FOUCAULT, 2008, p. 319).

O Arquivo, assim, constituído para esta pesquisa, permite-nos entender o Parque por meio de um enredo, criado e propagado a partir de diferentes discursos imersos a determinadas condições de espaços-tempo, agora, nesta pesquisa, por mim analisadas. Os diversos pontos de inflexão, desde a sua criação, promovem diferentes camadas e distintas formas de usos e desusos. Nesses pontos, tem-se a possibilidade da apreensão das heterotopias, as quais apontam para as diversas metamorfoses das quais fizeram uso os sujeitos frequentadores.

No próximo tópico, apresentamos, com maior profundidade, o conceito de heterotopias trabalhado por Foucault (2013), e como esse conceito pode ser aplicado no objeto de estudo deste trabalho.

2.2 Outras subjetividades, outros lugares: as heterotopias

“Há países sem lugar e histórias sem cronologias. [...]. Sem dúvida, essas cidades, esses continentes, esses planetas nasceram, como se costuma dizer, na cabeça dos homens, ou, na verdade, no interstício de suas palavras, nas espessuras de suas narrativas, ou ainda, no lugar sem lugar de seus sonhos no vazio de seus corações; numa palavra, é o doce gosto das utopias” (FOUCAULT, 2013, p. 19).

Ao adentrar no campo de estudos das heterotopias, como ponto de partida, compartilhamos o exemplo do espelho, empregado por Foucault (2013), o qual ilustra a diferença entre as experiências de utopia e heterotopia. Segundo o filósofo, no espelho, é possível observar um lugar irreal, pois o que se avista é ausente, configurando as utopias. Contudo, ao mesmo tempo, o espelho representa uma heterotopia, pois ele, de fato, existe, permanecendo em um lugar localizável e refletindo o espaço em que está inserido. Assim, ainda com base no filósofo, as

heterotopias são diferentes de tudo o que elas parecem refletir, pois, apesar de se relacionarem com todo o espaço social, possuem uma dimensão de contraposicionamentos. Nesse sentido, Foucault destaca a relevância dos “outros lugares”, alheios, fora de contexto, ambíguos e conflituosos, afirmando-se a identidade de uma sociedade em um dado contexto. São os “espaços singulares que encontramos em alguns espaços sociais cujas funções são diferentes das dos outros, ou terminantemente opostas” (FOUCAULT, 2013, p. 52).

Conforme pontua Foucault (2013, p. 19), “há – em toda sociedade – utopias que têm um lugar preciso e real, um lugar que podemos situar no mapa; utopias que têm um tempo determinado, um tempo que podemos fixar e medir conforme o calendário de todos os dias”, e a espacialização desses lugares merece a devida importância uma vez que “não se vive em um espaço neutro e branco; não se vive, não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel. Vive-se, morre-se, em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras”. Ao conceituar a heterotopia, o filósofo parte do princípio de que heterotopia seria a possibilidade da construção de realidades diferentes, uma antecipação de um futuro, um modo de a realidade se rebelar contra o modelo platônico e universal atual, contribuindo para a emergência da possibilidade de outros espaços, ao mesmo tempo, diferentes do espaço atual e das utopias. Para Marinho (2015), no universo político, o termo remete às novas formas políticas que fogem dos padrões tradicionais, fazendo resistência à política da modernidade.

Podemos considerar as utopias e as heterotopias como as duas mais significativas formas de posicionamento espacial e temporal existentes. Se o espaço utópico está para o horizonte, isto é, para uma sociedade aprimorada e deveras irreal, o heterotópico está para a expressão real de uma cultura, ainda que sejam questionados e se encontrem — mesmo sendo perfeitamente localizáveis — para além de todos os lugares. Enquanto as utopias ocupam o espaço da consolação, pois nos permitem acessar livremente um campo onírico e maravilhoso, as heterotopias causam inquietação e incômodo. Isso ocorre porque, ocupando o espaço do real, as heterotopias descortinam um mundo justaposto, superposto, fragmentado.

Nas discussões realizadas por Foucault, são diversos os exemplos de espaços que se preenchem por heterotopias. Nessa linha, Hernández e Marques (2022, p. 18) propõem que:

“Nas breves discussões de Foucault sobre heterotopias, encontramos exemplos tão variados quanto os antigos jardins da Pérsia, as feiras, o navio, os banhos turcos, os bordéis, certo tipo de arquitetura doméstica nas colônias, o cemitério, as prisões, as bibliotecas, entre outros [...] eles poderiam se tornar lugares onde ‘eu sou e não sou’ (o espelho, o cemitério), ou lugares onde ‘eu sou outro’ (bordel, acampamento de verão), revelando assim o potencial analítico do uso da heterotopia para explorar como

a experiência do corpo no espaço e seus modos de subjetivação podem apontar para relações assimétricas entre práticas sociais normativas e transgressoras”.

De acordo com Guatelli (2012, p. 16), as heterotopias ocorrem na “instabilidade e indefinição do espaço”, emergindo tal como uma “crítica ao imperativo categórico do ótico compositivo, à perenidade de formas monumentais e paradigmáticas e ao desejo de suas invioláveis permanências no tempo”. Para Gallo (2015, p. 438–440), além do significado das heterotopias estar atrelado a um “efeito de linguagem”, também pode ser descrita como uma função espacial e cronológica, e se distingue das utopias, uma vez que, enquanto estas se referem a possibilidades irreais, as heterotopias fazem alusão a possibilidades reais, implicando “um espaço que está aí, mas que é um espaço outro”. Em outras palavras, as heterotopias são lugares reais e marcados por subjetividades, que podem coexistir e contradizer os espaços institucionalizados.

Autores como Farmaki, Stergiou e Christou (2021), ao estudarem as experiências de acomodação de indivíduos que utilizam o aplicativo do *Airbnb*, corroboram o entendimento de que as heterotopias se relacionam com outros espaços, ao representá-los e, ao mesmo tempo, invertê-los ou distorcê-los. Em outras palavras, os autores seguem o entendimento foucaultiano de que as heterotopias são espaços indeterminados e que possuem qualidades tanto reais quanto imaginárias. Nesse estudo, como exemplo, têm-se que a produção e o consumo de experiências, característicos do neoliberalismo, permeiam as linhas difusas entre limites espaciais comerciais e privados, problematizando e recriando as interpretações do espaço. No caso, temos novos espaços se sobrepondo aos espaços tradicionais de hospitalidade, desencadeando a reordenação de propósitos, recursos, significados etc.

O estudo de Hernández e Marques (2022), citado anteriormente, considera a heterotopia como uma forma produtiva de analisar as relações dos indivíduos com os espaços, evidenciando as relações entre as práticas sociais que ali ocorrem. Nesse estudo etnográfico, conduzido no período entre 2019 e 2021, foram evidenciadas desigualdades, divergências e fragilidades que preencheram a jornada migratória de cubanos, demonstrando a contínua formação de conexões e a emergência de subjetividades alternativas, especialmente em um panorama de intensificação de correntes de pessoas e de tecnologia digital. A utilização do conceito de heterotopia, nessa investigação, alinha-se ao processo de reformulação dos espaços e das identidades de cubanos residentes no Canadá, abrangendo a identificação de vínculos afetivos nos movimentos transnacionais. Têm-se, assim, justaposições de diferentes espaços em um mesmo lugar, e que,

de outra forma, poderiam se demonstrar como incompatíveis entre si. Em outras palavras, são espaços que assumem distintas formas e funções a partir das práticas sociais ali estabelecidas.

Ao se debruçar sobre as possibilidades da heterotopia¹⁷, Foucault (2013) determina **seis princípios** que contribuem para a identificação e a compreensão acerca dos espaços heterotópicos. O primeiro deles é que toda cultura forma suas próprias heterotopias, as quais são variáveis e não precisam, necessariamente, ser constantes no tempo. As heterotopias de desvio, por exemplo, situam lugares reservados a indivíduos considerados desviantes, à margem das normas e da formalidade. Como exemplo, o filósofo cita as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas e as casas de recolhimento. Nestas, ocorre a ociosidade, um desvio explícito no contexto de uma sociedade contemporânea cada vez mais atarefada (Idem, p. 22).

De acordo com o segundo princípio, “toda sociedade pode perfeitamente diluir e fazer desaparecer uma heterotopia que constituía outrora, ou então, organizar uma que não existisse ainda” (FOUCAULT, 2013, p. 22). Para ilustrar, é possível pensar na evolução das casas de prostituição, que se constituíram de distintas formas temporalmente. A heterotopia encerra em um mesmo lugar real — a rua, a praça, o cinema, o teatro, os jardins e os parques — vários espaços normalmente considerados incongruentes. Em outras palavras, a heterotopia justapõe lugares outrora considerados inusitados de modo a reorganizar seus respectivos estados de equilíbrio e *modus operandi*, despertando novos sentidos e coerências. Nessa linha, o filósofo compartilha que “o teatro, que é uma heterotopia, perfaz no retângulo da cena toda uma série de lugares estranhos”, e acrescenta que “o cinema é uma grande cena retangular, no fundo da qual, sobre um espaço de duas dimensões, projeta-se um novo espaço de três dimensões” (Idem, p. 24).

O terceiro princípio atrela-se às heterocronias, isto é, heterotopias associadas a recortes singulares do tempo. De um lado, há museus e bibliotecas que exercem o papel de acúmulos de temporalidades, espaços em que se “acumula ao infinito” (FOUCAULT, 2013, p. 25). De outro, existem as festas, as feiras e as colônias de férias, que são passageiras, que, de certa forma, pretendem “encerrar todos os tempos em um lugar (...) todas as formas e todos os gostos, a ideia de constituir um espaço de todos os tempos” (Idem, p. 25).

¹⁷ “Quanto às heterotopias propriamente ditas, como se poderia descrevê-las, qual sentido elas têm? Poder-se-ia supor não digo uma ciência, pois é um termo demasiado desgastado, atualmente, mas uma espécie de descrição sistemática que teria por objeto, em uma sociedade determinada, o estudo, a análise, a descrição, a “leitura” [...] desses espaços diferentes, esses outros lugares, uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço onde vivemos: tal descrição poderia ser chamada de heterotopia” (FOUCAULT, 2013, p. 116).

Já o quarto princípio refere-se às heterotopias relacionadas às passagens, à transição, ao efêmero, como a escada, a avenida, o corredor e o trem. São espaços e tempos momentâneos, que possibilitam deslocamentos. Como exemplo, o filósofo remete às feiras, como lugares em que “se povoam uma ou duas vezes por ano com barracas, exposições, objetos heteróclitos” (FOUCAULT, 2013, p. 25). Outro exemplo seriam os colégios que, no rito da passagem, “deviam fazer de crianças, adultos, de camponeses, cidadãos, de ingênuos, espertos” (Idem, p. 26).

O quinto princípio seriam as heterotopias dotadas de mecanismos e regras que regulam a sua abertura e o seu fechamento, movimento que as isola em relação ao espaço em seu entorno. Normalmente, as heterotopias são acessadas ou por obrigação ou demandam ritos ou processos purificatórios anteriores. Para ilustrar, Foucault (2013) menciona as varandas de casas coloniais, que funcionam como um espaço anterior à casa propriamente. Esse espaço intermediário cria uma ilusão de pertencimento, visto que “uma vez que se entrou, percebe-se tratar-se de uma ilusão e que se entrou em parte alguma” (Idem, p. 27), como uma heterotopia totalmente exterior. Em outras palavras, tem-se o estranho incorporado ao espaço físico familiar, criando uma sensação de pertencimento, enquanto, ao mesmo tempo, impede o acesso a determinadas áreas privadas do lugar.

Por fim, o sexto princípio faz menção às heterotopias que possuem a função específica em relação aos espaços comuns que as cercam. Elas podem apresentar um espaço ilusório que reflete os outros espaços reais, mas, na verdade, criam um espaço real diferente e perfeitamente organizado, que não está em conformidade com aqueles que foram construídos na realidade. Esse espaço não é uma ilusão, mas sim uma compensação em relação aos espaços comuns. Esses lugares “são a contestação de todos os outros espaços (...) criando uma ilusão, ou, ao contrário, criando outro espaço real tão perfeito, tão meticuloso, tão bem-disposto quanto o nosso é desordenado, mal posto e desarranjado” (FOUCAULT, 2013, p. 28).

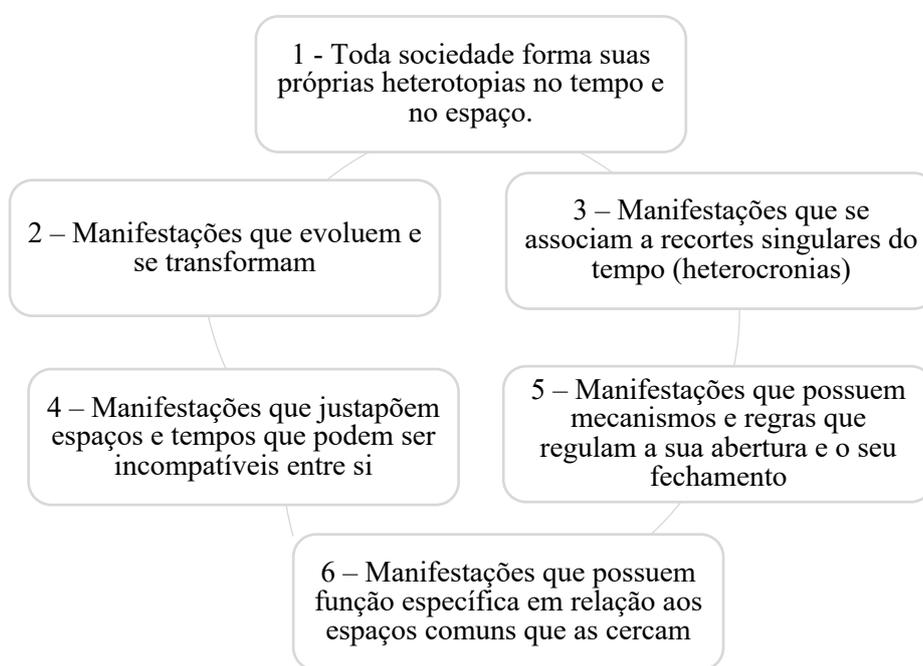
Assim, a proposição de uma heterotopologia, como uma ciência que estuda as heterotopias, atenta-se para os “espaços singulares que encontramos em alguns espaços sociais cujas funções são diferentes das dos outros, ou terminantemente opostas” (FOUCAULT, 2013, p. 52). Para Rago (2015, p. 13), a apreensão de possibilidades heterotópicas, tendo como base os seis princípios mencionados, pode construir:

“uma representação outra do espaço, permitindo abri-lo, pensá-lo como multiplicidades e, ao contrário das noções dicotômicas de tempo e espaço com a qual

lidávamos até recentemente, possibilita pensar os tempos-espacos que se justapõem, entrecruzam e relacionam-se com as heterocronias”.

Esses seis princípios, nesta tese, servirão de categorias analíticas as quais descrevem os possíveis caminhos de investigação das heterotopias analisadas, contestando firmemente quaisquer formas de homogeneização ou padronização do espaço social estudado. Pelo exposto até aqui, são categorias que se alinham ao debate, no âmbito dos estudos organizacionais, entre prática social e formas de subversão ao hegemonicamente imposto. Nesse sentido, elas podem contribuir para a formulação teórica de abordagens inovadoras em pesquisas teóricas e empíricas focadas em entender aspectos da vida social estruturada por esses conceitos.

Figura 1: Categorias analíticas (princípios) utilizadas para a investigação das heterotopias



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Foucault (2013).

A compreensão das heterotopias, a partir das categorias ou princípios supracitados, traz à tona várias considerações sobre as práticas contemporâneas em torno das práticas sociais e das relações de poder, tais como a possibilidade de este não mais estar concentrado somente no Estado e na economia, mas, sim, distribuído em micropoderes, bem como a existência de

resistências, sublevações, revoltas e rebeliões, sejam teóricas ou práticas, no enfrentamento desses poderes. Uma vez que espaços heterotópicos possibilitam o desvio do padrão, da norma, do que é tido como formal, eles permitem formas de subversão, abrindo caminho para experimentações que, aos olhos da organização social tradicional, podem soar estranhas ou deslocadas. Lazzarato (1998) confia que os espaços heterotópicos, ou momentos ucrônicos¹⁸, são as respostas para a criação de dispositivos de produção de subjetividade, que nem sempre guardam relação com os processos cotidianos de subjetivação.

Os espaços heterotópicos, assim, colocam-nos em contato com complexidades que problematizam diversas encruzilhadas¹⁹ em nosso comportamento social e organizacional, oportunizando (ou não) possibilidades para práticas de liberdade e de resistência. Quando nos permitimos deslocar daquilo que é dado como padrão, certo, normativo e de acordo com os modelos tradicionais de organização social, também nos permitimos experimentar novas e distintas relações, outras, incomuns, singulares. Para Foucault (2013), uma das formas de emancipação dos indivíduos estaria relacionada às possibilidades para outras articulações de forças entre saber e poder, outras práticas que contribuam com novas dinâmicas de poder “desindividualizadas”, “múltiplas” e “deslocadas”.

Por fim, conforme pontuam Carrieri e Correia (2020), o repensar, nesse âmbito de estudos, permite-nos reestruturar e interpelar governos de verdade que, até pouco tempo atrás, eram inquestionáveis ou pouco analisados nas reflexões dos fenômenos organizacionais. A discussão sobre heterotopias, nesse panorama, pode auxiliar na compreensão de um outro espaço, ou seja, que vai além da dimensão física e dos limites previamente impostos. Esse outro lugar, de acordo com Soja (1993), constitui a análise conjunta entre espaço, tempo e ser social na sociedade contemporânea.

No tópico seguinte, abordaremos a razão neoliberal e exploraremos as possibilidades teóricas, como as trabalhadas por Lefebvre (1974) e De Certeau (1994), que complementam as contribuições de Foucault já tratadas neste capítulo e que foram fundamentais para a investigação das heterotopias.

¹⁸ “É bem provável que cada grupo humano, qualquer que seja, demarque, no espaço que ocupa, onde realmente vive, onde trabalha, lugares utópicos, e, no tempo em que se agita, momentos ucrônicos” (FOUCAULT, 2013, p. 19).

¹⁹ O termo “encruzilhada” foi explorado trabalhado por Martins (2021, p. 56) e explicado enquanto um “conceito e como operação semiótica que nos permite clivar as formas que daí emergem”. Em outras palavras, depreendem-se do termo as inter-relações entre corpo, gestos, espaços-tempos, memórias, objetos e subjetividades.

2.3 A razão neoliberal e a apreensão de possibilidades heterotópicas

A governamentalidade dotada de um caráter afirmativo e produtivo está intrinsecamente ligada ao neoliberalismo. Ao analisar e relacionar importantes obras de autores como Lefebvre, De Certeau e Foucault, observamos como suas teorias podem se entrelaçar e se alinhar com o conceito de heterotopias. Lefebvre (1974) e De Certeau (1994) contribuem com uma perspectiva crítica sobre como o espaço e as práticas cotidianas são moldadas sob a influência do neoliberalismo, enquanto Foucault oferece uma compreensão aprofundada da governamentalidade para o entendimento deste contexto. Juntos, esses autores contribuem para uma análise mais aprofundada das heterotopias, dos espaços ou dos desvios que constantemente justapõem as estruturas convencionais, refletindo as complexidades e nuances das práticas sociais.

Foucault examinou as práticas de conhecimento produzidas por meio das relações de poder e como essas práticas foram usadas para aumentar e refinar a eficácia e a instrumentalidade do poder em seu exercício sobre indivíduos e populações. Mesmo sendo preenchida por princípios da liberdade e do estado de direito, ainda assim, a sociedade ocidental empregou tecnologias de poder que operavam em formas de ordem disciplinar ou baseadas em técnicas biopolíticas que contornavam a lei e suas liberdades (PETERS, 2007). A contemporaneidade vem mostrando que o neoliberalismo, atrelado à tentativa de crescimento econômico, tem como consequência um espaço social focado no consumo, na competitividade, na individualização, nos constantes cálculos de custo e benefício, na meritocracia liberal e na resignação de símbolos que indicam a representação de culturas permeadas por essas características.

Esse cenário, entretanto, não se isenta de possibilidades **heterotópicas**, uma vez que os indivíduos, impactados por essa dinâmica, confrontam-se em meio à constante reprodução dos espaços e de possibilidades emancipatórias. Esses desvios ou rotas de escape, manifestados por meio da justaposição de novas camadas, de usos e desusos, emergem e se sobrepõem, como tentativas de escapar e resistir às formas de disciplinamento e controle impostas pelo neoliberalismo, adensados a partir de subversões ao hegemonicamente dado como correto e ideal.

As peculiaridades que caracterizam as relações de poder entre os indivíduos e as organizações, no cenário neoliberal, articulam-se em meio às subversões. O estudo do cotidiano, das relações de poder, dos modos de existir e de táticas para a subsistência dos indivíduos, tal como realizado por Lefebvre (1974) e De Certeau (1994) nesse cenário, pode reunir, de forma simultânea, características socioculturais e econômicas que revelam a forma como determinados grupos sociais se relacionam com as organizações, com as cidades, com os espaços coletivos. Nesse panorama, entender a constituição de espaços heterotópicos, tal como proposto por Foucault (2013), na perspectiva de uma resistência micropolítica diante das microfísicas e macrofísicas do poder, aponta para o fortalecimento dos processos de subjetivações libertárias. Dessas subjetivações, temos esboços de formas políticas e espaços heterotópicos que se diferenciam das narrativas tradicionais de se fazer resistência política no atual cenário neoliberal.

Lefebvre (1974), ao explorar o plano da vida cotidiana, propaga a noção de que o espaço é um produto social, no qual a vida urbana não acontece em razão da forma espacial da cidade, mas, sim, a partir dos inúmeros efeitos provenientes dos padrões de mobilidade social. Esses efeitos indicam a fragmentação e a diversidade que são notórios em um mesmo espaço urbano, além do movimento dos indivíduos e das organizações, dos diversos estímulos e das múltiplas formas de uso desses lugares. Esses aspectos, também, apontam para os diversos significados que se organizam em torno dos personagens e de suas experiências em um lugar. O espaço e a sociedade são elementos que possuem relações evidentes, contudo, nem sempre se configuram de modo harmônico. Entre a sociedade “e seu espaço [...] há descompassos: ideologias se intercalam, ilusões se interpõem” (LEFEBVRE, 2013, p. 126). Essas dessimetrias fazem parte dos estudos de Lefebvre que analisam a construção dos espaços, que, segundo o autor, são lugares instáveis, marcados por conflitos e pela expressiva ligação entre “o mental e o cultural, o social e o histórico”.

Ainda para o autor, o Estado tem relevante influência na produção do espaço, pois detém o poder de controlar a produção, a distribuição e o seu uso, utilizando-se da regulamentação, da planificação urbana, da construção de infraestruturas e de outras políticas. Nesse sentido, tem-se a importância da produção do espaço enquanto uma questão política, e, por isso, a sua compreensão mostra-se como fundamental para as análises que tratam das diversas relações de poder entre indivíduos e organizações. Ao realizar os atos sociais e as movimentações dos indivíduos, na forma coletiva ou individual, os espaços “nascem e morrem, padecem e atuam” (LEFEBVRE, 2013, p. 93). Essa forma de pensar vai além dos paradigmas anteriores que tratavam da formação dos espaços, pois eram voltados para os aspectos matemáticos ou

filosóficos dos quais eram concebidos. Com relação a isso, Lefebvre (2013, p. 123) acrescenta que:

“No melhor dos casos, o espaço era tido como um meio vazio, contentor indiferente ao conteúdo, mas definido segundo alguns critérios não formulados: absoluto, óptico geométrico, euclidiano-cartesiano-newtoniano. Se fossem admitidos “espaços”, eles seriam reunidos em um conceito cujo alcance permaneceria mal determinado. A noção de relatividade, mal assimilada, estabelecia-se à margem do conceito, das representações e, sobretudo, do cotidiano, consagrados à tradição (o tridimensional, a separação entre o espaço e o tempo, o metro e o relógio etc.)”.

Os escritos de Lefebvre iluminam a potência transformadora da ação cotidiana, enxergando-a como possibilidade de emancipação frente ao capital e, portanto, frente a quem produz história. Ao estabelecer uma relação entre vida cotidiana e modernidade, Lefebvre (1991, p. 17) assevera que “a vida cotidiana se apresenta como não filosófica, como mundo real em relação ao ideal”. O autor fundamenta sua tese no sentido de que a filosofia se apresenta superior à vida cotidiana, na tentativa de dissociar a sua pureza da impureza da vida cotidiana, ressoando o antigo dilema que sustenta a dualidade entre o mundo de ideias e o mundo real. O autor nos convida a tomar uma decisão por meio de suas formulações teóricas: “ou erigimos em absolutos, em ideias platônicas as instâncias que se elevam acima do cotidiano com a pretensão de regê-lo – ou então [...] ajudamos a humilde razão do cotidiano” (LEFEBVRE, 1991, p. 21).

A prática espacial urbana configura a separação dos elementos que sustentam a vida em sociedade, a qual é estilhaçada na separação dos espaços-tempo da vida cotidiana, degradando as relações sociais. Temos, então, uma cidade vivenciada como meio de privação pelas restrições ao uso e à normatização/programação do cotidiano em um ambiente desigual. A vida cotidiana passa a ser observada a partir da fragmentação dos elementos da prática socioespacial urbana em espaços-tempo distintos enquanto elementos autônomos da vida. Tais características mencionadas são responsáveis pela segregação ocorrida na cidade contemporânea, vivenciada na dimensão do cotidiano — em que se anuncia concretamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade — como meio de se realizar a mercantilização do espaço.

É importante mencionar que, na década de 1970, a problemática sobre a produção do espaço ainda não ocupava um lugar central nas pesquisas acadêmicas. Com relação a isso, acrescenta Schmid (2012, p. 89–90):

“A ‘virada espacial’ tem tomado as ciências sociais e as questões sobre o espaço têm recebido grande atenção, estendendo-se para além da Geografia. Na essência, isto está ligado aos processos combinados de urbanização e globalização: novas geografias se desenvolveram em todas as escalas. Essas novas configurações espaço-temporais que determinam o nosso mundo clamam por novos conceitos de espaço correspondentes”.

Nesse sentido, Lefebvre contribuiu para que novas formas de análise em torno da realidade urbana fossem desenvolvidas em diversos campos de saberes, como na Sociologia, na Geografia e na Arquitetura. A “virada espacial” de Lefebvre, tal como apontada no trecho supracitado, representa a superação de uma enrijecida noção sobre o conceito de espaço, demonstrando que os conflitos e as manifestações dos indivíduos eclodem na vida cotidiana e, assim, vão além daquilo que previamente foi preceituado pelas perspectivas sociais, econômicas e estruturais.

Conforme explora Matias (2016), é evidente o cuidado de Lefebvre em considerar a ação social na interpretação de qualquer percurso histórico. Tanto o espaço quanto os seus indivíduos se (re)produzem mútua e continuamente. A relação entre a teoria e a ação, nesse movimento, para Lefebvre (2006), é inerente à produção dos espaços, que são produzidos a partir das ações dos indivíduos. Lefebvre, por exemplo, propõe a análise de três²⁰ dimensões, inter-relacionadas e interdependentes, para o estudo da produção do espaço. Essas dimensões formam uma tríade composta por categorias em movimento e distantes de uma ordem enrijecida, ou seja, podem ser dispostas de diferentes maneiras. O “concebido”, o “percebido” e o “vivido” se misturam em um mesmo espaço e, juntos, conferem centralidade aos indivíduos que dele fazem parte e ao processo histórico pelo qual passou até a sua configuração, mesmo que ainda de forma inacabada. Ao introduzir a dialética em torno dessa tríade, Schmid (2012, p. 102) compartilha que:

“O espaço é, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido. Nenhuma dessas dimensões pode ser imaginada como a origem absoluta, como “tese”, e nenhuma é privilegiada. O espaço é inacabado, assim, ele é continuamente produzido e isso está sempre ligado com o tempo”.

Neste ponto, importante mencionar que a discussão das três dimensões em torno da produção do espaço foi baseada no livro “A Produção do Espaço”, de Lefebvre, originalmente publicado em 1974²¹. Lefebvre argumenta que o espaço não é algo dado ou natural, mas sim algo

²⁰ Lefebvre expressa a sua intenção em utilizar três dimensões, afastando-se de relações binárias e que tentem à oposição, como na passagem: “três termos e não dois. Uma relação a dois termos reduz-se a uma oposição, a um contraste, a uma contrariedade; (...) A filosofia dificilmente superou as relações a dois termos” (LEFEBVRE, 2006, p. 40). Esse modelo conceitual informa a base da teoria social de Lefebvre e a compreensão espacial das relações sociais de poder, de dominação e de reprodução do capital nas relações fluidas entre indivíduos e os espaços.

²¹ Neste trabalho, além da obra original, publicada em 1974, também se referenciou a obra traduzida pelos professores Doralice Barros Pereira e Sérgio Martin, em 2006.

produzido socialmente por meio das relações sociais e políticas. É nessa obra que o autor apresenta as suas considerações sobre as três dimensões envolvidas na produção do espaço.

Em relação ao espaço “concebido” (a representação do espaço), tem-se o mesmo como decorrente de um ato do pensamento. Essa dimensão se refere à maneira como o espaço é representado ou concebido mentalmente, ou seja, a maneira como o espaço é concebido e planejado. Conforme pontua Schmid (2012), a ação do pensamento é produtora e construtora, realizando-se no concreto. É resultado da ação humana consciente e tem como objetivo organizar e controlar o espaço, sendo influenciado por ideias, valores e estruturas sociais, políticas e econômicas. Além disso, pode ser representado em mapas, desenhos, gráficos e projetos. O espaço concebido é produzido pelos profissionais que trabalham na concepção do espaço, tais como arquitetos, engenheiros, geógrafos, urbanistas e planejadores.

“(…) o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas ‘retalhadores’ e ‘agenciadores’, de certos artistas próximos da cientificidade (...). É o espaço dominante numa sociedade” (LEFEBVRE, 2006, p. 40).

O espaço concebido permite que as pessoas compreendam o espaço de maneira mais clara e precisa, sendo fundamental para o planejamento e para o desenvolvimento de projetos urbanos e arquitetônicos. No entanto, Lefebvre (1974; 2006) argumenta que o espaço concebido pode ser limitado pela ideologia e pelas estruturas sociais e políticas dominantes, e, por isso, pode ser utilizado como uma ferramenta de poder e controle social. Nessa linha, destaca-se uma passagem do estudo de Serpa (2005):

“O espaço concebido é símbolo que carece de perceptos, que busca se incorporar às estruturas cognitivas sem a legitimação das práticas espaciais cotidianas, influenciando, porém, diretamente nos espaços de representação” (SERPA, 2005, p. 222).

O espaço “percebido” (a prática do espaço) se refere à maneira como as pessoas experimentam e percebem o espaço. Trata-se de uma dimensão subjetiva do espaço que resulta da interação humana com o ambiente físico e social. Ele é influenciado por fatores tais como sensações, emoções, memórias e relações sociais. As pessoas experimentam o espaço de maneiras diferentes, dependendo de sua cultura, classe social, gênero, idade e outros fatores. Além disso, a forma como as pessoas percebem o espaço pode mudar ao longo do tempo, como resultado de eventos significativos, mudanças nas condições sociais e econômicas ou outros fatores. Serpa (2005, p. 222) acrescenta que:

“(…) o espaço percebido está relacionado diretamente aos objetos e aos fenômenos imediatos, carecendo de elaborações simbólicas de cunho complexo. É o campo dos

perceptos, embora haja, já aí, o início da incorporação dos objetos e dos fenômenos às estruturas cognitivas”.

De acordo com Lefebvre (1974), o espaço percebido é fundamental para a produção do espaço concebido e vivido (que será tratado adiante). É por meio da percepção do espaço que as pessoas podem compreender e questionar as representações e concepções do espaço concebido, e é por meio da percepção do espaço que as pessoas podem influenciar a produção do espaço vivido.

Por fim, o espaço “vivido” (os espaços de representação) se refere à maneira como as pessoas vivem e experimentam o espaço de maneira ativa e cotidiana. É uma dimensão do espaço que resulta da interação humana com o ambiente físico e social. Ele é o resultado da interação entre o espaço “concebido” e o espaço “percebido”. Por exemplo, o espaço concebido pode ser concebido como uma praça, mas é por meio da percepção e interação humana que a praça se torna um espaço vivido, com as pessoas se reunindo, conversando e participando de atividades. É o espaço dominado “do corpo, da vida cotidiana, do desejo, da diferença” (MERRIFIELD, 1995, p. 297).

Na prática espacial, esta última dimensão aparece como um espaço do “diferenciado”, da “resistência” ou da “contracultura” (MARTIN; MILLER, 2003), conduzindo uma lógica própria. Essa dimensão incorpora as diferenças sociais e as relações informais que privilegiam o valor de uso pelos indivíduos, local em que agem e interagem na representação de si mesmos. É a partir do espaço vivido que as pessoas constroem relações sociais e passam a resistir aos padrões impostos pelo espaço concebido. Ele é influenciado pelas condições econômicas e sociais, como a distribuição de recursos, acesso ao transporte e aos serviços públicos, entre outros. Esses fatores podem limitar ou expandir as possibilidades de interação humana com o ambiente e, por conseguinte, influenciar a forma como as pessoas vivem e experimentam o espaço.

Figura 2: Representação da tríade dialética de Lefebvre na produção do espaço social



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Lefebvre (1974).

As três dimensões, que demarcam a produção do espaço, não existem sozinhas e, por isso, não são independentes. Contudo, como defende Matias (2016), isso não impede que elas sejam estudadas isoladamente, ou seja, é possível estudar uma dimensão específica em detrimento das demais. No entanto, escolher uma dimensão não elimina a existência das outras e, muito menos, confere-lhe maior importância. Por meio das suas relações, o pesquisador conta com insumos para apreender a produção do espaço social e os elementos essenciais para esse processo.

Os lugares diversificados, para além de se opor, também se completam. Nessa perspectiva, Lefebvre (2006, p. 133) faz alusão às heterotopias, enquanto lugares contrastantes:

“Os lugares diversificados tanto se opõem, quanto se completam ou se assemelham. O que introduz uma classificação (grade) por topias (isotopias, heterotopias, utopias, ou seja, lugares análogos, lugares contrastantes, lugar do que não tem ou não tem mais lugar, o absoluto, o divino, o possível), mas também e sobretudo uma oposição altamente pertinente entre os espaços dominados e os espaços apropriados”.

Na mesma obra, mais adiante, o autor aponta para a necessidade de que, na prática espacial, ocorram relações de inclusão-exclusão, de implicações e de explicações. Desses processos, seriam possíveis a percepção e a concepção dos espaços. São atos sucessivos que constantemente reconfiguram os espaços. Nas palavras do autor:

“As inclusões comportam exclusões: há lugares interditos (sagrados-malditos, heterotopias) por diversas razões, e outros lugares permitidos ou recomendados, o que qualifica dramaticamente as partes e partições do espaço opondo o benéfico e o maléfico, distinguindo-os do neutro” (LEFEBVRE, 2006, p. 231).

Sob outra perspectiva e ainda na temática do cotidiano, De Certeau (1994) apresenta o entendimento de que a produção cotidiana não reproduz um modelo homogêneo. As narrativas

generalizantes tornam-se insustentáveis, visto que, de forma oposta, o cotidiano é o lugar da expressão das diferenças e do novo. Assim, as narrativas só ganham sentido se situadas no tempo e no espaço. Nessa direção, o tempo e o espaço só ganham sentido juntamente às demarcações dos indivíduos e às relações de uso que estabelecem com os diferentes atores. Portanto, indaga o autor que os tempos e os espaços terão tantas “assinaturas” quanto atores; do contrário, os tempos e os espaços serão como “folhas em branco”.

Para De Certeau (1994), o objetivo de uma investigação deve considerar o distanciamento entre a produção racionalizada e a produção secundária, destacada pelos “modos de produção” populares e cotidianos. O cotidiano se apresenta de diversas maneiras e, para o autor, mostra-se importante entender como uma sociedade inteira não se reduz à passividade, revelando-se uma contrapartida dos dominados. Tal movimento é percebido por uma marginalidade que não é minoria, mas por uma marginalidade de massa, da atividade dos não produtores, da atividade não assinada. Tais atividades subversivas (assim como as manifestações heterotópicas) apontam para formas de criatividade dos mais fracos, de se apossar do dominador, assim como a politização das práticas cotidianas.

Ainda que a alienação seja intrínseca à vida cotidiana com sua rotina, hábitos e regras, o cotidiano permite possibilidades múltiplas. A partir das “*estratégias*” adotadas pelo dominador, o indivíduo cotidiano escolhe suas táticas. E não se pode esquecer dos (micro) exercícios, “*táticas*” que se utilizam das fissuras e brechas disponibilizadas pelas estruturas de dominação e os mecanismos de repressão para superar as estratégias desse mesmo sistema de poder (DE CERTEAU, 1994).

Não há um lugar específico para as táticas se desenvolverem; elas acontecem em qualquer espaço compulsório, e seu combustível de operação são as falhas das estratégias. A tática é uma façanha típica dos fracos, isto é, dos que não possuem lugares próprios, ou que não ocupam posições hierárquicas favoráveis a ponto de definir estratégias nos espaços. As táticas são fruto da engenhosidade dos sujeitos, constituindo-se como não lugares e marcadas pela inexistência de poder. Os jogos de poder, porém, constituem material útil para que os sujeitos desenvolvam suas habilidades, assim como o é a temporalidade. As táticas, ainda, são efêmeras, não se prestam ao acúmulo. O objetivo seria o de fazer uso do estabelecido e reconstruir um novo cotidiano, contínua e permanentemente (CARRIERI *et al.*, 2010).

O estudo do cotidiano coloca uma lupa nas especificidades e originalidades advindas da necessidade de sobrevivência, das táticas e das estratégias que não estão representadas na

História tradicional, que não permite desvios periféricos (MARTINS, 2008). O cotidiano poderia ter sua validade científica criticada por uma perspectiva tradicional se não fosse pelo fato, como coloca Le Goff (1994), de que ele é valioso para que compreendamos o *modus operandi* da sociedade e da realidade. Até mesmo o episódio mais central ou o mais importante está inserido na malha cotidiana, portanto são também objeto de pesquisa. Para o cotidiano, importam as “operações e os usos individuais, suas ligações e as trajetórias variáveis dos praticantes” (DE CERTEAU, 1994, p. 15).

Souza Filho (2002, p. 130–131) reconhece que De Certeau não constrói uma teoria fechada, e sim vê profundidade nas palavras e na prática social, em que uma pessoa desavisada poderia encontrar somente desordem. Essa “desordem”, aqui associada às manifestações heterotópicas, é valiosa aos observadores interessados, porque “o mundo diário – mundo de profusão de gentes, falas, gestos, movimentos, coisas – abriga táticas do fazer, invenções anônimas, desvios da norma, do instituído, embora sem confronto, mas não menos instituintes”.

Retomando Foucault²², percebe-se um maior aprofundamento sobre as heterotopias quando comparado aos estudos de Lefebvre. Ao analisar um espaço urbano público no cenário neoliberal, Foucault (2013) evidencia as práticas que justapõem o âmbito formal, institucional ou o moralmente aceito, (re)produzindo outros espaços que não os hegemonicamente estabelecidos na sociedade. Nesse panorama, o cotidiano, espaço de criação e interação constante, é construído mediante intervenções e resistências pessoais, e a grande questão instigadora é compreender como os saberes se inter-relacionam na vida cotidiana por meio do que é efêmero. As cotidianidades, porém, não se desfazem de maneira simplória, como alguns discursos tentam argumentar. Os fenômenos inter-relacionais funcionam como estratégias de sobrevivência e, ao mesmo tempo, táticas de dominação — de si, do tempo, do outro. Logo, são terreno fértil para a manifestação do poder e, por conseguinte, para o fortalecimento da agenda de pesquisa nesse campo.

A produção do cotidiano nos/dos espaços nada mais é do que a produção da sociedade com todas suas diferenças; uma produção que reflete concomitantemente nossa natureza ambiental, social e orgânica. Esses espaços permitem uma série de usos e representações distintas, quando submetidos a modos de fazer e produzir também diversos. Algumas cidades possuem

²² Embora Lefebvre e Foucault tenham perspectivas teóricas distintas, ambos contribuíram para a reflexão crítica sobre a sociedade e a política, e suas obras continuam sendo influentes no debate contemporâneo sobre a natureza do poder, do espaço urbano e das relações sociais.

localidades que, ao contrário do esperado, nem sempre são frutos de uma união harmônica, sem conflitos, entre Estado e sociedade devido a razões de ordem política ou devido à ação concatenada de agentes sociais em prol da visibilização de seus próprios interesses. Assim, conforme defende Valverde (2009), é possível analisarmos um espaço público sob a ótica da heterotopia. Se o espaço público não contém uma esperada finalidade política, os significados, condutas e formas terão, naturalmente, sua dinâmica alterada.

A produção de um espaço social e, em especial, as características de um espaço urbano público apontam para um local eminentemente heterotópico. Um parque urbano, tal como o Parque Municipal de Belo Horizonte, enquadra-se nesse argumento, uma vez que representa um microcosmo da história de Belo Horizonte e do Brasil. Natureza e cultura estão reunidas nesse espaço urbano. Foucault, inclusive, também discorre sobre as “heterocronias” do espaço heterotópico, isto é, o fato de tal espaço justapor tempos descontínuos. O Parque reúne indícios da história passada que se refletem no tempo presente e mostram também possibilidades futuras.

Associando De Certeau (1994) aos estudos de Foucault (2013), fazemos referência ao estudo de Bernardo, Shimada e Ichikawa (2015), os quais observam a associação entre estratégias e táticas que se relaciona ao movimento de subversões ou microrresistências (ou às reconfigurações heterotópicas), ou seja, de indivíduos que utilizam artimanhas táticas para trespassar ou escapar das regras preestabelecidas pela norma imposta, residida no campo da estratégia. É essa a relação indissociável que pressupõe a reconstrução do cotidiano, de forma contínua e permanentemente.

Nessa linha, tem-se que os espaços sociais, incluindo-se os parques urbanos, conforme explora Velloso (2022), preenchem-se por relações que ocorrem em torno da produção e do consumo das coisas, e, conseqüentemente, acabam por constituir lugares diferenciados pelas funções que neles se exercem. Por mais que se pretenda estabelecer uma geometria abstrata (tal como se tentou na concepção do Parque Municipal), que segrega funções, e um plano urbanístico neutro, a partir de uma política impositiva, são nesses espaços que se reproduzem as heterogeneidades. Nesse sentido:

“O discurso dominante sobre o espaço – descrevendo o que é visto por olhos afetados por defeitos congênitos muito mais sérios que miopia ou astigmatismo – rouba a realidade do significado, vestindo-o um uniforme ideológico que não aparece como tal, mas ao contrário, dá a impressão de ser não-ideológico (ou então de estar ‘além da ideologia’)” (LEFEBVRE, 1999, p. 317).

De acordo com Britto e Jacques (2012), o ordinário e o cotidiano configuram-se um espaço de luta. O consumo, seja de produtos, ideias ou valores, não se faz passivamente ou em consonância com entidades totalitárias. As possibilidades heterotópicas apontam para a construção de subjetivações alternativas, caminhando em sentido oposto às máximas de autoridade do governo político e permitindo o desvio de práticas de disciplinamento. Isso significa que, a depender das apropriações, dos usos e desusos de um lugar, as práticas cotidianas conseguem ser reafirmadas, rompidas ou terem suas dinâmicas estabelecidas de modo distinto. Cabe aos sujeitos a formação de redes de antidisciplinas que podem refutar as estruturas sociais existentes.

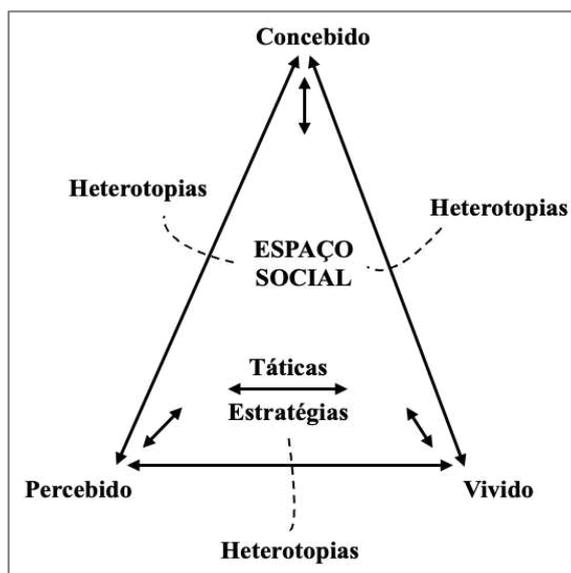
Conforme propõe Lourenço (2018), Foucault, em sua teoria, decide iluminar espaços outros, cujos atributos perpassam o conflito, a marginalidade, o rompimento com as ordens impostas e a subversão. São espaços que questionam todos os outros espaços existentes. Surge, nessa perspectiva, a noção de heterotopia na obra do filósofo. A intenção seria a de também analisar esses espaços existentes à margem de todos os lugares. Estudar os espaços heterotópicos seria uma forma de dispor de novos arranjos espaciais e de permitir uma leitura mais diversa sobre a sociedade. Para Foucault, apenas quando se esgotassem todas as compreensões totalizadoras e unificantes acerca do espaço, seria viabilizada uma abertura para uma leitura mais honesta sobre ele, fazendo-se notar um dinamismo social repleto de conflitos, fenômenos sociais marginais, representações diversas e novos atores.

Por fim, esclarecemos que Foucault aprofundou-se mais e de forma objetiva sobre as heterotopias quando comparado aos estudos de Lefebvre e De Certeau. Ao analisar um espaço urbano público no cenário neoliberal, Foucault (2013), tal como os outros autores, aponta para a existência das práticas que justapõem o âmbito formal, institucional ou o moralmente aceito, (re)produzindo outros espaços que não os hegemonicamente estabelecidos na sociedade. Esses outros espaços, as heterotopias, distinguem-se das utopias por não representarem apenas lugares ilusórios e imateriais, mas por serem construídos em torno da noção de concretude, materialidade e com uma demarcação precisa no espaço e no tempo. Embora Lefebvre, De Certeau e Foucault tenham perspectivas teóricas distintas, ambos contribuíram para a reflexão crítica sobre a sociedade e a política, e suas obras continuam sendo influentes no debate contemporâneo sobre a natureza do poder, do espaço urbano e das relações sociais.

Dessa forma, após explorar as contribuições de Lefebvre (1974) e De Certeau (1974), avançamos na analítica adotada nesta tese, indo além das categorias exploradas no tópico

anterior (os seis princípios utilizados na apreensão das heterotopias). Acrescentamos, pois, outras possibilidades utilizadas como categorias, tais como os contrapositionamentos advindos da dinâmica entre o “concebido-percebido-vivido” e as “estratégias” e “táticas” das quais dispõem indivíduos e organizações. Todas essas categorias edificam a analítica adotada neste trabalho, demonstrando, no todo, que o estudo da constituição de um espaço social, como o Parque Municipal, aponta para um cotidiano notadamente complexo e peculiar, aventando a potência dos estudos organizacionais que valorizam a multiplicidade de fatores e personagens que (re)constróem um lugar.

Figura 3: Representação das possibilidades heterotópicas, considerando a tríade “concebido-percebido-vivido”, as táticas e as estratégias na produção do espaço social



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Lefebvre (1974), De Certeau (1994) e Foucault (2013).

No próximo tópico, exploraremos os caminhos percorridos nesta tese, explicitando a nossa metodologia e detalhando como ocorreu a análise e a formação do *corpus* de análise.

2.4 Caminhos percorridos e a construção do *corpus* de pesquisa

“Para Foucault, o método não é o caminho seguro como queriam Descartes e Ramus, até porque nada mais é seguro, previsível: nem os pontos de saída, nem o percurso, nem os pontos de chegada. E mais: não há um solo-base externo por onde caminhar, senão que, mais do que o caminho, é o próprio solo sobre o qual repousa esse caminho é que é construído durante o ato de caminhar” (VEIGA NETO, 2009, p. 90).

Neste tópic, a proposta é explicar os caminhos e as encruzilhadas percorridas para a composição do *corpus* utilizado como fonte de apreensões para a construção desta tese. Não há a intenção de compartilhar um método claro, sucinto, com etapas fechadas e bem definidas. Pelo contrário, corroboramos a noção foucaultiana quanto às dificuldades em se utilizar uma metodologia cartesiana, imutável e aplicável universalmente. Cabe salientar que tomar como principal base Foucault não significa investigar de qualquer modo ou de forma descuidada, ou, conforme propõe Alvarez (2015, p. 17) por meio do “emprego frouxo de conceitos e de análises”. A intenção do filósofo era a de que seu pensamento fosse utilizado, questionado e que, de alguma forma, pudesse avançar.

Ao pensarmos nos caminhos pelos quais esta tese foi desenvolvida, propomos uma reflexão quanto aos regimes de verdade que sustentam saberes-poderes, no tempo e espaço social-histórico do pesquisador. González Rey (2005) diz que o pesquisador precisa compreender que a discussão de metodologia não está descolada das escolhas teóricas e deve seguir um caminho coerente em seu desenvolvimento, para considerar as metodologias não como técnicas legítimas e absolutas, mas maleáveis de acordo com o que está posto no real. Por isso, cabe salientar que nossa busca na pesquisa qualitativa não é a de regularidades, leis gerais e regras sobre evidências empíricas, mas é a compreensão de que a pesquisa histórica é complexa e plural, impedindo-nos de compreendê-la em sua totalidade.

Tendo por objetivo evidenciar as possibilidades heterotópicas que podem ser encontradas no Parque, em especial aquelas apreendidas em um espaço inicialmente ocupado pelo zelador, esta investigação tem como principal unidade de análise a prática social dos sujeitos. O enfoque está nos sujeitos que falam, que explicam, que contam e narram a sua vida cotidiana, os seus usos e desusos, as suas opiniões e os seus olhares peculiares, o que pressupõe um modo construtivo e reconstrutivo do conhecimento sobre o cotidiano do homem comum. Nesse sentido, a proposta perseguida foi a de trabalhar o dialogismo e a polifonia existente nas narrativas construídas pelos indivíduos de pesquisa, bem como as nossas também enquanto construtores de um processo intelectual. Em outras palavras, por meio de documentos oficiais, reportagens, fotografias, mapas, livros, conversas, entrevistas e materiais acadêmicos já existentes no Arquivo Público, empreendemos uma pesquisa enquanto um espaço de diálogo contínuo entre diferentes tipos de discursos e representações.

Pesquisar documentos em acervos públicos foi uma jornada complexa e extremamente desafiadora, principalmente devido à natureza peculiar de sua organização. Os arquivos públicos, embora extremamente ricos em informações e recursos, nem sempre seguem um padrão universal de catalogação, o que, no presente caso, dificultou a pesquisa e a identificação de materiais específicos para esta tese. Diante desse obstáculo e da tamanha particularidade da forma de organizar do Arquivo Público de Belo Horizonte, contamos com a colaboração de uma acadêmica do curso de História, a quem já agradeço no início desta tese, tendo sido fundamental para a compreensão da forma de estruturação desse repositório. Com o seu apoio, conseguimos, com maior profundidade, decifrar os sistemas de catalogação e identificar fontes relevantes nas vastas coleções disponíveis aos cidadãos. Essa troca de conhecimentos não apenas facilitou o acesso aos materiais necessários como também enriqueceu a minha pesquisa com perspectivas metodológicas fundamentadas na prática arquivística histórica, as quais ainda não são compartilhadas no âmbito dos estudos da Administração.

Nesse sentido, nos parágrafos que se seguem, compartilhamos informações sobre a composição dos fundos analisados e algumas das justificativas para a sua escolha.

A legislação brasileira que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, além de dispor sobre outros detalhamentos, é a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991²³. No texto da normativa, tem-se a conceituação dos arquivos enquanto um conjunto de todos os documentos, quaisquer que sejam os suportes das informações, produzidos e recebidos, no caso dos órgãos públicos, na esfera do Estado, ou por pessoas físicas ou jurídicas, nos arquivos privados. A partir disso, os arquivos são constituídos por sua natureza própria do campo da arquivologia, a qual organiza, administra e conserva a partir de sua própria técnica e metodologia.

Isso é importante ser sinalizado, pois um arquivo é constituído por *fundos*. Ao explicar a noção de um arquivo como o conjunto de todos os documentos, é possível concluir que eles estejam organizados, primeiramente, pela ordem cronológica, como fazem os historiadores, ou pelo suporte físico, característico da biblioteconomia, ou por assunto, como funciona nas pesquisas diversas. Contudo, também é necessário compreender que um fundo reflete a relação estrutural entre a acumulação orgânica dos documentos e sua ordem original, de forma que nenhuma das duas seja prejudicada (COOK, 2017, p. 11). A partir disso, um fundo arquivístico são

²³ Em novembro de 2023, em consulta ao endereço eletrônico do Planalto Central, esta Lei encontrava-se em vigor, não constando revogação expressa. Vide conteúdo em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm>. Acesso em 06 nov. 2023.

documentos que derivam de uma única origem em comum, ou seja, indicam o mesmo órgão produtor, de forma a organizar os documentos e seguir os princípios da arquivologia, a fim de garantir que os documentos construídos por produtores diferentes não sejam misturados. Dessa forma, um fundo reúne documentos de diferentes suporte e formatos, utilizado por uma pessoa jurídica ou física no exercício de suas atribuições (BRASIL, 2006).

É possível exemplificar essa constituição a partir de uma das fontes de dados da pesquisa, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). No APCBH, existem fundos abertos e fundos fechados, ou seja, fundos os quais ainda recebem documentos, pois seus produtores continuam na ativa, e os fundos fechados, os quais podem ser finalizados porque o órgão mudou de nome, mudou de função ou finalizou sua existência. Os fundos, então, seguem o organograma das secretarias e das diversas instâncias da administração da cidade.

Nesse sentido, é possível encontrar nos arquivos também as coleções, sendo diferenciados por reunir documentos com características comuns, reunidos intencionalmente (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 52), e doações, as quais são as coleções de documentos advindas da sociedade e as quais são transferidas ao arquivo de forma gratuita e voluntária, seja por uma pessoa física ou jurídica, um coletivo ou a família de alguém. Dentro dessa perspectiva, a gestão de documentos pela arquivologia denomina também o conceito e função dos instrumentos de pesquisa e acesso. Em outras palavras, cada arquivo produz as ferramentas utilizadas para descrição de seu acervo e documentos, aos quais cumprem o objetivo de orientar tanto a compreensão de seu conteúdo como a localização física do item no arquivo. Para tanto, os documentos seguem uma tabela de temporalidade, as quais definem as etapas de armazenamento e descarte do documento.

Dessa forma, os documentos que não são descartados, antes de chegar ao arquivo, uma vez que não é todo e qualquer documento produzido que vai para o acervo, passam por processos como a descrição, parte da formação e construção das ferramentas de pesquisa, bem como o recebimento do acondicionamento necessário para resguardar a sua conservação e preservação. Nessa etapa, é muito importante garantir que o devido tipo de suporte documental seja adequadamente armazenado, tanto para garantir o acesso quanto para otimizar sua organização.

Sobre sua organização, é necessário explicar que o processo intelectual e físico do seu gerenciamento se chama *arranjo*. Uma documentação arranjada é aquela que já recebeu os devidos códigos arquivísticos que as classificam como parte de um conjunto ordenado de

documentos; já a não arranjada é aquela que ainda não passou por isso (BELO HORIZONTE, 2016, p. 23).

A nossa proposta foi estudar os mais diversos tipos de documentos, na composição de um Arquivo, por meio da analítica e categorias explicitadas nos tópicos anteriores. E, partindo da intenção arqueo-genealógica para a construção desta pesquisa, foi necessário **construir um Arquivo** próprio e específico, que servisse de fonte para analisar os enunciados ali presentes. Conforme compartilham Aquino e Val (2018), este Arquivo pode ser constituído de quaisquer materialidades enunciativas, como documentos oficiais, reportagens, fotografias, revistas, diários e anotações. Os enunciados presentes nesse *corpus*, a partir do referencial foucaultiano, trazem consigo condições de existência e possibilidades históricas que aventam possibilidades heterotópicas.

O Arquivo²⁴, na teoria de Foucault, é uma metáfora que representa um conjunto de práticas discursivas e não discursivas as quais possibilitam a acumulação sistemática e ordenada de informações em uma determinada sociedade. As práticas de Arquivo são cruciais para a manutenção e produção de conhecimento, e, nesse sentido, a história do conhecimento deve ser vista como uma história das práticas de arquivo, nas quais é possível apreender mudanças na produção e na circulação do conhecimento. Tem-se, nessa perspectiva, a importância de analisar não apenas o que é dito, mas também o que é silenciado ou excluído, pois isso pode revelar os mecanismos de poder subjacentes às práticas de arquivo (FOUCAULT, 2008).

Para a organização do Arquivo, seguindo o proposto por Aquino e Val (2018), procedeu-se a três importantes etapas, a saber: a definição do *corpus* de análise; a ordenação discursiva dos documentos; e, por fim, o processo de arquivização, que consiste em apreender os pontos de inflexão que possibilitaram a mudança das regras de veridicção. Nesse sentido, o trabalho do pesquisador atrela-se ao processo de apreender, em uma série histórica extensa (arquivamento), as possíveis racionalidades daquilo que foi dito, evidenciando, assim, a acontecimentalização (arquivização). Os acontecimentos que dão indícios dos desvios, ou dos rastros heterotópicos, reproduzem ressonâncias, modificando as relações de veridicção.

Após organização do Arquivo (ou a ordenação discursiva dos documentos), os dados coletados foram analisados a partir da analítica foucaultiana que trata o discurso como prática

²⁴ Foucault discute o método arquivo em vários de seus trabalhos, incluindo "As palavras e as coisas" e "Arqueologia do saber" (FOUCAULT, 1999; FOUCAULT, 2008). O filósofo também abordou o tema em uma série de palestras intitulada "A verdade e as formas jurídicas", em que explora a relação entre as práticas de arquivo e as formas de poder jurídico (FOUCAULT, 1974).

(FOUCAULT, 2008). Tanto na arqueologia quanto na genealogia, Foucault nos apresenta ferramentas teóricas e metodológicas que nos permitem olhar para a gestão enquanto um conjunto de saberes tomados como uma verdade em determinado tempo histórico. Isso abre caminhos para observar camadas, mudanças e pontos de inflexão, assim como a emergência dos enunciados instituídos como regimes de verdade.

2.4.1 A pesquisa no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) tem origens tanto da legislação federal supracitada, que criou o Sistema Nacional de Arquivos, quanto da legislação municipal, a qual, por meio das Leis n.ºs 5.899 e 5.900, ambas de 20 de maio de 1991²⁵, dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados. A respeito de seu acervo atual, importante mencionar que ele é fruto do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a garantia da segurança do patrimônio documental do município, que teve como início da formulação do seu formato atual a reestruturação da administração municipal e a criação da Secretaria Municipal de Cultura, em 1989. Assim, depreende-se que a criação de Belo Horizonte e sua gestão administrativa conquistaram sua independência arquivística do estado a partir de 1947, quando foi desenvolvido o setor de arquivos da Câmara Municipal da cidade. Nesse panorama, havia, primeiramente, o intuito de preservar a documentação legislativa, e, posteriormente, em 1996, constituiu-se o APCBH, a partir da reformulação do regimento interno, sendo o marco de transferência da documentação o ano de 2005 (NASCIMENTO; GOMES, 2008).

Tendo compartilhado, de forma breve, esse contexto histórico, é possível compreender melhor a constituição do acervo disponível no APCBH. Os fundos, como explicado anteriormente, são construídos segundo a função e agente produtor dos documentos. Dessa forma, a fim de encontrar documentação primária a respeito da constituição, administração, reformas e desmembramentos ocorridos no Parque Municipal, foi realizada a pesquisa no Guia do Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, publicado em 2016²⁶, última edição disponibilizada no site da Prefeitura.

²⁵ Os normativos citados podem ser acessados no endereço eletrônico <<http://leismunicipa.is/bmkji>> e <<http://leismunicipa.is/bkjmi>>, respectivamente. Acesso em 6 nov. 2023.

²⁶ Vide endereço eletrônico <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2023/guia-do-acervo.pdf>>. Acesso em 6 nov. 2023.

Nesse documento, são reunidas as informações de todos os fundos disponíveis para consulta presencial e a indicação de acervo disponibilizado on-line, sendo seus fundos fechados ou abertos, seguindo o organograma administrativo vigente da Prefeitura de Belo Horizonte, além das coleções reunidas no acervo. Como o objeto de estudo desta tese é o Parque Municipal Renné Giannetti, e os espaços nele inseridos, escolheu-se a pesquisa no fundo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), em específico o Subfundo da Gerência de Gestão Ambiental. A escolha deve-se pelos fatores de abrangência temporal do fundo, com documentação entre 1972–2001 e, principalmente, o foco específico do conteúdo documental, em que a produção acerca do histórico de tomadas de decisão acerca do Parque possui o foco gerencial importante para a compreensão dos processos de transformações ocorridas.

A partir da seleção de fundos e subfundos a serem pesquisados, o diálogo com o APCBH para acesso deles deu-se a partir do e-mail da sala de consultas da instituição, que é o setor responsável pelo atendimento ao público e intermédio de acesso a documentação. Com a indicação do fundo e subfundo a serem pesquisados, o setor nos disponibilizou, por e-mail, a Guia de Recolhimento do fundo requerido.

O Guia de Recolhimento é uma planilha contendo as informações de quando os documentos foram recolhidos e processados para compor o acervo do APCBH, com a descrição do documento, a natureza do suporte e gênero, a quantidade de itens dentro dele e a data-limite. Além disso, conta com o controle interno da localização do documento no prédio, ou seja, em qual depósito ele está, o tipo de móvel, a posição dentro do móvel e o tipo de embalagem em que ele está armazenado.

A partir disso, foram feitos contatos por e-mail e diversas visitas presenciais entre abril e maio de 2023, oportunidades nas quais os seguintes documentos e fundos foram acessados:

Quadro 1: Documentos consultados no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Instituição	Fundo	Subfundo	Documento	Data	Gênero
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Caderno com registros da presença em reuniões, termos de posse e atas de reuniões da comissão consultiva do Parque Municipal Américo Renê Giannetti	1992–1995	Textual
APCBH	Secretaria Municipal de	Gerência de Gestão	Ata das reuniões do Parque Municipal	1993–2003	Textual

	Meio Ambiente (SMMA)	Ambiental – (GGAM)	Américo Renê Giannetti - avulsas		
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Belinho - Parque Municipal (história em quadrinhos)	1997	Textual e Iconográfico
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental – (GGAM)	Regulamento do uso do Parque	1997–2000	Textual
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Discreta justificativa ou retrato de compromissos - (preliminares e processo do "Programa Parque 21", por Ana Beltrão	1999–2003	Textual
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Levantamento socioambiental do Parque Municipal	2001	Textual
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Programa Parque 21 - Levantamento do patrimônio histórico-cultural	2002	Textual
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Projeto de Irrigação Automática	2002	Textual
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Protocolo n.º 29.448/00 Ministério Público de Minas Gerais - Secretaria Municipal de Meio Ambiente solicita providências - OF. DPMAG/EXTER-97.00	2000–2004	Textual
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Clipping do Parque Municipal Américo Renê Giannetti (Programa de Revitalização do	2003–2004	Textual e Iconográfico

			Parque 21 e reportagens sobre o Parque)		
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Caderno "Levantamento das Ações de BH relacionadas com Agenda 21"	2005	Textual
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	02 Pastas do Seminário Agenda 21 de BH. Contém: Bloco, Programação do Seminário, Cartilha, Certificado e Crachá	2005	Textual e Iconográfico
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Parque 21: Programa de Revitalização do Parque Américo Renné Giannetti	2002	Textual
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Plano de Ação 2002	2002	Textual
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Relatório Gerencial Sintético e Plano de Ação 2002	2002	Textual
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Programa Agenda 21 - Relatório	1999–2000	Textual
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Negativo 1143	Sem Data	Iconográfico
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Negativo 1144	Sem Data	Iconográfico
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Negativo 1177	Sem Data	Iconográfico

	(SMMA)				
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Negativo 1247	Sem Data	Iconográfico
APCBH	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)	Gerência de Gestão Ambiental (GGAM)	Negativo 1267	Sem Data	Iconográfico

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Além dos documentos supracitados, em conversa com as arquivistas da Sala de Consulta, foi apresentado também o livro “Parque Municipal: crônica de um século”, produzido e publicado pela Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), após um dos processos de reforma administrado e conduzido pela empresa no Parque Municipal, em 1950. A obra é composta por seis capítulos, organizados cronologicamente, os quais se ocupam em traçar a identidade do Parque desde a sua idealização romântica na construção da Capital, passando por toda sua trajetória no século XX até a intervenção paisagística da CVRD com seu “projeto a favor do parque”, sendo a obra de revitalização paisagística feita pela empresa.

2.4.2 A pesquisa no Museu Histórico Abílio Barreto

O Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) é uma instituição que compõe a Fundação Municipal de Cultura (FMC) da Prefeitura de Belo Horizonte e foi fundada em 1943, ocupando o espaço cultural e histórico da cidade no casarão da antiga Fazenda do Leitão, construída em 1883. Além do caráter histórico do próprio edifício, enquanto um importante símbolo da história da capital mineira, o MHAB tem como uma de suas atribuições a dedicação à preservação, à pesquisa, à produção e difusão do conhecimento sobre Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2023).

Nessa perspectiva, a formação do *corpus* do Arquivo teve sua segunda etapa com a pesquisa no acervo iconográfico digital do MHAB e no acervo da hemeroteca disponível sobre o Parque Municipal Renné Giannetti. O contato com o órgão público novamente foi pelo e-mail, dessa

vez no setor da biblioteca do museu, disponibilizado no site oficial do Museu no portal on-line da Prefeitura, também no período entre abril e maio de 2023, tendo sido realizadas visitas presenciais para consulta aos documentos.

Os documentos acessados foram selecionados pelo bibliotecário do MHAB, após informarmos que gostaríamos de acessar toda a documentação referente ao Parque Municipal. Os documentos acessados se encontram listados a seguir.

Quadro 2: Documentos consultados no Museu Histórico Abílio Barreto

Instituição	Fundo	Documento	Data	Gênero
MHAB	Hemeroteca Parque Municipal Renné Giannetti	Reportagens diversas sobre eventos ocorridos no Parque Municipal Renné Giannetti	1975–2008	Textual e Iconográfico
MHAB	Hemeroteca Parque Municipal Renné Giannetti	Dissertação de Mestrado - "Parque Municipal de Belo Horizonte: público, apropriações e significados", por Aurino José Góis	2003	Textual
MHAB	Coleção Comissão Construtora Nova Capital.	Projeto Geral do Parque	24/12/[189?]	Cartográfico
MHAB	Coleção Comissão Construtora Nova Capital.	Planta Geral da Cidade de Minas, organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte	Sem Data	Cartográfico

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

2.4.3 A pesquisa no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG)

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) é uma fundação sem fins lucrativos, ou seja, uma organização formal e autônoma que visa à garantia dos direitos da sociedade civil em questões públicas, vinculada à Secretaria de Estado de

Cultura e Turismo (Secult) de Minas Gerais. Sua criação ocorreu em 1971, enquanto instituição estadual responsável por atuar juntamente ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, anterior SPHAN e atual IPHAN.

O projeto de lei do IEPHA/MG foi de autoria do historiador Affonso Ávila²⁷ com o intuito de incentivar a elaboração dos inventários culturais (IPAC), bem como fortalecer a gestão e autonomia das instâncias municipais na formulação de políticas de proteção ao patrimônio material e imaterial (MINAS GERAIS, 2019). Nessa medida, o Instituto é responsável não apenas por proteger os bens, mas igualmente se articula no Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP) para a manutenção e reconhecimento da diversidade cultural (MINAS GERAIS, 2019).

Nesse panorama, o IEPHA/MG obteve o tombamento estadual do Conjunto Paisagístico do Parque Municipal Américo Renné Giannetti pelo Decreto Estadual n.º 17.086, aprovado em 13 de março de 1975²⁸. Para conseguir o acesso ao dossiê completo, foi necessário entrar em contato pelo e-mail da biblioteca do Instituto e solicitar a documentação. Não foi preciso visitar presencialmente o órgão, sendo que ele enviou o dossiê completo via anexo em resposta à comunicação solicitando o mesmo.

Posteriormente, em junho de 2023, foi consultada a Nota Técnica referente à Análise de Plano Diretor, a respeito do Plano Diretor que propunha novas obras no Parque Municipal. A solicitação do documento deu-se a partir de comunicação com o e-mail do IEPHA, sendo necessária uma visita presencial para consulta do mesmo.

Quadro 3: Documentos consultados no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

Instituição	Setor	Documento	Data	Gênero
IEPHA/MG	Gerência de Documentação e Informação do IEPHA/MG	Processo de Tombamento Estadual do Parque Municipal Renné Giannetti	13/03/1975	Iconográfico e Textual
IEPHA/MG	Gerência de Patrimônio Material	Nota Técnica referente à Análise	25/08/2015–	Iconográfico e Textual

²⁷ Conforme compartilha Martins Filho (2013), Affonso Ávila foi responsável por uma contribuição fundamental para a historiografia mineira, também sendo referido, ao longo de seus trabalhos, de escritor, poeta, jornalista, crítico, agitador cultural e ensaísta.

²⁸ O Decreto Estadual pode ser consultado no endereço eletrônico <<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/17086/1975/>>. Acesso em 7 nov. 2023.

		de Plano Diretor	09/08/2016	
--	--	------------------	------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

2.4.4 Legislação municipal consultada

A fim de complementar os documentos já coletados nas instituições supracitadas, bem como entender os indivíduos e as organizações envolvidos nas transformações ocorridas no espaço inicialmente ocupado pelo zelador do Parque Municipal, foi consultada a legislação municipal entre 1944, ano de criação do Instituto de Belas Artes de Belo Horizonte, quando a Escola Guignard se instalou no Parque, até 2008, quando foi decretada a demolição do Colégio IMACO. A relação de leis e decretos consultados, de forma on-line, está no quadro a seguir.

Quadro 4: Legislação consultada

Tipologia	Número	Data	Título
Decreto	151	29/02/1944	Cria o Instituto de Belas Artes de Belo Horizonte
Lei	371	01/02/1954	Dispõe sobre a criação da Escola Técnica Municipal de Comércio e dá outras providências
Decreto	323	23/07/1954	Dispõe sobre o regulamento da Escola Técnica de Comércio Municipal
Lei	903	14/12/1961	Transforma e consolida as leis relativas ao ensino técnico ministrado pela Prefeitura de Belo Horizonte e dá outras providências
Decreto	1.011	16/10/1962	Dá o nome de "Amintas de Barros" ao Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis e aprova seu regime interno
Lei	1.482	29/04/1968	Transforma o curso superior do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis (IMACO) em Autarquia Municipal
Lei	1.538	26/09/1968	Proíbe edificações na área reservada ao Parque Municipal
Decreto	1.687	07/11/1968	Dá a denominação de Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Belo Horizonte (FAMCE) à Autarquia Municipal criada pela Lei n.º 1482/1968, e fixa as diretrizes para sua estruturação
Decreto	1.753	12/02/1969	Transfere bens do IMACO para a Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Belo Horizonte (FAMCE)
Decreto	1.805	15/10/1969	Aprova os regimentos internos do Colégio Municipal de Belo Horizonte e do Colégio

			Comercial do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis (IMACO)
Lei	3.802	06/07/1984	Organiza a proteção do patrimônio cultural do município de Belo Horizonte
Deliberação	3	10/11/1994	Edital n.º 01/95 sobre imóveis tombados pelo conselho deliberativo do patrimônio cultural do município de Belo Horizonte em sessão ordinária de 10 de novembro de 1994
Decreto	12.869	10/10/2007	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis na 4ª seção urbana, nesta capital
Lei	9.675	30/12/2008	Revoga a Lei n.º 1538/1968 que "proíbe edificações na área reservada ao parque municipal", e dá outras providências

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

2.4.5 Jornais e reportagens

As reportagens e notícias veiculadas na imprensa de Belo Horizonte a respeito do Parque Municipal constituem partes fundamentais do *corpus* do Arquivo. As matérias foram consultadas e selecionadas de forma qualitativa, sendo as do período entre 1975–2008 oriundas tanto do Clipping do Parque Municipal quanto da Hemeroteca do MHAB, citados anteriormente. Além disso, as matérias referentes ao período posterior, até 2022, foram selecionadas nos endereços eletrônicos dos veículos de imprensa mencionados, sendo designadas a partir do recorte dos acontecimentos recentes nas obras de alteração do espaço do Parque Municipal. Nesse sentido, o Quadro X nos informa os materiais inseridos nesse acervo.

Quadro 5: Veículos de comunicação consultados

Data	Veículo	Título	Autor
15/03/1958	Diário da Noite	A Escola de Guinard	Quirino Camporiorito
06/1975	Diário de Minas	Parque: uma ilha verde, no nosso mar de poluição	Eujácio Antônio
09/1988	Diário de Minas	Coreto tombado está abandonado	Antônio Aguiar
01/1991	Estado de Minas	Projeto resgata função do Parque Municipal	Samira Andre
01/1992	Estado de Minas	Os Segredos do Novo Parque Municipal	Patricia Aranha
02/1992	Estado de Minas	As reformas que vão acontecer no mais bonito espaço verde de BH	s/n

09/1996	Hoje em Dia	Mais Antigo que a Capital	s/n
05/1997	Hoje em Dia	Promotor pode embargar obras do Parque Municipal	s/n
09/2000	Estado de Minas	Parque Municipal ganha segurança	Ana Luiza Farias
07/2003	Estado de Minas	BH e o Central Park	s/n
08/2003	Estado de Minas	Cartão Postal em Reformas	Eduardo Hybner
02/2008	O Tempo	Parque Municipal ganha Espaço Multiuso	Carolina Coutinho
06/2008	Diário Oficial do Município de Belo Horizonte	Parque Municipal: Um Oásis no Centro da Cidade	Divino Advincula
04/2011	Estado de Minas	IMACO	Cristina Horta
03/2013	Metrópoles	Parque Municipal vai Receber Espaço Multiuso	s/n
29/04/2013	Blog da Cidinha	Adeus IMACO, Triste Horizonte!	Cidinha da Silva
04/2013	Diário Oficial do Município de Belo Horizonte	Parque Municipal recebe novo Espaço Multiuso	Divino Advincula
04/2013	Estado de Minas	Parque Municipal de BH terá espaço para apresentações	s/n
08/04/2013	O Tempo	Parque Municipal de BH ganha novo espaço multiuso	DA REDAÇÃO
23/08/2013	Estado de Minas	Obras estão paradas após demolição do Imaco no Parque Municipal de BH	s/n
03/2014	Estado de Minas	Obras Paradas	Gustavo Werneck
05/2015	Estado de Minas	Obras de área multiuso em construção no Parque Municipal está parada há um mês	Gustavo Werneck
14/05/2015	O Tempo	Obra do Espaço Multiuso segue sem previsão de retomada após 5 meses	José Vítor Camilo
03/2017	Estado de Minas	Obras passam por nova licitação	s/n
11/2019	Câmara Municipal de Belo Horizonte	Comissão vistoria obra parada	s/n
06/2022	Portal G1	Obra do Espaço Multiuso do Parque Municipal está há quase sete anos parada	s/n

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

2.4.6 As entrevistas

Além dos documentos textuais, iconográficos e cartográficos, compõem o *corpus* do Arquivo as entrevistas realizadas com três antigos funcionários do Parque Municipal e com um atual funcionário do Colégio IMACO. As entrevistas foram marcadas por e-mail e ocorreram na forma presencial, nas instalações do Parque ou nas dependências atuais do Colégio IMACO.

As entrevistas foram as semiestruturadas as quais representam um conjunto de questões abertas, organizadas em uma ordem prevista, com a possibilidade de o entrevistador adicionar, durante o processo, possíveis questionamentos para obter um melhor entendimento dos fenômenos em análise. Thiollent (1987) propõe que as entrevistas semiestruturadas caracterizam-se como estratégias capazes de adentrar o investigador no universo cultural dos sujeitos entrevistados. Itens norteadores integraram o roteiro de pesquisa, ou seja, foi determinado um conjunto de questões que abordassem temáticas relevantes para a realização do estudo, garantindo a liberdade e a flexibilidade do diálogo ao longo das entrevistas.

Conforme ressaltado por Farge (2009), nesse processo, é necessário que o pesquisador estabeleça um diálogo entre diversas fontes heterogêneas analisadas, a fim de que seja possível identificar as inúmeras e complexas regularidades e descontinuidades discursivas. Consequentemente, tem-se a dúvida como um pressuposto fundamental para essa abordagem procedimental, uma vez que o objetivo não é confirmar o que já se sabe, mas sim abrir possibilidades de interpretações, entender, com maior profundidade, os nuances e pormenores dos fenômenos analisados, afastando-se da segurança das certezas.

Neste ponto, cabe pontuar que o Ofício Circular n.º 17/2022/CONEP/SECNS/MS, de 05 de julho de 2022²⁹, firmou o entendimento de que pesquisas de opinião pública, sem possibilidade de identificação do participante, não devem ser submetidas à apreciação pelo Sistema de Comitê de Ética. Por isso, devido à natureza desta pesquisa, não se realizou esse procedimento. Para garantir a segurança e asseverar a confiança dos entrevistados, propôs-se que todos assinassem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Além disso, em cumprimento à Portaria FPMZB n.º 06, de 04 de março de 2020, a qual regulamenta procedimentos para realização de pesquisas científicas na Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, foi necessário solicitar aprovação da Diretoria de Gestão e Educação Ambiental para a realização desta pesquisa, em especial, para a realização das entrevistas. Em 23/02/2023, a Pesquisa obteve parecer favorável ("Parecer OU 001 2023"), tendo o resultado sido informado por e-mail, conforme conta no Anexo I.

Convém compartilhar que, antes que as entrevistas fossem iniciadas, por inúmeros dias, foi necessário percorrer os espaços do Parque. Conforme compartilhado por De Certeau (1994), é preciso andar, conhecer e reconhecer. Nesses primeiros momentos, a ideia seria, então, observar

²⁹ O Ofício mencionado pode ser acessado no endereço eletrônico <https://conselho.saude.gov.br/images/Of%C3%ADcio_Circular_17_SEI_MS_-_25000.094016_2022_10.pdf>. Acesso em 7 nov. 2023.

e conhecer esses espaços. Ortiz (2000) defende que, para compreender o que se vê, é fundamental que o observador se separe do que está sendo observado. O pesquisador, nesse sentido, distancia-se do mundo que lhe é familiar, como, por exemplo, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ou, pelo menos, da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), na tentativa de se separar de suas vivências anteriores, como se fosse um estrangeiro. No meu caso, isso aconteceu. O Parque é um local conhecido, mas, há muitos anos, não o frequentava e pouco sabia sobre a sua constituição. Esse distanciamento me permitiu conhecer, de forma inusitada, as transformações urbanísticas do local, os seus espaços de consumo e o intenso processo de mudança da capital mineira. Além disso, vale registrar que a aproximação com o campo foi realizada de maneira concomitante ao estudo do referencial teórico, sendo a teoria e a empiria complementadas no decorrer desta pesquisa.

A seleção dos indivíduos entrevistados segue as contribuições de Degob e Palassi (2009), entre as quais a de que, em uma pesquisa qualitativa, não é o número de sujeitos que define a validade dos resultados obtidos, mas sim a especificidade do(s) objeto(s) estudado(s), além da particularidade dos resultados para construção de modelos teóricos acerca de um determinado problema de pesquisa.

Cada entrevista durou, em média, 50 minutos. Todas elas foram gravadas e, depois, transcritas, gerando um total de 97 páginas impressas. O nome dos entrevistados não será divulgado, a fim de garantir a confidencialidade firmada entre o pesquisador e o entrevistado no momento da entrevista. O Quadro 6 organiza alguns dos dados dos participantes.

Quadro 6: Dados dos entrevistados

Data	Identificação	Instituição	Tempo de exercício na instituição
06/2023	Entrevistado 1	Parque Municipal Américo Renné Giannetti	De 20 a 25 anos
06/2023	Entrevistado 2	Parque Municipal Américo Renné Giannetti	De 20 a 25 anos
06/2023	Entrevistado 3	Parque Municipal Américo Renné Giannetti	De 30 a 35 anos
06/2023	Entrevistado 4	Colégio IMACO	De 35 a 40 anos

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Durante a entrevista com o Entrevistado 4, foi nos apresentado um documento informal sobre a história da escola, produzido nos anos 2001/2002, o qual também passou a compor o *corpus* deste Arquivo.

2.4.7 A história da Escola Guignard no Parque Municipal

Na cronologia histórica pesquisada sobre o Parque Municipal, a história da Escola Guignard, dentro do Parque Municipal, é de extrema importância para compreensão, por exemplo, dos usos do espaço e as formas com que o público e os gestores interagem a partir de suas concepções próprias sobre o Parque. Nesse cenário, a “Escolinha do Parque”, como era chamada por seus alunos, é a ocupante anterior do prédio o qual deu espaço ao Colégio IMACO, espaço que constitui o objeto de estudo desta pesquisa, e conhecer sua história é entender o histórico anterior à atual situação do “Espaço Multiuso”, que será tratado adiante.

Dessa forma, encontrou-se, no site oficial da Escola Guignard, atualmente parte da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), a indicação do livro “Memória Histórica da Escola Guignard”, escrito por Antônio de Paiva Moura, publicado em 1993. A partir de uma pesquisa qualitativa no periódico CAPES, a fim de complementar e contrapor os dados expostos por Moura, encontraram-se as dissertações de mestrado “Escola de Guignard na Cultura Modernista de Minas (1944-1962)”, publicada em 1988, por Ivone Luzia Vieira e “A Presença Feminina na “Escolinha do Parque”: Trajetória de Vida de Ex-Alunas de Guignard”, publicada em 2008.

Quadro 7: Documentos pesquisados sobre a Escola Guignard

Data	Autor	Título	Tipologia Textual
1988	Ivone Luzia Vieira	Escola de Guignard na Cultura Modernista de Minas (1944-1962)	Dissertação de Mestrado
1993	Antônio de Paiva Moura	Memória Histórica da Escola Guignard	Livro
2008	Alessandra Amaral Andrade	A Presença Feminina na "Escolinha do Parque": Trajetória de Vida de Ex-Alunas de Guignard	Dissertação de Mestrado

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Isso posto, formamos os diversos discursos que compõem o nosso Arquivo, abarcando o que se diz, o que se vê, o que se sente e o que se pensa sobre o Parque desde a sua constituição e, em especial, sobre a região que, no início, foi ocupada pelo zelador do Parque.

Conforme compartilham Aquino e Val (2018), ao analisar discursos sob a analítica foucaultiana, o pesquisador deve buscar as suas condições de existência e refletir sobre a história das práticas discursivas e sua relação com as outras práticas. Nesse sentido, entende-se o Arquivo como uma recomposição infinita, visto que ele é tudo aquilo que foi dito e, ao mesmo tempo, uma apropriação possível daquilo que foi dito, de acordo com as coordenadas de um determinado espaço-tempo. Em outras palavras, um mesmo Arquivo pode evidenciar diferentes arranjos, formatos e configurações.

No próximo capítulo, apresentamos a descrição do percurso histórico dos parques urbanos públicos e, em especial, a história do Parque Municipal Américo Renné Giannetti. Em seguida, daremos enfoque às possibilidades heterotópicas apreendidas nesse espaço tão complexo e dinâmico.

3 OS PARQUES URBANOS E O PARQUE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Antes de adentrar no percurso histórico do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, entendemos como necessário discorrer sobre o processo de constituição dos parques urbanos e delimitar esse percurso no cenário brasileiro. Essas informações, dispostas nos próximos tópicos, contribuem para a compreensão dos aspectos que influenciaram para a produção de um espaço social tão complexo e multifacetado.

3.1 A constituição dos parques urbanos na vida social moderna

Os espaços urbanos públicos, entre os quais se incluem os parques, estruturam as dinâmicas e complexas paisagens citadinas. Permeadas e influenciadas pelo processo histórico de evolução das sociedades, esses lugares acolhem diversas finalidades das quais usufruem os seus frequentadores. Uma importante lição sobre a história dos parques, como pontuou Cranz (2000), é a de que a sua constituição reflete os objetivos sociais, as ideologias do contexto e as diversas atitudes subjacentes à cidade em que estão localizados.

Os parques foram fundamentais para a transformação das civilizações e para o papel exercido pelos espaços públicos. Conforme propõem Paula e Caser (2020), na França, por exemplo, os parques de Haussmann³⁰ contribuíram para que fossem estabelecidos novos conceitos de cidade em um panorama de modernização. Nos Estados Unidos, o Central Park, projetado por Olmsted³¹, contribuiu para que as edificações e as áreas livres possuíssem uma maior interligação. Ambos os projetos foram concebidos na segunda metade do século XIX.

Entre as características definidoras, podemos averiguar o seu cenário e a sua dimensão, como propõe Scalise (2002):

“Reservo a palavra parque para lugares com amplitude e espaço suficientes e com todas as qualidades necessárias que justifiquem a aplicação a eles daquilo que pode

³⁰ Barão Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), chefe de departamento de Paris (cargo semelhante ao de um Prefeito), foi responsável pela reforma urbanística de Paris, no período de 1850–1870, conduzindo um projeto de modernização e embelezamento da cidade. Esse projeto pretendia, entre vários objetivos, conter os combates populares que eram recorrentes na época (REFORMA, 2019).

³¹ Frederick Law Olmsted (1822–1903) foi um arquiteto paisagista norte-americano e conhecido por projetar parques urbanos, como o Central Park de Nova Iorque nos Estados Unidos em 1857 (CARPENTER, 2022).

ser encontrado na palavra cenário ou na palavra paisagem, no seu sentido mais antigo e radical, naquilo que os aproxima muito de cenário” (SCALISE, 2002, p. 18).

Para além dessas características, os parques também exercem o papel de recreação. O período compreendido entre os acontecimentos do século XVIII, sobretudo após o fim da Revolução Francesa e o início do século XIX, demarca a origem dos parques urbanos, quando, inicialmente, as antigas propriedades da elite foram abertas à população das cidades emergentes. Nesse período, parques como o das Tulherias, na França, o Tiergarten, na Alemanha, e os ingleses Regent’s Park e Hyde Park foram abertos ao público. No território europeu, a França foi o país precursor sob o discurso de modernização e embelezamento da cidade (PANZINI, 2013).

À medida que as cidades se tornavam o centro da vida social moderna, as áreas verdes tornavam-se, cada vez mais, necessárias. Nesse contexto, diversos aspectos contribuíram para a diminuição dos recursos naturais nas regiões urbanas, como o aumento da concentração populacional, as relações urbanas conflituosas e a consolidação de valores em torno da acumulação de capital. Os parques, como consequência, passavam, aos poucos, a assumir o papel de refúgio e de qualidade de vida para os indivíduos que habitavam nesses espaços (GALERA; GARCIA, 2017).

Os jardins ingleses do século XVIII constituíram a principal referência para a construção dos parques urbanos, atrelando ideias românticas em torno da natureza à procura dos indivíduos por melhor qualidade de vida. Esses dois fatores, consoante a Cranz (1982), contribuíram não só para a construção desses empreendimentos, que passaram a receber mais investimentos e constituir imóveis com elevados valores de mercado. Contudo, a especulação imobiliária em torno dos parques constituiu, como consequência, um dificultador para que mais parques fossem estabelecidos nas áreas urbanas.

Já no século XIX, como explora Garvin (2011), as populações passaram por um enorme crescimento, e, como característica desse período, foram estabelecidas moradias insalubres e aglomeradas, ruas muito movimentadas e com grande quantidade de veículos, além de hábitos sanitários pouco saudáveis. Como reflexo, crescia o número de enfermidades. O poder público, então, passou a adquirir terrenos para que parques públicos fossem criados, e os discursos em torno da “melhoria da saúde pública, da redução de comportamentos antissociais e da oferta de lugares para atividades de lazer” (GARVIN, 2011, p. 20) eram as justificativas adotadas, reproduzindo as intenções de higienização e de qualificação estética dos cenários urbanos.

Para melhor entender a construção dos processos pelos quais passou a concepção dos parques, destacamos os estudos de Cranz³² (2000) sobre o denominado movimento americano de parques. A autora, após analisar características em torno do planejamento de 41 parques norte-americanos, determinou quatro etapas pelas quais os parques foram estabelecidos, a saber, o *pleasure garden*, o *reform park*, o *recreation facility* e o *open space system*³³. Na perspectiva da autora, a história do parque pode ser dividida nesses períodos, contudo, nenhum deles deixou de existir. Em outras palavras, cada período surgiu ao mesmo tempo que modelos anteriores existiam, de modo que, a qualquer momento e em um mesmo lugar, poderíamos encontrar características de vários tipos. Paula e Caser (2020) propõem que cada modelo possui um objetivo social a cumprir, como, por exemplo, a intenção de solucionar problemas decorrentes das transformações ocasionadas pelo avanço da industrialização e da urbanização.

O período do *pleasure garden*, notadamente entre 1850 e 1900, foi marcado pela expansão das cidades e a diminuição das viagens diárias às regiões mais afastadas e rurais. O acelerado ritmo da produção fabril contribuiu para a valorização, por parte dos trabalhadores, do tempo livre, do lazer e dos momentos de contemplação da natureza. Esses espaços eram empreendidos “como resposta à superlotação e às condições insalubres das cidades, recentemente industrializadas” (COOPER-MARCUS; FRANCIS, 1990, p. 69). Algumas de suas características eram os extensos tamanhos, os gramados, as árvores com baixo número de espécies e os trajetos sinuosos em contraposição aos cenários ortogonais das cidades. Paula e Caser (2020) explicam que grupos de indivíduos frequentavam esses espaços com o intuito de se envolver com atividades contemplativas, reproduzindo posturas mais passivas em meio à natureza.

De 1900 a 1930, demarcou-se o período do *reform park* ou, como também mencionado, o *playground period*. Conforme proposto por Magnoli (2006), a crescente necessidade de proporcionar melhores condições de vida aos trabalhadores contribuiu para a criação de espaços locais e de *playgrounds*. Em um contexto permeado por movimentos de reformas progressistas, tem-se, nesse panorama, a introdução de atividades recreativas como uma forma de atividade para esses indivíduos, por meio de brincadeiras, exercícios físicos, teatros e disseminação de

³² Galen Cranz é professora emérita de arquitetura na Universidade da Califórnia em Berkeley. Seu trabalho criativo inclui pesquisa e escrita sobre parques urbanos, sustentabilidade, design consciente do corpo, moradia para idosos e sociologia do gosto em design ambiental. Disponível em <<https://ced.berkeley.edu/people/galen-cranz>>. Acesso em 17 jan. 2022.

³³ Gollnick (2020) propõe a seguinte tradução para os períodos mencionados: Jardim do Prazer ou Lazer para *Pleasure Garden*, Parque da Reforma para o *Reform Park*, Recreação Facilitada para o *Recreation Facility* e, por fim, Sistema de Espaço Aberto para o *Open Space System*.

ensinamentos sobre higiene e saúde. Os tamanhos foram reduzidos, localizando-se, na sua grande maioria, dentro das cidades e assumindo um caráter mais funcionalista quando comparado ao período anterior. Têm-se áreas mais pavimentadas, linhas retas e ortogonais; ademais, aparentemente, as estruturas do parque pareciam semelhantes às fábricas adjacentes, aos prédios de apartamentos e aos edifícios comerciais, como se fossem extensões desses lugares. As atividades eram fortemente, embora não exclusivamente, voltadas para as crianças. Nessa linha, a autora acrescenta:

“O período [...] de 1900 a 1930, é o de maiores transformações na evolução dos parques: é o do *reform park* ou também *playground period*. Dois são os aspectos que o fundamentam na necessidade de mudanças: *playgrounds* e espaços locais. Passam a internalizar-se no urbano, construindo áreas para as crianças. Em pouco tempo a aspiração é estendida e implantada para todas as faixas etárias em organizações programadas e supervisionadas por idades e sexos” (MAGNOLI, 2006, p. 209).

O período do *recreational facility*, que teve início na década de 1930, demarca as consequências do final da Primeira Guerra Mundial e dos movimentos de trabalhadores da década de 1920. Nesse período, tem-se o crescimento da classe média profissional e dos anseios pela participação deles nos grupos decisórios. Como pontua Magnoli (2006), todas as faixas etárias passam a se envolver mais com atividades recreativas, o que serviu de estímulo para que piscinas, quadras, esportes, competições e jornadas fossem fomentadas nesses locais. Essas novas formas de uso do parque reproduzem, como exploram Paula e Caser (2020), as tentativas de demonstração de progresso, de liberdade e de democracia no cenário pós-Guerra. Os projetos assumiram características de padronização, sem que fossem levadas em conta as distintas formas topográficas ou as diferentes necessidades das regiões nas quais seriam instalados. O termo *facility* era apropriado porque os parques, enquanto novos empreendimentos, não representavam novos edifícios propriamente ditos. O parque urbano passa a atender às necessidades mais explícitas e diretas da população. Cooper-Marcus e Francis (1990) salientam que propósitos utilitários passam a fazer parte das justificativas para a construção desses parques, como a prática do esporte como um meio de estabelecimento da moral, da saúde pública e da prevenção de enfermidades.

Na década de 1960, quando os meios urbanos passam a ser observados como heterogêneos e multifacetados, com diferentes ruas, praças, largos e parques, demarca-se o denominado *open space system*. Nesse conceito, os espaços livres poderiam ser utilizados pelos indivíduos de acordo com as suas necessidades. Como pontua Cranz (2000), a população passava a ver todos os espaços não construídos como fontes potenciais de alívio psíquico. A ideologia subjacente

aos sistemas de espaços abertos seria aquela que observa a cidade como uma forma de arte e que vale a pena preservar. Ao mesmo tempo, os centros das cidades passavam a ser percebidos como decadentes e deteriorados. Nesse panorama, algumas alternativas de lazer, como os *shoppings centers*, passam a disputar espaço com os tradicionais parques.

Na Figura 3, tem-se a cronologia dos períodos sobre o movimento americano de parques.

Figura 4: Cronologia entre os períodos e tipos de parques urbanos

1850	1900	1930	1965
<i>Pleasure garden</i>	<i>Reform park</i>	<i>Recreation facility</i>	<i>Open space system</i>

Fonte: Adaptada de Paula e Caser (2020, p. 42).

Mais recentemente, no século XXI, os parques passaram a assumir, também, a função preventiva em relação aos danos ambientais provenientes dos centros urbanos. A demarcação dos espaços verdes possibilitaria, assim, a preservação das características naturais da vegetação e da geomorfologia, fortemente impactadas pela urbanização. Além disso, como informam Jankovska, Straupe e Panagopoulos (2010), esses locais também contribuíram para a diminuição de ruídos, para o embelezamento das cidades, para melhorias do microclima local e da qualidade do ar e para a manutenção de mananciais. Ao longo dos anos, os parques passaram a servir de instrumento para pesquisa e para a sua conservação, em razão das diversas funções ecológicas, sociais e estéticas que oferecem às cidades. Como exploram Gaikwad e Shinde (2019), os parques tornaram-se imprescindíveis para o bem-estar dos indivíduos que habitam os grandes centros urbanos, simbolizando a sua aproximação com a natureza

Para além da função ambiental, os parques também colaboram para o processo de socialização entre os indivíduos, tendo em vista as necessidades básicas de convivência, de recreação e de lazer. Nos parques, como observam Oliveira e Mascaró (2007, p. 60), são possíveis “práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária”. Nessa linha, a pesquisa de Chiesura (2004) já apontava para os aspectos psicológicos positivos provenientes do contato dos indivíduos com áreas verdes e livres. Esse contato, segundo a autora, desperta sentimentos de relaxamento e de redução de estresse, contribuindo para a diminuição de comportamentos agressivos.

Portanto, os parques urbanos, na sua concepção e no seu uso, contribuem para os aspectos sociais, físicos e psicológicos dos indivíduos, além de representarem uma alternativa de

preservação ambiental para as sociedades contemporâneas. Esses espaços foram e são impactados pelos movimentos do cenário contemporâneo do neoliberalismo, que influenciam as práticas de consumo e as interações sociais. O consumo, como um aspecto central do neoliberalismo, reflete-se nas formas como os parques urbanos são utilizados e percebidos, contribuindo para as suas reconfigurações. Essa relação ilustra como os espaços públicos, como os parques urbanos, são constantemente remodelados a partir das influências das forças do mercado e como, por sua vez, afetam as percepções, os significados e as formas de uso dos seus usuários.

No próximo tópico, nós nos propomos a descrever o percurso histórico dos parques urbanos público do panorama brasileiro.

3.2 O percurso histórico dos parques urbanos brasileiros

No panorama brasileiro, a vinda da família real portuguesa e a influência dos colonizadores, no início do século XIX, contribuíram para a construção dos parques no país. Nesse período, o estilo europeu era predominante nesses empreendimentos. Contudo, como o cenário colonial distanciava-se das redes urbanas que já eram demarcadas na Europa, os parques construídos inicialmente serviam de complemento aos cenários ocupados pelas elites que exploravam o país. Esses lugares representavam o papel de:

“(...) uma figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses” (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 16).

Segawa (1996) compartilha que o Passeio Público do Rio de Janeiro, empreendido no período de 1779 a 1783, pode ser considerado o parque urbano mais antigo do Brasil. A sua construção teve início no final do século XVIII, e a sua proposta assemelhava-se a um traçado simétrico, lembrando os tradicionais jardins franceses. A considerável diferença entre a proposta original e o atual é que ele foi idealizado para alcançar o mar. Na segunda metade do século

XIX, o Passeio passou por uma grande reforma, coordenada pelo paisagista Auguste François Marie Glaziou³⁴, conferindo-lhe características dos jardins ingleses.

Paula e Caser (2020) compartilham que os primeiros parques brasileiros se assemelhavam àqueles marcados pelo estilo do *pleasure garden*, compondo-se por trajetos sinuosos, cenários românticos e jardins volumosos, características de influência inglesa. Quase um século após a edificação dos parques europeus e norte-americanos, que já eram empreendidos em decorrência das necessidades da população, é que os parques brasileiros foram concebidos, ao mesmo tempo que se demarcavam o crescimento populacional e a escassez de vazios nos centros urbanos.

Mesmo que ainda distante, a intenção era a de se reproduzir, nos centros urbanos brasileiros, ainda incipientes, imagens urbanas já ambientadas pelos colonizadores europeus. Inclusive, como informam Galera e Garcia (2017), ao frequentar os parques, os indivíduos utilizavam vestimentas de acordo com o que era usado na Europa, mesmo o país apresentando um clima tropical.

No século XX, em meados da década de 1940, os parques passaram a ser constituídos por equipamentos de uso ativo, como os *playgrounds* e as quadras, e começaram a acontecer as competições. Como informam Paula e Caser (2020), esses espaços demarcam o que os autores denominam como período moderno, agregando aspectos do *reform park* e do *recreation facility*. Alguns aspectos característicos dos parques ecléticos³⁵ (bosques e gramados) são misturados a arranjos formais diferenciados (linhas geométricas e definidas). Como exemplo, tem-se o Parque Ibirapuera³⁶, que é considerado um exemplo de parque moderno. Construído no início da década de 1950, a sua construção representa uma ruptura com a estrutura do parque essencialmente eclético.

Na década de 1970, passaram a predominar os parques do estilo misto, tanto para as intenções contemplativas quanto para o uso recreativo. Como pontuam Macedo e Sakata (2010), ainda nesse contexto, passam a surgir propostas de planejamento urbano atreladas à construção de

³⁴ Engenheiro civil e botânico, Auguste François Marie Glaziou (1828–1906) se formou no Museu de História Natural de Paris e foi o responsável por desenvolver diversos projetos, como as reformas do Passeio Público, da Quinta da Boa Vista e do Campo de Santana. Informação disponível em <<http://glaziou.cria.org.br/history>>. Acesso em 17 jan. 2023.

³⁵ Os parques ecléticos, conforme explica Feiber (2004), são aqueles que apresentam demarcações orgânicas, vegetação exuberante, lagos e trajetos sinuosos, pontes e chafarizes.

³⁶ Localizado na zona sul de São Paulo, o Ibirapuera é o parque mais significativo da capital paulista. Conforme exploram Chaves e Aquino (2016), o parque apresenta características singulares e possui inúmeras alternativas de lazer cultural e esportivo. As suas características lhe conferem visibilidade e reverberação das espacialidades e modos de vida ali existentes.

parques nos centros urbanos. O *open space concept*, no Brasil, pode ser observado sobretudo a partir da década de 1980, período em que diversos parques são construídos nos distintos centros urbanos do país. A preservação ambiental, como justificativa, passa a ser adotada pelo poder público. Nos anos 1990, como observa Macedo (2015), passa-se a adotar o que os estudiosos consideram como estilo formalista eclético pós-moderno, que caracteriza os parques contemporâneos. Como exemplo de um parque construído nesse período, tem-se o Jardim Botânico de Curitiba³⁷ inaugurado em 1991.

Na Figura 4, tem-se a cronologia dos períodos e dos estilos dos parques urbanos brasileiros.

Figura 5: Cronologia entre os períodos e tipos de parques urbanos brasileiros

Final do século XIX	1940	1980
<i>Ecléticos</i>	<i>Modernos</i>	<i>Contemporâneos</i>

Fonte: Adaptada de Paula e Caser (2020, p. 43).

Importantes estudos, como os realizados por Macedo (2012) e por Sakata (2015), atentam-se para as diversas passagens que afetaram as formas de uso dos parques no país. Entretanto, Paula e Caser (2020) apontam que ainda são escassas as pesquisas que tratam, de forma pormenorizada, das fases de declínio e de deterioração dos parques urbanos no país.

No panorama neoliberalista, desde o início do século XXI, conforme observou Sakata (2015), tem-se percebido o aumento considerável dos parques públicos nas cidades brasileiras. Mesmo que algumas pesquisas apontem que parte da população passou a se deslocar para regiões afastadas ou para condomínios fechados, com espaços de lazer restritos, ainda se percebe um “movimento de sair para andar, para correr, para passear com o cachorro, para ver gente passeando” (SAKATA, 2015, p. 19). Nessa linha, Macedo (2012) acrescenta que:

“caminhadas, corridas, o andar de bicicletas e skate, jogos ao ar livre, pescarias e piqueniques são atividades desejadas por muitos [...] crescem no contexto urbano, as demandas de espaços generosos para o lazer ao ar livre, a busca de locais aprazíveis como bosques e campos para o passeio, caminhadas e esportes radicais” (MACEDO, 2012, p. 146).

A edificação dos parques, no país, como pontua Sakata (2015), não vem ocorrendo de forma igualitária. A distribuição desigual dos equipamentos de lazer, por exemplo, constitui um

³⁷ O Jardim Botânico de Curitiba, inaugurado em outubro de 1991, conta com aproximadamente 180 mil m² de áreas verdes. O seu nome é uma homenagem a Francisca Maria Garfunkel Rischbieter, considerada uma das pioneiras no planejamento urbano da cidade. Informações disponíveis em <<https://curitibaspace.com.br/jardim-botanico-de-curitiba/>>. Acesso em 31 jan. 2023.

obstáculo para o acesso dos indivíduos mais carentes aos recursos que seriam disponibilizados nestes espaços livres. A autora, além disso, acrescenta que esse cenário tem contribuído para o avanço de movimentos populares que defendem o acesso justo dos indivíduos nesses espaços. Em um cenário neoliberalista, já explorado no início desta tese, a destinação de recursos para infraestruturas públicas, tal como na edificação de parques, é influenciada por interesses de mercado e por investimentos privados, contribuindo para essas disparidades. Isso reflete as dinâmicas neoliberais que valorizam a rentabilidade em detrimento da equidade e do acesso universal a espaços públicos de qualidade e que valorizam a qualidade de vida.

Alguns aspectos descrevem os parques contemporâneos, como a necessidade de revitalização desses espaços, muitos já deteriorados, o restabelecimento dos seus recursos naturais e a maior participação popular na destinação de seus recursos. Panzini (2013) considera que os espaços públicos verdes passaram, nos últimos anos, a ser ressignificados, especialmente em centros urbanos danificados na era pós-industrial, tendo como pano de fundo a intenção de se projetar uma nova identidade à área. Como exemplo, pode-se citar a Praça Victor Civita³⁸, em São Paulo, construída em local onde existia um incinerador de lixo. O espaço, antes marginalizado, foi requalificado, dando lugar ao lazer e à convivência social.

As demandas por áreas verdes pleiteadas pelos movimentos populares, que têm crescido nos últimos anos, conforme destaca Sakata (2015), possuem origem no reconhecimento de espaços vazios ou subutilizados. Outro exemplo seria o Parque Pinheirinho d'Água³⁹, também em São Paulo, inaugurado em 2009. Esse parque foi construído após diversas solicitações da comunidade ao seu redor, sob a justificativa de que fosse preservada a área e as suas diversas características paisagísticas. Esse espaço, portanto, como apontam Lima, Giovani e Vicente (2020), constitui fruto de uma luta social e popular.

³⁸ A Praça Victor Civita, localizada em São Paulo, instalou-se em um espaço em que, no período entre 1949 e 1989, funcionava um incinerador de lixo, que queimava lixo domiciliar. Durante anos, também recebeu lixo hospitalar, o que potencializou a contaminação de seu solo. A intervenção urbanística no local se deu após a Editora Abril ter se instalado em áreas vizinhas. O projeto foi possibilitado por meio de uma parceria público-privada entre a Editora, a Prefeitura de São Paulo e a Subprefeitura da região de Pinheiros (MOYSÉS; ALVIM, 2019).

³⁹ Localizado na zona noroeste de São Paulo, o Parque Municipal Pinheirinho d'Água foi construído após intenso e incansável processo coletivo e participativo das escolas e moradores do seu entorno. Essa comunidade enxergava, naquele espaço, o seu potencial paisagístico, de lazer e de preservação do meio ambiente (LIMA; GIOVANI; VICENTE, 2020).

Ao longo da história das sociedades e da formação dos centros urbanos, o papel desempenhado pelos parques reflete as necessidades experienciadas pelos indivíduos em momentos particulares. Em Belo Horizonte, o Parque Municipal Américo Renné Giannetti, assim como diversos parques brasileiros construídos no século XIX, vem sobrevivendo ao longo dos anos, trazendo consigo importantes histórias e memórias da cidade, além de um cotidiano peculiar. Esse Parque, objeto de estudo deste trabalho, será estudado no próximo tópico, apresentando a descrição do seu percurso histórico.

ACESSE Código QR:



3.3 O Parque Municipal Américo Renné Giannetti

Ao adentrar na descrição do percurso histórico do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, ou, como popularmente conhecido, Parque Municipal de Belo Horizonte, ressaltamos a importância da obra “Parque Municipal: crônica de um século”⁴⁰, produzida pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no início da década de 1990, referência fundamental para subsidiar a construção deste tópico. A partir desse livro, foi possível pesquisar artigos científicos e diversos trabalhos acadêmicos que se propuseram a estudar, sob diversos enfoques, a construção e o percurso histórico do Parque na capital mineira. Vale registrar que ele foi publicado em dezembro de 1992, ano em que o Parque reabriu os seus portões, após passar por uma considerável reforma. Naquele contexto, a PBH havia feito um acordo com a CVRD para que participasse do processo de restauração do Parque, que durou quase um ano.

A construção de Belo Horizonte, cidade que se tornaria a capital do estado de Minas Gerais⁴¹, no final do século XIX, foi influenciada pela ascensão do poder republicano no Brasil. As intenções envolviam a pretensão de se erguer uma cidade que pudesse simbolizar modernidade, em troca dos rastros do domínio colonial e da influência monárquica à qual se submetia Ouro Preto. Tem-se, já neste ponto, a dimensão lefebvriana “concebida” desse espaço social, já sendo associado a uma concepção teórica e a representações, como planos e mapas, os quais

⁴⁰ Essa obra também está disponível no endereço eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte, no campo “História do Parque”, dividida em duas partes. Informações em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica/informacoes/parques/parque-municipal-americo-renne-giannetti>>. Acesso em 30 nov. 2022.

⁴¹ Juntamente ao advento da República, cabe citar o Decreto n.º 7, de 20 de novembro de 1898, art. 2º, §1º, do Governo Provisório, o qual previu a mudança das capitais de acordo com a conveniência dos Estados. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7-20-novembro-1889-517662-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 dez. 2022.

antecederam e guiaram a sua materialização física. Julião (2011) compartilha que, à época, no contexto de advento da República, sentimentos de saudosismo e encantamento fizeram parte da edificação da cidade-capital, propagando-se o desejo de mudança juntamente à expectativa do início de um novo tempo.

A Constituição Mineira de 1891 tratou da transferência da capital⁴², contudo, em seu texto, não foi definida a sua localidade, apontando para a necessidade de que ainda fossem realizados estudos técnicos para subsidiar essa decisão. Após dois anos, em 1893, ocorreu uma reunião extraordinária na qual o Congresso determinou o local, com base em um relatório produzido pela comissão técnica constituída⁴³. O quinto prefeito da história de Belo Horizonte, gestão 1899–1902, Bernardo Pinto Monteiro (1857–1924), sustentando uma proposta de modernização da nova capital, expressou seu desejo pela articulação entre os aspectos referentes à beleza natural, às construções, à ciência e à produção de bens:

“o pensamento do legislador mineiro, quando decretou a mudança da Capital, foi crear uma cidade, que não primasse sómente pela sua belleza topographica, pela sua architectura, pela sua hygiene e por tudo quanto constitue o ideal moderno de um nucleo populoso. A cidade moderna devia servir tambem de espelho, onde reflectissem as grandezas do Estado. Ver a Capital de Minas, deve ser tambem conhecer as riquezas tão variaveis, como varias são as qualidades do sólo, varias a sua conformação physica e a sua produção” (MINAS GERAIS, 1900, p. 4).

Curiosamente, apesar de o relatório preparado pela comissão técnica ter indicado a região da Várzea do Marçal⁴⁴, próxima à cidade de São João del Rei, segundo nos conta Julião (2011), o Congresso, por questões políticas, decidiu por Belo Horizonte, antiga Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del-Rey, ou simplesmente Curral Del-Rey, que era a segunda opção indicada no estudo.

Naquele contexto, o Presidente de Minas Gerais, à época, Afonso Pena, também movido sob um ideal de imaginário urbano, foi nomeado para comandar a Comissão Técnica mencionada,

⁴² A transferência da capital foi prevista no Art. 13 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1891: “*É decretada a mudança da Capital do Estado para um local que, offerecendo as precisas condições higienicas, se preste á construcção de uma grande cidade*” (MINAS GERAIS, 1891, p. 47). Disponível em < <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/400>>. Acesso em 30 nov. 2022.

⁴³ Julião (2011) pontua que imagens e imaginários caracterizaram a onda de sensibilidade urbana no processo de transferência da Capital mineira. Esse percurso iniciou-se em 1891, quando o Congresso Constituinte Mineiro, responsável pela formulação da primeira constituição republicana do Estado de Minas Gerais, decidiu pela mudança da sede do governo.

⁴⁴ Esse relatório indicou cinco possibilidades, a saber: Várzea do Marçal, Juiz de Fora, Paraúna, Barbacena e Belo Horizonte. Disponível em < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242444>>. Acesso em 30 nov. 2022.

denominada como Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC)⁴⁵ da nova cidade, designando o engenheiro Aarão Reis⁴⁶ (1853-1936) para pensar e construir a nova capital mineira. Vale destacar a intenção expressada por Afonso Pena:

“passando-se a capital para um outro lugar onde haja elementos naturais que falham na atual capital, sem dúvida alguma os elementos oficiais hão de produzir maiores resultados para o bem comum do Estado, impulsionando as indústrias, a viação férrea, a criação de estabelecimentos agrícolas, profissionais e outros que hão repercutir por todas as zonas do Estado” (PENA, 1891, p. 356).

Figura 6: Planta do “Arraial de Bello Horizonte” em 1893



Fonte: BARRETO, Abílio. 1996. P. 83. Disponível em

<<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=53259>>. Acesso em 09 jan. 2023.

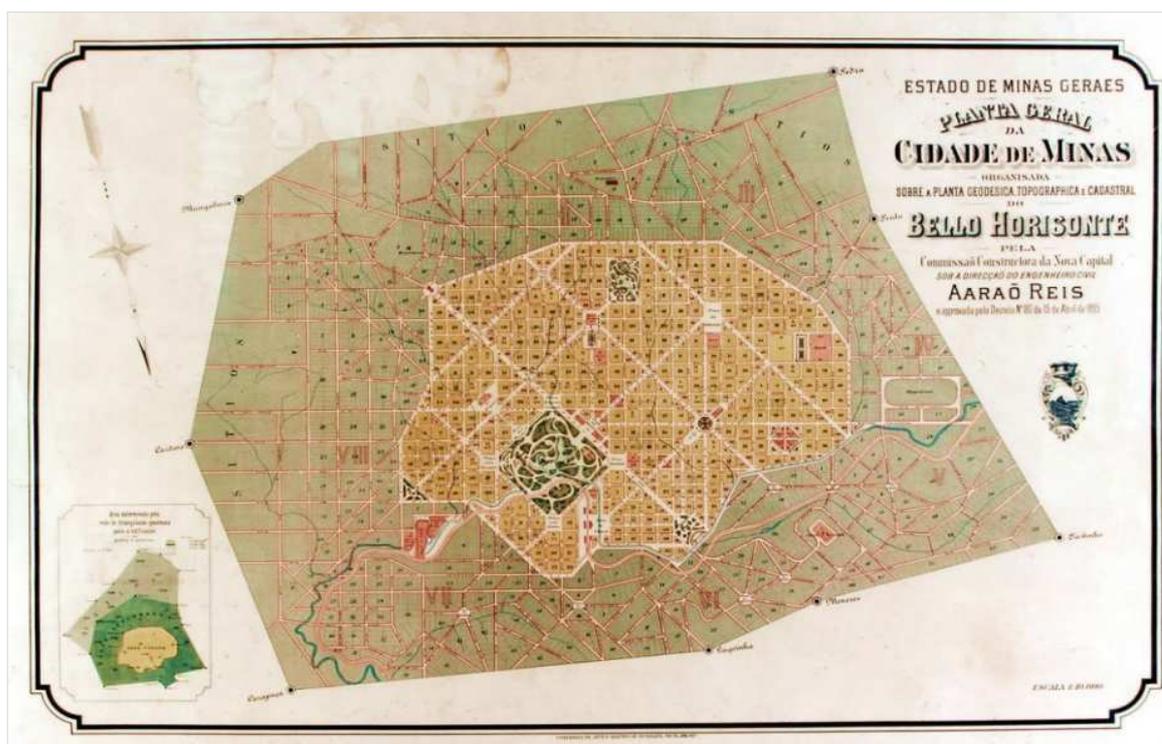
O Decreto n.º 680, de 14 de fevereiro de 1894, estabeleceu as normas de organização e trabalho da CCNC. No plano de construção da cidade, formulado pela CCNC, a primeira área a ser construída seria para 30.000 habitantes e ocupava uma faixa entre duas avenidas paralelas na

⁴⁵ A Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), de acordo com Akinruli (2020), constituía o órgão responsável por conduzir a construção da cidade de Belo Horizonte, substituindo a cidade colonial Ouro Preto. O órgão configurou-se como subordinado ao estado de Minas Gerais e era composto por uma grande quantidade de funcionários de diferentes áreas, como engenheiros, arquitetos, pedreiros, marceneiros etc. Entre as responsabilidades da Comissão, têm-se as tarefas de mapear o terreno, desapropriar terras e definir o projeto e os usos do solo urbano.

⁴⁶ Aarão Leal de Carvalho Reis, nascido na capital da província do Pará, era engenheiro e urbanista. Antes de planejar a construção de Belo Horizonte, planejou a cidade de Soure, na Ilha do Marajó. Informação disponível em <<http://anebrasil.org.br/membros/aarao-leal-de-carvalho-reis/>>. Acesso em 30 nov. 2022.

zona urbana, tendo a Avenida Afonso Pena no centro. Essa área central iria se sobrepor à vila preexistente. A proposta seria estabelecer a integração entre as ruas da cidade. Por esse motivo, a Avenida do Contorno, cujo nome é simbólico do que realizaria, cercaria a cidade ligando bairros vizinhos, além de conectar a zona urbana e a suburbana.

Figura 7: Planta geral da Cidade de Minas organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte - o espaço em verde representa o Parque Municipal



Fonte: BARRETO, Abílio. 1996. P. 252. Disponível em

<<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=53259>>. Acesso em 09 jan. 2023.

No fim do século XIX, a CCNC vislumbrou a construção do Parque Municipal como um importante centro da nova capital do estado de Minas Gerais. De acordo com Vilhena (2005), esse Parque seria localizado em um espaço em que antes era uma fazenda, a denominada “Chácara do Sapo”, a qual pertencia à família Vaz de Melo. Para viabilizar a construção, a área foi, portanto, desapropriada em 1894. A principal casa (figura abaixo) serviu de habitação aos dois Engenheiros-Chefes da referida Comissão, Aarão Reis, de março a maio de 1895, e, posteriormente, Francisco de Paula Bicalho, de maio 1895 a janeiro de 1898. Na década de 1920, o local serviu de residência para o governador Olegário Maciel. Abílio Barreto (1883–1959), historiador mineiro, compartilhou as origens do nome dessa chácara:

“À noite, quando o arraial se aquietava para o repouso de seus habitantes, ouvia-se uma fantástica e monótona orquestra de sapos, rãs e pererecas nas charnecas do Parque e nos charcos existentes no local da futura Avenida Afonso Pena, orquestra acompanhada pelo bedelengar de cinerros e gongolôs atados aos pescoços dos animais de trabalho, soltos pelas ruas” (BARRETO, p. 115, 1953).

Figura 8: Casa da "Chácara do Sapo" que serviu de residência à Comissão Construtora



Fonte: CVRD, 1992, p. 13.

Conforme compartilha Morando (2012), a Chácara do Sapo caracterizava-se pelo extenso matagal agreste que predominava a área, sendo local de travessia do ribeirão Arrudas e de diversos córregos que tinham origem na Serra do Curral. Em épocas de chuva, essas passagens de água provocavam alagamentos na região, dando a aparência de charco. Além disso, o autor comenta que, antes mesmo da inauguração da capital mineira, o Parque já exercia o papel de local escolhido para as comemorações oficiais. Ainda em 1894, Afonso Pena, Presidente do Estado, e seu sucessor, Chrispim Jacques Bias Fortes, hospedaram-se na residência oficial utilizada pelo Engenheiro-Chefe, quando foram vistoriar as obras de construção da cidade e, nessa mesma visita, receberam homenagens em um almoço de despedida.

Entre as áreas “concebidas” para a edificação de Belo Horizonte, o Parque Municipal foi construído na área urbana, a qual foi intensamente planejada, contando com propostas de implantação de diversos serviços de infraestrutura, tais como água encanada, esgoto, energia elétrica, transporte público e espaços de lazer. Essa área urbana seria predominantemente

frequentada pela elite mineira, a qual construiria as suas casas, empreenderia e aproveitaria o lazer que a cidade poderia proporcionar.

Naquele contexto, a valorização de estruturas hierarquizadas constitui um aspecto característico, sendo que a estruturação da cidade foi pensada para atender aos interesses dos novos modelos político, social e econômico que passaram a vigorar à época. Significa dizer que os estabelecimentos oficiais, os comércios e os espaços de lazer e cultura foram geograficamente organizados para atender a elite mineira. O deslumbramento pelo moderno e pelo estético trouxe, para a população local, um sentimento de reprodução de hábitos difundidos em outras capitais, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, além de contar com uma forte influência europeia desde o período colonial. Rodrigues (1999) expressou a idealização de um espaço moderno e de socialização dos indivíduos:

“Ali, o ‘*mundo chic*’ da capital se sentia à vontade para realizar suas festas beneficentes, conceitos, garden parties” (RODRIGUES, 1999, p. 1049).

Vale salientar que a lavoura cafeeira⁴⁷ também empreendeu esforços para a transferência da capital mineira para a cidade de Belo Horizonte, uma vez que o setor se mostrava insatisfeito com a discriminação imposta por grandes grupos exploradores na região de Ouro Preto. Nesse sentido, tinha-se configurado o grande objetivo de se afastar das influências econômicas e dos grupos políticos mais tradicionais, a partir da possibilidade de se estabelecer um novo centro na capital mineira, capaz de unificar o estado de Minas Gerais.

O arquiteto francês Paul Villon⁴⁸ (1841–1905) foi um dos responsáveis pelo projeto do Parque Municipal, o qual previa a construção de restaurantes, de um cassino, de um observatório meteorológico, além de alamedas, bosques e lagos. A intenção era a de estabelecer um espaço cultural e de lazer da nova capital, demarcando-se um novo estilo de vida do qual desfrutava a elite mineira. A localização do Parque, por exemplo, no centro da nova Capital, reflete a preocupação da CCNC com o papel de destaque do qual o Parque iria desfrutar. Contudo,

⁴⁷ Convém realçar que, entre 1830 e 1850, na Zona da Mata, região onde se desenvolveu a lavoura cafeeira, observou-se a criação de dez novas vilas, regiões que atraíram muitos imigrantes. Ouro Preto, no período entre 1920 e 1970, contou com um significativo declínio do número de habitantes, ao passo que Belo Horizonte, a nova capital de Minas Gerais, no mesmo período, passou de 55.563 habitantes, em 1920, para 1.235.030 habitantes em 1970.

⁴⁸ Paul Vincent Villon foi um dos principais jardineiros paisagistas a atuar no Brasil no período compreendido entre 1870 e 1905. Quando vivia na França, participou de projetos paisagísticos nas cidades de Paris e Marselha. Ao vir para o Brasil, participou dos trabalhos do Campo da Aclamação e da Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro. Em Belo Horizonte, Villon também foi responsável pelo planejamento dos jardins do Palácio da Liberdade e da Praça da Liberdade (MAGALHÃES, 2017).

devido às diversas situações de déficit orçamentário, não foi possível dar continuidade ao planejamento inicial, e, por isso, alguns dos projetos foram abandonados.

Em 1894, Paul Villon aceitou o convite para fazer parte da equipe que formulou o projeto paisagístico e arquitetônico do Parque, fixando sua residência dentro da Chácara, em uma casa do estilo de fazenda próxima às margens do Córrego Acaba Mundo, que, atualmente, estaria localizada em região próxima ao cruzamento das avenidas Carandaí e Afonso Pena (MORANDO, 2012). No mesmo ano, Villon assumiu as obras paisagísticas da cidade. A referência era o paisagismo romântico, como o adotado nos jardins ingleses, nos quais a natureza se adapta à organização planejada pela mente humana.

Segundo historiadores acima citados, o Parque foi construído de forma a preservar a riqueza biológica da área. Com o passar dos anos, tal riqueza sofreu intervenções paisagísticas, tendo, inicialmente, a influência do estilo inglês⁴⁹. Conforme estudado por Magalhães (2017), Villon utilizou as espécies nativas, formando-se um rico ecossistema com grande variedade de espécies. A influência do estilo do romantismo, sob a influência inglesa, dificultou para que a construção ocorresse de forma completamente previsível. Isso se deu, em boa medida, porque esse modelo tem como maior inspiração a própria natureza, e, por isso, deparou-se com as inúmeras contingências oriundas do terreno irregular. Assim, à medida que as construções aconteciam, várias alterações tiveram que ser feitas no projeto inicial. Sobre o início das transformações do Parque, vale citar o relato de Abílio Barreto na obra da CVRD (1992):

"As águas que desordenadamente corriam, formando, aqui e ali, charcos, somem-se para dar lugar a curvas graciosas, perimetrando a superfície de lagos sobre os quais se destacam ilhotas verdejantes, rochedos esparsos e pontes rústicas. Aqui um rio serpeia e desliza suavemente; lá uma adorável cascata escorre marulhosamente. A vegetação surge bela, vicejante, mostrando todo o fervor de um carinho" (CVRD, 1992, p. 23).

O parque seria construído em uma área com aproximadamente 64 hectares (640.000 m²), seguindo-se, a princípio, uma concepção naturalista, adequando a proposta paisagística ao cenário natural do terreno. Mesmo seguindo a conformação natural do terreno, o Parque foi inserido em uma planta quadrangular e regular, dando prosseguimento ao traçado planejado para a capital. Conforme pontua Arruda (2012), o plano da Comissão foi apresentado no ano de 1895, como mencionado, no estilo geométrico e linear, valorizando as avenidas diagonais

⁴⁹ Villon recebeu influência do paisagista Auguste Glazou, que chegou ao Brasil no final da década de 1850. Glazou participou de diversos projetos, como as reformas do Passeio Público, da Quinta da Boa Vista e do Campo de Santana. Em seus projetos, sobretudo em parques, Glazou optava por incluir curvas, pontes e lagos na paisagem, detalhes provenientes do estilo inglês e do paisagismo romântico, reproduzindo a ideia de um bosque muito próximo ao natural (VIDAL; LUCA, 2009).

que atravessam a zona urbana. Angotti-Salgueiro (1995) comenta sobre a justaposição entre as malhas ortogonais e diagonais traçadas para a construção da capital mineira:

“Nela, houve a superposição de duas malhas: uma ortogonal, baseado no xadrez, e outra diagonal. A primeira, representada pelas ruas e a segunda, pelas avenidas. Às ruas foi dada a largura de 20 metros; às avenidas, 35. Mas, à principal avenida foi dada atenção especial, pois a mesma cumpria função estética, de circulação e de ordenamento do espaço. [...] Esta grande avenida [*Afonso Pena*], à maneira dos boulevards parisienses, é apresentada por Aarão Reis como uma via larga o suficiente para abrigar faixa central de areia para passeios a cavalo, dois passeios laterais junto a esta; duas faixas para a circulação de veículos; e mais dois passeios junto aos prédios. [...] não estava em questão em Belo Horizonte, como na Paris de Haussmann, a circulação como elemento estratégico do planejamento urbano” (ANGOTTI-SALGUEIRO, 1995, p. 200).

O “Panorama de Belo Horizonte – Atlas Histórico”, organizado pela Fundação João Pinheiro, retrata a projeção inicial do Parque Municipal.

Figura 9: Implantação original do Parque, inserido nas malhas ortogonais e diagonais da nova capital



Fonte: Panorama de Belo Horizonte, Atlas Histórico (1997, p. 31). Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=56553&codUsuario=0>>. Acesso em 18 jan. 2023.

No planejamento inicial do Parque, especialmente ao seu redor, propôs-se a criação de seis praças com acesso direto à área. Essas praças possuíam referências históricas atreladas ao período republicano, como exemplos, as denominadas Praça da República e Praça 15 de Novembro. Quatro das seis praças foram idealizadas nos vértices do Parque, e as demais

ficaram nos eixos laterais (Figura 7). De todas as praças arquitetadas, apenas a Praça da República, que hoje é denominada como Praça Afonso Arinos⁵⁰, foi efetivamente executada.

Morando (2012) comenta que o projeto inicial da CCNC também remetia aos ideais de higienização, de vigilância e de controle social, sendo sua grande área verde central também destinada às atividades físicas e de entretenimento. Em relação à concepção higienista, já se atribuía ao Parque a responsabilidade de purificar o meio ambiente, como um grande respiradouro, que, além de oxigenar, também poderia limpar a crescente, favorecendo a saúde dos cidadãos e da cidade.

O estabelecimento de uma avenida principal, na capital mineira, batizada com o nome Afonso Pena, nos arredores do Parque, contribuiu para que diversas atividades econômicas surgissem na região, favorecendo para que fosse ali designada a área central da capital. Importante mencionar que, na planta inicial da cidade, a área que corresponderia ao Parque foi delimitada por quatro importantes avenidas da capital mineira, a saber, a Avenida Afonso Pena; a Avenida Alfredo Balena (à época, denominada Avenida Mantiqueira); a Avenida Francisco Sales (à época, denominada Avenida Araguaia); e, por fim, a Avenida Assis Chateaubriand (à época, denominada Avenida Tocantins).

No ano seguinte ao início de sua construção, em 1896, o Parque já contava com 36.329 metros quadrados de espaços abertos. De toda essa área, cerca de 6.673 metros quadrados correspondiam às alamedas macadamizadas, espécie de calçamento muito utilizado na época (MORANDO, 2012). Essa área se aproximava da Avenida Afonso Pena e da Rua da Bahia, compartilhando com a população uma área de lazer embelezada e próxima ao centro de circulação da capital mineira.

No mesmo ano, já existiam galerias de esgoto que passavam pelo Parque e desaguavam na margem direita do Rio Arrudas (CVRD, 1992). Posteriormente, no ano de 1897, toda a área de preservação do Parque já estava definida, apesar de apenas uma pequena parcela estar efetivamente urbanizada. Todavia, isso não interferiu no entendimento de que o Parque já possuía estrutura para ser aberto ao público. Assim, João da Cunha Bittencourt, um dos

⁵⁰ Conforme consta no Portal Belo Horizonte, a antiga Praça da República, atualmente Praça Afonso Arinos, recebeu o atual nome como forma de homenagear um professor, ensaísta, historiador e membro da Academia Brasileira de Letras. Dessa Praça, têm início importantes avenidas da capital mineira, como a Avenida João Pinheiro e a Avenida Augusto de Lima. Pela referência ao jurista e pela localização próxima à Faculdade de Direito da UFMG, a Praça costuma receber diversos tipos de manifestações. Disponível em <<http://portalbelohorizonte.com.br/o-que-fazer/ao-ar-livre-e-esportes/pracas/praca-afonso-arinos>>. Acesso em 18 jan. 2023.

membros da Comissão Construtora, foi nomeado em 1897 para ser o primeiro administrador do Parque, tendo sido inaugurado, como relembram Galera e Garcia (2017), em 26 de setembro do mesmo ano. Importante registrar que a inauguração ocorreu três meses antes da fundação da nova capital de Minas Gerais

Desde então, o Parque passou a ser objeto de grande interesse da população, comportando eventos oficiais festivos, cenas musicais, corridas de bicicletas⁵¹ e de velocípede, competições de natação e jogos de futebol⁵². Sobre essas formas de uso do Parque, podemos associá-los à dimensão lefebvriana “percebida”, apontando esse espaço social como percebido pelos indivíduos enquanto um local de encontro e de atividades coletivas na capital mineira. Essa percepção, naquele contexto, recebia influência da infraestrutura física do Parque, bem como a sua capacidade em receber esses eventos. Além disso, deparamo-nos com a dimensão do “vivido”, abrangendo experiências emocionais e subjetivas dos indivíduos em relação ao espaço, que, ao longo da história, tornou-se um local de memórias compartilhadas, de identidade coletiva e de patrimônio cultural.

Esse entusiasmo, entretanto, não durou muito, logo sendo substituído por diversas dificuldades que assolavam a cidade recentemente construída, porém, ainda inacabada. Conforme menciona o material produzido pela CVRD (1992), a inauguração da cidade sem que tivesse acabado, ao menos, com as principais obras de infraestrutura gerou um ambiente de desordem. Naquele contexto, o ritmo das construções diminuiu pela crise do mercado do café que prejudicou os cofres públicos. Muitos operários ficaram sem trabalho, empreiteiros não cumpriram com seus compromissos, e, diante dessas dificuldades, parte da população entrou em processo de falência.

Apesar de todos esses contratemplos, a previsão de Aarão Reis quanto ao cerne de a capital mineira girar em torno da Avenida Afonso Pena ocorreu⁵³. Olavo Bilac (1865–1918),

⁵¹ O Parque sediou a primeira corrida do Velo Club, clube de ciclismo que existiu no período entre 1897 e 1906. O Velo Club representava um importante marco da modernidade, especialmente com a chegada do século XX e com bicicletas trazidas por imigrantes. As corridas provocavam, no público, grande entusiasmo, levando, inclusive, a um movimento de apostas esportivas (JULIÃO, 1992).

⁵² Outro esporte que logo se popularizou e passou a ser praticado nas dependências do Parque foi o “*football*”, esporte de origem inglesa e que logo se tornou uma febre nacional. Em Belo Horizonte, esse esporte passou a ser disseminado no início do século XX. Mais uma vez, o Parque Municipal serviu de palco, sendo que o primeiro jogo ocorreu em um de seus gramados, próximo ao lado direito do portão principal, onde hoje fica o Palácio das Artes. O espaço arborizado onde o Parque foi construído era um ambiente favorável ao esporte, especialmente por ser um ambiente fresco (JULIÃO, 1992).

⁵³ A pesquisadora e arquiteta Tatiana Pimentel (2022), ao estudar as transformações da Avenida Afonso Pena, principal via do plano de implantação da nova capital mineira, propôs que a sua perenidade simbólica, ao longo do século XX e início do século XXI, vai além da manutenção ou da substituição de ícones urbanos, também abrangendo aspectos gerais da avenida, como a sua direção, partindo do hipercentro da capital, a sua dimensão monumental e a sua localização central.

importante jornalista e poeta brasileiro, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, em sua visita, em 1903, à Capital mineira, assim descreveu:

"Como por milagre, no meio de um rude sertão, uma bela cidade moderna, com avenidas imensas, com palácios formosos, com admiráveis parques! Pelas ruas longas e arborizadas, rolam bondes elétricos, lâmpadas elétricas fulguram entre os prédios elegantes e higiênicos; motores elétricos põem em ação, nas fábricas, as grandes máquinas cujo *ronron* contínuo entoa os hinos de trabalho e da paz" (CVRD, 1992, p. 32).

Do planejamento do Parque, apenas o cassino foi iniciado, porém, de forma incipiente, pois apenas construíram as suas fundações e, posteriormente, foi abandonado, dando espaço para um projeto de arborização no local. Nos documentos da CCNC, consta um relato, assinado pelo Secretário Fábio Nunes Leal, de 13 de julho de 1895, assim determinando:

"O Snr. Dr. Engenheiro Chefe manda-vos recommendar que retireis de serviço do Parque todo o pessoal que não está nos trabalhos do Snr. [Villon], empregando-os nos [arruamentos] de que se tem maior urgência, e bem assim, que suspendais as obras do Cassino – logo que estejam promptos os alicerces" (LEAL, 1895, s/n).

Como mencionado, com o passar dos anos, o Parque acabou cedendo diversos espaços, em razão de déficits orçamentários do Município, impossibilitando que fosse dado seguimento ao planejamento inicial. Em 1907, o Parque Municipal começou a ser desmembrado. Vale citar uma passagem do material produzido pela CVRD (1992, p. 38):

"Em 1907, encontrou-se uma solução menos onerosa aos já sobrecarregados cofres públicos municipais: entregar ao governo do Estado a porção sudoeste do Parque, que se abria para a Avenida Mantiqueira, atual Alfredo Balena. Ali, deveriam ser instalados a Diretoria da Agricultura e um laboratório de análises. Não estava mais em cogitação continuar os trabalhos de Paul Villon. Depois do afastamento do paisagista francês e da morte de seu sucessor, José Jorge da Silva Penna, extinguiu-se o cargo de diretor do Parque, que passou aos cuidados do diretor-geral de obras do município".

Ainda em 1912, o Parque perdeu mais 45.241 metros quadrados de sua superfície, que foram doados pelo governo do estado para a edificação da Faculdade de Medicina e do Centro de Saúde do Estado. Mais adiante, próximo ao término do século XX, em relação a sua área original, o Parque se reduziu à quarta parte do projeto inicial. Vale destacar um relato de Pedro Nava⁵⁴ sobre esse período:

"A invasão foi lenta e sorrateira. Parece que primeiro vieram a Limpeza Pública, os Esportes Higiênicos, a Faculdade de Medicina e depois os hospitais São Geraldo, São Vicente, o das Clínicas, a Diretoria de Higiene ou Desinfectório, o Estádio do América, o Instituto do Radium. Que sei eu? Já nos meus tempos de Belo Horizonte, isso pelos vinte, seu desmembramento estava feito e as urbanizações dos Governos Melo Viana e Antônio Carlos davam-lhe a forma atual e quase definitiva. Digo quase

⁵⁴ Pedro Nava (1903–1984) formou-se em Medicina na UFMG e foi um importante memorialista da literatura brasileira. Em uma série de seis livros, o autor mineiro relata, com riqueza de detalhes, as suas memórias de lugares da cidade de Belo Horizonte por onde passou, estudou e viveu (FARIAS, 2020).

porque não sei o que virá depois da dentada que ainda abocanhou a lasca do Teatro. Para isto concorreu a indiferença da população” (CVRD, 1992, p. 27).

No início do século XX, a cidade de Belo Horizonte começava a se tornar um importante centro econômico. Entretanto, essa onda de crescimento econômico sofreu impactos da crise do mercado do café e da Primeira Guerra Mundial. A capital mineira teve suas importações interrompidas, o que prejudicou o avanço das construções da cidade. Como fruto dessa crise, a capital passou por um período conturbado, visto que houve um grande aumento da taxa de desemprego, levando parte da população a deixar a cidade.

No dia 19 de agosto de 1917, no *Jornal Minas Geraes*, foi publicado um artigo, de autoria de Gustavo Penna, com o título “*Contra o Parque de Belo Horizonte*”. O material reproduzia a noção da necessidade de reduzir o espaço geográfico atribuído ao Parque, aduzindo que essa diminuição seria necessária para facilitar a sua manutenção, já que a cidade contava com escassos recursos públicos.

“É sabido que o plano inicial da construção de Belo Horizonte era para cidade de 200 mil habitantes, algarismo que nem em meio século poderá atingir. Foi um erro? Foi um acerto? Cada um com sua opinião. [...] Natural era, pois, que o Parque fosse delineado segundo a orientação que presidiu ao resto, um projeto grandioso [...], tendo casinos, e muita cousa mais, que ficou na planta, para se não estragar ao ar livre. Durante o dia é um grande deserto; á noite é uma enorme mancha negra na vista geral da cidade. [...] Um parque tão desproporcionado com a cidade, é uma perfeita inutilidade, e também um pesado onus para a Prefeitura” (MINAS GERAES, 1917, p. 11).

Posteriormente, já na década de 1920, com o final da Primeira Guerra Mundial, percebe-se um novo processo de expansão da cidade. O período da Guerra, após demarcar um cenário de crise na capital, contribuiu para que fossem desenvolvidas várias indústrias locais a fim de mitigar os efeitos da dificuldade de importar bens de consumo da Europa, como alimentos, roupas e calçados.

No início da década de 1930, Belo Horizonte passava a se tornar uma das maiores cidades de Minas Gerais, em termos de produção, ficando atrás apenas de Juiz de Fora e Conselheiro Lafaiete. De acordo com Bahia (2005), nesse contexto, a capital mineira contou com um crescimento desordenado, além da expansão de um mercado imobiliário especulativo.

Figura 10: Expansão urbana de Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930



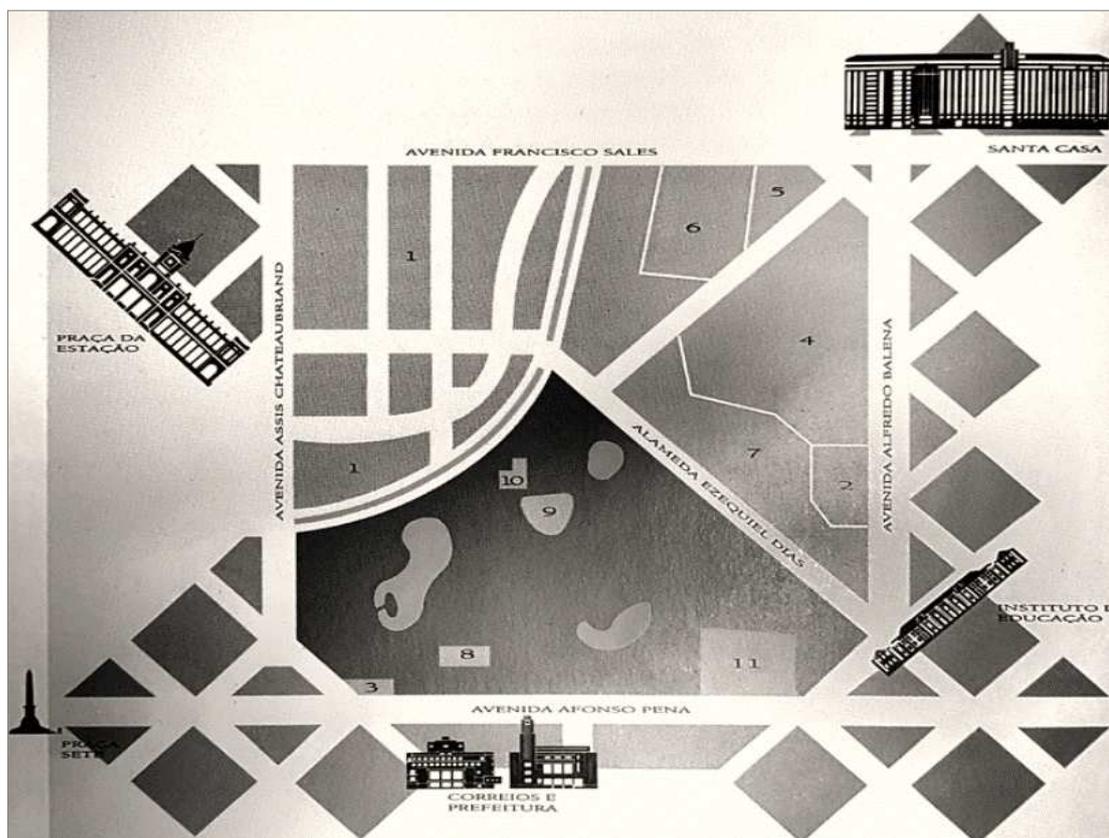
Fonte: Bahia, 2005, p. 186.

Nesse período, novamente, o Parque perdeu ainda mais espaço. Isso ocorreu porque o Poder Público ofereceu para o time mineiro América Futebol Clube um terreno⁵⁵ de aproximadamente 19.388 m². Por muitos anos, esse espaço, atualmente localizado na Avenida Francisco Sales, foi ocupado por uma grande rede de supermercados. Em contrapartida, a cidade adquiriu o antigo campo do América Futebol Clube, situado na Avenida Paraopeba, atual Avenida Augusto de Lima.

Parte do processo de desintegração do Parque Municipal foi ilustrada e explicada, por meio de uma ordem cronológica, no material da CVRD (1992, p. 26):

⁵⁵ O Estádio Otacílio Negrão de Lima ou também conhecido como Estádio da Alameda, por ter entrada pela Alameda Álvaro Celso, inaugurado ainda na década de 1920 (RODRIGUES, 2006), recebeu o nome do antigo jogador e presidente do América. Posteriormente, em 1973, com problemas de manutenção e administração, o terreno correspondente ao estádio foi vendido a uma rede de supermercados, o Grupo Pão de Açúcar, sendo, em seu lugar, construído um supermercado <http://acervodocoelho.com.br/estadio-da-alameda-2/>.

Figura 11: Desmembramentos do Parque Municipal – perda de área original



Fonte: CVRD, 1992, p. 26.

No Quadro 8, estão descritas as principais mudanças ocorridas no Parque no período de 1900 a 1971.

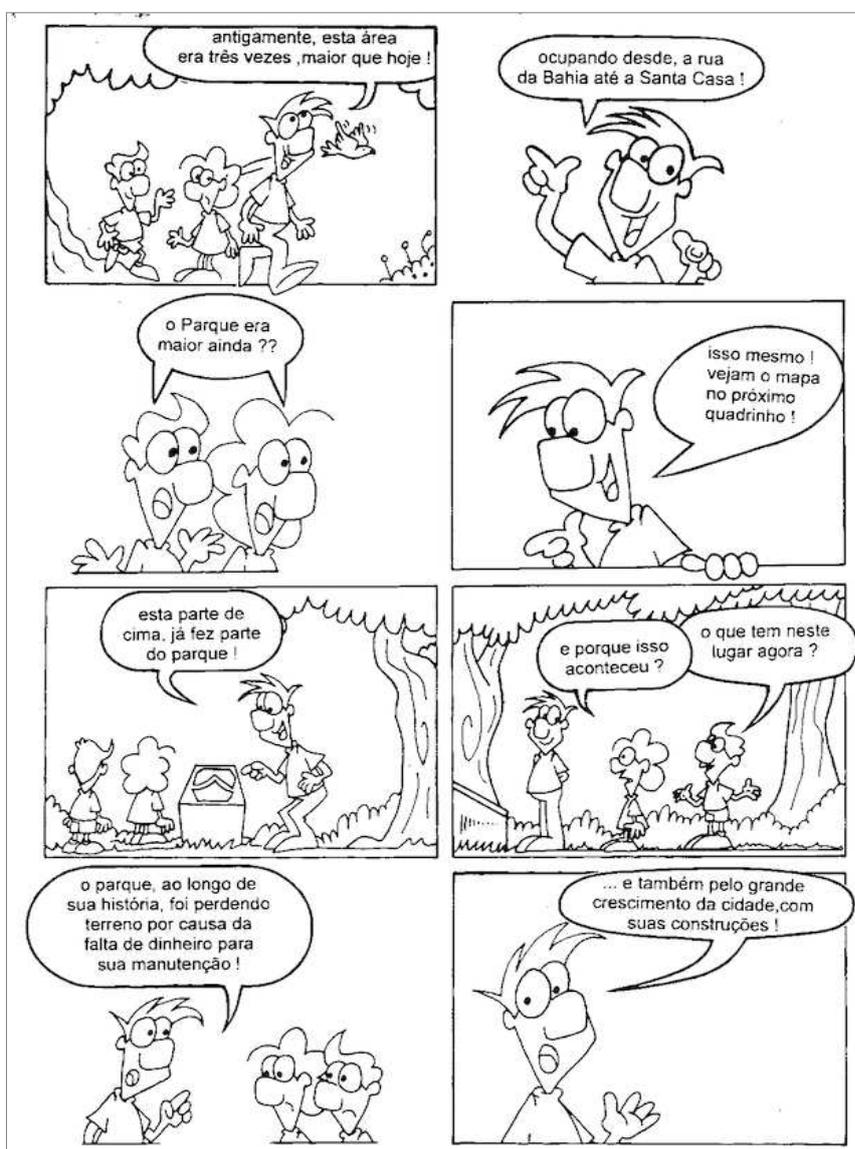
Quadro 8: Cronologia de importantes acontecimentos no Parque do período 1900–1971

Região	Área destinada à/ao	Ano
1	Construção inicial do Parque	Sem data definida
2	Diretoria de Agricultura, do Laboratório de Análises e do Campo Prático de Demonstração	1907
3	Estação de Viação	1910
4	Faculdade de Medicina e o Centro de Saúde do Estado	1913
5	Forno de incineração	1915
6	América Futebol Clube	1919
7	Prolongamento da Rua Pernambuco, atual Alameda Ezequiel Dias, onde se localizam a Fundação Hemominas, o Hospital da Previdência e o Hospital Semper	1937
8	Teatro Francisco Nunes enquanto as obras do Palácio das Artes estavam paralisadas	1949
9	Colégio IMACO, antes ocupada pela Escola Guignard	1954
10	Orquidário Municipal	1966
11	Palácio da Artes	1971

Fonte: Adaptado de CRVD, 1992, p. 27.

A revista em quadrinhos "Belinho Parque Municipal", ao contar a história do Parque, reporta a noção de que os problemas financeiros do Município contribuíram para os desmembramentos ocorridos.

Figura 12: Parte da Revista Belinho ⁵⁶que retrata a história do Parque



Fonte: APCBH, 1997.

De forma lúdica, a história em quadrinhos foi usada para explorar um tema complexo, qual seja, os desmembramentos do Parque. Na narrativa, por meio de um diálogo, o personagem principal revela que interesses políticos e questões financeiras foram os responsáveis pela perda de

⁵⁶ Sobre essa história em quadrinhos, e a sua possível relevância para a história da cidade, pesquisamos no APCBH e não encontramos informações sobre sua origem.

espaços do Parque. A história em quadrinhos pode ser observada enquanto uma ferramenta para moldar a percepção pública e o entendimento sobre os desafios enfrentados pelo Parque. O discurso no material reflete e perpetua as relações de poder existentes nesse espaço, onde decisões políticas e financeiras, conforme explicitado, resultaram em consequências na disposição física do Parque.

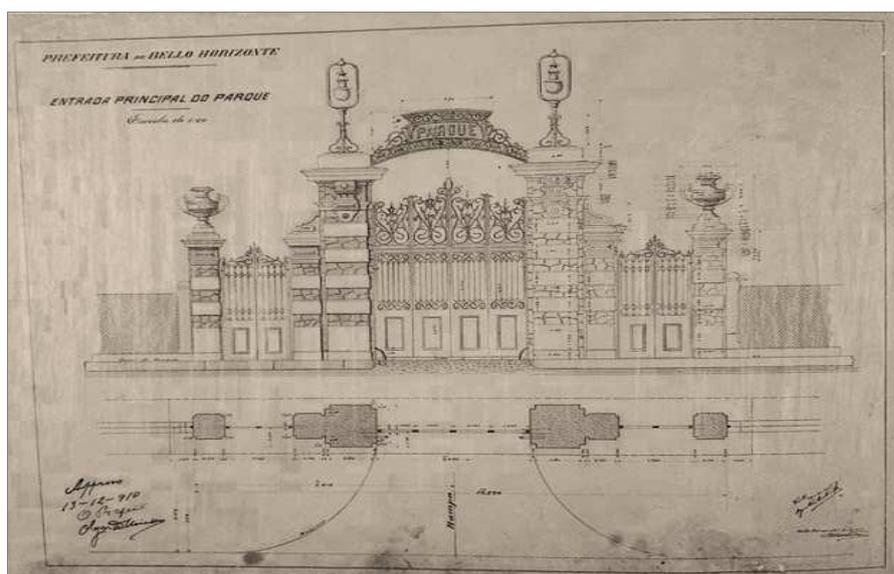
Todas as transformações ocorridas na capital mineira, a partir da década de 1920, afetaram o Parque, uma vez que a sua manutenção lidava, ao mesmo tempo que a cidade se desenvolvia, com a maior necessidade de proteção para o público que lá frequentava. Nessa mesma década, foram empreendidas as grades de ferro, o Coreto, a quadra de tênis e a pista de patinação. Naquele contexto físico e temporal, os parques urbanos passaram a agregar outras funções, como parques infantis e esportes, ainda mantendo a característica de lugar de contemplação.

Conforme explorado por Paula e Caser (2020), e já mencionado no tópico anterior, o Parque Municipal assumia os aspectos do *reform park* e do *recreation facility*. Na região, também foram empreendidos os hospitais São Geraldo, em 1920, e o hospital São Vicente de Paula, em 1925, posteriormente demolidos. Nesse contexto, "vai se conformando ali, onde antes era Parque, uma região hospitalar" (CVRD, 1992, p. 48). Para além das mudanças já apontadas anteriormente, em especial as elencadas no Quadro 8, nessa transformação, percebemos, com clareza, diferentes camadas de significados no espaço do Parque, apontando para uma mudança não apenas física, mas também simbólica e funcional. Originalmente, um local destinado à qualidade de vida e ao lazer se reconfigura uma região hospitalar, um espaço dedicado à saúde, ao cuidado e, implicitamente, ao controle e à normatização dos corpos.

O Parque, antes um espaço social de liberdade e fuga do cotidiano da cidade, é sobreposto por um espaço de cura e controle, demonstrando um ponto de inflexão com sua conformação original. Novos significados naquele espaço podem ser observados enquanto manifestações heterotópicas, representando, ao mesmo tempo, múltiplas dimensões da experiência humana, quais sejam, as relacionadas à saúde, doença, vida, morte e controle social. Assim, a prática social repercute em transformações nos valores culturais e nas relações de poder ali estabelecidas. Além disso, nessa transformação, percebemos sobreposições na dimensão lefebvriana do espaço "vivido", apontando para uma transição na forma como esse espaço era experienciado e interpretado pelos indivíduos que lá frequentavam. Essa mudança constitui uma intervenção na dimensão do "vivido", ao mesmo tempo que uma nova camada se configurava em meio a funções que enfatizavam a saúde e o controle.

Em especial ao portão de ferro e às grades, conforme explicam Galera e Garcia (2017), foi durante os anos de 1925 e 1926 que a capital mineira presenciou a construção de uma entrada imponente do Parque. Foram instalados portões de ferro, acompanhados de uma moldura de pilares de pedra de cantaria, os quais substituíram as antigas madeiras que estavam alocadas na entrada das Avenidas Afonso Pena e na antiga Tocantins, hoje conhecida como Avenida Assis Chateaubriand.

Figura 13: Projeto da entrada principal do Parque



Fonte: CVRD, 1992, p. 16.

Também no ano de 1926, foram substituídas as cercas de arame que circundavam o Parque por toda a Avenida Afonso Pena por um gradil de comprimento de mais de 500 metros. Assim, a instalação do novo gradil representava, à época, um maior alinhamento com a arquitetura do restante da cidade, especialmente daquele trecho da Avenida Afonso Pena. Essa substituição reflete as dinâmicas de poder entre a municipalidade e a população. As cercas de arame já poderiam ser associadas a uma delimitação rígida, representando uma forma de controle dos indivíduos e da instituição. A substituição por um gradil mais extenso e possivelmente mais rígido reflete a alteração na forma como o poder é exercido e percebido. Essa mudança pode ser observada como um esforço para normalizar ou mesmo sanear o espaço, alinhando-se à tentativa de conter as manifestações heterotópicas que ali se estabeleciam e se transformavam. Ou, também, em atenção às “estratégias” exploradas por De Certeau (1994), percebemos essa mudança física como uma maneira pela qual as autoridades almejam moldar e redefinir o uso

do espaço, impondo uma ordem visual e funcional que atende e reforça normas, valores e relações de poder.

No início da década de 1940, o poeta e cronista Mário de Andrade⁵⁷ (1893–1945), em nova visita à capital mineira, assim relatou:

“a cidade cresceu muito, bairros inteiramente novos, grandes edifícios que eu desconhecia, avenidas que se incorporam à vista da gente. Belo Horizonte já não tem mais aquele ar de coisa inaugurada, o tempo já patinou na cidade, o aspecto de feira intelectual desapareceu” (CVRD, 1992, p. 73).

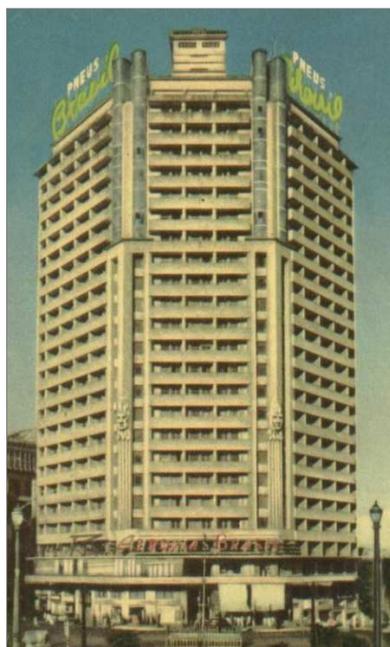
A nomeação de Juscelino Kubitschek para o cargo de prefeito de Belo Horizonte, em 1940, foi fundamental para a instalação do modernismo. Kubitschek, desde o início do seu mandato, almejava recuperar e fomentar a ambição pela modernidade na capital mineira. Assim, como pontua Bahia (2005), em sua gestão, a cidade se integrou às inúmeras transformações que o Brasil vivia durante esse período, fomentando a verticalização no centro, ampliando e asfaltando uma série de vias, aumentando a cena cultural da capital mineira, e, como marco desse período, tem-se a criação da Pampulha.

A cidade, então, passava a conviver com inúmeros prédios, em harmonia com a *art-déco*⁵⁸, marcados pelo geometrismo de estilo moderno. Como exemplo, os modernos edifícios Sulacap e Sudameris tomaram lugar do antigo prédio dos Correios situado na Avenida Afonso Pena. Os pilotis dos prédios eram compostos por jardins cobertos de lírios, os quais enquadram o Viaduto Santa Tereza, transformando-o em um atraente espaço da cidade, com uma vista encantadora. Outra construção que foi objeto de grande alvoroço foi a do Edifício Acaiaca, em 1943, o qual contava com 29 andares e duas esculturas de índios que ficavam perto de seu topo.

⁵⁷ Sandroni (2022) compartilha que Mário de Andrade, importante escritor na história brasileira, percorreu diversas cidades, no Brasil, quando reuniu notas, observações, descrições, documentos históricos e fotografias. Os seus relatos, ricos nas descrições, foram observados como precursores do método da “observação participante” no país.

⁵⁸ Segundo Correia (2008), o cenário das cidades brasileiras, nas décadas de 1930 e 1940, foi marcado por uma arquitetura com tendências *art déco*, firmando-se como uma expressão de modernidade acessível às diferentes classes sociais. A partir de construções de maior porte, o vocabulário conquistou o gosto popular e se disseminou em cidades grandes e pequenas. Esse estilo é caracterizado pela combinação de estilos modernistas e materiais ricos, representando luxo, glamour, exuberância e fé no progresso social e tecnológico.

Figura 14: Edifício Acaiaca na década de 1940



Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB).

Um importante personagem desse período são os conhecidos “lambe-lambes”. Exercendo a função de retratista dentro do Parque, esses fotógrafos contribuíram para a democratização e para a popularização do retrato fotográfico entre as classes menos privilegiadas da sociedade. Além disso, são indivíduos que colaboraram para a preservação e para transmissão dos enredos da vida cotidiana dos grupos e das famílias. Como pontuado por Sevcenko (1998, p. 467): “o retratismo de caráter mais popular teve no lambe-lambe o seu maior aliado”.

O ofício exercido pelos lambe-lambes, dentro do Parque, um espaço público e acessível, subverte a dinâmica de poder tradicional, possibilitando que a arte da fotografia fosse mais acessível às classes menos privilegiadas. A presença desses profissionais nesse espaço social desafiou a norma social que associava a arte e a representação pessoal a um *status* elevado, contribuindo para a democratização do acesso à expressão artística e à preservação da memória dos cidadãos. Observamos, nesse panorama, as “táticas” exploradas por De Certeau (1994), em que as ações e as práticas dos lambe-lambes operam em resposta ao espaço estruturado, recriando significados e configurando os usos do local, os quais não pertenciam à dimensão lefebvriana “concebida” daquele espaço social. Essa dimensão “percebida”, por parte dos indivíduos, enquanto um local de lazer e um local de expressão artística e de registros de momentos, demonstra como os espaços podem adquirir múltiplas camadas de significado e

função, dependendo de como são utilizados, característica que demarca a sobreposição de mais manifestações heterotópicas.

Em seu trabalho, apoiavam as máquinas fotográficas em tripés, juntamente a um balde de água, um banquinho e uma lâmpada de magnésio, e, ao som de um estouro, alertavam: “olha o passarinho!” As fotos, então, ficavam prontas poucos minutos depois. Ademais, esse trabalho servia como uma opção mais barata quando comparada aos sofisticados estúdios fotográficos que existiam nessa época. Conforme pontua Peixoto (2008), os lambe-lambes carregam consigo um saber-fazer que, nas últimas décadas, encontra-se em processo de desaparecimento no país, tendo em vista que as novas gerações de indivíduos não parecem se interessar em manter o serviço e a antiga tradição dos grupos e famílias em registrar alguns de seus momentos.

Figura 15: Fotógrafo lambe-lambe Severino Santos, no Parque Municipal, na década de 1960



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2021, p. 03. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2021/lambelambe-pdf_0.pdf>. Acesso em 18 jan. 2023.

A Revista Alterosa⁵⁹, em 1941, comentou sobre o aumento expressivo do número de lambe-lambes naquele período. Na reportagem, informa-se que, na década de 1920, havia apenas cinco profissionais registrados. Uma década depois, esse número dobrou. Já na década de 1940, o número de profissionais é tão grande que, como pontua a Revista, “parece que nasceram ali como as árvores, cuja sombra ficam dias inteiros, imóveis, como se tivessem criado raízes profundas no solo” (REVISTA ALTEROSA, 1941, p. 54).

Essa descrição evoca a imagem de indivíduos que se tornam parte integrante de um espaço específico, como se estivessem profundamente enraizadas nele, assim como as árvores. Esses profissionais, observados enquanto imóveis e enraizados, podem simbolizar grupos marginalizados que são fixados em seu lugar pela estrutura social e econômica. Essa condição do imóvel sugere uma estagnação, imposta por mecanismos de poder e controle que dominavam aquele espaço-tempo. Contrastando a representação das árvores, que naturalmente crescem e se fixam em um lugar, a condição dessas pessoas deriva de forças externas que limitam suas oportunidades e liberdades. Esses espaços, incorporados nas dimensões do “percebido” e do “vivido”, nos quais parecem ter se fixado os lambe-lambes, são reais, criando uma espécie de contraespaço, onde as normas sociais habituais podem ser suspensas, invertidas ou desafiadas. Tem-se a representação de um espaço eminentemente heterotópico, pois representa a existência e a experiência fora do comum, onde a passagem do tempo e a mobilidade são percebidas de forma diferente. É um espaço que pode ser, simultaneamente, real e simbólico, refletindo e influenciando as práticas sociais.

⁵⁹ A Revista Alterosa foi uma revista ilustrada, lançada em 1939, na cidade de Belo Horizonte. Coordenada por um grupo diretor composto por figuras da elite intelectual e econômica da época, a Revista, mensalmente, proporcionava aos seus leitores contos, crônicas, reportagens econômicas, políticas e sociais sobre o estado de Minas Gerais, além das notas sociais e dos anúncios publicitários (BARROS; FORTES, 2021).

Figura 16: Reportagem sobre o Parque Municipal



Fonte: Revista Alterosa, 1941, p. 54. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2021/lambe-lambe-pdf_0.pdf>. Acesso em 18 jan. 2023.

Na obra de Guimarães (2005), têm-se importantes relatos que retratam o ofício exercido por esses importantes personagens:

“Maximiliano [*lambe-lambe*] gostava de tirar fotos de famílias num gramado, em que o edifício Sulacap, na Afonso Pena, fazia pano de fundo. (...) ele me disse que se virava massageando o ego dos passantes do Parque. (...) volta e meia aparece um pai que já tirou foto no mesmo cavalete quando criança e fez a maior questão que o filho seja fotografado na mesma posição e com o mesmo sorriso. Se o sorriso do filho é amarelo, o dele ilumina um Parque inteiro. (...) – Já tirei retrato de gente importante. Prefeito do interior, então, nem se fala. Paulo Autran e Tônia Carrero, toda vez que vinham apresentar uma peça no Palácio das Artes ou no Chico Nunes, me davam uma força e levavam algumas fotos de recordação. Depois, esse povo maledicente ainda fala que lambe-lambe é brega. Brega nada, senão os artistas e políticos não tirariam retratos conosco” (GUIMARÃES, 2005, p. 54/56).

Nesse relato, percebemos o Parque enquanto um espaço "outro" inserido no meio da malha urbana, reunindo camadas de significados e de memórias afetivas. A descrição dos pais levando os seus filhos para serem fotografados no mesmo lugar e da mesma forma como foram quando eram crianças demonstra o Parque como um espaço de continuidade e de tradição, um espaço social onde o passado e o presente se encontram. Esse ato de recriar fotografias antigas pode também ser observado como uma forma de conectar diferentes gerações e preservar memórias familiares, transformando o espaço do parque em um arquivo vivo de histórias pessoais e coletivas.

Esses momentos familiares demonstram as complexas relações de poder que permeiam a sociedade e a importância dos espaços públicos enquanto locais de memória e tradição. O Parque, constantemente reconfigurado em meio às manifestações heterotópicas, é preenchido por diversas dinâmicas sociais, servindo como um registro vivo das experiências coletivas e individuais, refletindo a essência da dimensão lefebvriana do "espaço vivido" onde as interações cotidianas se misturam com o ambiente físico, conferindo-lhe significados que vão além dos seus limites físicos.

Ainda na década de 1940, o antigo Teatro Municipal, localizado na Rua Goiás, foi vendido pelo poder público, sob a justificativa de que o velho teatro não mais atendia aos anseios da sociedade, a qual, na gestão de Kubitschek, almejava uma obra mais moderna para a capital mineira. Pouco tempo após a venda do velho teatro, foi dado início às obras de um novo teatro municipal, dentro da área correspondente ao Parque, onde atualmente se encontra o Palácio das Artes.

O Palácio foi projetado por Oscar Niemeyer. Era um projeto bastante ambicioso, nas margens da Avenida Afonso Pena e com um enorme arco de concreto na sua entrada. O projeto previa que o edifício fosse voltado todo para o Parque, com uma grande fachada de 65 metros de largura e 38 metros de altura. O novo espaço foi aspirado para ser um local voltado para a cena cultural mineira.

Figura 17: Construção do Palácio das Artes na década de 1960



Fonte: Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos da Escola de Arquitetura da UFMG.

Todavia, talvez como uma característica que se tornava comum para esse espaço, o “concebido” não foi cumprido, e, em 1945, as obras foram paralisadas. A necessidade de se encontrar uma solução ou uma “estratégia” para conter esse suposto problema era latente, ainda que fosse provisória. Diante disso, em 1949, iniciou-se a construção de um teatro emergencial, dentro das dependências do Parque Municipal. Esse teatro provisório, por assim dizer, foi projetado por Luiz Signorelli⁶⁰ (1896–1964), tendo sido batizado posteriormente como Teatro Francisco Nunes, como forma de homenagear o maestro e o primeiro diretor do Conservatório de Música de Minas Gerais. Assim, enquanto esse teatro emergencial passava a receber os shows e peças de teatro, as obras do Palácio das Artes continuavam paradas.

⁶⁰ Luiz Signorelli, arquiteto mineiro, além da idealização do Teatro Francisco Nunes, também atuou em importantes projetos na capital mineira, como o do Automóvel Clube e o do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB). Os seus projetos, conforme compartilha Barbosa (2022), apontam para a sua adesão à linguagem modernista incorporada por Oscar Niemeyer e que se tornava a expressão de um novo tempo.

Figura 18: Teatro de emergência construído em 1949



Fonte: Acervo APCBH. Relatório do Prefeito Octacílio Negrão de Lima. 1949.

A retirada das grades do Parque, a pedido de Kubitschek, foi justificada pela necessidade de torná-lo mais acessível, permanecendo assim até a década de 1970. Mais uma vez, o movimento das grades ao redor do Parque, nesse caso, representava a adoção de uma “estratégia” sob o discurso municipal para tornar o espaço mais aberto e acessível, refletindo uma mudança nas relações de poder. Isso também pode ser observado como uma forma de resistência às estruturas de poder tradicionais, as quais regulavam o acesso e o uso dos espaços públicos pelos indivíduos. Se antes representava um espaço outro no sentido de ser segregado do tecido urbano que o circunda, naquele momento, passou a se integrar mais à vida cidadina. Tem-se a tentativa de sobreposição de um espaço mais inclusivo, onde a interação social e a mistura de diferentes grupos, envolvidos às suas “táticas” de sobrevivência, poderiam supostamente ocorrer mais livremente. Entretanto, consequências inesperadas surgiram a partir dessa mudança. O Parque passou a ter um aspecto mal iluminado e de abandono, sendo evitado por parte da população, a qual percebia, naquela região, uma sensação de perigo e de medo, tal como relatado no material da CVRD (1992):

“Em estado de abandono estava também o próprio Parque nos últimos anos da década de 40. Com a retirada das grades, aconteceu o contrário do que JK desejava: maltratado e mal iluminado, o Parque começou a ser evitado. A imaginação popular

povoava de perigos as alamedas; atrás de cada árvore ou arbusto podia-se esconder um bandido. Em 1947, um jornal se referiu ao Parque como um ‘valhacouto de malfeitores’” (CVRD, 1992, p. 94).

Uma passagem na obra de Guimarães (2005) também comenta sobre esse período:

“O mal: nos últimos anos da década de 40, com a retirada das grades, o Parque estava maltratado e pouco iluminado, para desespero de JK. Atrás de cada árvore, um mau elemento. Em dezembro de 46, alunas do Instituto de Educação descobriram o cadáver de um homem debaixo dos eucaliptos. O primeiro crime homossexual da cidade. Na capital só se falava nisso. "Meu Deus, quem matou o pobre do engenheiro?" O suicídio do filho da empregada da república onde morava a vítima e a confissão de uma dançarina que fugira para Montevideú arvoraram mais ainda a tradicionalíssima família mineira” (GUIMARÃES, 2005, p. 49).

O relato demonstra que a tentativa de sobreposição de um novo espaço aberto e mais inclusivo foi rapidamente sobreposta por percepções de um espaço de medo e insegurança. Em vez de ser um refúgio da vida urbana, pela narrativa, tem-se a percepção do parque enquanto um local de violência. Esse panorama ilustra a dimensão lefebvriana do “espaço percebido”, onde as intenções de planejamento são desafiadas a partir de experiências de insegurança dos indivíduos que utilizavam o Parque.

A menção de um crime, especificamente um "crime homossexual", e a repercussão na capital mineira demonstram como o espaço social pode refletir e amplificar as dinâmicas sociais e culturais mais amplas, o que, também, aponta para a dimensão lefebvriana do “espaço vivido”. Temos, de forma implícita, um exemplo da marginalização de certas identidades sexuais e de como o espaço pode se tornar um ponto focal sobre os dilemas sociais sobre a moralidade e ordem pública. A descoberta de um cadáver por estudantes adiciona outra camada à percepção social. Tem-se uma interseção perturbadora entre a inocência da juventude e o aprendizado da realidade cotidiana inerente aos crimes. Essa descoberta no Parque, um espaço “concebido” para lazer e segurança, aponta para sua permeabilidade e vulnerabilidade em relação à sociedade moderna.

Na Figura 17, tem-se uma reportagem que reporta o Parque como “definitivamente entregue à cidade”. A remoção das grades e a conseqüente disponibilização do espaço podem ser observadas como uma transformação significativa desse espaço público. A expressão "entregue à cidade" sugere uma nova relação de posse e responsabilidade entre a instituição e o município. O Parque sem barreiras físicas poderia ser observado como suscetível às influências e aos desafios do cotidiano urbano, como a manutenção, a segurança e as formas de uso do espaço, incluindo-se as “táticas” constantemente configuradas por seus usuários. Essa mudança parece ter gerado discussões sobre como os espaços públicos eram geridos e utilizados, refletindo e influenciando as complexidades da vida urbana e social.

Figura 19: Parque Municipal após a retirada das grades



Fonte: Acervo APCBH. Relatório do Prefeito Octacílio Negrão de Lima. 1949.

Figura 20: Avenida Afonso Pena e o Parque Municipal sem as grades na década de 1960



Fonte: Acervo pessoal do arquiteto Paulo Campos Cristo. Disponível em <http://curraldelrei.blogspot.com/2012/10/os-anos-60-metropole-o-caos-e-as.html>. Acesso em 19 jan. 2023.

Após a extinção do Instituto de Belas Artes, na segunda metade da década de 1940, Alberto da Veiga Guignard⁶¹ (1896–1962) instalou o seu curso dentro do Parque, utilizando a área onde, posteriormente, seria empreendido o Colégio IMACO. Essa passagem será aprofundada no próximo capítulo, no qual trataremos das possibilidades heterotópicas especificamente desse espaço dentro do Parque.

“As meninas da Escola Guignard, mesmo na folga, voltavam para o Parque aos domingos. Yara Tupinambá, Priscila Freire e amigas, grandes artistas, pintavam e bordavam aos domingos. Pena que não peguei esse tempo” (GUIMARÃES, 2005, p. 26).

Em 1948, a escola teve que ser transferida para outros lugares, após cessar o contrato com a Prefeitura. Em 1941, o curso retornou para o Parque, utilizando a área onde estava sendo construído o Palácio das Artes (CVRD, 1992). Maria Helena Andrés⁶², ex-aluna de Guignard, escreveu sobre o período em que estudou no Parque:

“O parque era sempre cheio de motivações para o nosso imaginário de jovens artistas. Passávamos horas debaixo daquelas árvores, sentadas em banquinhos, desenhando com lápis duro (...). O desenho nos dava a possibilidade de praticar o exercício da concentração, uma meditação espontânea, sem intenção de ser meditação” (Depoimento de Maria Helena Andrés, 2016. Disponível em <http://mariahelenaandres.blogspot.com/2016/01/escola-guignard-70-anos-de-historia_16.html>. Acesso em 19 jan. 2023).

Com o passar dos anos, a dinâmica social sofreu mudanças, e os habitantes da capital mineira passaram a ocupar espaços para além dos limites traçados pela Avenida do Contorno. Conforme consta no material da CVRD (1992), tem-se que, na década de 1950, o número de habitantes era muito maior do que a quantidade de pessoas existentes nos primeiros anos da capital. Entre as causas para esse acontecimento, podemos citar a expansão industrial e a migração de pessoas vindas do interior para trabalhar na capital. Assim, a população que, inicialmente, era de cerca de 12 mil pessoas, transformou-se em meio milhão. Novos bairros foram sendo desenvolvidos, e o Parque, mesmo com as adaptações no decorrer dos anos, continuava a ser um local de lazer e da cena cultural belo-horizontina.

No ano de 1951, Américo Renné Giannetti⁶³ (1896–1954) assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte e, logo de início, foi desafiado a resolver diversos problemas pelos quais passava o

⁶¹ Pousa (2005) explica que Alberto da Veiga Guignard, referência por ter retratado paisagens mineiras, chegou a Belo Horizonte em 1944, quando fundou o Instituto de Belas Artes, período de grande difusão do modernismo na capital. Nesse ano, aconteceu a Semana de Arte Moderna em Belo Horizonte.

⁶² Andrade (2008) conta que Maria Helena Andrés, artista plástica e professora, iniciou sua formação artística na década de 1940, estudando e foi aluna de Guignard no período entre 1944 e 1947. A artista possui diversas obras em acervos públicos, como no Museu da Pampulha e na Fundação Clóvis Salgado.

⁶³ Américo Renné Giannetti, político, empresário e industrial brasileiro, fundou a primeira indústria de alumínio do Brasil, em Ouro Preto. Conforme consta no endereço eletrônico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Giannetti foi um de seus fundadores em 1933. Foi eleito prefeito de Belo Horizonte em 1950.

Parque. A fim de que houvesse uma avaliação da área, Roberto Burle Marx⁶⁴ (1909–1994) foi convocado para coordenar o trabalho, registrando o seguinte relato:

“O Parque encontrava-se totalmente atravancado com construções de toda a ordem que lhe tiraram a beleza” (CVRD, 1992, p. 95).

Pelo relato, percebe-se que o Parque, originalmente “concebido” enquanto um espaço aberto e de qualidade de vida dentro do contexto urbano, ao ser invadido por construções diversas, no plano das dimensões lefebvrianas do “percebido” e do “vivido”, passou por uma transformação significativa em sua estrutura e propósito. Essas construções representam manifestações físicas e sobreposições por novas dinâmicas de poder, impondo novas “estratégias”, traduzidas por meios da imposição de ordens e de estruturas em um espaço que antes era dedicado ao lazer. Mais uma vez, esse espaço social passa por uma nova reconfiguração, incorporando novas dinâmicas urbanas. A perda de beleza, conforme mencionado no relato, não se trata apenas de uma perda estética, mas também simbólica e afetiva. Esse movimento pode ser associado à perda de identidade e de função do espaço originalmente concebido. Essa transformação, também, aponta para uma perda da utopia original que o parque representava, enquanto um espaço verde de refúgio da vida urbana moderna.

Ainda nesse contexto, o paisagista sugeriu que fosse proibida a construção de novas obras, ressaltando a necessidade de o Parque passar por uma total remodelação. Segundo ele,

“Os Parques não devem ficar apenas como manifestações de estética, mas precisam representar algo para o povo” (CVRD, 1992, p. 95).

A ideia de que os parques “precisam representar algo para o povo” implica uma reconfiguração das dinâmicas de poder ali estabelecidas. Em vez de tentar impor uma ordem ou um estilo estético, de cima para baixo, pelo relato, tem-se a proposição de que os parques deveriam emergir das necessidades e dos anseios dos indivíduos, tornando-se, assim, locais onde distintos grupos sociais poderiam se manifestar. Essa sobreposição aponta para a reflexão de que os parques não representam apenas espaços estéticos, mas também lugares de expressão social, de poder e, também, de manifestações heterotópicas. Além disso, essa noção ressoa profundamente com a dimensão lefebvriana do “espaço vivido”, corroborando a importância da experiência subjetiva na produção do espaço social. Os parques servem de lugares para que as

Informação disponível em <<https://www7.fiemg.com.br/noticias/detalhe/fiemg-completa-84-de-fundacao>>. Acesso em 19 jan. 2023.

⁶⁴ Artista plástico e paisagista brasileiro, Roberto Burle Marx é autor de milhares de projetos de paisagismo em diversos países. No final da década de 1960, Burle Marx, juntamente a sua equipe, também idealizou o Parque das Mangabeiras em Belo Horizonte (GOULART; SILVEIRA; SILVEIRA, 2016).

“táticas” aconteçam, servindo de oportunidades para os indivíduos exercerem sua agência, subvertendo as normas e as formas de uso previstas pelas “estratégias” urbanísticas e arquitetônicas.

As sugestões do paisagista foram acatadas de forma parcial. Naquele contexto, Giannetti determinou a proibição imediata de novas edificações nas áreas do Parque; contudo, essa determinação não foi cumprida.

“Mudamos para o Parque em meados da década de 50. Antes disso, em 1951, Américo Rennê Gianetti, quando assumiu a Prefeitura, elaborou um projeto para salvar o maior bosque da cidade. Convocou o paisagista Burle Marx para fazer o diagnóstico. E ele propôs a imediata proibição de novas edificações. Ficamos aliviados quando se esqueceram de derrubar nossa casa. Vivemos no Parque Municipal Américo Rennê Gianetti mais de 25 anos” (GUIMARÃES, 2005, p. 16).

A proibição de novas edificações reflete uma “estratégia” adotada pela municipalidade em sua dinâmica do poder, na qual o poder é exercido de forma relacional entre as ações que determinam o que pode ou não pode ser construído em um espaço público urbano. Essas decisões repercutem não apenas na paisagem física, mas também na vida social e nas relações de poder dentro desse espaço social. A escolha de preservar ou derrubar construções aponta para as prioridades e para os valores daqueles que detêm o poder, além de indicar como funcionam as relações com diferentes grupos sociais que ali estão presentes. O relato acima, além de expressar a possível reconfiguração do lugar com novos edifícios, no plano da dimensão “vivida”, indica a utilização do espaço de vida pessoal e privada por uma família dentro do Parque. Tem-se uma manifestação heterotópica, uma vez que existe um contraste entre o uso público esperado do parque e seu uso privado inesperado, desafiando as normas sociais convencionais e as práticas de espaço. Trata-se de uma situação que pode ser observada enquanto uma subversão mantida, por anos, à concepção do espalho, às normas e às regras impostas, meio em que indivíduos encontram formas de negociar, resistir e até desviar das estruturas de poder na vida cotidiana.

Como exemplo, em 1954, foi edificada a Escola Técnica de Comércio Municipal, área em que posteriormente foi ocupado o Colégio IMACO⁶⁵, demolido em 2013 para a construção de um

⁶⁵ Atual Escola Municipal Imaco, localiza-se no bairro Funcionários em Belo Horizonte. Em 2019, foram concluídas reformas e intervenções emergenciais realizadas na Escola, para que fosse ampliada a acessibilidade e realizada a construção de novas salas. Informação disponível em < <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/apos-reforma-alunos-retornam-ao-predio-da-escola-municipal-imaco>>. Acesso em 19 jan. 2023. A história desse Colégio será tratada, com maior profundidade, no próximo capítulo.

espaço multiuso. Os aspectos que permearam a constituição, as formas de uso e as transformações desse espaço serão aprofundados no próximo capítulo deste trabalho.

Na década de 1950, a capital contava com mais de meio milhão de pessoas. Belo Horizonte se transformava em uma verdadeira metrópole, crescendo de forma acelerada, contudo, desregrada. Nesse período, foi criado o primeiro Plano Diretor, o qual foi requerido ainda durante a gestão de Renné. O objetivo desse Plano era o de organizar a acelerada expansão da cidade, visto que, mesmo com outros locais já consolidados, a região central continuou sendo o cerne de toda a capital, com a construção de inúmeros edifícios (CVRD, 1992). Nesse contexto, como propõe Salles (2021), a Praça Sete assumiu, em caráter definitivo, a função de “coração” da cidade, tendo em vista a sua centralidade e, com o passar dos anos, a sua importância histórica. Aos poucos, os bondes passaram a ser extintos dando lugar aos ônibus elétricos, os quais eram alimentados por dois cabos superiores.

Em razão do ritmo acelerado de industrialização, na década de 1960, Belo Horizonte não mais era observada como uma simples capital, assumindo, então, o cerne de toda a região metropolitana do estado de Minas Gerais.

Figura 21: Parque Municipal e Avenida Afonso Pena em 1961



Fonte: Acervo do APCBH – Coleção José Goés.

Ainda nesse período, conforme esclarece o material da CVRD (1992), houve uma severa redução da área verde que passava pela Avenida Afonso Pena e adjacências. Em 1964, a Avenida Afonso Pena estava irreconhecível quando comparada à década de 1950, tendo perdido boa parte de sua área arborizada.

Figura 22: Corte dos Ficus na Avenida Afonso Pena na década de 1960



Fonte: Acervo Estado de Minas. Disponível em <<http://curraldelrei.blogspot.com/2012/10/os-anos-60-metropole-o-caos-e-as.html>>. Acesso em 19 jan. 2023.

Sobre isso, Guimarães (2005) rememora esse acontecimento:

“Não vi a mutilação do Parque, mas vi a dos ficus da avenida Afonso Pena. Deu pena. E não fiquei indiferente. A avenida Afonso Pena nos era tão íntima que a gente nem falava seu nome e sobrenome. Só ‘avenida’ e todos já entendiam. Bela e harmoniosa com fileiras de ficus que nos davam sombra e vontade de ficar por ali, alisando bunda em meio-fio, vendo pessoas passarem apressadas numa quase metrópole que também era um jardim. Quando minha mãe, numa manhãzinha qualquer, me deu o dinheiro para comprar pão na avenida, levei o maior choque da minha vida quando nela cheguei. Saí de um parque arborizado e caí numa avenida pelada. Nuazinha” (GUIMARÃES, 2005, p. 14).

Nessa passagem, o termo "mutilação" dos ficus na Avenida Afonso Pena representa um símbolo das relações de poder e suas consequências para o ambiente urbano. O termo evoca uma violência que é tanto física (contra as árvores) quanto simbólica (contra a memória e a identidade da cidade). Esse acontecimento reflete as “estratégias”, por meio de decisões, tomadas por determinados grupos, cujas motivações e processos permanecem em grande parte não declarados. Temos um contraste entre a transformação de um lugar familiar em um espaço estranho e desconfortável, em que as “táticas” para sobrevivência seriam reconfiguradas, conforme percebido pelo autor e comparando com os relatos previamente citados. Percebemos, mais uma vez, como as diversas dinâmicas das práticas sociais já moldavam aquele espaço, muitas vezes, de maneiras invisíveis ou não reconhecidas.

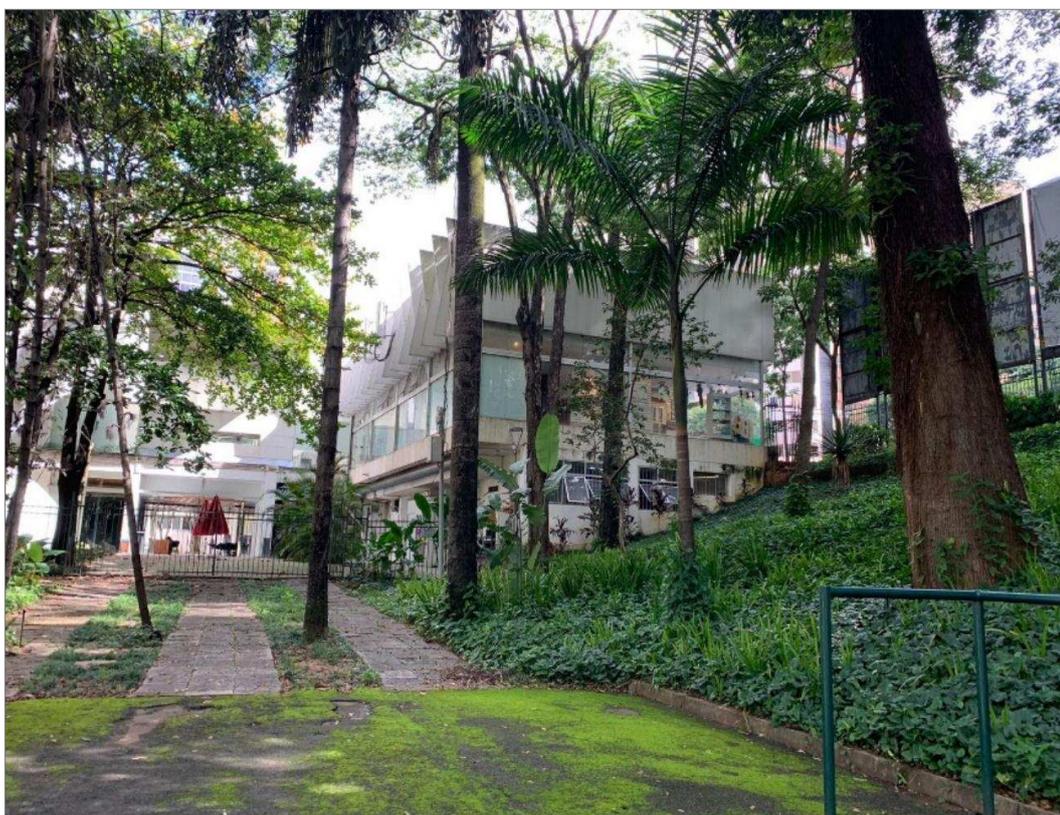
As obras do Palácio das Artes continuavam inacabadas, mesmo após a passagem de nove prefeitos desde que Kubitschek deu início à sua construção, tendo a estrutura inacabada se mantido inalterada. Assim, não servindo ao seu propósito inicialmente pensando, durante certo tempo, a Delegacia Geral utilizou suas dependências para abrigar presos. Somente em 1967 as obras foram retomadas, tendo o projeto de Oscar Niemeyer sido substituído por aquele de autoria de Hélio Ferreira Pinto. Souza (2012) nos informa que Niemeyer abandonou o projeto por razões políticas e por não renunciar à sua intenção de que o Palácio tivesse interações com o Parque.

O Palácio, distante do plano do “concebido”, foi inaugurado em 1971, embora não estivesse totalmente finalizado⁶⁶. O Parque circunda o Palácio, e, na Figura 22, podemos observar um gradeado que separa os dois espaços. Essa separação ilustra o entrelaçamento de espaços com diferentes funções e significados, refletindo uma delimitação intencional que cria e mantém divisões entre os espaços e, por extensão, tendo repercussões no plano “percebido”, em meio às diferentes experiências sociais e culturais. Essa disposição pode ser interpretada como uma forma de controlar e regular o acesso à cultura e à arte difundidas no Palácio, refletindo as dinâmicas de poder e, também, a exclusão social. Essa delimitação pode representar um contraste entre o uso público e inclusivo do Parque e o uso mais exclusivo e restrito do Palácio. Tem-se uma dualidade espacial, simbolizando tensões entre inclusão e exclusão, público e privado, acessibilidade e elitismo. Ainda, é evidente, nessa separação, a imposição de

⁶⁶ Ainda no início da década de 1970, foi criada a Fundação Palácio das Artes, que contribuiu na administração e na condução das obras do Palácio das Artes. Em 1978, alterou-se a sua denominação para Fundação Clóvis Salgado. Posteriormente, nas áreas do Palácio, outros espaços foram lá estabelecidos, como o Cine Humberto Mauro, em 1978, a Galeria Arlinda Corrêa Lima, em 1984, a Sala Juvenal Dias, em 1993, a Galeria Genesco Murta, em 1990, e a Galeria Mari’Stella Tristão em 2016. Esses espaços já passaram por obras para que fossem preservados e se mantivesse o conceito original do projeto que concebeu o Palácio. Informações disponíveis em <<https://fcs.mg.gov.br/institucional/historia/>>. Acesso em 19 jan. 2023.

mecanismos de entrada e saída, os quais caracterizam as heterotopias. A entrada nesses espaços requer um tipo de ritual ou permissão, como comprar um ingresso, ou passar por uma local controlado, contrastando com o Parque, mais acessível e aberto.

Figura 23: Vista do Palácio das Artes de dentro do Parque – locais separados por grades



Fonte: Autor, 2023.

No período entre a década de 1960 e 1970, conforme apontam Galera e Garcia (2017), o número de habitantes passou de 600 mil para 1,3 milhão. Com o crescimento da cidade, houve a expansão da classe média e operária, contribuindo para que as relações sociais, nos centros urbanos, fossem alteradas. Logo, o processo de industrialização provocou o surgimento de novas atividades econômicas, inclusive, com a demarcação de comércios mais sofisticados. Foi nesse período que a região da Savassi, empreendida na região da antiga Praça Diogo de

Vasconcelos, ganhou o famoso monumento “Pirulito” que, posteriormente, foi transferido para a Praça Sete. Nesse período, foi inaugurado o Orquidário Municipal⁶⁷.

Na década de 1970, houve a expansão do processo de verticalização da região central da capital mineira. Os prédios construídos, para fins comerciais e residenciais, representavam a concentração populacional na área central de Belo Horizonte. Essa verticalização, assim, contribuiu para que diversos sobrados, que ainda resistiam diante do avanço da urbanização, fossem extintos. A cidade, então, foi tomada por diversas obras de construção.

Figura 24: Reportagem que enaltece o Parque em meio ao centro movimentado da capital mineira



Fonte: Diário de Minas, 1975. Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB).

⁶⁷ Segundo compartilha a PBH, em 2017, em comemoração aos 120 anos do Parque, o espaço passou por diversas melhorias. Dessas intervenções, contou-se com a troca do detalhado, das portas e das redes elétrica e hidráulica. O espaço recebe exposições e coordena cursos e palestras sobre orquídeas, a sua manipulação e o manuseio das espécies. Informações disponíveis em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/orquidario-do-parque-municipal-sera-reaberto>>. Acesso em 19 jan. 2023.

Na reportagem do Diário de Minas, tem-se uma discussão quanto à importância do Parque Municipal para a capital mineira, sendo inicialmente descrito como uma “ilha verde, no nosso mar de poluição”. Conforme descrito no artigo, o próprio Parque representa uma heterotopia dentro de um contexto urbano movimentado e poluído. O espaço é observado como uma fuga do ambiente urbano, onde a lógica da cidade fica distanciada. O Parque servia de ponto de encontro para diversos grupos de indivíduos, entre os quais religiosos, estudantes, idosos e pessoas de baixa renda. Esse dinamismo sugere que o espaço público se transforma em meio às camadas sociais, oportunizando lugares comuns nos quais as heterogeneidades são, até certo ponto, suspensas ou atenuadas. Essas camadas, dentro do Parque, são sobrepostas de maneira distinta quando comparadas ao contexto citadino. Nesse panorama, as “táticas” presentes no Parque subvertem as expectativas urbanas hegemônicas e possibilitam um espaço ‘outro’ real, diferente daquele “concebido”.

Em 1975, de acordo com informações extraídas no endereço eletrônico da PBH⁶⁸, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais⁶⁹ (IEPHA) tombou o conjunto paisagístico e arquitetônico do Parque, tendo sido formalizado por meio do Decreto n.º 17.086/75. A fim de que fosse reforçada a sua finalidade de lazer, determinou-se a proibição de novas construções nas suas áreas. Ainda nesse contexto, conforme explicitado no material da CVRD (1992), ocorreu a canalização do Córrego Acaba Mundo, sendo acrescidos, ao Parque, cinco hectares (o equivalente a 50.000 m²).

Em 1977, as grades de ferro foram novamente instaladas. Galera e Garcia (2017) lembram que, na década de 1980, ocorreu o “II Encontro Regional de Biólogos”, do qual foram extraídas diversas sugestões para a conservação dos recursos e das estruturas do Parque. Nessa perspectiva, posteriormente, em 1989, na gestão do Prefeito Pimenta da Veiga⁷⁰, promoveu-se um concurso para a captação de diretrizes, propostas urbanísticas e direcionamentos institucionais e financeiros que visassem à reestruturação do centro da capital mineira. Após quatro meses, 27 equipes entregaram análises e possibilidades de intervenções, tendo o Parque

⁶⁸ Disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/parque-municipal-americo-renne-giannetti-comemora-120-anos>>. Acesso em 19 jan. 2023.

⁶⁹ O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG) é uma fundação subordinada à Secretaria de Estado de Cultura que cuida, entre diversas atribuições, da preservação do patrimônio cultural. Informação disponível em <<http://www.iepha.mg.gov.br/>>. Acesso em 19 jan. 2023.

⁷⁰ João Pimenta da Veiga Filho (1947), advogado e atuante na política, além de Prefeito de Belo Horizonte, também foi Deputado Federal por quatro mandatos. Informações disponíveis em <<https://www.camara.leg.br/deputados/74589/biografia>>. Acesso em 19 jan. 2023.

sido considerado como de grande relevância para a capital mineira. A equipe coordenada por Ana Maria Schmidt⁷¹ foi uma das equipes premiadas, apresentando diretrizes particulares de intervenção no Parque Municipal.

No início da década de 1990, Eduardo Azeredo⁷² (1948), à época, Prefeito de Belo Horizonte, deu início às negociações entre a PBH e as empresas CVRD, Florestas Rio Doce S.A. e a Celulose Nipo-Brasileira S.A. (CENIBRA) para que fosse firmado um convênio que viabilizasse a implantação do plano de recuperação do Parque. Cardoso (2022) conta que o convênio foi assinado em fevereiro de 1992, dentro do Teatro Francisco Nunes, tendo sido a data de 12 de dezembro, aniversário da capital, daquele mesmo ano, a prevista para a reinauguração do Parque.

Figura 25: Divulgação da reinauguração do Parque em 1992



Fonte: AMORIM, 1993, p. 20.

⁷¹ Segundo foi informado pela arquiteta Ana Maria Schmidt, em sua página eletrônica de mídia social, o projeto contava com diretrizes para a reestruturação e para a restauração do Parque Municipal, além da requalificação do eixo da Avenida Afonso Pena. Alguns dos objetivos traçados foram a criação de padrões para os desenhos dos passeios, a ampliação da acessibilidade, a sinalização visual, a recuperação das fachadas dos prédios históricos, entre outros. Informações disponíveis em <<https://br.linkedin.com/in/ana-maria-schmidt-nl-0069738>>. Acesso em 19 jan. 2023.

⁷² Eduardo Brandão de Azeredo (1948) foi Prefeito de Belo Horizonte de 1990 a 1992. Na vida política, também já exerceu a função de Governador de Minas Gerais (1995-1998), Senador (2003-2011) e Deputado Federal (2011-2014). Informações disponíveis em <<https://www.camara.leg.br/deputados/160647/biografia>>. Acesso em 19 jan. 2023.

O texto visível na reportagem inserida na Figura 27 enaltece as melhorias e a revitalização do Parque no início da década de 1990. Essa reconfiguração fazia parte de um projeto de desenvolvimento urbano sob intenções de valorizar o espaço público e de promover o bem-estar dos cidadãos, reiterando a importância dos espaços verdes em áreas urbanas. Essa revitalização pode ser observada como uma renovação de uma heterotopia, um espaço "outro", o qual fortalece a função de refúgio da urbanização e do cotidiano da cidade. A remodelação do Parque adicionaria camadas de desvios da vida urbana padronizada, oportunizando aos indivíduos o usufruto de atividades e experiências que podem não se encaixar no ritmo e nas demandas da vida na cidade. Ou, ainda, oportunizando um “parque novinho”, a partir de um discurso que molda a percepção do espaço e das práticas sociais que ali acontecem.

O tombamento do Parque não impediu a implementação do projeto de revitalização do paisagismo, uma vez que não envolvia a vegetação, mas sim o perímetro do Parque. A equipe envolvida na reforma, ao reconhecer a importância da história do local para a cidade, preocupou-se em resgatar os detalhes que compuseram o projeto original.

“Um exemplo foi o coreto, em que, durante o restauro, os arquitetos fizeram a opção por voltar ao seu projeto anterior, inclusive dos jardins ao seu redor, com os desenhos que lembravam os jardins franceses, visto que estavam muito degradados e quase já não havia mais o formato inicial da época de sua instalação” (CARDOSO, 2022, p. 194).

Nesse relato, percebe-se a afirmação da importância da manutenção das características do Parque com o seu passado, o que realça, no plano da dimensão lefebvriana do “espaço vivido”, a inserção de valores e de identidades culturais em um projeto municipal. A dinâmica de poder, nesse contexto, parece objetivar a manutenção de um espaço real, preservando memórias e possibilitando a experiência coletiva. Ao retomar o estilo francês original, os arquitetos atuam, para além da disposição física do Parque, na memória e no significado cultural que o Coreto representava para a comunidade. Esse ato de restauração é uma escolha deliberada que sustenta a narrativa histórica e estética desejada, refletindo as dinâmicas de poder que influenciam como os espaços urbanos são concebidos e mantidos. Esses jardins podem ser observados como desvio da modernidade urbana, como uma fuga da desordem e da decadência do espaço urbano contemporâneo. A intenção implícita no relato é a de recriar uma camada de história que oferecesse aos indivíduos uma experiência atemporal, atuando como um mecanismo que possibilita o resgate de outro espaço-tempo.

O estudo de Cardoso (2022) traz um importante trecho de uma entrevista na qual se observam as dificuldades com as quais se deparou a equipe responsável pela execução da obra. A

entrevistada foi Mara Galupo de Paula Penna, uma das designers paisagistas que participou da reforma do Parque.

“Até eles [*funcionários da Prefeitura e pessoas que trabalhavam nos brinquedos*] entenderem que eles não eram donos do parque foi difícil! [...] Foi o último espaço do parque que foi recuperado. Era tratada como área particular de uma pessoa, que cobrava dos profissionais autônomos, como fotógrafos, donos dos burrinhos, que trabalhavam dentro do parque, emprestava dinheiro e cobrava dos funcionários da PBH com juros altos, uma espécie de agiota. E eles ficavam de olho no que a gente estava fazendo ali por perto durante a realização do levantamento. Mas acho que eles pensavam que a gente era doido, também (risos), porque lá tinha muito doido. Então não mexiam com a gente. E a gente ficava olhando para o céu tentando reconhecer as árvores, isso parecia coisa de maluco! Mas a gente soube de muita coisa complicada lá dentro! Nós moramos no parque durante mais de ano!” (CARDOSO, 2022, p. 194).

Pelo relato, percebemos a noção de que o Parque era observado como uma propriedade de indivíduos que ocupavam o espaço, apontando para um microcosmo de poder paralelo, onde as regras e normas oficiais são ignoradas por dinâmicas de influência, de controle e de poder no local. Tem-se uma representação física de como o poder, naquele espaço, estava fragmentado e distribuído, de maneira informal e até clandestina. A presença de vigilância sobre as atividades dos pesquisadores e a utilização da expressão "loucura" atribuída a eles refletem a resistência a mudanças nas dinâmicas de poder ali estabelecidas, sendo observados como desvios da norma aceita. Ainda, a menção de que "havia muitos doidos" demonstra que o Parque é um local utilizado por várias realidades simultaneamente, como um lugar de lazer, de mercado informal, de campo de pesquisa etc. Essas camadas se sobrepõem, recriando um espaço onde as “estratégias” poderiam ser questionadas e a normalidade passava a ser observada como uma questão de perspectiva.

Diversas intervenções foram realizadas no Parque, como, por exemplo, a recomposição dos pisos e largos, a restauração de monumentos e do coreto, a recuperação da iluminação e a instalação de novos portões. Cardoso (2022) pontua que, mesmo que a reinauguração tenha oficialmente ocorrido em dezembro de 1992, a reforma ainda não havia sido concluída, tendo continuado até meados do ano seguinte.

Góis (2003) compartilha que, em 2002, por iniciativa da PBH, elaborou-se o documento denominado como “Parque 21⁷³”, no qual foram firmados compromissos para mudança do padrão de desenvolvimento no próximo século. Esse documento demonstra a inserção do poder público nas discussões sobre as destinações dos recursos públicos em uma discussão mais

⁷³ O documento possuía como um de seus escopos a revitalização e a preservação do Parque Municipal, tendo sido aprovado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que envolveu 179 países, no ano de 1992 (GÓIS, 2003).

ampla, envolvendo questões ambientais de alcance internacional. O documento foi elaborado a partir de avaliações técnicas do Parque por parte da PBH, tendo como principal objetivo a busca pela sustentabilidade. Até hoje, o documento serve de referência para a implementação de mudanças no Parque. Esse documento será tratado com maior profundidade no próximo capítulo.

Em 2005, a Fundação de Parques Municipais (FPM), que faz parte da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, passou a administrar o Parque Municipal. Mais recentemente, em 2017, a FPM fundiu-se com a Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte, originando a denominada Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica⁷⁴, tendo como grande objetivo a implementação de ações e programas que fomentem a educação e a preservação ambiental, além da promoção de atividades de lazer, esporte e de cultura.

Como foi mencionado ao longo deste capítulo, o Parque passou por inúmeras modificações no que diz respeito a sua estrutura física durante o seu percurso histórico. Guimarães (2005) expressa a sua percepção sobre esse processo:

“Era uma vez um imenso e majestoso parque no início do século 20. Media o dobro do tamanho atual. Foi mutilado, sistematicamente, no decorrer dos anos. Pedro Nava se indignava: ‘Parabéns aos senhores prefeitos progressistas. Pêsames à população de Belo Horizonte; particularmente às crianças residentes nos arranha-céus do Centro. Para isso concorreu a indiferença da população’” (GUIMARÃES, 2005, p. 13).

As transformações do Parque, descritas como "mutilação" no relato, aponta para uma perda gradual e intencional de espaço público para atender a outros usos. A crítica apontada por Pedro Nava aos "senhores prefeitos progressistas" explicita uma tensão entre os ideais de progresso, frequentemente associado ao crescimento e à modernização, e as repercussões desses avanços, os quais podem se associar à perda do patrimônio histórico e natural. O lamento pela população — "particularmente às crianças residentes nos arranha-céus do Centro" — remete a uma preocupação com as camadas sociais afetadas, no caso, especialmente os mais jovens, que fariam uso dos espaços para brincar e interagir com a natureza. Isso também aponta para as “estratégias” de poder enquanto um mecanismo não apenas construtivo, mas também destrutivo, sobrepondo na cidade distintas formas que nem sempre beneficiam os indivíduos.

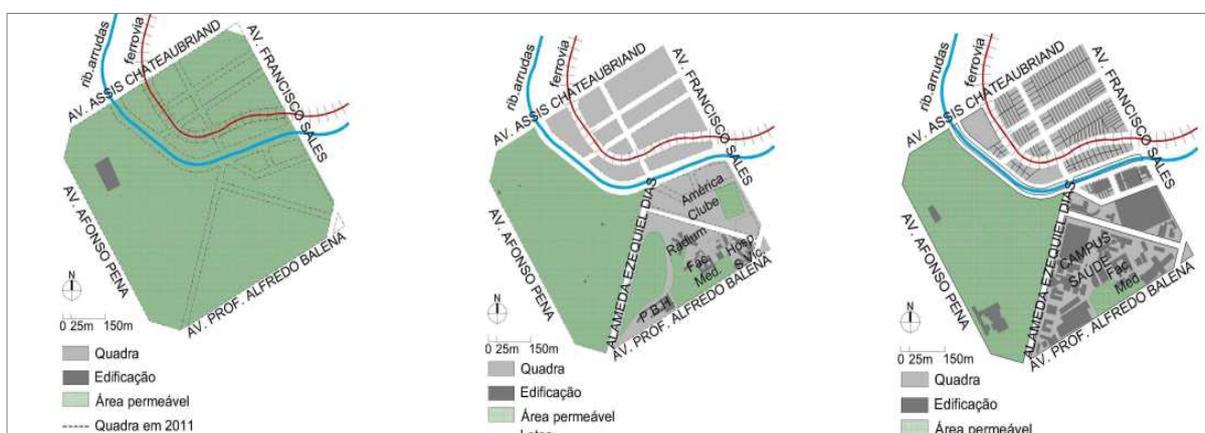
Ademais, a expressão "indiferença da população" pode ser observada enquanto uma crítica à passividade com que as manifestações heterotópicas, ali percebidas, são permitidas a

⁷⁴ O Decreto 16.684, de 31 de agosto de 2017, foi o que determinou a criação da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica. Isso ocorreu em meio a um contexto de reforma administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte. Informação disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica>>. Acesso em 19 jan. 2022.

desaparecer. O Parque, desde a sua concepção, já poderia ser comparado a um espaço ‘outro’ que oferecia uma experiência alternativa ao cotidiano urbano circundante. Com os sucessivos desmembramentos, esse cenário heterotópico passou por mudanças, e a falta de preocupação da população passou a ser observada como um desvio das responsabilidades cívicas. Esse panorama reflete como os espaços urbanos podem constituir, no mesmo espaço-tempo, considerando os planos lefebvrianos do “percebido” e do “vivido”, diferentes percepções de mundo, promovendo a contínua reconfiguração da cidade e a perda de espaços sociais que poderiam conservar a saúde e o bem-estar da comunidade.

Com relação aos diversos desmembramentos, vale destacar as ilustrações propostas por Simão (2012):

Figura 26: Desmembramentos do Parque Municipal nas décadas de 1890, 1940 e 2010



Fonte: SIMÃO, 2012, p. 97.

Pela leitura do mapa de 2011, percebe-se que a área inicialmente “concebida” para o Parque foi fragmentada, transformando-se em quatorze diferentes porções. A região destinada ao Campus Saúde, por exemplo, conforme informado por Simão (2012), foi expandida de 11.200 m² para 42.511 m². Nessa linha, têm-se as Figuras 24 e 25 que ilustram o processo de desintegração sofrido pelo Parque ao longo dos anos. De acordo com Galera e Garcia (2017), a sua área passou a ocupar, no século XXI, aproximadamente, um terço da área originalmente planejada. Mesmo com essa redução, o espaço não deixou de ser visitado pela população, abarcando, segundo as

autoras, quase 60%⁷⁵ do número total de frequentadores de parques na capital mineira. Esse dado também confirma a importância histórica e ambiental que o Parque possui na cidade, além de servir de referência enquanto um espaço urbano público que sobreviveu a diversos acontecimentos ao longo do tempo.

No panorama neoliberal, a reconfiguração dos espaços públicos pode ser associada às diversas pressões pelo desenvolvimento econômico, pelas propostas de privatização e pela propagação do ideal de maximização do valor dos terrenos urbanos. A redução da área do Parque, como observado, reflete essas pressões, tendo o solo urbano e as oportunidades de investimentos privados prevalecidos em detrimento da conservação de espaços sociais amplos e acessíveis. Vale salientar que, conforme exposto na pesquisa de Galera e Garcia (2017), apesar das transformações, o fato de o Parque continuar a atrair uma quantidade considerável de frequentadores aponta para uma tensão intrínseca ao neoliberalismo urbano, qual seja, a evidente necessidade de equilibrar interesses econômicos e o valor imaterial dos espaços públicos para os indivíduos. A popularidade do Parque, que persistiu ao longo da sua história, destaca a resiliência e a importância desse lugar enquanto um refúgio urbano e elemento diferenciado para a constituição da estrutura social e ambiental da capital mineira, resistindo às dinâmicas de mercado que dinamizam o cenário contemporâneo.

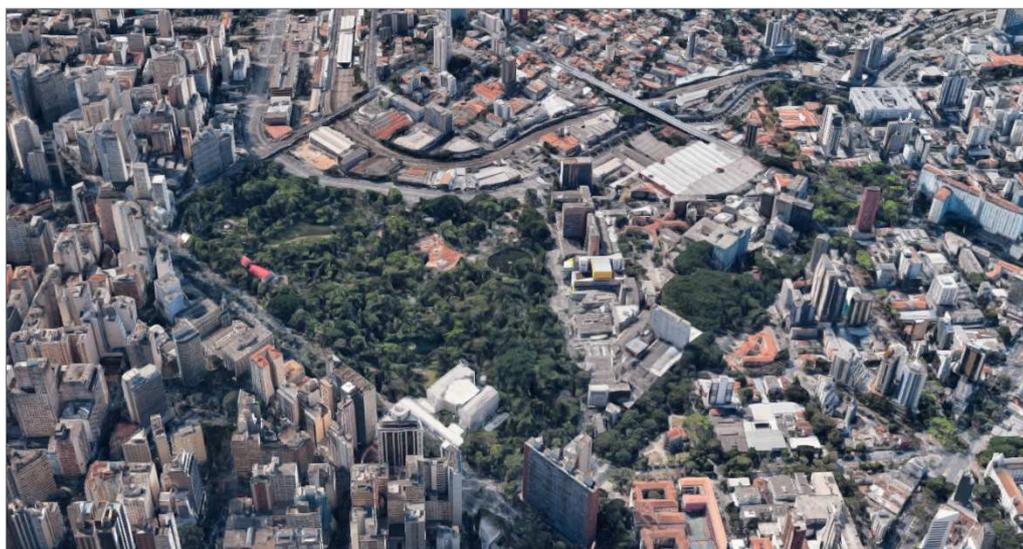
Figura 27: À esquerda, o projeto original do Parque Municipal, em 1897; à direita, o Parque em 2014



Fonte: Adaptada por Galera e Garcia (2017, p. 18).

⁷⁵ Galera e Garcia (2017) explicam que esse percentual foi calculado por meio do valor médio apontado pelo ex-diretor do Departamento de Parques da região sul de Belo Horizonte em 2014.

Figura 28: Parque Municipal em 2023 – imagem de satélite



Fonte: Captada do Google Maps <<https://www.google.com.br/maps/>>. Acesso em 02 fev. 2023.

Atualmente, o Parque Municipal está aberto à população, de terça-feira a sábado, das 7h às 21h, e aos domingos, das 7h às 17h⁷⁶. A pesquisa de Galera (2014) já apontava que, de terça a sexta-feira, o Parque é mais visitado por transeuntes do que por usuários propriamente ditos, o que nos remete às “táticas” adotadas pelos indivíduos. Esse cenário é diferente nos finais de semana, especialmente aos domingos⁷⁷, quando o Parque recebe centenas de visitantes. O elevado número de usuários, conforme aponta a autora, nesse dia, inclusive, acaba por ultrapassar a sua capacidade física.

ACESSE Código QR:



O Parque, atualmente, conta com sete entradas. Para acessá-lo, atualmente⁷⁸, os seus frequentadores podem optar pelas portarias localizadas na Avenidas Afonso Pena e dos Andradas. Para além dessas duas portarias, existe outra entrada, restrita aos colaboradores do Parque, localizada na Alameda Ezequiel Dias. As demais entradas, que normalmente

⁷⁶ Informação consultada no endereço eletrônico da PBH em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica/informacoes/parques/parque-municipal-americo-renne-giannetti>>. Acesso em 8 nov. 2023.

⁷⁷ A Feira de Artes, Artesanato e Variedades de Belo Horizonte, ou também como popularmente conhecida como Feira Hippie, acontece aos domingos na Avenida Afonso Pena. A Feira contribuiu para o aumento do número de usuários do Parque nesse dia. Segundo reportagem divulgada pelo Jornal Estado de Minas, em novembro de 2022, a Feira recebe, em média, 60 mil visitantes a cada domingo. Informação disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/11/16/interna_gerais,1422014/feira-hippie-de-belo-horizonte-tera-horario-ampliado-em-dezembro.shtml>. Acesso em 23 jan. 2023.

⁷⁸ Informação obtida durante a pesquisa de campo, no Parque, em janeiro de 2023.

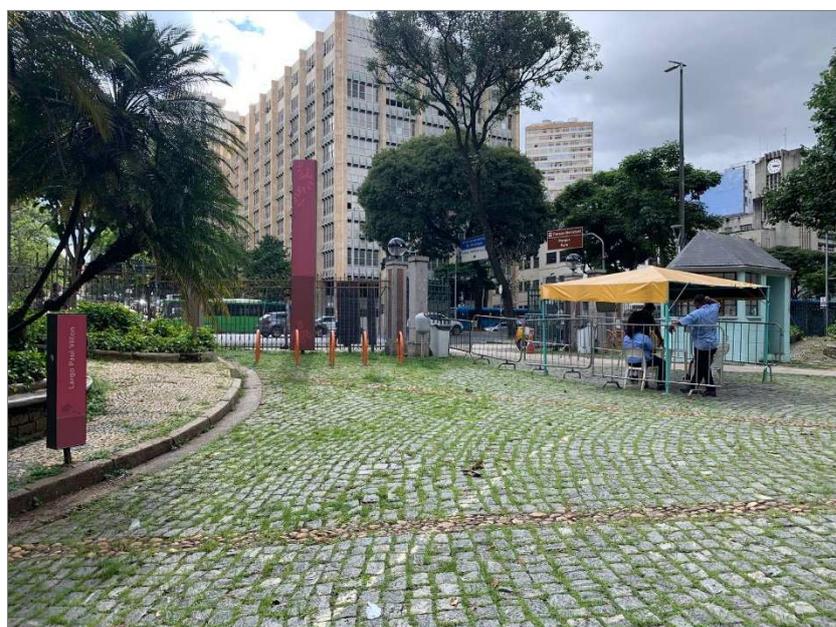
permanecem fechadas, são as localizadas na Rua da Bahia, a do Mercado das Flores, a da Rua Carandaí e o da esquina da Avenida dos Andradas com a Avenida Assis Chateaubriand.

Figura 29: Entrada do Parque na Avenida Afonso Pena – vista externa



Fonte: Autor, 2023.

Figura 30: Entrada do Parque na Avenida Afonso Pena – vista interna



Fonte: Autor, 2023.

Figura 31: Entrada do Parque na Alameda Ezequiel Dias



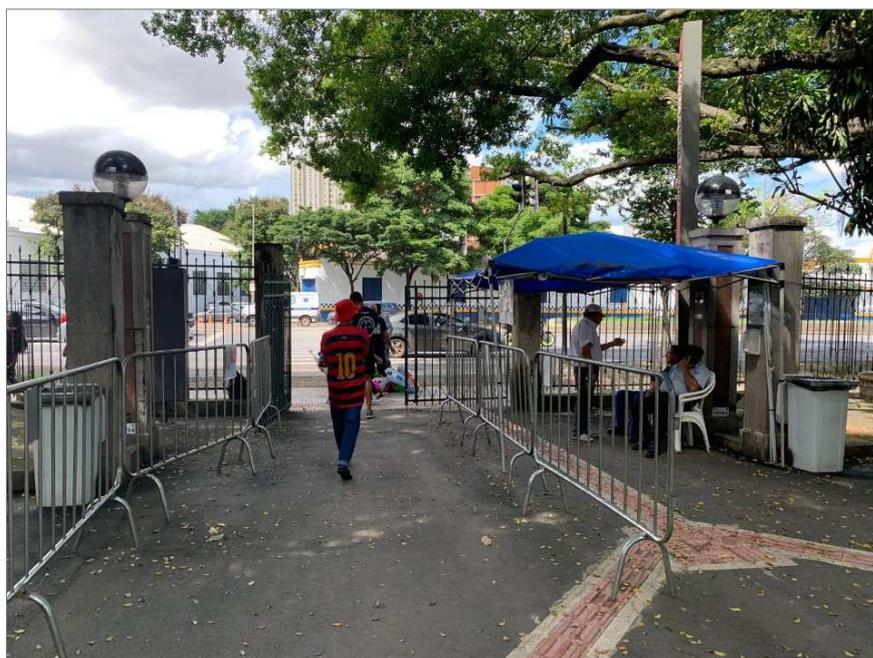
Fonte: Autor, 2023.

Figura 32: Entrada do Parque na Avenida Andradas - vista externa



Fonte: Autor, 2023.

Figura 33: Entrada do Parque na Avenida Andradas - vista interna



Fonte: Autor, 2023

Figura 34: Entrada do Parque pela Rua da Bahia



Fonte: Autor, 2023.

Figura 35: Entrada do Parque na esquina da Avenida dos Andradas com a Avenida Assis Chateaubriand – vista interna



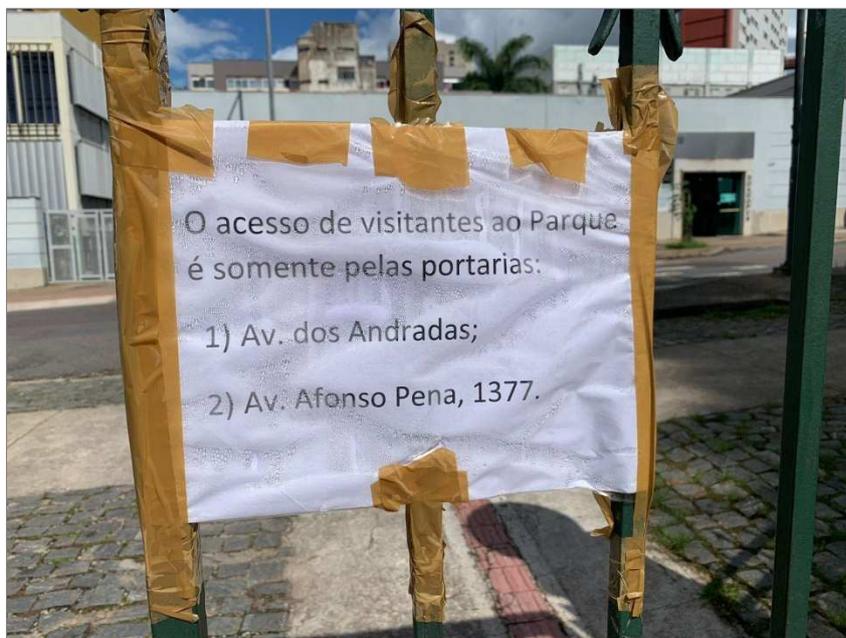
Fonte: Autor, 2023.

Figura 36: Acesso ao Parque na área do Mercado das Flores – esquina da Rua da Bahia com a Avenida Afonso Pena



Fonte: Autor, 2023.

Figura 37: Aviso afixado nas grades do Parque sobre as formas de acesso



Fonte: Autor, 2023.

Galera (2014) conta que, em 2011, a Fundação de Parques Municipais realizou um mapeamento sobre os visitantes do Parque, considerando, à época, três principais entradas (Afonso Pena, Andradas e Ezequiel Dias) e os horários de ingresso, confirmando-se a expressiva quantidade de visitantes aos domingos. Nesse diagnóstico, foi relatado o expressivo número de 21.090 visitantes, aos domingos, concentrando-se entre os horários de 10:00 e 15:00. De terça a sexta-feira, esse número não passava de 7.101 frequentadores. A movimentação do Parque aos domingos foi realçada na obra de Guimarães (2005):

“Na falta de um clube, um sítio ou outro lazer qualquer, os desafortunados dirigem-se ao Parque aos domingos. E eles são muitos: 80 mil pessoas dividem os momentos de alegria. Até hoje fico orgulhoso, como se recebesse esse povo no meu quintal, todo final de semana. Não moro mais lá, mas fico todo metido a besta com as 600 mil pessoas que visitam o parque por mês. É, de longe, o reduto mais visitado da capital. (...) Entram. Domingo no Parque de uma família pobre, porém decente. Com poucos tostões no bolso, o pai leva as crianças para os brinquedos grátis: escorregadores e gangorras. Escorregam e gangorram até enfiar. Brinquedo pago: carrossel, trenzinho e pedalinho ficam para a próxima vez. Dinheiro contado, só a conta de comprar algodão-doce colorido e balões a gás. Visitam os lagos e jogam pão velho para os peixes” (GUIMARÃES, 2005, p. 27–28).

No relato acima, tem-se uma relação com a dimensão lefebvriana do “percebido”, uma vez que, servindo o espaço de alternativa de lazer dos indivíduos “desafortunados”, que não têm acesso a clubes ou sítios, aponta para a sua importância enquanto uma organização que nivela as diferenças sociais. A sensação de orgulho expressada pelo narrador, que compara essa situação

à de um anfitrião recebendo convidados em seu quintal, sugere uma consciência pessoal de posse e de responsabilidade pelo coletivo. Esse espaço social, para o autor, um dos lugares mais visitados da capital, associa-se ao poder de permitir o acesso a práticas pouco experienciadas em razão da estratificação econômica. Observamos, ainda nesse cenário, manifestações heterotópicas a partir dos seus usuários. As atividades descritas, como crianças brincando nos escorregadores e gangorras, demonstram desvios em relações às preocupações financeiras e em relação às pressões sociais do cotidiano. Ainda, a existência de brinquedos pagos e gratuitos dentro de um mesmo espaço social público demonstra a coexistência de diferentes realidades sociais e econômicas, característica que demarca a dimensão do “vivido” pela sociedade.

Galera (2014) ainda realça alguns grupos de frequentadores do Parque. Inicialmente, evidenciam-se os grupos de pessoas que trabalham no logradouro diariamente, como, por exemplo, os provenientes da limpeza urbana, da PBH, da Guarda Municipal, da jardinagem e os adolescentes trabalhadores. Além desses grupos, têm-se os frequentadores do Parque, sendo pertinente esclarecer as diferenças entre os usuários e os transeuntes. Os primeiros são os indivíduos que adentram no Parque para lá permanecerem por um período e utilizarem suas estruturas como formas de descanso e turismo. Os últimos, por sua vez, são aqueles que apenas atravessam o Parque, de um lado para o outro, utilizando-o como rota de caminho para algum destino. Em relação aos frequentadores, vale salientar mais uma passagem de Guimarães (2005):

“O Parque sempre acolheu com seus imensos braços, traduzidos em suas árvores, os vadios e desocupados. Gostava mais deles. Pensando bem, parque é para vadiar. Caráter do parque. Ocupados passavam por lá só de passagem. Sentavam-se no banco de mármore, afrouxavam a gravata, tiravam o sapato Vulcabras, ficavam só com a meia preta, alisavam os pés na grama e, por um momento, felizes. Ficavam por ali pouco tempo, o tempo de achar que a vida não era só memorandos e arquivos de aço. Eu reparava bem esse pessoal ocupado. Quando eles vinham era porque o barco estava afundando na empresa ou na sua alma (GUIMARÃES, 2005, p. 58).

O relato do Parque enquanto um espaço de acolhimento para “vadios e desocupados” e como um local transitório, de alívio para os “ocupados”, mais uma vez, tangencia as dinâmicas de poder e as subversões que ali acontecem. O Parque é observado como um contraponto à vida urbana estruturada, onde as árvores acolhem os indivíduos marginalizados pelo ritmo acelerado e produtivista da sociedade contemporânea. O trecho “parque é para vadiar” ressalta a intenção do espaço preenchido por desvios, onde as normas habituais do comportamento “produtivo” são suspensas e onde a noção de espaço-tempo é percebida de maneira diferente. Para os ocupados, o parque remete a um refúgio temporário do mundo dos “memorandos e arquivos de

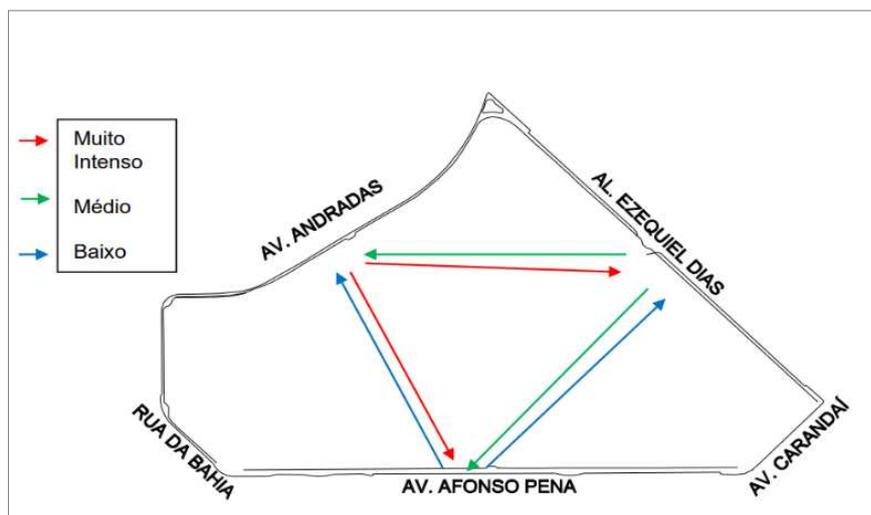
ação”, onde podem se despir das exigências da vida profissional e reconectar-se, apontando para um mecanismo de poder associado à possibilidade de proporcionar momentos de liberação e reflexão dos indivíduos.

O Parque também conta com um expressivo número de moradores de rua. Nos dias de semana, como informado por Galera (2014), eles se concentram nas áreas próximas ao Coreto. Em 2012, por exemplo, como informa a autora, contabilizou-se o número médio de cem moradores de rua por dia nas dependências do Parque. Ainda nessa pesquisa, evidenciou-se que 46% dos frequentadores utilizam o Parque para descanso; 19%, para a utilização dos brinquedos; e os demais, para ponto de encontro ou como estação de trabalho. A maior parte dos frequentadores do Parque estaria na faixa etária compreendida entre 19 a 60 anos, equivalente a 72% do total analisado. Além disso, chegou-se ao resultado de que a maior parte dos frequentadores do Parque possuía renda salarial abaixo de cinco salários mínimos; em outras palavras, a área é predominantemente frequentada por um público de classe média⁷⁹.

Os transeuntes do Parque, ou seja, aqueles indivíduos que utilizam a sua estrutura enquanto corredores de passagem, constituem uma heterotopia desse espaço social. Os indivíduos sobrepõem o concebido para aquele lugar, ou seja, percorrem os trechos existentes entre as portarias abertas em vez de desfrutarem da estrutura pública para lazer e qualidade de vida. Como já dito em parágrafos anteriores, tem-se uma representação das “táticas” dos indivíduos no uso desse espaço. Sobre isso, Galera (2014) compartilha que as rotas mais utilizadas se dão em razão dos empreendimentos que ocupam o entorno do Parque, como, por exemplo, as estações de ônibus localizadas na Avenida Andradas, a região hospitalar próxima à Alameda Ezequiel Dias e a importante via central Avenida Afonso Pena. Os fluxos mais intensos originam-se na Avenida Andradas em direção à Alameda Ezequiel Dias e à Avenida Afonso Pena.

⁷⁹ O material intitulado “Critério Brasil”, elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), indica que os indivíduos que possuem renda salarial mensal entre dois e cinco salários mínimos localizam-se no estrato socioeconômico da classe média. Informações disponíveis em <<https://www.abep.org/criterio-brasil>>. Acesso em 23 jan. 2023.

Figura 38: Principais fluxos de indivíduos dos transeuntes do Parque



Fonte: GALERA, 2014, p. 74.

A Canguru News, portal de notícias eletrônicas, em 2017⁸⁰, compartilhou um mapa atualizado do Parque que ilustra os diversos empreendimentos que coabitam com os seus espaços verdes. Esse mapa⁸¹ está atualmente afixado em diversos locais dentro do Parque, contudo, no período de realização dessa pesquisa, o material não estava sendo disponibilizado na versão impressa.

⁸⁰ O mapa ilustrativo foi encontrado em uma pesquisa realizada no Google, sendo originário do portal eletrônico Canguru News, que atua na difusão de conteúdo sobre infância. Disponível em <<https://cangurunews.com.br/conheca-os-tesouros-para-toda-a-familia-escondidos-dentro-do-parque-municipal/>>. Acesso em 23 jan. 2023. O mesmo mapa foi encontrado em outros endereços eletrônicos.

⁸¹ A delimitação espacial proposta na metodologia desta Pesquisa utilizará esse mapa.

Figura 41: Local do Parque onde se instalou a Guarda Municipal



Fonte: Autor, 2023.

Figura 42: Lanchonete do Parque – desativada durante a pesquisa



Fonte: Autor, 2023.

Figura 43: O Coreto do Parque



Fonte: Autor, 2023.

A PBH, em seu portal eletrônico⁸², informa que o Coreto, em 2012, foi reformado em razão de uma compensação ambiental⁸³ proveniente do Shopping Cidade⁸⁴. Nesse mesmo período, além da substituição dos gramados do Parque, também foram plantadas milhares de mudas. A PBH também informa que, atualmente, o Parque possui mais de 300 espécies de árvores de diversos biomas nacionais e internacionais, como figueiras, ipês, eritrinas, jaqueiras, entre outras.

⁸² Dados sobre a estrutura e o funcionamento do Parque foram retirados do portal eletrônico da PBH. Disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica/informacoes/parques/parque-municipal-americo-renne-giannetti>>. Acesso em 23 jan. 2023.

⁸³ A compensação ambiental, conforme esclarece Coelho (2008, p. 29), diz respeito a um mecanismo financeiro que estabelece uma “indenização prévia ou posterior à realização de um dano ao meio ambiente”.

⁸⁴ O Shopping Cidade, localizado no centro de Belo Horizonte, foi inaugurado no início da década de 1990 e consolidou-se como um dos principais shoppings centers da capital mineira. Informações disponíveis em <<https://www.shoppingcidade.com.br/shopping/>>. Acesso em 23 jan. 2023.

Figura 44: Jaqueiras no Parque

Fonte: Autor, 2023.

Com relação à fauna, o Parque é composto por mais de 70 espécies de vertebrados, incluindo-se os mamíferos, as aves, os répteis, os anfíbios e os peixes, e por centenas de invertebrados, como distintas espécies de borboletas, abelhas e formigas. Todos, juntos, colaboram para a preservação do meio ambiente. Sobre isso, no panorama do Antropoceno⁸⁵, que já constitui um tema relevante para os Estudos Organizacionais, deparamo-nos com demarcações heterotópicas na convivência de diferentes espécies da fauna. Em outras palavras, temos, em um mesmo espaço, a interação entre humanos e não humanos, o que desafia as noções hegemônicas de separação entre natureza e produção social, configurando espaços de coexistência em uma nova ordem ecológica e social. Há, nesse cenário, fauna, flora, indivíduos e organizações convivendo em um panorama interconectado, apontando para a adoção de estratégias (nem sempre sustentáveis) que possibilitem essa coabitação.

⁸⁵ Segundo Figueiredo e Marquesan (2019), em resposta às alterações significativas de questões ambientais, como o aquecimento global, as reflexões sobre o Antropoceno ganharam, na última década, amplitude no campo dos Estudos Organizacionais.

Figura 45: Reportagem que enaltece as características da fauna e da flora do Parque



Fonte: Diário Oficial do Município, 2010. Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB).

A matéria intitulada "Belo Horizonte - Berço da fauna e da flora da capital mineira", publicada no Diário Oficial do Município, reforça a percepção do Parque enquanto um lugar em que a natureza é preservada e celebrada, contrastando com o panorama citadino que o circunda. Essa preservação pode ser interpretada enquanto um mecanismo de poder, a partir de decisões conscientes de se manter um espaço social que resiste e subverte a urbanização, preservando a memória histórica e cultural da capital mineira. O Parque, em suas várias camadas, funciona não só como *habitat* para diversas espécies de flora e fauna, como bem explorado na reportagem, mas também como um emaranhado de histórias e acontecimentos que marcaram a história da cidade. O parque, mais uma vez, subverte o propósito "concebido", utilitário hegemônico dos espaços urbanos, tornando-se palco para lugares 'outros', reais, para manifestações de diferentes ritmos de vida e interações sociais.

Em relação aos recursos hídricos, a região é cortada pelo Acaba Mundo, que deságua no Ribeirão Arrudas, o qual, atualmente, já foi transformado em galeria pluvial. O Parque conta com três lagoas (Lagoa dos Barcos, Lagoa dos Marrecos e Lago do Quiosque⁸⁶), dois bebedouros históricos ornamentais (Bebedouro da Jaqueira e Bebedouro dos Burros⁸⁷) e dez bebedouros públicos.

Figura 46: Bebedouro dos Burros no Parque



Fonte: Autor, 2023.

⁸⁶ O Lago do Quiosque foi construído na década de 1910, transformando uma bacia de águas estagnadas em um lago para cultura de peixes grandes. No centro do lago, está “A Deusa das Águas”, esculpida em mármore e de tendência clássica. Informações disponíveis em <<http://portalbelohorizonte.com.br/o-que-fazer/arte-e-cultura/obras-de-arte/estatua-deusa-das-aguas>>. Acesso em 27 jan. 2023.

⁸⁷ O Bebedouro dos Burros, localizado originalmente na Praça da República, atual Praça Afonso Arinos, servia de ponto de parada para os viajantes que utilizavam animais como meio de transporte. As informações dispostas próximo ao monumento, no Parque, dão conta de que ele foi transferido para o Parque por volta da década de 1920.

Figura 47: Lago do Quiosque no Parque, que abriga a estátua "A Deusa das Águas"



Fonte: Autor, 2023.

Outra importante característica do Parque, notadamente estabelecida nos últimos anos, seria o seu importante papel na recepção de eventos culturais da cidade⁸⁸. O Teatro Francisco Nunes, por exemplo, ainda recebe espetáculos de renome nacional e internacional, além de promover festivais e eventos corporativos. As suas programações podem ser gratuitas ou pagas.

Ao ser um lugar utilizado para eventos culturais da cidade, o Parque transcende a sua função original e é sobreposto por performances que cruzam diferentes realidades e perspectivas. Essa característica heterotópica pode ser analisada por meio da capacidade de abrigar múltiplas realidades em um mesmo espaço. Ao proporcionar essa multiplicidade de funções, o Parque reflete a essência das heterotopias, servindo como um local onde, simultaneamente, diferentes camadas de significados e experiências são sobrepostas, indo além da noção de que um espaço social serve a um único propósito. Tem-se, nesse ponto, mais um exemplo de que as dimensões lefebvrianas dos “espaços vividos” e dos “espaços percebidos” provocam alterações no plano do “espaço concebido”.

⁸⁸ Além do Teatro Francisco Nunes, Belo Horizonte também conta com outros teatros públicos municipais, a saber, o Marília, no bairro Santa Efigênia, e o Espaço Cênico Yoshifumi Yagi/Teatro Raul Belém Machado no bairro Alípio de Melo. A programação e os ingressos desses espaços estão disponibilizados no Portal de Belo Horizonte. Informações disponíveis em <<http://portalbelohorizonte.com.br/eventos/apresentacao-artistica/artes-cenicas/reabertura-teatros-publicos-de-belo-horizonte>>. Acesso em 23 jan. 2023.

Figura 48: Teatro Francisco Nunes



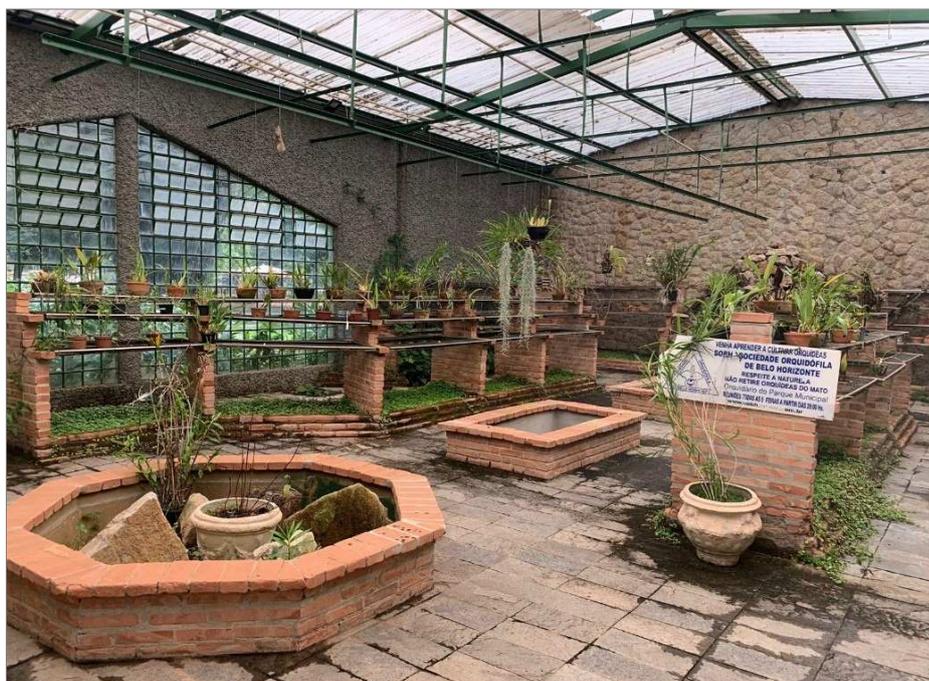
Fonte: Autor, 2023.

Figura 49: O Orquidário do Parque – vista externa



Fonte: Autor, 2023.

Figura 50: O Orquidário do Parque – vista interna



Fonte: Autor, 2023.

Figura 51: Atividades não tarifadas no Parque



Fonte: Autor, 2023.

Figura 52: Atividades tarifadas no Parque – carrossel e pista infantil



Fonte: Autor, 2023.

Alguns monumentos, para além de contar a história do Parque, também guardam lembranças da capital mineira, permitindo aos visitantes a experiência de múltiplas temporalidades em um único lugar. Cada monumento pode ser analisado enquanto uma heterotopia em si, um lugar ‘outro’ que coexiste com o espaço-tempo contemporâneo do Parque, e, simultaneamente, conserva e simboliza o passado, apontando para as camadas de histórias e de significados que vão além do imediato. São espaços nos quais o tempo é acumulado, de forma não linear, criando um conjunto de experiências que compõem a identidade cultural da cidade. Oportuniza-se aos visitantes o contato com diferentes dimensões da história da capital mineira, caracterizando um conjunto de manifestações heterotópicas, por meio das quais os indivíduos se encontram com memórias e o espaço público se transforma, ao mesmo tempo e no mesmo lugar, em um composto de recordações.

Como exemplo, tem-se a Praça dos Fundadores, monumento originalmente localizado na Praça Sete. Em 1970, foi transferido para o Parque e faz homenagem aos fundadores da capital mineira, a saber, Augusto de Lima, Afonso Pena, Bias Fortes e Aarão Reis.

Figura 53: Praça dos Fundadores no Parque



Fonte: Autor, 2023.

A pesquisa de Galera (2014) já apontava que, em relação aos equipamentos dispostos no Parque, as lixeiras seriam insuficientes para o número de frequentadores, os bebedouros nem sempre se apresentavam em boas condições de uso, e os espaços infantis, sobretudo nos fins de semana, precisavam ser ampliados.

Para que ocorra a manutenção adequada das condições fitossanitárias do Parque, desenvolve-se, constantemente, o Controle de Pragas das suas áreas, de forma a preservar e garantir a maior segurança da flora e das relações ecológicas lá estabelecidas. Desde 2021, a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, após interditar o Parque por quase nove meses, tendo em vista a presença de morcegos portadores do vírus da raiva, passou a exigir ingressos para a sua entrada, podendo ser retirados por meio da internet. Essa nova exigência foi alvo de muitos comentários na mídia, uma vez que a nova condição poderia dificultar o acesso ao Parque, ou mesmo excluir aqueles indivíduos que não possuem acesso ou apresentam dificuldades no manuseio de celular e da internet.

Recentemente, o Jornal Estado de Minas⁸⁹ assim divulgou:

“Um ano após o retorno do funcionamento do parque, o assunto ainda causa polêmica nas redes sociais. Internautas acusam a prefeitura de fazer uma política higienista e aporofóbica (o termo, que descreve a aversão aos pobres, ganhou popularidade com a denúncia de projetos arquitetônicos desenhados para hostilizar e afastar pessoas em situação de rua). Até a hashtag #liberaoparquefuad foi criada” (ESTADO DE MINAS, 2022).

Na reportagem, observamos o relato de acusação de uma política higienista e aporofóbica por parte do município, o que reflete a tentativa de controle de determinados grupos de indivíduos, no caso, os mais pobres, demonstrando dinâmicas de poder que buscam normatizar e excluir. Tem-se uma controvérsia em torno da utilização dos espaços do Parque, juntamente a esforços que objetivam regulamentar quem pode ou não o acessar, tal como um mecanismo de entrada e saída do qual caracterizam as heterotopias, revelando possibilidades subversivas quanto a um espaço inclusivo ou exclusivo. A reação popular, exemplificada pela criação da *hashtag* “#liberaoparquefuad”, representa uma resistência, ou mesmo “tática”, por parte da população, aos normativos impostos pela prefeitura da capital mineira, em especial, à política desenvolvida pelo então Prefeito. O emprego da *hashtag* vai além das fronteiras físicas do parque, demonstrando camadas que desafiam as noções previamente concebidas sobre quem deve ou não ter acesso ao Parque, invertendo a ideia de que espaços públicos podem ser restritos com base em políticas higienistas ou discriminatórias.

Após o fato ter sido noticiado na mídia, a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica esclareceu que a retirada de ingressos constitui parte das estratégias de conscientização da população para a prevenção da raiva, não apresentando caráter excludente ou limitador. Para os indivíduos que não conseguissem obter o ingresso por meio digital, seria disponibilizado um termo a ser assinado na portaria do Parque. Vale registrar que, além da preocupação com a prevenção da raiva, a vacinação contra a febre amarela também é exigida aos seus frequentadores.

O portal eletrônico da PBH também informa que pesquisas que abarquem assuntos sobre o ecossistema, a história, o seu uso e outros aspectos relacionados ao Parque são constantemente realizadas em parcerias entre a equipe técnica do Parque. Para tanto, compartilha a Portaria n.º

⁸⁹ A reportagem foi divulgada pelo Jornal Estado de Minas em dezembro de 2022. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/12/13/interna_gerais,1432937/raiva-ou-aporofobia-ingressos-no-parque-municipal-de-bh-causam-polemica.shtml>. Acesso em 19 jan. 2022.

003/2005⁹⁰, a qual estabelece e uniformiza os procedimentos para a autorização de pesquisas científicas nas unidades da Fundação de Parques Municipais.

Por fim, após ter explorado diversas informações sobre o percurso histórico do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, desde o final do século XIX até o período contemporâneo, não restam dúvidas sobre a importância desse espaço urbano público para a capital mineira, detendo consigo importantes histórias, memórias e características que empreendem a história da cidade. Conforme mencionado por Serpa (2007, p. 69), os parques públicos “representam alegorias do tempo e dos poderes que os conceberam”. Nesse sentido, é pertinente a problematização sobre o valor fundamental do Parque no processo de evolução da sociedade, das suas organizações e dos indivíduos que dela fazem parte.

O Parque não foi totalmente empreendido. As edificações planejadas não saíram do papel, ou, pior, foram demolidas ou entregues a terceiros. O seu planejamento inicial difere, e muito, do que hoje podemos observar. Contudo, a sua importância não foi diminuída, ou colocada de lado. Pelo contrário, o Parque possui respeitável valor histórico e cultural, tornando-se, ao longo dos anos, um importante espaço de apropriação pela população belo-horizontina.

No próximo capítulo, analisaremos as manifestações heterotópicas observadas e analisadas no percurso histórico do Parque, em especial, as camadas que contribuíram para as diversas reconfigurações ocorridas dentro de um espaço no Parque, o espaço que inicialmente foi ocupado pelo zelador. Conforme já mencionado, ao trabalhar as manifestações heterotópicas, utilizaremos como categorias analíticas os princípios explorados por Foucault (2013) e, de forma complementar, as categorias da tríade “*concebido-percebido-vivido*”, explorada por Lefebvre (1974), e a relação com as “*estratégias*” e “*táticas*” propostas por De Certeau (1974).

⁹⁰ A Portaria de Pesquisa Científica da FPM n.º 003/2005 está disponibilizada em <<https://domweb.pbh.gov.br/visualizacao/edicao/5639>>. Acesso em 23 jan. 2023.

4 “COMO SE FOSSE UM GRANDE LOTE VAGO DA CIDADE”: possibilidades heterotópicas dentro do Parque, no espaço originalmente ocupado pelo zelador

"Aí foram lá e tiraram essa parte do Parque. Era como se fosse um grande lote vago da cidade" (Entrevistado 2).

Dentro do Parque, no período de realização desta pesquisa, sob a intenção de eleger um local ou fenômeno para melhor delimitar o meu campo de estudo, eu me deparei com uma grande área ainda inacabada, com aspectos de abandono e isolada ao público. Um espaço real, dentro do qual a impressão era, de alguma forma, estar "fora de todos os lugares", uma manifestação heterotópica, que funcionava (ou não) de maneira distinta do espaço circundante. Um espaço que, no plano do “percebido” e do “vivido”, em meio às contradições e tensões entre as “estratégias” e “táticas”, distanciou-se, ao longo do tempo, do “concebido” e idealizado para aquele lugar.

Figura 54: Mapa geral do Parque Municipal anexado ao Protocolo n.º 29.448/00 – MPMG com destaque para o espaço analisado

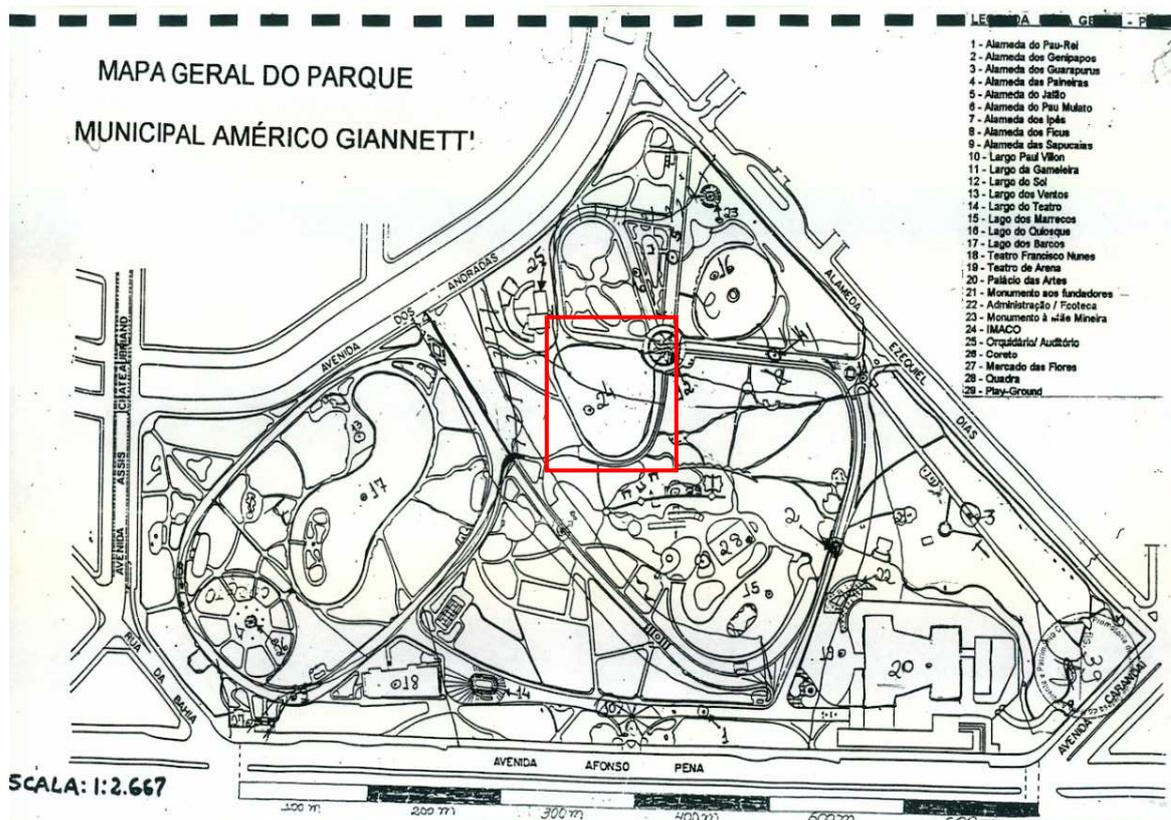


Figura 55: Mapa ilustrativo do Parque com destaque para o espaço analisado



Fonte: Mapa disponibilizado na Canguru News, em reportagem de 2017.

E, por tentar entender o que (não) acontece ali, passei a investigar, a partir das referências citadas no *corpus* do nosso Arquivo, o que historicamente representa essa área. Os aspectos identificados e as distintas formas de uso e desuso do local, como será explorado neste capítulo, apontam para a configuração de um espaço social não linear, notadamente marcado pela multiplicidade e por diversos desvios, fornecendo pistas para o entendimento de um espaço eminentemente heterotópico.

A área analisada corresponde à região que, por muitos anos, foi ocupada pelo Colégio IMACO. Edificado em 1954, esse Colégio lá permaneceu por muitos anos, sendo demolido em 2013 para a construção de um vislumbrado espaço multiuso, ainda inacabado. Antes da sua edificação, a área já serviu de dependências para o zelador do Parque e, também, pelos alunos da Escola Guignard, que, inclusive, referiam-se ao local como a “Escolinha do Parque”. Esse percurso histórico deu-se em meio a encruzilhadas e a contrapontos na história do Parque, demonstrando-se como um espaço que inverteu, por diversas vezes, as classificações funcionais instituídas, nem sempre se aplicando regras supostamente previstas por um controle social e com efeitos que notadamente expõem pontos de instabilidade da esfera social. Nesse sentido, corroborando o que propõe Foucault (2013), essa evolução descontínua nos fornece pistas para pontos nodais,

nos quais podemos perceber e explorar relações sociais heterogêneas e que, quando estudadas, aventam novas possibilidades de compreensão e de criação.

Ao analisar a interseção de subjetividades espaciais por meio de diferentes discursos, indivíduos e organizações, almejamos entender como se organizam as relações de espaço social, as suas temporalidades e as suas memórias, as quais convivem, combinam-se e conectam-se. Ressaltamos, consoante ao compartilhado por Hernández e Marques (2022), que as heterotopias não são aspectos ou fenômenos estáveis, mas, sim, contingentes e que se comportam em meio a um circuito relacional e aberto, coexistindo multiplicidade, diversidade e diversas narrativas.

Partimos das características singulares apreendidas em nosso Arquivo para propor uma discussão mais profunda sobre os traços heterotópicos fugidios que compõem o percurso histórico desse lugar. Nessa linha, cumprindo os objetivos delimitados nesta tese, este capítulo foi esboçado tendo como embasamento teórico principal os seis princípios⁹¹ básicos que Foucault (2013) explorou para esclarecer sua compreensão das heterotopias.

O início da história do local originalmente ocupado pelo zelador nos remete ao primeiro princípio explorado por Foucault (2013), o qual reporta à noção de que todas as sociedades constituem as suas heterotopias, podendo assumir formas extraordinariamente variadas, sendo variáveis e não precisam, necessariamente, ser constantes no tempo. Sobre isso, trataremos das características heterotópicas percebidas nas principais formas de uso do espaço analisado.

Inicialmente, cabe pontuar que, das informações coletadas no Arquivo, não ficou claro quais foram as formas de uso do espaço que posteriormente foi ocupado pelos alunos da Escola Guignard. Pelos discursos das entrevistas, foi nos informado que o local era utilizado pelo zelador do Parque, sem explicitar mais detalhes sobre esse período.

Entrevistador: Antes do IMACO, era o que lá?

Entrevistado 1: Não tinha nada, só uma praça assim, uma área do do parque mesmo.

Entrevistador: Quê? O Guignard usava lá...

Entrevistado 1: É... usava sim, mas assim, não era uma... Não teve uma edificação de escola da Guignard. Usava o espaço, né? Parece que começou por ali, pensou em construir... mas não tinha uma edificação, né? Aí a edificação assim... que a gente que teve mesmo, se não me engano ...foi com o Colégio IMACO. Desde que eu entrei no parque já se falava em tirar o Colégio.

⁹¹ Apesar de já terem sido apresentados e explicados no tópico 2.2 desta tese, relembro: (i) toda cultura forma suas próprias heterotopias, e elas são variáveis e não precisam, necessariamente, ser constantes no tempo; (ii) na história, as heterotopias evoluem e se transformam; (iii) uma heterotopia justapõe espaços e tempos que podem ser incompatíveis entre si; (iv) a heterotopia acompanha também uma heterocronia, uma dimensão temporal; (v) um lugar nem totalmente fechado, nem completamente aberto, mecanismos e regras que regulam a sua abertura e o seu fechamento; e (vi) lugares relacionados são, ao mesmo tempo, contestados, invertidos.

Entrevistador: Como é que você chama aquela área?

Entrevistado 2: Hoje eu chamo de Espaço Multiuso.

Entrevistador: Tá. Teve diversas conotações...

Entrevistado 2: Onde funcionou, né? A Escola Guignard... Parece que foi uma casa também.

Entrevistador: Hum.

Entrevistado 2: Foi uma casa do zelador do Parque, que antigamente os administradores, os campeiros moravam como se fosse cadeira de chácara, né? Ficava, vinha com a família e morava num lugar. Aí quando chegou na década de quarenta, o Guignard, é... instituiu, né, a escola livre aqui com seus alunos. E quando ele saiu houve a construção da.. do Colégio.

Entrevistador: E, é... Interessante você falar do IMACO. O IMACO não está mais aqui hoje. Que foi a história do IMACO? Que que tinha lá antes?

Entrevistado 3: O que que aconteceu?

Entrevistador: É. Antes. No lugar do colégio.

Entrevistado 3: Ele foi construído na década de cinquenta, né?

Pergunta: O que que era antes lá?

Entrevistado 3: Quando eu cheguei pra cá, já tinha ele. Já tinha ele... já tinha sido construído. Tinha construído. Aí ficou aqui.

Dos trechos supracitados, despontam quatro importantes formas de uso e de disposição desse espaço, a saber: *o lugar de moradia do zelador; a ocupação do lugar pela escola Guignard; funcionamento do Colégio IMACO; e, por fim, a edificação de um Espaço Multiuso.* Denotam-se, a partir das diferentes ocupações desse espaço, possibilidades heterotópicas que assumiram, ao longo do tempo, formas distintas, conforme abordaremos a seguir. Essas são as principais camadas que, neste capítulo, iremos explorar com maior profundidade.

Sobre a utilização do local para as dependências do zelador, percebe-se, logo no início da construção do Parque, a demarcação de um espaço que se distinguia dos demais que estavam sendo edificados. Nessa linha, consoante ao proposto por Foucault (2013), temos as heterotopias de desvio, as quais constituem lugares que a sociedade coloca em suas margens, e normalmente ocupados por indivíduos que diferem da média ou da norma exigida.

Se pensarmos no papel exercido pelo zelador, e na delimitação de um espaço para a sua residência, dentro do seu espaço laboral, poderíamos considerar a constituição de um espaço de desvio dentro da estrutura do Parque, afinal, no plano do “vivido”, destinado às instalações de um indivíduo desviante dos frequentadores e dos trabalhadores da Prefeitura que passariam, em pouco tempo, a ocupar instalações apropriadas para os seus ofícios. Sobre o espaço de desvio, alinhado ao primeiro princípio proposto por Foucault (2013), temos a noção de espaços específicos destinados àqueles que se encontram fora das expectativas e regras convencionais da sociedade.

Para além da estrutura, há a própria função do zelador naquele espaço, enquanto um indivíduo que desvia dos demais frequentadores do Parque. Conforme estudado por Medeiros e Onófrio (2021), o zelador é o indivíduo responsável pela boa manutenção de um lugar, desempenhando o papel de intermediário entre a comunidade externa e interna. Muitas vezes, ele exerce o papel de "porta de entrada" da organização, devendo sempre estar pronto, ser prestativo, cortês e estar ciente de tudo o que ocorre nos locais pelas quais zela. Normalmente, conhecem muito do regulamento interno, devendo sempre estar atentos aos frequentadores e aos possíveis movimentos estranhos, a fim de cuidar pelo bem-estar do todo. Para tanto, esse indivíduo está inserido dentro de uma hierarquia, recebendo ordens de seus superiores e instruindo aqueles que prestam serviços no Parque. Entretanto, apesar de desempenhar um papel crucial para o funcionamento da instituição, esse ofício, muitas vezes, pode ser subestimado quando comparado aos outros indivíduos do corpo funcional da organização. Essa marginalização (ou desvio) pode decorrer do estigma associado às funções tradicionalmente atribuídas ao zelador, que podem ser vistas como menos intelectuais ou menos prestigiosas.

Com a constituição desse espaço, qual seja, aquele destinado às dependências do zelador, percebemos a "tática" de criação de um espaço habitável e possível de existência para o indivíduo que seria o responsável pelas dependências do Parque. Ou ainda, percebemos "operações heterotópicas pelas quais o corpo é arrancado de seu próprio espaço e projetado em outro espaço" (FOUCAULT, 2013, p. 12). Nessa linha, temos a inserção de um indivíduo em um ambiente onde coexistem diferentes funções e significados. Por um lado, tem-se a configuração de um espaço habitacional privado (as suas dependências); por outro, a vinculação da sua vida privada aos ofícios cotidianos de manutenção e gestão do Parque. Nesse sentido, as funções convencionais de uma residência, nesse caso, foram deslocadas e passaram a compor um espaço inicialmente "concebido" para o lazer e para a qualidade de vida da população. Portanto, logo nesse início, já percebemos a justaposição de uma camada sobre um lugar real por um espaço outro, distinto daquele inicialmente planejado.

Na década de 1940, na gestão do prefeito Juscelino Kubitschek, sob a intenção de recuperar e fomentar a modernidade em Belo Horizonte, conforme já discorrido no capítulo anterior que tratou do percurso histórico do parque, firmou-se um convênio com o artista Alberto da Veiga Guignard. Sobre isso, Moura (1993) comenta que:

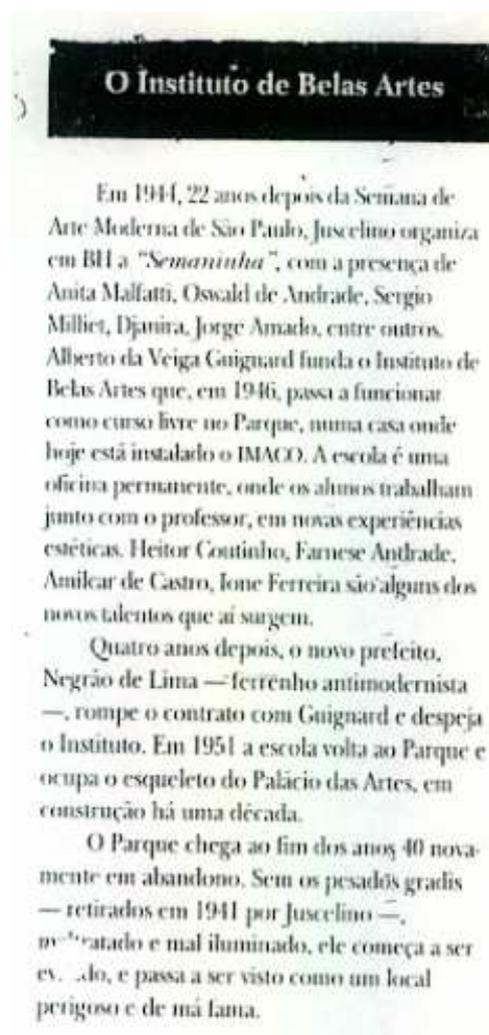
"Era desejo do prefeito ver a sua cidade como uma metrópole, que pudesse contar com um alto nome; que pudesse atrair as atenções e denominar as opiniões; que viesse para ficar e não por empréstimo. Desejava um imigrante e não um passageiro contribuinte" (MOURA, 1993, p. 8).

No discurso supracitado, os termos "metrópole", "alto nome" e "atrair atenções" que apontam para as "estratégias" do Prefeito em se constituir um novo panorama social na capital mineira. A metrópole, como paradigma da urbanização e do dinamismo contemporâneo, representaria o epicentro onde as ideias poderiam convergir e as tradições, serem desafiadas. A busca por um "alto nome" simbolizava a aspiração de transcender as fronteiras convencionais, rompendo com o estabelecido para se destacar em um cenário cada vez mais urbano. A metrópole, assim, poderia se tornar um palco propício para a manifestação de novas ideias, a interseção de culturas e a criação de um ambiente propício à inovação, impulsionando transformações no cenário social. Desse modo, o discurso também é exemplo de uma manifestação heterotópica daquele espaço-tempo, ao deixar explícita a ânsia por uma forma extraordinariamente variada, quando comparada à existente e posta naquele cenário.

Após aceitar o convite de Kubitschek, Guignard fundou, em 1943, a "Escolinha do Parque", tal como ficou conhecida a Escola de Belas-Artes na capital mineira. O curso funcionou em um ateliê de um edifício pertencente à Prefeitura, situado dentro do Parque Municipal. Nesse ponto, conforme explora Foucault (2013), mais uma vez, percebemos a justaposição dos espaços (da casa do zelador para um edifício que serviria de escola artística). A informação quanto à existência ou não de um edifício é questionável, pois os relatos dos livros divergem das entrevistas citadas no início deste tópico.

Mesmo assim, independentemente disso, apreende-se, nessa passagem, a emergência de diversas "táticas" ou, também, de heterotopias de crise e de desvio; primeiro, de crise, uma vez que, ali, os artistas encontraram possibilidades para subverterem o tradicionalismo artístico, em um espaço aberto e fora dos ateliês fechados; segundo, de desvio, pois aqueles alunos passaram a representar um comportamento que incomodava a municipalidade, sendo interpretados enquanto subversivos à função concebida para o Parque.

Figura 56: Parte de reportagem que conta a história do Parque Municipal



Fonte: Acervo do APCBH, 2000–2003.

A reportagem encontrada no acervo da APCBH menciona a “estratégia” do Prefeito, Negrão de Lima, a qual possibilitou uma ruptura com a gestão anterior, revelando uma dinâmica de poder que culminou no despejo do Instituto do Parque. Essa mudança evidencia que as heterotopias estão sujeitas às forças do poder e, como consequência, são deslocadas ou transformadas. Nesse contexto, um espaço eminentemente heterotópico, sobretudo na apreensão do plano do “espaço vivido”, ao reunir criação artística e aprendizado, é sobreposto por outras formas de uso.

As aulas ministradas por Guignard, segundo conta Cedro (2007), eram realizadas ao ar livre. Percebia-se, naquele contexto, a justaposição de uma abordagem inovadora, juntamente à ampliação da liberdade artística, permitindo que as artes plásticas de Belo Horizonte adotassem novas diretrizes, rompendo com o academicismo predominante até então. Sobre isso, Ávila

(1997) comenta que a presença de Guignard, na cidade e naquele contexto histórico, contribuiu para a insurgência contra as normas do academicismo artístico. Jovens foram encorajados a expressar-se livremente por meio da pintura e do desenho. Abandonaram-se as imitações de obras clássicas, os espaços fechados, a luz artificial, o impressionismo e outras técnicas e estilos há muito ultrapassados na Europa, mas ainda em voga em escolas tradicionais. Esse espaço, então, nessa nova camada, possibilitava discussões abertas fora do confinamento dos ateliês.

Figura 57: Imagem de aula ao ar livre no Parque Municipal de Belo Horizonte com o Professor Alberto da Veiga Guignard



Fonte: Acervo Digital Secult. Disponível em <https://acervodigital.secult.mg.gov.br/museu-casa-guignard-mcg/136028-2/>. Acesso em 11 nov. 2023.

As manifestações libertárias dos alunos podem ser observadas enquanto heterotopias de desvio ou, também, como “táticas” de indivíduos que almejam romper com o tradicionalismo educacional artístico. Esses indivíduos passaram a expressar a vontade de transcender limites e explorar novas perspectivas de ensino, como uma heterotopia educacional, sugerindo o anseio de se criar um ambiente onde as ideias não convencionais poderiam florescer, desafiando as normas estabelecidas e proporcionando um espaço alternativo para o pensamento e a aprendizagem. Assim, a saída do tradicionalismo se revela como uma tentativa de justaposição

de uma nova camada técnico-espacial, ultrapassando o próprio ambiente educacional, transformando-o em um espaço mais dinâmico, inclusivo e propício à criatividade e à inovação.

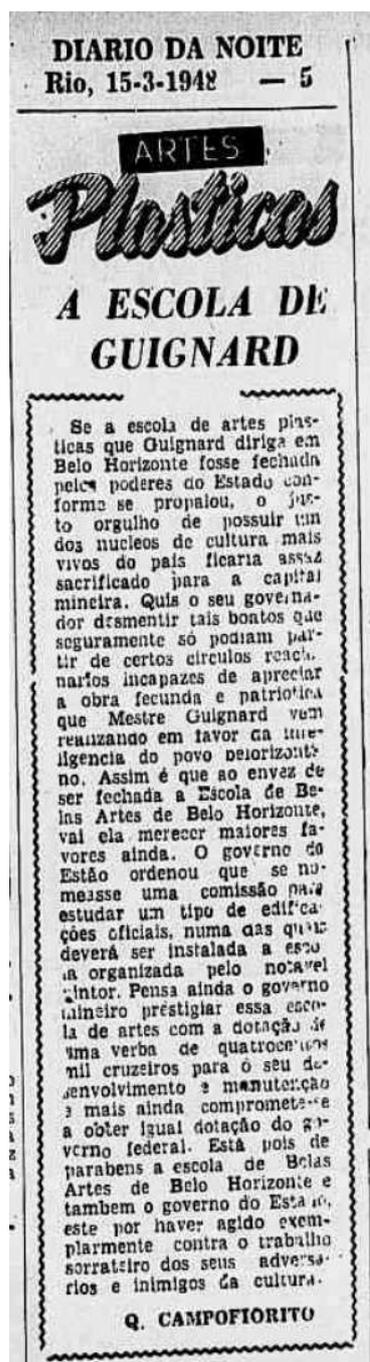
Como consequência, o comportamento desses alunos passou a ser considerado, por alguns, como desviante da norma hegemônica. Inclusive, esse mecanismo de desvio parece ter sido determinante para a retirada dessa escola de dentro do Parque, como destaca Moura (1993):

"Em 1948 era prefeito de Belo Horizonte o Sr. Octacílio Negrão de Lima. Antimodernista intransigente, investiu-se contra a Escola Guignard, revogando os atos do ex-prefeito Franzen de Lima. Revelando sua ojeriza à arte moderna e, voltando as vistas para a Escola Guignard, que vinha funcionando em prédio da prefeitura, situado no Parque Municipal, (hoje IMACO), inventou destruí-la: mandou avisar aos professores que a mesma tinha acabado, afixando à porta do edifício um intimação sumária de desocupação e, com isto, supor que havia estirpado o gosto belorizontino pela pintura moderna" (MOURA, 1993, p. 9).

Do discurso acima, percebe-se que o então Prefeito Octacílio assumiu a “estratégia” antimodernista intransigente, parecendo defender uma posição tradicional, prezando pela ordem estabelecida, ao direcionar sua hostilidade à Escola Guignard, e revelando uma profunda aversão à arte moderna. Nessa narrativa, a Escola Guignard pode ser compreendida como uma heterotopia em si, ao constituir espaço que se desvia e desafia as normas convencionais, constituindo um enclave de expressão artística ousada. O embate entre o Prefeito e a Escola não parece ser apenas um confronto entre o antigo e o novo, mas, também, representa uma luta simbólica entre a preservação da tradição e a emergência de manifestações heterotópicas artísticas. A Escola Guignard, ao desafiar as fronteiras estabelecidas, representa um espaço de subversão artística que confronta a rigidez da visão antimodernista, destacando-se como uma heterotopia que se contrapõe à ordem tradicional, questionando e reconfigurando a paisagem sociocultural da capital mineira.

Nesse contexto, Quirino Compofiorito, do “Diário da Noite”, do Rio de Janeiro, em 15 de março de 1948, alertou o governo do estado sobre a necessidade de impedir o fechamento da Escola.

Figura 58: Reportagem que aborda o fechamento da Escola de Artes



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <<https://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-noite/221961>>. Acesso em 10 nov. 2023.

Na reportagem, Compofiorito (1948) ressalta que a Escola de Guignard constituía, naquele tempo, um dos principais núcleos de cultura do país. O possível fechamento da escola, assim como relatado por Moura (1993), ao referir-se a “estratégias” adotadas pelo Prefeito Octacílio Negrão, significaria um trabalho promovido pelos denominados inimigos da cultura. O

fechamento iminente da Escola, nesse discurso, representaria um ato de censura ao silenciar não apenas a instituição, mas também a comunidade artística que encontrou, naquele espaço do Parque, e no plano do “espaço percebido”, um refúgio para a expressão livre e divergente. Por isso, a "Escolinha do Parque" não era apenas um local de aprendizado, mas também uma heterotopia que desafiava os moldes convencionais, tornando-se alvo daqueles que veem na liberdade criativa uma ameaça à sua visão restrita de cultura. O seu possível fechamento, portanto, não apenas representa uma perda cultural para os belo-horizontinos, mas também um ataque à diversidade e à riqueza que uma heterotopia cultural poderia oferecer para toda a sociedade mineira. Sobre essa passagem, Moura (1993) compartilha que:

"A estima pelo local acompanhou a escola desde sua fundação. No passado, o Parque Municipal contribuiu para produção de bons resultados didáticos. Estes, somados ao conforto físico e aos atrativos visuais, acabaram por sedimentar na alma das pessoas que convivem com a escola, uma certa afetação romântica" (MOURA, 1993, p. 57).

A instalação do Colégio IMACO, conforme já dito, demarca a justaposição de um novo panorama eminentemente heterotópico naquele lugar. No *corpus* documental constituído para esta pesquisa, tivemos contato com um documento elaborado pelo vice-diretor do Colégio, em junho de 2021, sobre a história da instituição. O documento recorda que a capital mineira foi concebida para ser um espaço de modernidade, atentando-se aos princípios laicos e progressistas. Nesse panorama, uma escola não apenas ofereceria oportunidades de educação formal, mas também poderia servir como um epicentro para disseminar valores progressistas, impulsionando o desenvolvimento intelectual e cultural da comunidade. Além disso, por meio da abordagem laica, a escola poderia contribuir para a construção de uma sociedade pluralista, refletindo a diversidade de pensamentos e crenças presentes na nova capital. Assim, a presença e a efetiva implantação de uma escola não apenas promoveriam o acesso à educação, mas também desempenhariam um papel fundamental na concretização dos ideais de modernidade propostos para a nova capital.

Sobre essa justaposição, cabe lembrar o segundo princípio proposto por Foucault (2013) ao estudar as heterotopias, qual seja, a possibilidade “diluir e fazer desaparecer uma heterotopia que constituía outrora, ou então, organizar uma que não existisse ainda” (FOUCAULT, 2013, p. 22). A edificação do Colégio já nos dá pistas da transitoriedade e da mutabilidade dos espaços que nós, indivíduos, ocupamos. No caso do Parque, e do espaço estudado, cada iteração do espaço — dependências do zelador, escola, obras — serviu a propósitos distintos e atendeu a necessidades diferentes no espaço-tempo, cumprindo o que Foucault (2013) descreve como a

natureza fundamental das heterotopias de reorganizar estados de equilíbrio e os seus modos de operação. A casa do zelador, a utilização pelos alunos de Guignard e a edificação do Colégio IMACO remetem a manifestações heterotópicas que desafiam e expandem as noções tradicionais de educação e de interação com a natureza, acumulando novas camadas de significados e funções, contraditórios ou não resolvidos, indo além do plano do “espaço concebido”.

A modernização da capital belo-horizontina, especialmente a partir da década de 1930, encontrou em Getúlio Vargas um divisor de águas significativo. Sob sua liderança e influência, o país passou por transformações socioeconômicas e políticas profundas, e Belo Horizonte não foi exceção. Durante esse período, políticas voltadas para a industrialização e urbanização foram implementadas, resultando em mudanças significativas na infraestrutura e na dinâmica social da capital mineira. Nesse cenário, já na década de 1950, mais precisamente em 1954, foi apresentado ao Conselho Deliberativo Municipal (atual Câmara) um projeto de criação do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis (IMACO). O projeto foi convertido em lei e, na visão do então vice-diretor, representava uma "ousadia" ou, conforme descrito, a implantação de um novo paradigma de ensino em Belo Horizonte. O Colégio simbolizava a adesão a um novo panorama no qual o país se encontrava, mais moderno e industrializado. Nesse cenário, seria muito pertinente a formação do ensino técnico, preenchendo as demandas do mercado de trabalho urbano.

Mais uma vez, como uma nova camada, temos a sobreposição de espaços físicos e mentais que desviam das normas e convenções que eram hegemônicas, sendo que o estabelecimento de uma instituição educacional especializada como essa representa uma quebra de paradigma. O Colégio técnico não apenas ofereceria uma educação voltada para as demandas específicas do contexto urbano contemporâneo, mas também funcionaria como um espaço composto por diversos aspectos heterotópicos, nos quais as estruturas convencionais de ensino seriam desafiadas. Nesse espaço, os estudantes poderiam explorar métodos de administração e ciências contábeis de maneira prática e inovadora, escapando, assim, das limitações dos métodos tradicionais. Nesse sentido, a criação do IMACO não apenas se alinharia com as necessidades modernas daquele espaço-tempo, mas também representaria com conjunto de heterotopias educacionais em si, proporcionando um ambiente propício para a experimentação e a redefinição dos padrões educacionais.

Comparando-se a instalação do Colégio com a forma de uso do espaço anterior, ocupada pelos alunos de Guignard, perpetuam as heterotopias de desvio, só que em outra direção. As heterotopias de crise, manifestadas pelos alunos de artes, haviam sido colocadas de lado, e, a partir da década de 1950, outros indivíduos iriam fazer emergir diferentes heterotopias que passariam a compor aquele espaço.

O documento intitulado Protocolo n.º 29.448/00, instaurado pelo Ministério Público de Minas Gerais (Anexo II), foi produzido em 2001, período em que o Colégio, após quase 50 anos de funcionamento, passou a ser alvo de críticas pela municipalidade, sobretudo em razão de problemas advindos da sua grande importância e proporção na capital mineira. Algumas importantes referências foram realizadas nesse documento, como a importância do Instituto de Educação, "digna de um palácio de saber" e uma "qualificação ambiciosa do corpo docente", o Colégio Estadual e o Ginásio Municipal⁹², todas instituições planejadas para serem referências na cidade.

Um ponto curioso foi o fato de que, como um traço comum para o planejamento da capital mineira, mesmo com a promulgação da lei, apesar de aprovado, o Colégio ainda não tinha um local definido para se instalar. Para tanto, utilizou-se a sede do Ginásio Municipal (que muito provavelmente foi o local também utilizado pelos alunos de Guignard). Ainda de acordo com o documento, o Colégio sempre foi prestigiado pela autoridade municipal e contou com sucessivas ampliações arquitetônicas. Em 1998, ocorreu a suspensão da admissão de novos alunos para o ensino técnico de Ciências Contábeis, fato que contribuiu para parte da despersonalização do Colégio.

A convivência das instituições, Colégio e Parque, nem sempre foi harmônica, e, nesse sentido, diversos conflitos foram percebidos na análise do *corpus* documental constituído para esta pesquisa. Um exemplo disso foi registrado na ata da 10ª reunião ordinária da Comissão Consultiva do Parque⁹³ (Anexo III), ocorrida em julho de 1992. No documento, tem-se transparecido o relato de conflitos diários em torno do uso da quadra de esportes, compartilhada por alunos do Colégio e, por vezes, por frequentadores do Parque, problematizando questões

⁹² Sobre o Ginásio Municipal, tem-se, no *corpus* documental preparado para esta pesquisa, um documento da Diretora do Colégio IMACO, produzido em 2001, que informa que essa escola funcionou no Parque desde os princípios da cidade até o ano de 1953, quando se mudou para o bairro Lagoinha, sendo a primeira escola pública municipal da capital. Nas adjacências desse edifício, a partir da nossa análise, funcionava a escola de Guignard. Esse documento será citado e analisado neste tópico.

⁹³ Segundo consta no caderno de atas desta Comissão, ela foi criada pelo Decreto 7.351, de 21 de setembro de 1992, contava com diversas representações dos segmentos que tinham relação com o Parque e servia como uma instância deliberativa sobre questões gerais desse espaço.

sobre a exclusividade e o acesso a espaços comunitários. Esse cenário aponta para o confronto entre as “estratégias” e “táticas” ali existentes, onde diferentes grupos sociais negociam e disputam territórios e privilégios em um ambiente urbano comum.

Zilmar Celestino, representante do Colégio nesta reunião, explicita que "o problema IMACO versus Parque só estaria resolvido se aquele saísse de dentro deste". Essa tensão evidencia como espaços físicos podem se tornar arenas de poder, onde normas e regras, muitas vezes, são impostas para priorizar alguns grupos em detrimento de outros. A quadra se torna um espaço outro, ora um local de lazer, ora de educação, ora de conflito social. A luta pelo acesso e controle da quadra espelha as maiores estruturas de poder na sociedade, em que os desviantes ou aqueles considerados fora da norma são marginalizados ou pressionados a se conformar. Essa situação não apenas reflete as disparidades sociais existentes, mas também as perpetua, contribuindo para um ciclo de resistência.

A disputa pelo uso da quadra de esportes, localizada na fronteira entre o Colégio e o Parque, como narrado na ata, pode ser percebida enquanto uma representação heterotópica, constituindo um problema complexo e multifacetado, entre os diversos a serem a seguir analisados. Esse conflito não apenas reflete as tensões sociais e educacionais inerentes ao compartilhamento de um espaço urbano público, mas exemplifica como tais espaços podem se tornar, no plano do “espaço vivido”, símbolos duradouros de lutas de poder e identidade.

O grande volume de alunos do Colégio e os consequentes desafios na administração do Parque culminaram na interferência do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Ainda no ano de 2000, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente solicitou a esse órgão providências para a conservação do Parque. Nesse documento, foram citados alguns acontecimentos com grupos de alunos, no período noturno, próximos à região dos bambus, com várias garrafas de bebidas e focos de incêndio, comprometendo a vegetação local. Houve também o caso de uma aluna alcoolizada que se pendurou na marquise do Colégio, ameaçando saltar, detonações de bombas nos banheiros do Parque, depredação dos vidros das janelas e pichações nas diversas estruturas do Parque. Segundo consta nesse documento, todos esses fatos estariam sendo silenciados pela direção do Colégio. Tais eventos remetem à noção de rastros heterotópicos que preenchem vários espaços normalmente considerados incongruentes — parque, escola, relatos de vandalismo, violência, governabilidade etc. Todas essas heterotopias, conforme propõe Foucault (2013), ao tratar do segundo princípio, justapõem lugares que outrora foram

considerados inusitados, reorganizando continuamente os seus respectivos estados de equilíbrio e *modus operandi*, despertando novos sentidos e coerências.

Neste ponto, podemos perceber, como já havíamos analisado décadas antes com os alunos de Guignard, que os atuais alunos formavam, naquele panorama, um todo complexo de “táticas” de manifestações individuais ou de heterotopias de crise. Incêndios, consumo excessivo de bebidas alcoólicas e pichações eram expressões visíveis dessas heterotopias, revelando fissuras no tecido social do ambiente estudantil. Os incêndios poderiam representar não apenas a destruição física, mas também uma metáfora das tensões e dos conflitos latentes das relações de poder ali estabelecidas. O consumo de álcool, por sua vez, funcionava como uma heterotopia de escapismo, uma busca por uma realidade alternativa dentro e fora do contexto acadêmico. As pichações, marcando espaços com expressões individuais e muitas vezes contestadoras, demonstravam pistas heterotópicas ao se desviar da ordem institucional estabelecida. Nesse emaranhado complexo, as manifestações de crise eram tanto sintomas de desafios sistêmicos quanto formas de resistência à normalização, revelando a dinâmica singular e muitas vezes contraditória da vida estudantil.

Essas denúncias, naquela oportunidade, foram encaminhadas para providências cabíveis do MPMG, em setembro de 2000 (Anexo IV). Após receber o documento e cumprindo os ritos processuais do órgão ministerial, antes de serem tomadas quaisquer providências, o MPMG solicitou que todos os agentes envolvidos se manifestassem.

Nessa linha, a Prefeitura de Belo Horizonte (na posição de direção do Parque) responde à Secretaria de Meio Ambiente (Anexo V), questionando quais seriam, então, as proposições a serem adotadas, esclarecendo alguns pontos mencionados no documento e outros fatos que, mesmo não citados no documento, muito provavelmente eram conhecidos por ambos os agentes. Uma "passeata" no Parque, que havia ocorrido no início do ano, foi motivo de queixa registrada pelo Diretor do Parque na Corregedoria. A Prefeitura se posicionou como "estarcida" ao receber a queixa, uma vez que diversos outros movimentos, de maiores proporções, já haviam ocorrido no Parque. A escuridão do Parque e a ausência de manutenção foram relatadas e questionadas pela Prefeitura — “nem mesmo as lâmpadas queimadas são trocadas”.

Sobre este último questionamento, explicitamente, temos uma situação em que a substituição de lâmpadas queimadas, uma ação considerada básica e necessária para manter a funcionalidade de um espaço, não estava ocorrendo, sinalizando descuido, falta de recursos ou até mesmo

desinteresse por parte da administração responsável. Implicitamente, podemos inferir que a não substituição das lâmpadas contribuiu para a desvalorização do ambiente ou uma falta de preocupação com o bem-estar dos usuários desse espaço.

Essa negligência pode refletir dinâmicas de poder, podendo ser observada como uma “estratégia”, em que as necessidades básicas para o funcionamento adequado do Colégio passavam a ser ignoradas, sugerindo uma distribuição desigual de recursos e atenção. A manutenção das lâmpadas, nesse caso, pode ser uma forma sutil de exercer poder e impor uma ordem específica. Esse discurso pode ser interpretado como uma expressão da dinâmica de poder que repercute na infraestrutura física do lugar, além de ter impactos, no plano do “espaço vivido”, nas relações sociais e institucionais dentro desse ambiente específico.

Em relação ao uso de drogas, às brigas e às pichações, foi ressaltado que a Prefeitura já havia solicitado reforço da Polícia Militar. Sobre os estudantes que supostamente usavam drogas nas dependências do Parque, foi questionado que eles poderiam ser diretamente encaminhados à Prefeitura (no caso, para a direção do Colégio), e que, até aquele momento, nenhum encaminhamento havia sido feito — “ainda não recebemos nenhum!”. Em relação aos demais problemas, a Prefeitura se posicionou no sentido de que os problemas deveriam ser encaminhados e tratados diretamente pelo Colégio, não cabendo a interferência daquela Secretaria.

No final do documento, a Prefeitura ainda sustenta que os professores do Colégio eram submetidos a um tratamento diferenciado quando comparados aos demais frequentadores do Parque, os quais, supostamente, não poderiam adentrar no local com carros. Temos, nesse exemplo, pistas sobre as disparidades criadas a partir das relações de poder existentes no Parque, uma vez que um grupo seletivo de frequentadores desfrutavam do privilégio de estacionar sem restrições.

Essa distinção revela dinâmicas de poder que marginalizam os professores, conferindo-lhes um *status* inferior em relação a outros frequentadores, confirmando, mais uma vez, como as relações de poder podem se manifestar de forma sutil e desigual na organização do espaço público.

"Aliás, por falar em frequentadores do Orquidário, os nossos professores do noturno vêm nos questionado a respeito das diferenças entre os seus veículos e os dos frequentadores do Orquidário, pois quando solicitamos utilizar apenas a arca próxima da guarita da Ezequiel Dias para os professores do noturno colocarem seus veículos com mais segurança, devido aos constantes assaltos nos arredores do parque, porque à noite, não incomodariam aos frequentadores, já que o parque é fechado, a resposta

como sempre foi não, no entanto, diariamente, les têm constatado inúmeros veículos transitando até o Orquidário e permanecendo estacionados lá por várias horas. Como entender tal fato?" [Prefeitura]

No todo, percebe-se uma grande insatisfação da Prefeitura em relação à postura da Secretaria. Esta, na figura da direção do parque, deixando de lado a riqueza histórica e simbólica do Colégio para a capital mineira, parece ter adotado uma postura contrária à existência dessa instituição em suas instalações. Tal posicionamento evidencia problemas em relação à convivência entre o parque e as heterotopias manifestadas pelos indivíduos e pela existência do Colégio naquele espaço.

Sob a perspectiva foucaultiana, a discordância entre a direção do parque e a presença do Colégio revela dinâmicas complexas de relações de poder. A resistência à coexistência dessas heterotopias reflete não apenas a divergência funcional entre ambientes distintos, mas também a maneira como o parque, enquanto instituição, busca manter seu controle sobre o espaço, resistindo à introdução de elementos que possam desafiar a ordem estabelecida. Nessa contenda, observamos não apenas a oposição aparente entre o Colégio e o Parque, mas também as “estratégias” de poder que subjazem a essa resistência (explícitas nos documentos analisados), evidenciando as complexidades das relações institucionais e suas implicações na organização do espaço público.

"Obs.: Como o Sr. Diretor se esqueceu de mencionar o questionamento sobre a manifestação dos alunos (...)". [Direção do Parque]

"Apesar do problema da aluna ter ocorrido no interior da Escola, sendo então um problema exclusivamente nosso, e que não caberia maiores explicações ao Sr. Diretor (...)". [Direção do Parque]

"Além da advertência, o que mais devemos fazer?" [Direção do Parque]

Ao posicionar-se sobre o assunto, em outro documento, agora assinado pela Diretora do Departamento de Educação Regional Centro Sul (Anexo VI), assevera-se que o Colégio IMACO atendia, à época, em torno de 4.000 alunos e que esse número elevado os impõe o desafio de lidar com a diversidade de “táticas” ali presentes. Para lidar com essa diversidade, segundo consta no documento, foram implementadas “estratégias” educativas mais democráticas, supostamente alinhadas aos anseios dos estudantes e adaptadas às necessidades variadas de sua comunidade discente.

No fim do documento, cita-se o princípio do direito à educação para todos, o qual, naquele espaço-tempo, passava a enfrentar desafios consideráveis ao incorporar e lidar com as heterotopias de uma escola e de uma sociedade complexa. Essa dinâmica heterogênea se

aprofunda quando consideramos as relações de poder que permeiam os conflitos entre o Colégio e a administração do parque. As medidas enérgicas, como apontado no documento, muitas vezes adotadas para resolver essas tensões, podem, paradoxalmente, exacerbá-las, revelando a necessidade de abordagens mais sutis e adaptativas para promover uma educação inclusiva e efetiva para todos.

Nesse contexto, do documento, depreende-se a proposição de que a compreensão das relações de poder entre as instituições educacionais e os órgãos de administração do espaço público seria fundamental. A dinâmica de conflitos evidencia a complexidade das heterotopias presentes tanto na escola quanto no parque, e destaca a importância de se buscar estratégias colaborativas que respeitem a diversidade e promovam um equilíbrio harmonioso entre os interesses das diferentes partes envolvidas. Esse cenário turbulento revela o que Foucault (2013) trabalhou no segundo princípio, qual seja, o de que as manifestações heterotópicas de um ambiente específico podem congregar, em um mesmo espaço-tempo, múltiplos espaços comumente vistos como discordantes e que se justapõem de forma a encontrar um *modus operandi* de reequilíbrio.

Ainda seguindo o fluxo processual, em fevereiro de 2001, o MPMG solicitou que fossem apresentados os boletins de ocorrência lavrados em virtude de infrações cometidas por estudantes do Colégio IMACO no interior das dependências do Parque.

Em maio de 2001, os boletins ainda não haviam sido apresentados ao MPMG, o que ensejou um novo Ofício de solicitação, com urgência, uma vez que a ausência desses documentos estava prejudicando o andamento processual. Esse episódio evidencia a crucial influência do discurso documental na configuração do poder e enfatiza como o silêncio deliberado ou a omissão estratégica de informações emergem como táticas de exercício do poder, exercendo impacto direto sobre a análise dos conflitos entre o Colégio e o Parque.

Em resposta, a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), então, encaminhou três boletins de ocorrência lavrados e registrados no ano 2000. Os boletins anexados possuíam diversas partes não legíveis, e, do que foi possível ler, relataram: o uso de bebidas alcoólicas; o furto de uma carteira; e o furto de um celular.

Ainda no processo instaurado pelo MPMG, já no final de 2001, os despachos dos promotores de justiça passaram a exigir o documento normativo que permitiu a instalação do Colégio IMACO nas dependências do Parque. Sobre isso, ao ouvir todos os envolvidos, o MPMG parece

ter encontrado na legalidade uma possível resolução dos conflitos que aconteciam naqueles espaços. Assim, passou-se a questionar o embasamento legal para a instalação do Colégio dentro do Parque.

Os pontos apresentados e as heterotopias apreendidas, até então, pareciam mais prejudicar do que auxiliar na resolução do conflito, destacando a complexidade do “espaço vivido”. A questão de como superar as rotas de escape em um contexto tão intrincado levanta a indagação sobre se a norma seria a solução para harmonizar interesses conflitantes. No contexto de uma crise, particularmente envolta às “táticas” adotadas por adolescentes e às “estratégias” utilizadas pelas autoridades, as heterotopias podem dificultar o estabelecimento da ordem, pois agem como terrenos que permitem a expressão de descontentamento e desordem, funcionando como válvulas de escape da realidade normativa. Em vez de auxiliar na resolução do conflito, as manifestações heterotópicas permitem que as tensões se manifestem e até se intensifiquem. As atitudes dos alunos ('desviantes') criam uma realidade paralela em que as normas sociais convencionais, naquele contexto, são rejeitadas ou invertidas.

A possível solução a partir de um ato normativo que autorizou ou não a instalação do Colégio também pode ser problematizada. Por um lado, a aplicação estrita das normas poderia suprimir um cenário de desordem, afinal, estaríamos diante de uma conduta em conformidade ou não com a lei. Entretanto, por outro lado, pode não abordar as causas subjacentes à crise ali estabelecida. As manifestações heterotópicas, em um contexto de crise, não são simplesmente locais de desvio, mas também refletem questões mais profundas sobre expressão e identidade. Nessa linha, fazem-se necessários a compreensão das dinâmicas sociais em jogo e um esforço para integrar as necessidades e perspectivas dos adolescentes.

Figura 59: Solicitação do MPMG ao IEPHA sobre ato normativo de instalação do IMACO

Protocolo 29448/00
 Oficiar ao IEPHA, solici-
 tando cópia do Decreto de Tombamento
 11.086, de 13/03/75
 Oficiar à FGM, solici-
 tando informar qual ato normativo
 permitiu a instalação do IMACO no
 interior do Parque Municipal, com
 cópia do ofício IMACO/VD 025/2001.
 01/11/01
 [Assinatura]
 Escola Superior de Saúde
 Universidade de Aveiro

Em resposta, após reiteradas cobranças do MPMG (Anexo VII), a Procuradoria Geral do Município respondeu, em julho de 2002, que desconhece o ato normativo solicitado (Anexo VIII). Diante dessa resposta, e da ausência da informação requerida pelo órgão ministerial, a solicitação, em julho de 2002, antes encaminhada à Procuradoria do Município, foi redirecionada à Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional Centro Sul. Novamente, sem obter resposta no prazo requerido, o MPMG reiterou o pedido.

Nas entrevistas realizadas para a composição do *corpus* documental desta pesquisa, fizemos essa pergunta, e a resposta foi no mesmo sentido:

Entrevistador: Por que o IMACO foi construído lá? Por que escolher?

Entrevistado 1: Eu não sei, não achei nenhum registro sobre isso.

Pergunta: Por que que escolheu aqui dentro? É, por que foi escolhido aqui dentro?

Entrevistado 1: Pode até ser que eu já tenha visto, mas ainda não estou lembrando agora de cabeça não.

Em resposta, em setembro de 2002, a Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional Centro Sul, explica que, mesmo não se tratando de assunto relacionado diretamente à sua Gerência, foi realizado um esforço para conseguir as informações solicitadas pelo MPMG, constituindo essa a razão do tempo despendido para responder.

A Secretaria informou que a Gerência Regional de Educação Centro-Sul foi consultada, a qual encaminhou uma cópia do documento intitulado "História do IMACO" (já citado neste tópico, vide Anexo II). Entretanto, esse documento não menciona o ato normativo requerido, e, por isso, solicitaram-se os dados à Secretaria Estadual de Educação, que encaminhou uma série de atos autorizativos.

Desses encaminhamentos, foram anexados os seguintes atos normativos: a Lei 371 de 01 de fevereiro de 1953, que cria o Colégio IMACO; a Portaria 25 de 27 de janeiro de 1955, que regulariza o ensino fundamental e médio do Colégio; a Portaria 957 de 04 de dezembro de 1993 que autoriza o funcionamento do Curso de Suplência; a Portaria 931 de 18 de junho de 1997 que renova a autorização de funcionamento do curso de Suplência; e, por fim, a Portaria 907 de 21 de julho de 1998 que reconhece o ensino médio geral. O primeiro normativo citado, que dispõe sobre a criação do Colégio, não explicita o local de funcionamento do Colégio.

Dando prosseguimento ao processo, mais uma vez, talvez pela ausência de êxito na solicitação do normativo que autoriza a instalação do Colégio dentro do Parque, o MPMG, em outubro de

2002, solicita as eventuais ocorrências ambientais que ocorreram dentro do Parque e que tinham relação com o funcionamento do Colégio. Em resposta, a Secretaria de Meio Ambiente elenca acontecimentos como:

"01.03.2002 - Alunos do IMACO trazem visitantes fora do horário de funcionamento do Parque";

"05.03.2002 - Alunos do IMACO circulando no Parque fora do horário de funcionamento; desacato a vigilantes";

"09.03.2002 - Aluno do IMACO tentando funcionar os brinquedos eletrônicos, abriu o cadeado da portaria Andrades, chutou a bilheteria";

"24.04.2002 - Dois alunos do IMACO fumando maconha, na quadra esportiva";

"04.05.2002 - Aluno do IMACO, impossibilitado de entrar fora do horário pula a grade do Parque, agride verbalmente e ameaça a segurança de morte, afirma que formará turma para 'pegar' os vigilantes e atiram pedras na guarita da Avenida dos Andrades";

"20.05.2002 - Aluno do IMACO arranha o carro do professor";

"30.05.2002 - Aluno do IMACO agride o vigilante com palavras e gestos obscenos";

"20.09.2002 - Duas alunas do IMACO desacatam vigilantes com palavrões";

"21.09.2002 - Alunos do IMACO tentam ligar brinquedos eletrônicos e depois pulam a grade do Parque";

"21.10.2002 - Três elementos pulam a grade do Parque e ficam nas proximidades do IMACO; abordados dizem que têm colegas nesse colégio".

Podemos identificar diversas manifestações heterotópicas nos tópicos transcritos acima, que preencheram os espaços reais do Colégio e do Parque. Nos confrontos entre alunos do IMACO e funcionários do Parque, temos exemplos de como um espaço “concebido” para certas funções, nesse caso, lazer e qualidade de vida, foi, naquele espaço-tempo, transformado, no plano do espaço “percebido” e “vivido”, em um local de tensão e conflito, refletindo dinâmicas sociais mais amplas.

Os incidentes mencionados, como alunos desacatando vigilantes, brigas e outras formas de desordem, demonstram resistência à ordem institucionalizada, por meio de situações nas quais as normas oficiais são desafiadas. Essas manifestações apontam para as heterotopias de desvio, em que indivíduos, cujo comportamento é desviante em relação às normas sociais hegemônicas, encontram um refúgio (mesmo que temporário). A presença de alunos desrespeitando horários, envolvendo-se em agressões, e até mesmo as alegações do uso de drogas demonstram o Parque como um palco de atos que rompem com a normalidade esperada de um ambiente recreativo.

Ademais, a utilização do espaço do Parque pelos alunos do IMACO para atividades que contrastam com os propósitos institucionais, como vandalismo e violência, também ilustra as heterotopias de crise, pois temos adolescentes, em grande parte, em momentos de mudança significativa em suas vidas⁹⁴. Nesse panorama, as heterotopias se manifestam onde os indivíduos podem se engajar em atividades que representam um desvio das normas sociais ou um rito de passagem.

Os estudantes, como no caso dos alunos do Colégio IMACO, em sua fase de transição da infância para a vida adulta, frequentemente buscam estabelecer sua identidade e autonomia, o que geralmente gera conflitos com as estruturas e expectativas estabelecidas. O Colégio, então, passa a ser caracterizado por indivíduos com atitudes desafiadoras e comportamentos disruptivos que, dentro do Parque, acabaram por perturbar a ordem institucional ali estabelecida, quase que refletindo a tentativa dos adolescentes de negociar seu espaço e poder dentro da sociedade.

As heterotopias de crise, como nos casos mencionados, podem representar reflexos da tensão entre a conformidade exigida pelos adultos ou instituições e a resistência dos adolescentes. Naquele espaço, assim como ocorreu com os estudantes de Guignard, os jovens poderiam experimentar e testar limites, muitas vezes, entrando em confronto com a administração local. Essas ações podem ser interpretadas como tentativas de subverter a norma, criando um "outro espaço", onde as regras comuns não se aplicam ou são reinterpretadas pelos próprios alunos.

A partir de dezembro de 2002, o MPMG passou a fazer consultas a outros órgãos visando à transferência do Colégio IMACO para fora das dependências do Parque.

Nessa oportunidade, de forma breve e diferentemente das respostas dos questionamentos anteriormente realizados, a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano, empenhou-se em sugerir novos espaços para além dos limites do Parque (Anexo X). Esse ofício produzido em janeiro de 2003 menciona que um estudo adequado de transferência do Colégio para um novo local poderia indicar um local mais apropriado para o seu funcionamento. Sugere-se a possibilidade de os galpões localizados ao longo da Avenida dos Andradas serem receptores da instituição. Alguns desses galpões são tombados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, mas todos

⁹⁴ Sobre esse momento de transição, Krominski, Lopes e Fonseca (2020) compartilham que a fase da adolescência pode ser estudada para além dos aspectos meramente físicos, como a idade ou as mudanças corporais da puberdade, mas como um importante rito de transição. Nessa fase, têm-se indivíduos em constante construção e reconstrução, moldando-se e adaptando-se dentro do contexto de suas próprias experiências e períodos históricos específicos.

seriam passíveis de reforma e adaptação para novos usos, possuindo flexibilidade interna. O documento ainda menciona o "Projeto 4 Estações", um projeto da Prefeitura de Belo Horizonte que pretendia revitalizar a área da Praça da Estação, sugerindo usos relacionados a instituições de ensino, oficinas de formação profissional, entre outros, para os galpões que atualmente não estão sendo utilizados e necessitam de um impulso para sua revitalização.

Neste ponto, ao analisar a sugestão da Prefeitura, percebemos uma dinâmica complexa e, de certa forma, paradoxal. A Prefeitura propõe a realocação do Colégio do Parque para uma Praça, espaço com propósitos similares ao anterior. Nesse sentido, estaríamos diante da transferência de um 'desvio' de um local para outro? Sob o conceito de heterotopia de desvio de Foucault (2013), podemos argumentar que a realocação do Colégio para outro local não resolveria a essência dos desafios enfrentados, mas sim deslocaria o 'desvio', no sentido de comportamentos ou usos que são considerados fora da norma, para um novo local. Essa transferência poderia ser uma forma de 'limpar' o parque de atividades consideradas problemáticas, buscando uma forma de controle social e espacial, não abordando as causas subjacentes dos problemas. Em outras palavras, o problema não é erradicado, mas sim, deslocado, o que sugere uma visão de que as manifestações heterotópicas seriam meramente transferidas de um contexto para outro.

No mesmo documento, sugere-se, ainda, a justaposição de um novo espaço para a sede do Colégio, já edificada no Parque, a qual poderia abrigar outro órgão municipal, de apoio a outras escolas e a toda a comunidade, para a promoção de cursos e oficinas relacionadas à preservação cultural e ambiental da cidade. Mais uma vez, percebemos que a essência das atividades de ensino ali permaneceria, contudo, sem que contassem com os 'desvios' que desafiavam a ordem hegemônica do Parque.

A Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional Centro Sul, em fevereiro de 2003, manifestou-se no sentido de que o Colégio deveria ser retirada das instalações do Parque (Anexo XI), inclusive, com votos explícitos de que seriam envidados esforços para que a transferência para outro local ocorresse da forma mais rápida possível. Nesse documento, mesmo confirmando a necessidade de que o Colégio deveria ser transferido do Parque, tem-se bem pontuado que essa mudança demandaria um prazo significativo, tendo em vista a relevância da instituição para a comunidade belo-horizontina.

O fluxo do processo do MPMG, então, caminhava para que fosse formatado um Termo de Ajuste de Conduta⁹⁵, o qual culminaria em uma resolução extrajudicial de conflitos, geralmente em matérias ambientais, de consumo, de patrimônio público, entre outras.

Nesse contexto, o Colégio IMACO, já ciente do possível Termo de Ajuste, em maio de 2003, produziu um documento sugerindo medidas para resolver as questões de segurança e preservação do ambiente escolar e do Parque. As medidas propostas incluíam maior fiscalização no entorno da escola, especialmente à noite e nos finais de semana, pelos vigilantes do parque; intensificação da cobrança de identificação pelos vigilantes nas entradas do parque; aumento do número de educadores e vigilantes e localização da escola; adequações do prédio da escola; e encaminhamento de casos graves ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente e à Delegacia de Polícia.

Essas medidas refletem a “estratégia” da institucionalização da vigilância, funcionando com um suporte para o controle e a disciplina do espaço. Sob o viés foucaultiano, a vigilância contínua e a restrição de acesso funcionam como técnicas disciplinares para prevenir comportamentos indesejados, criando um ambiente onde os indivíduos estariam cientes de que estão sendo observados e, portanto, são mais propensos a se autorregular. A exigência de identificação serviria para a categorização e monitoramento dos indivíduos, outra estratégia disciplinar que Foucault (2010) descreve como parte de um panoptismo⁹⁶, sistema em que o conhecimento sobre os indivíduos é usado para exercer poder sobre eles. Nessa linha, apenas aqueles que podem ser identificados e, portanto, rastreados e monitorados, são permitidos, reforçando a ideia de controle sobre quem pode ou não acessar o espaço.

Sobre isso, relembremos o quinto princípio explorado por Foucault (2013), o qual aborda as manifestações heterotópicas dotadas de mecanismos e regras que regulam a sua abertura e o seu fechamento, movimento que as isola em relação ao espaço em seu entorno. A intensificação das medidas de segurança ao redor do Colégio e dentro do Parque pode ser analisada a partir dos espaços com regulamentos e regras específicos que os distinguem de seu entorno. O aumento da vigilância, nesse caso, estabelece naquele espaço um conjunto heterotópico

⁹⁵ Segundo Gabrich e Sena (2022), o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) representa um método significativo para resolver de maneira eficiente, econômica, interativa e célere as infrações que afetam a coletividade. Tal abordagem visa prevenir disputas judiciais, que consistentemente devem ser evitadas como parte de uma abordagem planejada e estratégica.

⁹⁶ Nesse contexto, entendemos o panoptismo alinhado à noção universalidade do olhar, da visão total, associando essa intenção enquanto uma ferramenta ou estratégia para se compreender o percurso histórico dos lugares.

composto por normas que ditam quem pode entrar ou sair, e em quais momentos seriam permitidos.

Esses aspectos, no plano do “espaço vivido”, dinamizam um movimento de isolamento do Colégio em relação ao espaço público do Parque, demarcando ambos os lugares como locais que possuem funcionalidade e governança próprias. As supostas necessidades de adequações no prédio do Colégio complementam essa noção, reforçando o anseio por um espaço isolado e regulado, dentro de um contexto mais amplo e menos restrito, característico do Parque. Nesse sentido, as práticas de vigilância e as adaptações físicas no prédio do Colégio são mecanismos que, de acordo com o princípio supracitado, separam aquele espaço do fluxo livre e aberto do espaço público circundante.

A presença de autoridades também reforça a observação e o controle, ampliando a capacidade disciplinar da instituição e garantindo que as normas sejam seguidas. Isso representa um esforço para alinhar as “estratégias” disciplinares com as políticas públicas, buscando um suposto controle mais efetivo e uniforme. Percebemos, portanto, a preocupação com o espaço, permeado por heterotopias, como um reflexo da necessidade do suposto controle em ambientes que facilitam a disciplina, onde a arquitetura e a estrutura física desempenham papéis importantes na condução do comportamento.

Em meio a essa discussão, a Prefeitura de Belo Horizonte traz à tona o Programa Parque 21, como um outro argumento que facilitaria a retirada do Colégio para fora dos limites do Parque. Esse projeto será tratado com maior profundidade adiante. Em um ofício de julho de 2003 (Anexo XII), a Prefeitura descreve que realizou esforços para promover um bom relacionamento entre as instituições e estabelecer uma agenda comum para lidar com emergências e discutir as implicações de médio e longo prazo da inserção da escola no parque.

A transferência do Colégio, portanto, havia sido inserida no Programa Parque 21, e, no mesmo documento, inclusive, foi citada a criação de um Centro de Referência da História Natural e da Cultura.

Em maio de 2004, finalmente, concluindo processo do MPMG que se iniciou com denúncias que lhe foram encaminhadas (Protocolo n.º 29.448/00), em setembro de 2000, envolvendo o Colégio IMACO e a administração do Parque, tem-se a formalização da minuta de um Termo de Ajuste de Conduta (vide Anexo XIII) firmado entre o MPMG e o Município de Belo

Horizonte, tratando das atividades do Colégio IMACO, na perspectiva de regularizar as atividades do Colégio, alinhando-as com as normas de proteção ambiental e urbanística.

O documento propõe várias obrigações para o município, como a transferência das atividades da escola para outro local, a recuperação de áreas degradadas, a implementação de medidas de segurança e identificação para os alunos bem como a criação de um espaço de convivência que não interfira nas áreas verdes do parque. Além disso, estipula penalidades por descumprimento das obrigações, como multas diárias, e determina o papel do Ministério Público na fiscalização do seu cumprimento. O acordo visa conciliar a necessidade de proteção do patrimônio histórico e ambiental do parque com as funções educacionais da escola, assegurando que a presença da instituição de ensino não prejudique o ambiente e o bem-estar da comunidade. Vale salientar que o Termo leva em consideração a retirada do Colégio das dependências do Parque, como parte do Programa Parque 21,

O Termo de Ajuste de Conduta, nesse caso, pode ser observado enquanto um dispositivo de poder, uma ferramenta para regulamentar, por meio de práticas discursivas e não discursivas, a relação entre os espaços da escola, as heterotopias, e o Parque. O documento reflete um esforço para mitigar resistências/desvios, ou seja, práticas que desafiam as normas estabelecidas de conduta e uso desses espaços. Ele busca não apenas realinhar as práticas do IMACO com a legislação ambiental e de conservação, mas também reforçar a responsabilidade e a vigilância e a fiscalização sobre essas práticas.

Além disso, esse acordo reflete a aplicação prática de conceitos foucaultianos como a governamentalidade, em que o Estado busca conduzir a conduta dos cidadãos de uma maneira que esteja em harmonia com os objetivos políticos e sociais mais amplos, nesse caso, a preservação do patrimônio ambiental e cultural. Nessa seara, essa tecnologia de poder foi projetada para moldar e modificar comportamentos em um nível micro, garantindo que o Colégio e seus alunos interajam (ou se retirem) no/do espaço do Parque de maneira que se respeitem a preservação ambiental e a integridade cultural do local. Assim, percebemos o Termo como um exemplo de como a governamentalidade se manifesta por meio da tentativa de regulamentação de espaços heterotópicos, como o Parque, na tentativa de retirar as práticas individuais e institucionais que desafiavam um suposto controle ambiental do lugar.

Em relação ao Programa Parque 21, conforme informa Góis (2003), tratava-se de um esforço conjunto da administração da cidade de Belo Horizonte, envolvendo a colaboração de múltiplas secretarias municipais, incluindo as de Política Urbana e Ambiental, Meio Ambiente e

Saneamento Urbano, Estrutura Urbana, Limpeza Urbana, Serviços Urbanos Regionais e Cultura. Esse programa partiu de outro mais amplo, de uma discussão ambiental de alcance internacional, denominado Programa Agenda 21⁹⁷.

Em Belo Horizonte, o Programa Parque 21 foi uma iniciativa voltada para a renovação e conservação do Parque Municipal, desenvolvida com base em avaliações realizadas por um grupo multissetorial de especialistas da Prefeitura de Belo Horizonte. Seu propósito, à época, seria promover a sustentabilidade alinhada aos ideais endossados pela Agenda 21, assegurando, nesse sentido, a preservação do Parque para o usufruto das gerações futuras.

A revitalização proposta demonstra, mais uma vez, os anseios pela sobreposição e transformações dos espaços que compõem o Parque. Temos, assim, mais um conjunto de mecanismos que envolveriam a sobreposição de diferentes camadas e espaços, cada um com seus próprios significados e novas formas de usos, dentro do mesmo ambiente físico. Novamente consoante ao segundo princípio explorado por Foucault (2013), percebemos a combinação de espaços anteriormente observados enquanto atípicos de maneira a reestruturar as suas dinâmicas e seus procedimentos cotidianos, promovendo entendimentos e lógicas renovadas. Com o Programa Parque 21, as camadas que já faziam parte do Parque ganham mais profundidade, tendo seus espaços configurados para atender a novas práticas de sustentabilidade e uso comunitário, realçando a sua natureza multifuncional. Essas sobreposições recriam novas dinâmicas e transformam o plano “percebido” do Parque em um local onde várias realidades coexistem e se entrelaçam, como heterotopias de compensação, por meio das quais a visão idealizada de um ambiente passa a ser realizada e vivenciada.

Em reportagem publicada no Diário da Tarde, em junho de 2003, têm-se informações do Programa, incluindo uma série de reformas para revitalizar a paisagem do Parque e promover iniciativas para aumentar a sustentabilidade e a educação ambiental. A revitalização abrangeria desde a recuperação de nascentes até a introdução de um pequeno teatro e melhorias na infraestrutura, como bancos e lixeiras.

⁹⁷ A Agenda 21 é constituída por um plano de ação abrangente destinado a ser adotado global, nacional e localmente por organizações do Sistema das Nações Unidas, governos e grupos principais em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Esse programa foi um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como ECO-92 ou Cúpula da Terra, que ocorreu no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. Informações disponíveis em <<https://antigo.mma.gov.br/biodiversidade/conven%C3%A7%C3%A3o-da-diversidade-biol%C3%B3gica.html>>. Acesso em 18 nov. 2023.

Figura 60: Reportagem sobre o Programa Parque 21



Fonte: Diário da Tarde, 2003.

Na reportagem supracitada, diferentemente dos relatos contidos no processo do MPGM, encontramos referências aos alunos do Colégio IMACO enquanto promotores de oficinas e guias turísticos para os frequentadores do Parque. Nesse caso, diferentemente dos demais, observamos um discurso que percebe os estudantes distantes da posição de desvio, em uma dinâmica que interliga práticas educativas, engajamento comunitário e as heterotopias de crise que permeiam aquele contexto. Nesse panorama, os estudantes atuariam como guias e

promotores, e o Parque passaria a assumir o papel de palco para a exploração e o questionamento de suas identidades em transição.

Nesse panorama, relembramos o terceiro princípio trabalhado por Foucault (2013), qual seja, aquele relacionado à noção de heterocronia, que descreve como certas heterotopias estão intrinsecamente associadas a segmentos únicos do tempo, ou seja, como elas funcionam em tempos que são de alguma forma fora do comum, descontínuos ou fora da norma cronológica estabelecida. Nesse panorama, adolescentes anteriormente vistos como desviantes assumem a possibilidade de narrar as histórias do Parque, demonstrando que essas narrativas e memórias coexistam com o presente de forma não linear. Por meio de suas experiências e relatos, podem apreender épocas de distintas formas dentro do mesmo espaço físico do Parque. Essas histórias possuem múltiplas camadas de tempo, as heterocronias, que preenchem aquele espaço por distintos significados, dependendo do indivíduo e da memória associada a ele.

Mais adiante, em outubro de 2003, o veículo informativo Estado de Minas confirma que o Parque passava por ações que faziam parte do Programa Parque 21, sendo constituído por uma coleção de vários projetos destinados a alinhar a área verde do parque com as diretrizes ambientais estabelecidas na Conferência Rio 92. Segundo consta na reportagem, o Parque, um espaço público alinhado ao exercício da democracia em Belo Horizonte, atrai muitos frequentadores semanais.

René Vilela, o gerente do parque, à época, reconheceu que a principal área verde da região central se encontrava deteriorada e precisava ser revitalizada. Ainda sobre isso, naqueles últimos cinco anos, o Parque sofreu pressões significativas de seu entorno urbano, incluindo problemas de infraestrutura como a falta de banheiros e lixeiras, além da limpeza insatisfatória. O programa de revitalização, enquanto uma “estratégia”, foi desenvolvido para enfrentar esses problemas e, ao mesmo tempo, modernizar o parque para um novo perfil de uso.

Figura 61: Reportagem sobre a revitalização do Parque



Fonte: Hoje em Dia, 2003.

No período de reformas iniciadas no período entre os anos 2000 e 2003, o parque inaugurou a primeira etapa de um projeto de irrigação como parte do Programa Parque 21. Curiosamente, o financiamento e o acompanhamento das obras, com um investimento de aproximadamente R\$ 150 mil, foram realizados pelo Shopping Pátio Savassi⁹⁸ (vide Anexo IX). O projeto de revitalização do Parque pode ser percebido como um contraponto aos espaços comerciais e urbanos como o Shopping Pátio Savassi. Enquanto o shopping representa uma heterotopia de desvio moderna, onde as pessoas se engajam em consumo e interações sociais dentro de um espaço fechado e regulado, o Parque é permeado por heterotopias que buscam preservar e reintegrar elementos da natureza e bem-estar dos seus frequentadores.

O Shopping Pátio Savassi pode ser analisado a partir do consumo e da lógica do capitalismo neoliberal, enquanto o Parque representa um espaço de preservação e lazer. O financiamento da revitalização do parque por uma entidade comercial poderia ser visto como uma união de

⁹⁸ Localizado em região nobre de Belo Horizonte e não muito próximo do Parque Municipal, o Shopping Pátio Savassi Shopping, no período de realização desta pesquisa, conta com três andares, teatro, salas de cinema e restaurantes.

objetivos conflitantes, tendo o valor intrínseco da natureza *versus* o valor comercial. Essa revitalização, à época, tinha como motivo a obtenção da licença do shopping.

Essa interação entre o shopping e o Parque ressalta as contradições entre espaços efêmeros, definidos pelas necessidades e usos momentâneos, e espaços permanentes que são empreendidos para atender a necessidades contínuas. Essa condição efêmera foi abordada pelo quarto princípio tratado por Foucault (2013), que considerava os espaços e tempos momentâneos, os quais possibilitam deslocamentos. O shopping, ao interferir no processo de revitalização do Parque, pode tanto reforçar essas contradições quanto mitigá-las, dependendo de como suas atividades, nos planos dos espaços “percebidos” e “vividos”, são alinhadas com os objetivos do parque. A questão resulta na coexistência e no equilíbrio entre esses diferentes tipos de heterotopias, inseridas nos espaços comerciais e nos espaços naturais, e como eles podem evoluir, na medida do possível, para atender às necessidades contemporâneas sem comprometer a integridade um do outro.

Temos, portanto, em um contexto neoliberal, a intervenção do setor privado, com interesses essencialmente mercadológicos, que ameaça a autenticidade do Parque, quase como uma manifestação heterotópica, introduzindo ou reforçando lógicas de mercado em um espaço que tradicionalmente resiste a elas. O financiamento, mesmo que de forma indireta, de espaços públicos por entidades privadas pode alterar a dinâmica de poder nesses locais, levantando problematizações sobre uma possível influência indevida no uso e no desenvolvimento futuro do Parque, que é um bem comum.

As heterotopias são constituídas por espaços de tensão e de constantes negociações, e a presença do setor privado na revitalização do parque exemplifica essa dinâmica questionável. Essa transformação e renovação podem ter repercussões físicas, como a mudança de paisagem e das instalações, mas também sociais e culturais, oferecendo novas maneiras de os frequentadores interagirem com o ambiente e entre si. Tem-se uma reconexão com o ciclo natural e com a temporalidade única que contrasta com a constância dos espaços comerciais urbanos. Todo esse processo insere-se em uma necessidade particular e inerente a um determinado contexto, promovendo, no Parque, passagens, transição e a realização do efêmero. No Anexo IX, temos o encaminhamento do projeto de irrigação do Parque por parte do Parque Municipal.

Nesse espaço-tempo, o Parque representava um espaço público que, ao longo dos anos, refletia as tensões e as transformações do ambiente urbano da capital mineira. As "pressões significativas" sugerem como o espaço urbano pode impactar e alterar os usos e significados de espaços públicos, que originalmente eram destinados ao lazer e ao repouso da vida urbana acelerada. Há, nesse ponto, uma relação com o sexto princípio abordado por Foucault (2013), o qual se refere às heterotopias enquanto manifestações em espaços que se distanciam do "concebido", possuindo uma função distinta em comparação com os espaços comuns ao seu redor. Podem parecer ser meras extensões ou reflexos dos espaços reais existentes, mas, na realidade, constituem espaços únicos e bem estruturados, os quais se diferenciam e não seguem, no plano do "espaço vivido", as mesmas regras dos ambientes que são percebidos na realidade convencional.

A revitalização e a modernização do Parque podem ser observadas enquanto forma de resistência à deterioração urbana e uma tentativa de transformar o parque em um espaço que não só atenda às necessidades contemporâneas da comunidade, mas também reflita uma nova visão de uso público. O Parque, passando por mais uma revitalização, poderia ser entendido como um espaço "percebido" ilusório, refletindo a ideia de um ambiente urbano modernizado e ativo; entretanto, nesse espaço "outro", acontece um espaço diferente que diverge da deterioração e negligência que, muitas vezes, caracterizam os contextos citadinos.

Especificamente sobre o Programa Parque 21, no *corpus* documental constituído para esta pesquisa, tem-se um documento produzido, no período entre 1999 e 2002, por Ana Beltrão, denominado "Retrato de Compromissos - preliminares e processo do Programa Parque 21" (Anexo XIV). Segundo consta na introdução do documento, a autora trabalhava no Parque desde 1995, e os diversos problemas físicos e administrativos tornavam-se, cada vez mais, evidentes, como ataques de lagartas, mortandade de peixes, drenos e esgotos entupidos, e erosão do solo afetando as estruturas do parque. As áreas destinadas à educação ambiental estavam sendo usadas como depósitos, e havia uma necessidade urgente de poda da vegetação, que apresentava riscos à segurança humana. Esses aspectos motivaram a socióloga a produzir o documento que seria uma série de sugestões a serem colocadas em prática no contexto do Programa citado.

Na justificativa do documento, o Colégio IMACO aparece como uma instituição que prejudica os ambientes que compõem o Parque. A autora chega a afirmar que o Colégio não precisaria

estar localizado dentro das dependências do Parque. O texto sugere que áreas abandonadas no centro da cidade poderiam ser utilizadas para instituições educacionais, fora do Parque. Isso, para a autora, diminuiria o excesso de barulho e retiraria as atividades que não estavam alinhadas com a conservação e a tranquilidade necessárias. Adiante, no decorrer das propostas contidas nesse documento, tem-se a constatação de que o Parque estava sendo descaracterizado por alguns elementos como a presença de um Colégio em seu interior, cujos usuários, no plano “vivido”, pareciam não estar conscientes sobre o cuidado do ambiente natural ao redor.

Quando a autora sugere propostas para a solução ou mitigação dos problemas existentes no Parque, naquele contexto, sublinham-se algumas como a realização de cursos e seminários, e, contraditoriamente, ao mesmo tempo, a retirada de um espaço do saber (o Colégio) daquele lugar. Percebemos, assim, que a presença do Colégio juntamente às suas manifestações heterotópicas colaboravam para a descaracterização do parque, como uma nova camada no plano do “percebido”, sugerindo que a atividade educacional ocorria à custa do espaço público e sob riscos de sua preservação. A sua retirada, para a autora, seria justificada como uma tentativa de devolver ao parque a sua suposta e utópica função original de conservação e lazer.

Ainda no mesmo documento, mais adiante, tem-se a proposição da criação de um "Centro de Referência da História Natural" (Anexo XV). A proposta detalha a criação de um "Centro de Referência da História Natural" como um complexo multifuncional que abrigará atividades e espaços para atender a diversos interesses públicos e privados. Essa estrutura foi, naquele contexto, pensada para ser alinhada com os desejos contemporâneos da comunidade urbana.

Assim, teríamos uma reestruturação de espaços existentes, com uma nova camada sendo justaposta, a reforma de edifícios como o Orquidário e o Auditório, com especial atenção à transformação do edifício do Colégio IMACO, propondo um novo propósito educacional. Mais uma vez, temos uma confirmação de que a dimensão do “espaço vivido” era perpetuada por tensões e por resistências quando sobrepostos à administração do Parque. Os estudantes e as atividades do Colégio perturbavam o controle e os propósitos de preservação do Parque, demonstrando, assim, uma resistência aos limites que o circundam. A “estratégia” de mudança do Colégio visava resolver essa tensão, restabelecendo o controle sobre as “táticas” que ali resistiam, ou, também, as manifestações heterotópicas do Parque, enquanto um lugar de desvio da urbanização intensa, mantendo-o como um espaço idealizado/utópico onde a natureza e a contemplação prevaleceriam.

Por fim, sobre as proposições contidas nesse documento, tem-se um relato especialmente produzido sobre a permanência do Colégio IMACO dentro do Parque. Para os autores do documento, o Colégio perdeu sua característica fundamental ao se localizar dentro de um parque urbano, prática que não mais seria comum devido ao crescimento populacional e às mudanças nas características das instituições de ensino. Ainda nesse relato, tem-se que o edifício do Colégio ocupava uma área significativa do Parque e não oferecia um ambiente adequado para a educação e formação de cidadãos. Alguns usuários descreviam o local como um labirinto, e, apesar de estar em um espaço que parece um paraíso, a experiência é descrita como "infernai".

Para os autores, ocorreram várias tentativas frustradas de remover o colégio dos limites do parque, e as duas instituições, Colégio e Parque, eram observadas como funcionalmente conflitantes, causando impactos negativos "insuperáveis". Nesse sentido, a equipe administrativa e técnica sugeriu que o Colégio IMACO "merecia" ser reconhecido por cumprir com suas funções originais e, assim, deveria ser realocado para um espaço digno e adequado que permita o desenvolvimento de uma vida propícia à educação e formação de cidadãos. Neste ponto, percebemos que o Colégio, ao ser estabelecido dentro do Parque, em seu cotidiano, foi permeado por manifestações heterotópicas, nas quais a ideia de um espaço educacional idílico passou a ser compensada pela experiência menos ideal em comparação com aquelas de que a infraestrutura e os recursos da instituição poderiam usufruir no contexto do Parque. Temos, mais uma vez, uma relação com o quarto princípio explorado por Foucault (2013), que, inclusive, exemplifica as escolas enquanto lugares de passagens, de transição, tomadas pelo efêmero.

Sobre a percepção das dependências do Colégio, temos alguns trechos das entrevistas que ressaltam algumas das manifestações heterotópicas da instituição, como: o importante papel simbólico, ao permanecer no Parque por mais de cinquenta anos; a ideia da sua retirada, confirmando a noção de justaposição de espaços; o suposto uso de drogas nas suas dependências; a percepção espacial de um local fechado e "claustrofóbico"; as facilidades de "saída" ou rupturas do local, favorecendo o exercício do refúgio dos alunos, no plano do "percebido", para espaços nos quais as heterotopias de crise poderiam ser vivenciadas.

O relato do entrevistado remete às heterotopias de desvio, no sentido foucaultiano, onde o Colégio é percebido como um espaço limitante, evocando imagens de um manicômio. Essa

comparação destaca o Colégio como um espaço outro, com outras normas e regras, separado da sociedade que o circunda, e, nesse panorama, representa um local potencialmente opressor.

Entrevistador: E o IMACO ficou aqui uns cinquenta anos, faz muito tempo, né? É. Por que... Que não deu pra continuar aqui? Por que não deu certo?

Entrevistado 1: Olha, eu não sei porque quando eu entrei pro parque já estava com a ideia de retirar. Agora pelo... Não sei também. Pelo que eu observei, eu creio que tem dois problemas. Um antes, é... É uma área aberta, pública.

Entrevistador: Uhum.

Entrevistado 1: Então, por exemplo, eu observava que tinha um prédio tinha um pedacinho que era o pátio ali grátis. Então era muito fácil fazer tráfico de drogas qualquer coisa. Então eu lembro que tinha uma época quando eu entrei que até mesmo o que tinha de vigilante ficava ali em volta e tudo. Então assim.

Entrevistador: O que tinha o quê?

Entrevistado 1: Vigilância em torno pessoal que é do [avião] ficar ali perto e tudo. Por quê? É muito fácil, né? Jovem adolescente e chegar um traficante e passar pela grade. Nós... Por isso.

Entrevistador: Então o colégio, ele era todo cercado aqui dentro?

Entrevistado 1: É fechado. Então o prédio todo fechado e a área de recreio ali. Uma cercado com cerca.

Entrevistador: Uhum.

Entrevistado 1: Depois que ele que ele foi desocupado uma vez que eu entrei lá dentro, eu pensei — “Meu Deus, isso aqui é um é o quê? Um manicômio? Que lugar é horrível?” — Tem muita gente que fala — “Ah, já estudei no IMACO” — Eu nunca gostaria de ter estudado lá. Porque o estilo de construção dele era muito claustrofóbico. Muito limitado. Tanto é que assim, ele era todo fechado pra fora, com a perna com basculante, as janelas eu entrava, eu tinha sala lá, que não tinha janela, falava, gente, que que é isso aqui? Solitário, que que é isso? Nos corredores, porque eles eram muito fechado. Então, eu creio que nem termo arquitetônico também não devia estar adequado. Além disso, os próprios alunos era fácil eles matarem a aula, vim do parque. As vezes saiu, botava fogo num bambuzal, mandava a pé. Então assim, pro... Para o nosso parque eles davam um pouco de trabalho.

Entrevistador: Uhum.

Entrevistado 1: Sabe? Porque assim, eles não respeitavam, não tinham esse carinho pelo parque, eles depredaram. Isso Já em 2000. Eu não sei como que era no início. Porque muita gente que às vezes a gente encontra, vem aqui no parque ou até mesmo uma visita e fala assim — “Ah, estudei no IMACO” — Eles não têm nenhum rancor quanto mais. Todo mundo tem um carinho. Então eu não sei de falar. Porque eu peguei ele já saindo e não sei qual o projeto, por que que foi a decisão.

No relato, percebemos que o entrevistado expressa insatisfação quanto às visões dos frequentadores e ex-alunos do Colégio, que possuem uma memória afetuosa do mesmo lugar. Esse contraste pode ser visto como uma contradição nos discursos sobre o colégio; enquanto alguns o veem como um espaço repressivo, outros o recordam com carinho e afeto. Nesse caso, podemos perceber diferentes tramas de poder que moldam a percepção dos espaços e as experiências pessoais, divergentes dentro da mesma instituição. Temos, também, o reflexo da complexidade das interações humanas com espaços institucionais e a natureza multifacetada das heterotopias, especialmente quando estão imbricadas com as dinâmicas de poder e autoridade.

Ao mencionar o "pedacinho que era o pátio ali grátis", podemos observar a manifestação de uma heterotopia de desvio, na qual atividades fora da norma, como o tráfico de drogas, ocorrem. Esse espaço real, qual seja, o pátio descrito pelo entrevistado, conta com "táticas" ou mecanismos que funcionam sob normas diferentes e, por vezes, mostram-se enquanto contracondutas, permitindo e até encorajando comportamentos que são marginalizados ou proibidos pela sociedade. A menção de que "o que tinha de vigilante ficava ali em volta e tudo" reflete parte das tramas de poder que é exercida por meio da vigilância. A presença de vigilantes circundando o pátio não funciona apenas como uma medida de segurança, mas também simboliza o olhar constante do Parque sobre os estudantes do Colégio. Esse olhar pode ser percebido como um dispositivo disciplinar que visa prevenir ou conter comportamentos desviantes, possibilitando um ambiente de suspeição e controle.

A facilidade com que as atividades ilícitas poderiam ser realizadas no pátio sugere uma falha ou uma limitação no exercício do poder disciplinar realizado pelo Colégio. Nessa linha, Foucault (1999) discutiu como o poder disciplinar é aplicado em espaços institucionais, como escolas, para organizar e controlar as pessoas. Nesses ambientes, conforme estudou Pinto (2019), tem-se o exercício de um comportamento político, que almeja o controle, estando intrinsecamente relacionado aos impactos de uma cultura escolar que tem como objetivo, entre outras coisas, assimilar certas normas e práticas de disciplina como um meio social para preservar uma sociedade educada e ordenada. No caso do Colégio, o espaço físico do pátio pode ter sido projetado ou evoluído de uma maneira que passou a subverter a capacidade da instituição de exercer controle total, permitindo que comportamentos desviantes ou rastros heterotópicos prosperassem.

As observações do entrevistado destacam a complexa interação entre o espaço, o comportamento humano e a governabilidade local. O espaço não é neutro, sendo preenchido por múltiplos significados e formado tanto pela sua arquitetura quanto pelas práticas sociais que se confrontam dentro dele. Da análise do entrevistado, temos a noção de que a arquitetura e o planejamento do espaço possuem implicações diretas nas relações de poder, na conduta dos indivíduos e nas resistências a essas relações.

Figura 62: Imagem lateral do Colégio IMACO contida nos negativos do nosso Arquivo



Fonte: Acervo da APCBH, sem data.

Figura 63: Imagem do jardim do Colégio IMACO contida nos negativos do nosso Arquivo



Fonte: Acervo da APCBH, sem data.

O plano de substituição do edifício do Colégio IMACO por um "Espaço Multiuso" foi criticado por parte da população belo-horizontina por violar normas ambientais, principalmente pela remoção de áreas verdes. A legislação vigente à época enfatizava a preservação do parque tombado e dos edifícios públicos nele situados. No caso de demolição necessária de algum edifício por problemas estruturais, a lei determinava que novos jardins deveriam ser criados no local para manter a área verde do parque.

A dúvida referente à possibilidade de o Colégio ser demolido, mesmo o Parque sendo tombado, foi relatada nas entrevistas, como no trecho:

Entrevistado 4: Era até interessante porque falava que você não podia mexer muito no prédio... Prédio antigo e tal, guardar história. Mas vieram e jogaram no chão. Chão.

Entrevistador: Uma dúvida minha... O parque é tombado desde a década de setenta. Por que que eles conseguiram demolir a escola?

Entrevistado 4: Se você descobrisse conta pra gente por favor. Né? Nós temos essa dúvida também. Como é que eles conseguiram jogar pro chão um espaço que era tinha aquela aquele valor de histórico, né?

O trecho acima reflete uma crítica à “estratégia” municipal de demolir uma edificação que, nos planos do “percebido” e “vivido”, contava com valor histórico expressivo para a capital mineira, ressaltando a tensão entre a necessidade de conservação patrimonial e os anseios pelo desenvolvimento urbano. O entrevistado expressa surpresa e desaprovação ao fato de que um edifício antigo, com significância histórica, foi destruído apesar da sua relevância. A atitude estatal, para o entrevistado, contradiz a noção de preservar estruturas antigas para guardar a história de um lugar. Além disso, percebemos que houve uma falha ou uma brecha no sistema de proteção do patrimônio que permitiu, de alguma forma, não muito explícita, que o Colégio fosse demolido. A resposta do entrevistado, em tom crítico, pede que o entrevistador compartilhe a informação, caso a descubra, enfatizando a confusão e a falta de transparência no processo que levou à demolição do edifício. Neste ponto, temos a representação das heterotopias de crise, em que as práticas sociais convencionais são colocadas de lado. O Colégio, que antes era um espaço de memória e educação, tornou-se um local de contestação e símbolo de perda, tendo sua narrativa histórica interrompida pela ação estatal.

Ao analisar a proposta de substituir um espaço dedicado à educação por um "Espaço Multiuso", podemos, novamente, perceber inúmeras contradições nesse percurso histórico, principalmente pelo fato de o novo espaço também oferecer funções educativas ou de desenvolvimento comunitário. Consoante ao segundo princípio explorado por Foucault (2013), novas funções e estruturas são sobrepostas a espaços antigos, alterando, assim, o equilíbrio e o funcionamento anteriormente estabelecidos. Esse novo espaço, apesar de oferecer funções educativas ou de desenvolvimento comunitário, similares ao anterior, não mantém a singularidade de um ambiente estritamente escolar; em vez disso, ele reorganiza a dinâmica do local, introduzindo uma variedade de atividades e propósitos que podem coexistir, desencadeando novas interpretações e entendimentos do uso do espaço. Tal transformação desperta novos significados e possibilidades de coesão na comunidade, realinhando o espaço com as necessidades atuais e futuras, enquanto ainda presta homenagem ou reflete suas funções

históricas. A necessidade de controle pelo espaço do Parque, conforme já tratado neste capítulo, parece, novamente, ter encontrado uma solução. A demolição do Colégio serviria como um suposto controle das “táticas” e manifestações heterotópicas que permeavam os espaços e desafiavam a administração do Parque.

A Ação Popular⁹⁹ n.º 024.08.990.268-8 foi proposta em face do então Prefeito do Município de Belo Horizonte, sob a justificativa de que a demolição do prédio do Colégio IMACO representava um ato imoral e prejudicial ao bem público, de degradação ambiental irreversível, sendo necessária a preservação da edificação em seu local de origem. Na Ação Popular, defendia-se que o conjunto paisagístico do Parque Municipal se encontrava tombado pelo IEPHA, fato que confirmaria a impossibilidade de demolição do Colégio IMACO. Além disso, segundo consta nos autos desse processo, a construção do “Espaço Multiuso” no Parque Municipal não foi precedida da licitação correspondente, defendendo, também, a inconstitucionalidade da Lei Municipal n.º 9.675/2008¹⁰⁰, a qual autorizou a demolição do estabelecimento de ensino. Nesse sentido, a comunidade pleiteava a preservação do edifício do Colégio IMACO e a suspensão imediata dos planos de demolição.

Neste ponto, retomo o sexto princípio trabalhado por Foucault (2013), que tem enfoque em heterotopias que têm propósitos distintos dos espaços comuns ao seu redor, capazes de criar uma realidade paralela que se diferencia do que é tradicionalmente aceito ou estabelecido. Relacionando isso aos objetivos de uma Ação Popular, a qual visa preservar um local histórico, podemos entender que tal movimento busca defender um espaço que serve não apenas como um reflexo da memória coletiva, mas também como um espaço ativamente organizado e utilizado de maneira que pode desafiar aqueles que ameaçam a sua existência. Esse esforço aponta para o desejo de preservar o caráter único e a ordem interna do espaço que, embora possa parecer ser uma continuação dos espaços comuns circundantes, na verdade, oferece uma experiência e uma conexão com o passado que não são encontradas nos espaços modernizados ou comerciais.

⁹⁹ A Ação Popular objetiva a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público, conforme prescreve o artigo 1º, *caput*, da Lei n.º 4.717/65. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14717.htm>. Acesso em 23 nov. 2023.

¹⁰⁰ A Lei n.º 9.675, de 30 de dezembro de 2008, revogava a Lei n.º 1.538, de 26 de setembro de 1968, que proibia edificações na área reservada ao Parque Municipal. Disponível em <<http://leismunicipa.is/hamlg>>. Acesso em 23 nov. 2023.

A ação seguiu nos órgãos do judiciário, e, conforme consta no Acórdão¹⁰¹ proferido pela 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, entendeu-se que a demolição do Colégio IMACO não seria presumidamente lesiva ao interesse público, cabendo aos autores da Ação Popular o ônus de provar que a destruição do bem controvertido acarreta prejuízo ao patrimônio público e ao meio ambiente. Ainda nessa decisão colegiada, ressaltou-se que, embora tenha se citado que o estabelecimento de ensino se encontrava tombado, a referida afirmação foi desconstituída pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, o qual justificou que o tombamento¹⁰² referia-se apenas ao conjunto paisagístico do Parque Municipal.

Para esse Instituto, as obras arquitetônicas realizadas posteriormente à criação do Parque Municipal foram consideradas sem interesse de preservação, constando, inclusive, do mesmo parecer, uma diretriz em relação à sua demolição. O Ministério Público, instituição constitucionalmente responsável pela proteção do patrimônio público e do meio ambiente, conforme também consta no Acórdão, também se manifestou favoravelmente à demolição do Colégio IMACO. Sendo assim, a demolição do prédio e a construção do novo “Espaço Multiuso”, na perspectiva do judiciário, foram consideradas oportunas e importantes.

Nas nossas conversas e entrevistas, percebemos que a retirada do Colégio do Parque contou com resistências da população e com intenções governamentais explícitas nesse movimento, como no trecho:

Entrevistado 3: As coisas vão passando, o pessoal votando, até que o pessoal tem que aceitar mudança.

Enrevistador: Hm-huh. E como é que foi tirar o colégio daqui? Foi uma coisa fácil?

Entrevistado 3: Não, foi difícil... foi muita, muita briga.

Enrevistador: Por que que foi briga?

Entrevistado 3: Porque a população, né? — “Não, esse colégio eu estudei aqui, não sei o quê” — Veio um tanto de gente importante que estudou aqui — “meus filhos, meu neto... não sei o quê” — olha aí... ao longo do tempo vão mudando os governantes né? As coisas vão mudando, as ideias são diferentes, mas aí eles falaram de um espaço bom pra aceitar o lugar. A gente teve que aceitar, né?

Enrevistador: Uh hm.

Entrevistado 3: Foi muito difícil a aceitação de tirar.

¹⁰¹ O inteiro teor do Acórdão pode ser consultado em <<https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?&numeroRegistro=2&totalLinhas=6&paginaNumero=2&linhasPorPagina=1&palavras=col%E9gio%20imaco&pesquisarPor=acordao&orderByData=2&referenciaLegislativa=Clique%20na%20lupa%20para%20pesquisar%20as%20refer%Eancias%20cadastradas...&pesquisaPalavras=Pesquisar&>>>. Acesso em 23 nov. 2023.

¹⁰² Em relação ao tombamento, tem-se como referência o Decreto n.º 17.086, de 13 de março de 1975. Informação disponível em <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/77/bens-tombados-parque-municipal-am%C3%A9rico-ren%C3%A9-giannetti?layout=print&tmpl=component>>. Acesso em 23 nov. 2023.

O trecho supracitado revela um entrelaçamento complexo entre “táticas” e “estratégias”, de relações de poder, memória coletiva e resistência à mudança, elementos essenciais que, em conjunto, formam a dinâmica das heterotopias em contextos urbanos. A referência a um Colégio onde muitos estudaram e que gerou memórias pessoais e familiares indica a importância do lugar para a identidade de parte da população. Algumas expressões de afeto e de posse — "eu estudei aqui" e "meus filhos, meu neto" — refletem o poder que os espaços exercem sobre nós e como, de forma recíproca, atribuímos significado e valor a esses espaços. O Colégio, mais do que uma simples edificação, tornou-se um depositário de histórias e relações.

A menção a "gente importante" que estudou na instituição remete à influência social e política que o Colégio possuía naquele espaço-tempo, sugerindo que ele servia como um local de formação de indivíduos que, posteriormente, assumiriam papéis de poder na sociedade. Essa relação com figuras influentes pode contribuir para o exercício da resistência às mudanças, pois ex-alunos, em posições de liderança e poder, poderiam almejar a preservação daquele espaço, devido ao seu significado pessoal e histórico.

A conclusão do trecho, "a gente teve que aceitar, né?", aponta para uma resignação forçada frente às decisões estatais daquele contexto. Isso indica uma possível posição de impotência dos indivíduos diante das mudanças almeçadas pelas autoridades, mesmo com tantos valores sentimentais e históricos que a população atribui ao local. Essa aceitação relutante reflete a natureza da resistência e do poder, uma vez que, embora os indivíduos possuíssem fortes ligações com um espaço, muitas vezes, eles possuem pouco (ou nenhum) controle sobre seu destino frente às forças governamentais. A tensão entre a memória coletiva do que o Colégio representava, a resistência a essa mudança e as intenções governamentais, no todo, podem ser percebidas enquanto manifestações heterotópicas que desafiam a continuidade histórica daquele espaço.

A substituição de um espaço por outro representa mais uma camada a ser justaposta naquele espaço do Parque. Neste caso, um espaço voltado para a educação seria transformado em um local de múltiplos propósitos que, inclusive, são similares ao anteriormente ocupado. Essa transformação implica uma nova reconfiguração dos significados e das formas de uso desse espaço, refletindo, mais uma vez, a dinâmica e as necessidades em constante evolução da comunidade.

Em 2009 o Colégio foi desativado¹⁰³ no Parque, e, a partir de 2011, percebemos que diversos veículos comunicativos passaram a tratar da demolição do Colégio e da sua substituição por um novo espaço. Nesse panorama, em abril de 2011, o Estado de Minas publicou uma reportagem que informa sobre a transformação do antigo prédio do Colégio IMACO em um “Espaço Multiuso”, previsto para iniciar em julho daquele ano.

Esse projeto envolveria a edificação de um prédio de 44 mil metros quadrados. O espaço seria adaptado para acomodar shows e apresentações teatrais com uma área aberta para 45 mil pessoas, um auditório para oficinas e palestras de educação ambiental, uma sala de memória do parque e uma biblioteca.

Figura 64: Reportagem sobre transferência do IMACO



Fonte: Estado de Minas, 2011.

Conforme consta na reportagem publicada pelo Estado de Minas, em 2011, o custo do projeto, à época, era estimado em R\$ 12 milhões, financiados por recursos municipais e, à época, pelo Ministério do Turismo. A obra, naquele contexto, estaria com seu projeto pronto e logo entraria

¹⁰³ O Colégio deixou o prédio no parque e foi transferido para a Rua Gonçalves Dias, no Bairro de Lourdes, centro-sul de Belo Horizonte.

em licitação, com previsão de início em julho e conclusão no ano seguinte (2012). Segundo a reportagem, o projeto era uma iniciativa do arquiteto Gustavo Penna¹⁰⁴.

O espaço anteriormente dedicado à educação, então, receberia uma nova camada, transformando a dimensão do “espaço percebido”, agora para fins de entretenimento e de cultura, o que, novamente, representa a sobreposição de usos e significados. Além disso, para além da configuração de um novo espaço, tem-se que a ideia de um espaço que acomoda shows, apresentações teatrais, oficinas, e possui uma biblioteca e sala de memória, reflete uma heterotopia por ser um local de múltiplos propósitos e significados, desafiando as noções tradicionais de uso de espaço.

Em abril de 2013, o jornal Metro¹⁰⁵ retoma o assunto do projeto do “Espaço Multiuso” e reitera a construção de um local reservado para manifestações artísticas, culturais e folclóricas.

Figura 65: Reportagem sobre novo espaço no Parque



Fonte: Metro, 2013.

A obra, conforme consta na reportagem do Metro, agora com custo estimado em R\$ 15 milhões, estaria prevista para começar no mês seguinte e terminaria em outubro do ano subseqüente (2014). O projeto incluía um prédio circular com capacidade para receber grandes públicos e

¹⁰⁴ Segundo compartilham Dupin e Pereira (2022), o arquiteto Gustavo Penna é um profissional renomado em Minas Gerais, destacando-se no cenário da arquitetura pela criação de uma marca autoral em seus trabalhos. Entre seus projetos notáveis, está a construção de um museu em homenagem à obra de Aleijadinho localizado em Congonhas, que faz parte do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais.

¹⁰⁵ Desde 2019, o jornal Metro finalizou sua circulação diária na cidade de Belo Horizonte, onde era distribuído de forma gratuita de segunda a sexta-feira desde o ano de 2011. Informação disponível em <<https://bhaz.com.br/noticias/bh/jornal-metro-bh/>>. Acesso em 26 nov. 2023.

um auditório para 200 pessoas, ocupando um espaço de milhares de metros quadrados. Esse espaço é projetado para ser um ponto focal para eventos e atividades culturais na cidade.

Nesse contexto, encontramos um texto intitulado “Adeus IMACO. Triste Horizonte!”¹⁰⁶, escrito por Cidinha da Silva¹⁰⁷, em abril de 2013, que faz um relato e de tristeza pela demolição do Colégio IMACO, uma escola que, para a autora, teve um papel significativo em sua vida.

Figura 66: Trecho de texto de blog que trata da transferência do IMACO

abril 29, 2013

ADEUS IMACO. TRISTE HORIZONTE!



Por Cidinha da Silva

Fonte: Blog da Cidinha da Silva, 2013.

A autora rememora os domingos ensolarados no Parque Municipal, onde o colégio estava situado, e como seu pai a incentivava a sonhar em estudar lá. Embora tenha visitado o IMACO apenas uma vez para uma palestra, a escola era uma presença constante em sua vida, simbolizando a arte de aprender e sendo parte das memórias de infância no Parque, rodeada por

¹⁰⁶ O texto pode ser acessado no endereço eletrônico <<https://cidinhadasilva.blogspot.com/2013/04/adeus-imaco-triste-horizonte.html>>. Acesso em 23 nov. 2023.

¹⁰⁷ Maria Aparecida da Silva é de Belo Horizonte e é uma escritora brasileira contemporânea. Graduiu-se em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Informações disponíveis em <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/186-cidinha-da-silva>>. Acesso em 23 nov. 2023.

árvores e lagos. No período da sua adolescência, o Colégio era considerado uma das melhores escolas da capital, ao lado de outras instituições prestigiadas.

A demolição do Colégio, realizada após a aprovação de uma lei controversa, evoca, para a autora, memórias de outros espaços culturais e sociais de Belo Horizonte, os quais foram perdidos, como a Lagoinha, uma zona boêmia demolida na década de 1980. A autora lamenta a perda de lugares que eram importantes para comunidades diversas, incluindo artistas, estudantes e grupos marginalizados. A narrativa aponta para o dinamismo do plano “vivido”, sob a sensação de perda contínua dos espaços públicos da cidade, onde monumentos culturais e históricos são substituídos por empreendimentos que não respeitam a memória e a identidade dos lugares. A autora reflete sobre essa transformação urbana e cultural, sentindo-se contaminada por um “velho horizonte” que substitui a beleza e a história por fachadas vazias e transformações desesperançadas.

Da análise do texto, percebemos como as manifestações heterotópicas em um espaço público funcionam como espelhos para a memória coletiva e a identidade cultural de uma comunidade. A demolição desses espaços e sua substituição por estruturas sem relevância cultural podem ser vistas como uma distorção, perda ou sobreposição desse reflexo social. A nostalgia pelo IMACO e pelo Parque Municipal contrasta com a realidade atual de sua demolição. Essa justaposição de passado e presente, em um mesmo espaço físico, reflete a natureza heterotópica desses locais, onde diferentes camadas temporais e sociais coexistem e interagem. Essas mudanças refletem heterotopias em que o uso e o significado dos espaços são constantemente renegociados e redefinidos.

Figura 67: Colégio IMACO em fase de demolição



No mesmo mês, abril de 2013, o Diário Oficial do Município também publica uma reportagem que detalha a construção do “Espaço Multiuso”, como um grande complexo que abrigaria eventos de educação ambiental, lazer e cultura.

Figura 68: Reportagem que enaltece acordo com Governo para construção de espaço no Parque



Fonte: Diário Oficial do Município, 2013.

Segundo consta na reportagem, o prefeito Marcio Lacerda e o Governador Antônio Anastasia, naquele contexto, assinaram a ordem de serviço e enfatizaram a importância do projeto para a cidade. A previsão de entrega da obra é para março do ano seguinte (2014). Esse projeto almejava beneficiar todos os visitantes do parque, contribuindo para o maior contato dos seus frequentadores com a natureza e com o acesso à cultura.

A participação do prefeito e do governador na assinatura da ordem de serviço, conforme mostra a Figura 68, demonstra a “estratégia” governamental na reestruturação de um espaço urbano. Tal projeto, com um investimento significativo de R\$ 15 milhões, reflete as prioridades políticas e sociais dos governantes, moldando o ambiente urbano de acordo com as intenções estatais. Percebemos a influência do governo ao utilizar seus recursos para influenciar e organizar a vida social e cultural da cidade, promovendo o desenvolvimento urbano e a cultura. Como consequência, tem-se a transformação de um antigo prédio escolar, que já se distanciava do “concebido”, em um complexo multiuso, demonstrando a reinterpretação daquele espaço dentro do Parque, característica essencial das heterotopias.

As projeções divulgadas pelo jornal Estado de Minas¹⁰⁸, em abril de 2013, demonstram que o “Espaço Multiuso” foi idealizado enquanto um espaço inovador. Segundo consta na reportagem, o prefeito ponderou que “há uma demanda para esse tipo de espaço em Belo Horizonte”.

Figura 69: Projeções do “Espaço Multiuso” divulgadas em veículos midiáticos – Parte 1/2



Fonte: Estado de Minas, 2013.

¹⁰⁸ Diferentemente das anteriores, encontramos essa reportagem disponibilizada na internet, por meio do endereço eletrônico <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/04/07/interna_gerais,368403/parque-municipal-ganha-novo-espaco-cultural-e-reforma-do-chico-nunes.shtml>. Acesso em 23 nov. 2023.

Figura 70: Projeções do “Espaço Multiuso” divulgadas em veículos midiáticos – Parte 2/2



Fonte: Estado de Minas, 2013.

Essas imagens nos apresentam uma série de contradições intrigantes. Por um lado, há a demolição de um Colégio tradicional, um símbolo de educação e história local, para dar lugar a um novo espaço de aprendizado e cultura, indicando uma continuidade nos seus fins, afinal, ambos os espaços seriam dedicados ao fomento do conhecimento e à congregação comunitária. Contudo, por outro lado, essa transformação também poderia ser observada enquanto uma ruptura significativa, uma vez que representa a substituição de um legado histórico e educacional por uma suposta estrutura moderna e multifuncional. Essa sobreposição não remete apenas a uma mudança física, mas também a uma rearticulação das relações de poder e dos valores sociais, sugerindo possíveis interesses ocultos, e históricos, na decisão de remodelar o espaço urbano.

Percebemos, também, que os espaços planejados, neste caso, aparentam ser abertos e acessíveis aos frequentadores do Parque. A preocupação com a retirada das fronteiras, com impactos nas interações sociais, além de corroborar a sua dimensão espacial, vai além das normativas de comportamento estabelecidas pelo ordenamento interno do Parque. Embora essa nova dinâmica possa estimular a criação de espaços específicos, são as comunidades escolares, os círculos de amigos, as famílias e os demais frequentadores que efetivamente estabelecem as formas de uso desse espaço.

Sobre essas projeções, observamos uma relação com o sexto princípio explorado por Foucault (2013), uma vez que temos a concepção de espaços com funções específicas e particulares naquele espaço-tempo. Eles podem inicialmente parecer meras extensões ou reflexos dos espaços reais circundantes ou dos anseios da municipalidade que parecia quase se concretizar, oferecendo uma ilusão de continuidade histórica. Contudo, na essência, e já assumindo significados nos planos “percebido” e “vivido”, tornar-se-iam espaços autênticos que funcionariam independentemente da realidade preestabelecida ao seu redor. Preenchidos por traços heterotópicos, desafiarão e reconfigurarão as percepções normativas do espaço, proporcionando novas maneiras de organização e interação que não se alinharão necessariamente com a realidade convencional.

Os anseios por algo que atendesse às necessidades de uma população mais urbana e moderna foram apreendidos nas entrevistas que trataram da construção do "Espaço Multiuso", como nos trechos:

Entrevistado 1: Esse projeto...o Espaço Multiuso, pelo que eu entendi, vai ter auditório, vai ter lanchonete. O espaço lá pra fazer eventos culturais mesmo... aí por volta de 2010 demoliram tudo e começaram. e aí pararam. Ficou parado muito tempo.

Entrevistado 2: Foi visto ali uma necessidade de ter uma área para... Shows, ao invés da gente ficar montando estrutura. Aí vem caminhão, monta palco, desmonta palco. Se esses eventos tivessem acontecendo, por exemplo, no Espaço Multiuso... é.. teria a estrutura básica de um evento, né? Então essa foi a ideia. E foi visto também a necessidade da retirada do Colégio. O Colégio, ele tinha diversos impactos na vida do parque. Especialmente o impacto ambiental.

Entrevistado 3: Então é assim que eu vejo a obra do IMACO.. Isso é pra melhoria, porque o pessoal quer espaço pra show, né?

Entrevistador: Hm-huh.

Entrevistado 3: Nós temos que ir pra lá, o pessoal gosta de evento, essas coisas. Então, quer dizer, eles querem um espaço pra isso, tendeu? Vai ser um espaço bacana.

Os trechos das entrevistas revelam uma visão compartilhada sobre a necessidade e o potencial de um novo espaço dentro do Parque. Esse espaço foi concebido como um local dedicado a eventos culturais, shows e encontros sociais, equipado com instalações modernas, que poderiam beneficiar a comunidade local ao reduzir a necessidade de montar e desmontar estruturas temporárias para eventos. Essas perspectivas coletivas revelam a concepção de um local idealizado como um local de múltiplas possibilidades, podendo servir a diversos fins e grupos sociais, refletindo e acomodando novas camadas. A interrupção e o abandono do projeto, como foi relatado pelo Entrevistado 1, revelam as complicações e os desafios inerentes à realização dessas transformações espaciais e sociais, assim como as complexas tramas de poder e governança envolvidas.

A manifestação heterotópica, nesse contexto, reside na sobreposição e na contradição entre o antigo e o novo, entre a preservação da tradição e a suposta busca pelo progresso. Enquanto o Colégio representava um espaço de educação formal e um legado histórico, o novo espaço multiuso é permeado por discursos que abordam a adaptabilidade, a multifuncionalidade e uma abordagem mais inclusiva de educação e acesso à cultura. Tem-se, então, configurada a tentativa de redefinição dos significados e dos propósitos daquele espaço. Nesse panorama, temos relação com o quarto princípio trabalhado por Foucault (2013), que trata das manifestações vinculadas a momentos de passagem, mudança e natureza transitória. Temos a configuração de espaços e períodos breves, que contribuem para a movimentação.

No caso, assim como as escadas e corredores são transitórios, conectando diferentes níveis ou áreas, como nos exemplos utilizados pelo filósofo, esse espaço também experimentava um cenário transitório entre a tradição e o progresso, que, nesse espaço-tempo, encontravam-se e interagiam, mesmo que de maneira conflituosa ou contraditória. A preservação da antiga edificação em um contexto de modernização pode ser observada como uma forma de heterotopia, onde o espaço histórico é justaposto (mesmo que nas intenções) por um ambiente que almeja se renovar e evoluir. As iniciativas de modernização também podem ser apreendidas enquanto heterotopias quando desafiam e transformam o espaço tradicional, contribuindo para que se estabeleça uma nova realidade que coexistisse com as formas antigas. Essa relação complexa demonstra as tensões inerentes ao desenvolvimento urbano, em que os espaços de transição se tornam campos de transição ou ritos de passagem entre o que era e o que será.

Após o Colégio IMACO ter sido demolido, em novembro de 2013, foi publicada uma reportagem do Estado de Minas sobre as obras paralisadas no Parque.

Figura 71: Reportagem sobre obras paradas no Parque Municipal



Fonte: Estado de Minas, 2013.

De acordo com a narrativa, a interrupção deveu-se à necessidade de “refinamento dos projetos” segundo a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap). A liberação dos recursos para financiamento das obras pelo governo ainda estaria condicionada à resolução de algumas pendências técnicas no projeto.

No ano seguinte, as obras continuavam paradas. O Estado de Minas, em março de 2014, abordou a paralisação das obras do “Espaço Multiuso”. Iniciado com a pretensão de revitalizar a área e oferecer um local para eventos culturais e educacionais, o projeto enfrentava atrasos significativos. A obra, que deveria estar avançada, encontrava-se parada, com apenas as fundações e alicerces concluídos. Na ocasião, a Sudecap não se manifestou sobre a situação das obras. Uma manifestação anônima apontou a necessidade de reequilíbrio de preços como a razão para o prosseguimento do projeto. O atraso, à época, já superava 50% do inicialmente previsto no cronograma.

ACESSE Código QR:



Figura 72: Reportagem sobre obras paradas do Espaço Multiuso

Espaço Multiuso que seria inaugurado em abril, no Parque Municipal, Centro de BH, não tem nem paredes. Especialista diz que problema financeiro atrapalha andamento da construção

Obras paradas

GUSTAVO WERNICK

Previsto para ser concluído em abril, conforme anunciado há um ano, o Espaço Multiuso em construção no lugar do antigo Colégio Imaco, dentro do Parque Municipal Américo Renne Gianetti, no Centro da capital, está com as obras paradas. Esta é a segunda vez que os serviços são interrompidos pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) — outra ocorreu em agosto e mais de dois meses. A Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudcap), responsável pela intervenção, não se manifesta sobre o assunto, mas um especialista ouvido pelo Estado de Minas, e que prefere o anonimato, explicou que o atraso e interrupção decorrem de um problema financeiro, tecnicamente denominado “re-equilíbrio de preços”.

Por duas vezes na semana passada, a reportagem esteve no local e verificou que a paralisação desta vez já dura 20 dias. E mais: há apenas cinco operários trabalhando sem ter o que fazer, situação muito diferente de antes, quando de 35 a 40 trabalhavam para erguer a construção no lugar do Imaco. Conforme o EM apurou, o atraso nos serviços é de quase 50% em relação ao cronograma inicial. Nenhum dos trabalhadores, incluindo encarregados da empreiteira contratada, quis dar entrevista ou explicar o motivo da paralisação.

O certo mesmo é que, em vez de um equipamento prestes a ser entregue à comunidade, estão apenas fundações e alicerces numa área fechada com tapumes, sem sinal de paredes, mobiliário e, principalmente, gente. Durante a semana, foram feitas sucessivas ligações telefônicas para a Sudcap, acompanhadas de e-mail solicitando explicações, mas a única resposta do órgão municipal, via assessoria de imprensa, é de que ainda não havia resposta para o caso.

RECURSOS Com projeto do arquiteto Gustavo Tera e demandando recursos de R\$ 15 milhões — R\$ 13,5 milhões do governo de Minas e R\$ 1,5 milhão da PBH —, o Espaço Multiuso, com 2 mil metros quadrados de área construída, deverá ter um palco para shows e plateia com capacidade para 3 mil pessoas, além de varandão integrado ao meio ambiente, acessos a uma biblioteca, cafeteria e outros serviços. Na solenidade de lançamento do projeto em 6 de abril de 2013, foi divulgado que a gestão do espaço será da Fundação Municipal de Cultura (FMC), embora o parque seja administrado pela Fundação de Parques Municipais.

Na época, diante do governador Antônio Anastasia e outras autoridades, o prefeito Marco Lacerda declarou: “Trata-se de uma obra emblemática para todos nós, pois o Parque Municipal



Apenas cinco operários trabalham na obra do Espaço Multiuso. No início, eram 40 funcionários contratados

é um espaço democrático e terá sua importância mais destacada. O projeto foi elaborado entre 2007 e 2008, teve processo de licitação há mais de um ano, mas enfrentou dificuldades, na época, para obter financiamento no Ministério do Turismo. Dessa forma, o governador entrou como parceiro”.

Em nota, o governo de Minas, via Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop), informou que “mantém estreito alinhamento com a PBH com o objetivo de assegurar o cumprimento de todas as exigências do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), agente financiador do empreendimento, quanto à liberação de recursos

necessários à obra”.

No fim da década de 2000, causou polémica o projeto de demolição do Colégio Imaco, inaugurado em 1952, quando Américo Renne Gianetti (de 1951 a 1954) era prefeito. Em 2009, o prédio foi desativado. Mas o arquiteto Gustavo Tera, defende que ele é de maior importância para o espaço público que deixará de ter um “laco opaco” para ganhar uma área revitalizada e um equipamento cultural e com outras finalidades. Ao ver o local fechado com os tapumes, a professora aposentada Rose Almeida, moradora do Centro, ficou impressionada. “Não era para ficar pronto antes da Copa”, perguntou, certa de que a situação demanda melhor planejamento.



Prédio do Colégio Imaco foi demolido para dar espaço a obras

MEMÓRIA

Atraso em projetos

Em 23 de agosto de 2013, houve paralisação dos serviços durante mais de dois meses. O motivo do atraso alegado pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudcap) decorreu de “refinamento dos projetos”. Isso se traduz por problemas nas fundações, o que depois foi resolvido. Ao mesmo tempo, a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop) informou que a liberação de recursos por parte do governo estadual estava condicionada à solução de algumas pendências técnicas no projeto.

Fonte: Estado de Minas, 2014.

As fundações e os alicerces, cercados por tapumes, representam, ao mesmo tempo, tanto o potencial quanto a inércia, simbolizando um projeto ambicioso de revitalização que se encontrava em uma situação de suspensão indefinida. O espaço, antes, carregava consigo múltiplos significados históricos para a população belo-horizontina. Esse contexto, transformado em um canteiro de obras, quase que abandonado, passava a desafiar a própria noção de progresso e desenvolvimento, tornando-se, nos planos “percebido” e “vivido”, um espaço de não realização e de possibilidades não concretizadas. Essa nova camada, estabelecida a partir da transformação do espaço para um projeto inacabado, reflete as complexidades e as falhas nos processos de planejamento, apontando, mais uma vez, para as manifestações heterotópicas que caracterizam o lugar como de desvio e de resistência.

A condição estagnada da obra nos remete ao sexto princípio trabalhado por Foucault (2013), o qual trabalha com espaços que possuem um papel específico em contraste com os espaços

comuns ao seu redor, podendo criar uma ilusão em comparação aos espaços reais adjacentes. No entanto, o que esses tapumes ocultam é um espaço de potencial inexplorado e de organização não eficiente, afinal, temos uma obra que foi paralisada e que não seguiu, por diversas razões, o plano original. As manifestações heterotópicas, nesse caso, apontam para um espaço que possui uma função específica de ser um projeto em construção, entretanto, que atualmente desempenha um papel diferente. Em vez de ser um local de atividade contínua e de progresso, tornou-se um espaço de incompletude. Enquanto os espaços ao redor continuam a ser utilizados conforme o planejado para o Parque, a obra parada é uma discrepância física e funcional, em desconformidade com a realidade almejada. Nesse sentido, mesmo que pareça ser parte daquele pedaço de tecido urbano, na verdade, representa um espaço "outro" à parte, em razão da materialização complexa de uma visão arquitetônica.

Além disso, percebemos contradições e relações de poder evidentes nesse local. A decisão de demolir um Colégio para dar lugar a um moderno centro cultural e educacional demonstra a dinâmica de poder na qual as necessidades e o legado da comunidade podem ser ofuscados por novas visões urbanísticas e políticas. A paralisação das obras adiciona uma camada de complexidade, sugerindo falhas na governabilidade e no planejamento. O silêncio da Sudecap frente a esse impasse não apenas indica uma possível falta de transparência ou os possíveis desafios técnicos e financeiros, mas também as falhas na comunicação e na responsabilidade para com a comunidade afetada. Esse silêncio e a inatividade no local das obras transformam o espaço em uma representação física de tensões e desequilíbrios relativos aos processos de mudança e desenvolvimento urbano.

Em maio de 2015, novamente, temos uma reportagem do Estado de Minas que informa sobre o projeto inacabado no Parque. A obra, prevista para ser concluída em abril do ano anterior, já havia passado por várias interrupções desde o seu lançamento oficial em 2013, devido a problemas financeiros e técnicos.

Figura 73: Reportagem sobre problemas técnicos e financeiros nas obras do “Espaço Multiuso”



Fonte: Estado de Minas, 2015.

Na ocasião, a Sudecap informou que a construção havia sido interrompida devido à espera pela renovação de um acordo estabelecido com o governo estadual, que seria o principal fornecedor de fundos para o projeto. Na oportunidade, não existia uma data estimada para a retomada dos trabalhos.

Já em 2017, a situação do “Projeto Multiuso” passou a ser retratada como uma “novela” pelo Estado de Minas.

Figura 74: Trecho de reportagem sobre a construção inacabada do “Espaço Multiuso”



Desacerto entre o Governo de Minas e a Prefeitura de BH provocou o abandono das obras no antigo Imaco, que fica no Parque Municipal Américo Renné Giannetti

(foto: Leandro Couri/EM/D.A PRESS)

A novela da construção do Espaço Multiuso, no lugar do antigo Colégio Imaco, dentro do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, no Centro de Belo Horizonte, está longe de acabar. As obras, que tiveram início no primeiro semestre de 2013 e foram interrompidas diversas vezes, deverão passar por novo processo de licitação.

Segundo a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap), os novos prazos de execução e novo orçamento do projeto serão divulgados na publicação de uma nova licitação

que já está sendo formulada, mas não há prazo definido.

Fonte: Estado de Minas, 2017.

Nessa reportagem, a Prefeitura de Belo Horizonte informou que havia estabelecido um novo acordo com o Estado por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas para garantir a continuação da obra ainda no ano de 2017. A Sudecap, responsável pelo projeto, estaria conduzindo os trâmites para uma nova licitação de obras. Apesar de a Prefeitura ter destacado que parte das fundações, da estrutura e das instalações elétricas e hidráulicas havia sido executada, observou-se que o local se encontrava em estado de abandono, com vegetação alta ao redor das construções e materiais de obra deixados ao relento.

A prolongada construção do “Espaço Multiuso”, nessa reportagem, foi comparada a uma “novela”, ou seja, a uma narrativa contínua marcada por reviravoltas, adiamentos e momentos de silêncio que muito dizem dos acontecimentos. Essa empreitada, embora planejada para ser um marco cultural, passava a se transformar em uma representação da morosidade burocrática, em que o não dito e o silenciado remetem a papéis cruciais, indicando que as manifestações heterotópicas haviam se transformado, ainda sob as complexidades e as nuances do poder na esfera pública.

Essa lentidão pode ser associada ao segundo princípio explorado por Foucault (2013), o qual sugere que uma sociedade tem a capacidade de transformar heterotopias, dissolvendo espaços que antes tinham um significado, ou criando espaços outros que ainda não existiam. A obra paralisada passa a reproduzir um espaço tomado por condições de estagnação e inércia. Temos, nesse contexto, traços de heterotopias involuntárias, uma vez que encontramos um lugar que, em vez de consolidar seu propósito inicial, passou a ser reorganizado em seu *modus operandi* por aspectos associados à lentidão e burocracia. O espaço, “concebido” para agregar valor cultural e social, agora se preenche por novos significados que remetem à ineficiência e ao abandono. Essa reconfiguração da obra parada, para uma representação da morosidade, exemplifica como as heterotopias podem ser reorganizadas e como novos sentidos e coerências podem emergir a partir dessas mudanças. O espaço outrora destinado ao enriquecimento cultural agora resiste à compreensão comum, redefinindo-se como um espaço de reflexão e questionamentos sobre as contradições da gestão urbana.

Em 2019, estando o espaço ainda inacabado, em reportagem¹⁰⁹ divulgada pela Câmara Municipal, uma Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo¹¹⁰ realizou uma visita técnica para avaliar as obras do “Espaço Multiuso” no Parque.

Figura 75: Reportagem sobre vistoria da obra parada no Parque



Fonte: Câmara Municipal, 2019.

Segundo consta na reportagem, desde 2015, a execução dos trabalhos foi pausada, ficando dependente da retomada de um acordo estabelecido com o Governo Estadual, responsável por fornecer os fundos necessários para a realização do projeto. A paralisação da obra, que inicialmente gerou surpresa e frustração, acabou se tornando uma parte comum do cenário local, com a situação quase se normalizando ao longo do tempo.

“Fazemos vistoria na obra para não deixar ter foco de dengue. Também fazemos periodicamente a roçada do mato para manter o local o mais limpo possível - explicou a gerente de Parques da Regional Centro-sul (...)” (CÂMARA MUNICIPAL 2019).

¹⁰⁹ Reportagem disponível em

<<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2019/11/comiss%C3%A3o-vistoria-obra-parada-e-prop%C3%B5e-ampliar-hor%C3%A1rio-de-funcionamento>>. Acesso em 25 nov. 2023.

¹¹⁰ De acordo com informações disponibilizadas no endereço eletrônico da Câmara dos Vereadores, essa Comissão é responsável pelo acompanhamento de políticas e sistemas municipais de Educação e de Cultura, do patrimônio histórico-geográfico, arqueológico, cultural, artístico, científico e arquivístico, da promoção da educação física, do esporte e do lazer do desenvolvimento do turismo.

Informações disponíveis em <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/educacao-ciencia-tecnologia-cultura-desporto-lazer-e-turismo>>. Acesso em 25 nov. 2023.

O trecho supracitado revela uma aceitação implícita da condição de obra parada e a estagnação no andamento daquilo que havia sido planejado. A menção de atividades como vistorias constantes para evitar focos de dengue e a roçada periódica do mato indica um esforço para manter o local em condições aceitáveis, mesmo sem progresso na construção. Esse comportamento reflete uma acomodação às circunstâncias, em que a atenção se desloca do desenvolvimento da obra para a manutenção do *status quo* daquele espaço. Enquanto o discurso oficial pode não reconhecer abertamente o fracasso ou a interrupção prolongada do projeto, as ações tomadas já falam por si, revelando uma resignação com a situação atual. Essa aceitação tácita da obra parada, sem que seja explicitado um plano claro de retomada, ilustra como as narrativas e práticas podem evoluir para acomodar realidades inesperadas, mantendo uma aparência de normalidade e controle.

A obra parada, tornando-se parte comum daquele espaço, representa, também, a sobreposição de novas camadas heterotópicas. Inicialmente planejada como um espaço produtivo e funcional, acabou se transformando em um local de estagnação e desviante do propósito original. Temos, nesse panorama, diversas manifestações como: o espaço físico da obra, destinado a um fim específico, porém, inacabado; a mudança na percepção e uso desse espaço pela comunidade, que passa a ser visto como um local comum e estagnado, em vez de um local de desenvolvimento e progresso; além das práticas adotadas pela administração do Parque, como as vistorias para evitar dengue e o crescimento do mato, que representam um desvio do objetivo inicial da construção, focando agora na tentativa de manutenção e prevenção. São manifestações que demonstram, inclusive, que as heterotopias não são observáveis apenas nos aspectos físicos, mas também empreendidas a partir das ações, das percepções e dos discursos dos indivíduos que interagem naquele lugar.

Em 2022, a condição de obras estagnadas naquele espaço do Parque ainda persistia. Divulgada no telejornal MG1, uma reportagem¹¹¹ informava que a obra do "Espaço Multiuso" já estava parada há mais de sete anos.

¹¹¹ Reportagem disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/10705675/>>. Acesso em 25 nov. 2023.

Figura 76: Reportagem em telejornal sobre espaço sem uso no Parque



Fonte: Portal G1, 2022.

De acordo com os dados apresentados na reportagem, os investimentos no "Espaço Multiuso" já ultrapassavam mais de 9 milhões e 300 mil reais, permanecendo sem prazo para a sua conclusão. Enquanto frequentadores do parque destacam os benefícios do local, a atenção é voltada para uma área cercada por tapumes, com uma estrutura inacabada que começou a ser consumida pelo abandono. As obras foram paralisadas devido à suspensão de um convênio entre o governo do estado e o município, e, naquele contexto, a Prefeitura realizava um estudo que avaliaria se a continuação da obra ainda seria viável.

Figura 77: Imagens aéreas do "Espaço Multiuso" inacabado - 1/2



Fonte: Portal G1, 2022.

Figura 78: Imagens aéreas do "Espaço Multiuso" inacabado - 2/2



Fonte: Portal G1, 2022.

A reportagem ainda destaca a reação de indignação dos frequentadores do Parque ao se depararem com o espaço isolado e inacabado. Eles expressam confusão e frustração, sem compreender os motivos pelos quais a obra foi interrompida. A reação desses indivíduos reflete

um descontentamento comum em situações em que projetos públicos sofrem atrasos ou são abandonados, especialmente, como nesse caso, quando já houve um investimento financeiro significativo. A falta de transparência e a ausência de uma comunicação clara sobre as razões para a paralisação da obra contribuem para a desconfiança em relação à gestão dos recursos e planejamento urbano.

Apesar das questões levantadas e da insatisfação dos frequentadores do parque com a paralisação da obra, já amplamente divulgada pela mídia, na ocasião, o Governo de Minas Gerais não emitiu um posicionamento oficial sobre o assunto. Esse silêncio adiciona uma camada de incerteza e falta de clareza à situação, deixando os cidadãos sem informações sobre o andamento do projeto.

Essa situação, nesse espaço, mais uma vez, reflete a marginalização desse espaço dentro do Parque. Conforme estudado por Foucault (2013) ao estabelecer o primeiro princípio, esse projeto inacabado, esquecido, preenche-se por heterotopias de desvio, nas quais se tem uma realidade alternativa em que as expectativas e funções originais foram subvertidas. Em vez de ser um local de encontro e atividade comunitária, conforme proposto, o espaço transformou-se em um símbolo de negligência e de ineficiência administrativa. A falta de comunicação do governo e o abandono do projeto demonstram o espaço como um local "outro", distante da sua intenção inicial.

Figura 79: Imagens atuais das obras do "Espaço Multiuso" - 1/2



Fonte: Autor, 2023.

Figura 80: Imagens atuais das obras do "Espaço Multiuso" - 2/2



Fonte: Autor, 2023.

Em consulta¹¹² à Subcontroladoria de Transparência e Prevenção da Corrupção, da Prefeitura de Belo Horizonte, em maio de 2023, sobre a situação das obras desse espaço, obtivemos a seguinte informação:

"(...) informamos que está em fase de execução, contrato que contempla a adequação dos projetos executivos, objetivando a atualização da edificação já executada, bem como sua adequação às normas técnicas e tecnologias existentes, cujo serviço possui término previsto para junho de 2023. Em seguida, será elaborado o orçamento e promovido o devido processo licitatório para a contratação das obras" (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2023).

Essa declaração omite detalhes críticos do projeto, como as razões específicas para a longa duração da paralisação e quaisquer garantias ou perspectivas de que novos prazos poderiam ser cumpridos. Esse silêncio contribui para a percepção de heterotopias que remetem aos atrasos prolongados e às incertezas. Esse local "outro" pode ser percebido por meio das falas e das ações (ou da falta delas), que demarcaram, na dimensão do "espaço percebido", lentidão e ineficiência, distantes do seu propósito inicial.

¹¹² Essa consulta foi realizada por meio do portal da prefeitura para fornecimento de informações com base na Lei de Acesso à Informação. O protocolo da consulta é o 31.00435295/2023-89, a qual não pode ser acessada por meio de endereço eletrônico.

Figura 81: Imagem de tapumes e placas ao redor do "Espaço Multiuso"



Fonte: Autor, 2023.

A imagem acima retrata diversas contradições históricas vivenciadas por um mesmo espaço dentro do Parque, além de corroborar a natureza fluida e, por vezes, conflituosa das heterotopias trabalhadas por Foucault (2013). Diversas “estratégias” e “táticas”, como explora De Certeau (1994), contribuíram para apropriação desse espaço de distintas formas, refletindo desejos e

necessidades alinhados à dinâmica de relações de poder. Todos esses aspectos contribuíram para o constante movimento de configuração dos planos “concebido-percebido-vivido”, tal como estudado por Lefebvre (1974). Sob os tapumes que cercam as obras do "Espaço Multiuso", temos uma arte que retrata o pintor e professor Guignard, que utilizou aquele espaço para as suas aulas. O espaço foi um local de liberdade e expressão para os seus alunos, desafiando as normas educacionais conservadoras da época e possibilitando o seu refúgio para além dos limites dos ateliês. Com o tempo, o local passou por diversas formas de uso, o que é típico das heterotopias, espaços que remetem à capacidade de se acumular e sobrepor diferentes camadas de significados.

Transformado em uma instituição educacional, quando da época do Colégio IMACO, o espaço foi palco de crises e conflitos, tanto entre os adolescentes quanto com a administração do parque, evidenciando tensões entre educação e as relações de poder ali estabelecidas. Posteriormente, após diversos conflitos com parte da população belo-horizontina, o início da construção de um "Espaço Multiuso" (conforme projeto retratado acima dos tapumes), que nunca foi concluído, adiciona outra camada ao percurso histórico desse espaço. O projeto inacabado tornou-se ruínas, um símbolo de desperdício de dinheiro público e de insatisfação, onde o ensino deu lugar a um canteiro de obras inacabado.

As manifestações heterotópicas, que uma vez desafiaram as imposições hegemônicas, foram marginalizadas e expulsas do Parque, e o espaço permaneceu incompleto. Todos esses movimentos refletem a natureza persistente das heterotopias, que não podem ser simplesmente eliminadas ou silenciadas, constituindo partes intrínsecas ao tecido social e espacial, demonstrando que as tentativas de reprimir ou erradicar esses espaços "outros" não resolvem os problemas subjacentes que eles representam.

Essa fotografia, portanto, não representa apenas uma imagem estática de um espaço-tempo específico, mas também a composição histórica das camadas complexas desse lugar, desafiando interpretações simples, soluções definitivas e tentativas de imposições hegemônicas. Portanto, ao capturarmos a contradição entre as placas, o espaço inacabado, o anúncio de uma obra planejada pela prefeitura e um mural artístico, percebemos tramas de poder e contradições que compõem os aspectos heterotópicos desse espaço. Por um lado, temos a promessa de renovação e progresso representada pela placa da prefeitura, simbolizando a suposta governabilidade sobre o espaço e o futuro. Por outro, o mural, que poderia ser interpretado como uma celebração da cultura e do passado, representa um contraponto à narrativa oficial, oferecendo uma visão

alternativa que reverencia a história, a arte e resistência que persiste nesse espaço. Essas camadas, sobrepostas e em disputa, visíveis na fotografia, representam espaço de tensão e disputa, remetendo a uma manifestação heterotópica em si, ou seja, um lugar de múltiplas possibilidades e significados que coexistem e se sobrepõem de maneira complexa e contraditória. Percebemos, nesse panorama, a resistência frente a uma narrativa unidimensional e, por vezes, utópica de progresso e de desenvolvimento urbano proposta pela municipalidade.

Todos os movimentos mencionados neste capítulo, da criação do Parque e do estabelecimento das dependências do zelador até a demolição de um Colégio com notável importância histórica para a capital mineira, sugerem diversas alternativas às estruturas de poder que permeiam a administração dos espaços do Parque Municipal. Esses movimentos, associados a inúmeras manifestações heterotópicas, indicam que as contracondutas e os desvios sociais representam, de fato, formas micropolíticas de resistência contra práticas hegemônicas de imposição. As diferentes formas de apropriação do espaço, ao longo do último século, ressaltam um território transgressor e dinâmico, onde ocorrem movimentos e interações que divergem das normas previamente estabelecidas.

Essas dinâmicas remetem às heterotopias propostas por Foucault (2013), enquanto espaços reais que existem fora de todos os outros, demonstrando as contraposições ou as alternativas ao espaço supostamente ordenado pela sociedade. O Parque Municipal e, em especial, o espaço estudado neste capítulo podem ser observados, portanto, como espaços eminentemente heterotópicos, onde ocorrem interações que desafiam e subvertem as diversas formas habituais e hegemônicas de controle e de uso do local, transformando-o em um local de subversões e diversidades. São as “*táticas*”, os vestígios, os rastros, as pistas das heterotopias urbanas que demarcam reações às “*estratégias*” de controle governamental, dinamizando as práticas sociais presentes na tríade “*concebido-percebido-vivido*”.

5 CONCLUSÕES

O último capítulo desta tese não apenas propõe conclusões, mas também serve como novos pontos de partida. Todas as nossas conclusões podem constituir o início de novas jornadas científicas. Este capítulo é estruturado de maneira a transformar os nossos resultados em alicerces para futuras explorações. Nesse sentido, desde já, propomos um convite à reflexão e aos questionamentos aqui apresentados. A nossa intenção é estimular os leitores a não apenas absorver as informações e conclusões aqui descritas, mas também a engajar-se ativamente no processo de pensamento crítico, em especial, no âmbito dos estudos organizacionais.

Esta tese se situa no campo dos Estudos Organizacionais e se propôs a analisar um objeto de estudo pouco convencional — um parque urbano público e, em especial, um espaço social complexo dentro de sua estrutura. Essa escolha representa um desvio dos temas tradicionalmente abordados no *mainstream* do saber administrativo, que geralmente se concentra em grandes organizações ou em modelos de gestão. Dessa forma, o estudo se posiciona às margens do conhecimento hegemônico, que frequentemente negligencia mudanças sociais significativas e, por vezes, subestima a diversidade e complexidade das formas organizacionais. Essas se manifestam de maneiras variadas ao longo do tempo e do espaço, moldadas por modelos de compreensão influenciados por saberes dominantes.

Quando nos debruçamos sobre os processos de produção e organização dos espaços sociais, deparamo-nos com a compreensão sobre a produção coletiva e subjetiva do mundo no qual estamos inseridos. Essa compreensão, por sua vez, coloca em perspectiva as relações sociais que não apenas produzem, mas (re)constroem espaços. Esse processo, compreendido por meio das dimensões “*concebido-percebido-vivido*”, pode ser relacionado à noção de heterotopias ao abordar os espaços que, de algum modo, subvertem a ordem estabelecida.

As heterotopias representam os espaços que, de alguma forma, subvertem as classificações previamente estabelecidas (o “*concebido*”). Ali não cabem as normas que foram ditadas por um controle social; pelo contrário, as instabilidades da esfera social são iluminadas (o “*percebido*” e o “*vivido*”). Teóricos sociais, geógrafos e estudiosos das organizações já encontram potencial nesse conceito, valendo-se da possibilidade que ele dispõe de ultrapassar os limites analíticos impostos pelo campo da Geografia, além de permitir leituras sobre a lógica de ordenamento espacial.

Conforme estudamos, e alinhados à tese proposta, o planejamento urbano pode ser observado a partir do conjunto de manifestações heterotópicas que constantemente configuram e sobrepõem camadas na realidade física e social dos espaços sociais. As inúmeras transformações ocorridas na tríade “concebido-percebido-vivido”, em meio às reações diante das “estratégias” e “táticas” apresentadas pelos indivíduos e organizações, corroboram a existência de tensões entre os diferentes interesses e forças em um mesmo lugar (políticos, econômicos e sociais). O Parque não apenas reflete as relações de poder e as repercussões das políticas públicas ali impostas, mas também possibilita as subversões e um processo contínuo de reconfiguração. Nesse panorama, propusemos e adotamos uma analítica para a apreensão das diversas possibilidades heterotópicas que se manifestam no tecido do espaço social estudado, conforme relembramos a seguir.

Figura 82: A representação das categorias que compõem a analítica adotada para a apreensão das possibilidades heterotópicas



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Lefebvre (1974), De Certeau (1994) e Foucault (2013).

O Parque Municipal, inaugurado em 26 de setembro de 1897, foi aberto ao público três meses antes do estabelecimento da nova capital de Minas Gerais. Originalmente, ele foi projetado para ser um refúgio de lazer e qualidade de vida para os belo-horizontinos, ocupando uma vasta área de aproximadamente seiscentos mil metros quadrados, tamanho reajustado para metas mais realistas devido à indisponibilidade de recursos. A continuidade desse projeto foi, por diversas vezes, interrompida, e, ao longo de um século, o Parque sofreu várias mudanças, distanciando-

se muito do plano “concebido”, incluindo a diminuição significativa de seu tamanho. Atualmente, com cerca de cento e oitenta mil metros quadrados, também conta com um perfil distinto de seus visitantes, que atualmente são em sua maioria da classe popular. Todas essas transformações, com repercussões nos planos “percebido” e “vivido”, estão intimamente relacionadas ao desenvolvimento e à evolução da cidade.

Os sucessivos desmembramentos da área original do Parque, ao longo dos anos, em um panorama neoliberalista, contrastam fortemente com a visão “concebida” da Comissão Construtora, que aspirava edificar, na capital mineira, o maior parque das Américas. Isso reflete a dinâmica de desenvolvimento e de transformação da cidade. Apesar da ocorrência de “táticas” que tornavam o Parque um espaço real, prevaleceu a tendência de “estratégias” de desenvolvimento urbano em que o novo substitui o velho rapidamente. Nesse panorama, o passado parece ter sido esquecido em favor de uma adesão ao futuro e à modernidade.

O Parque, enquanto um espaço físico concreto, ganha vida e significado por meio das narrativas e das interpretações que dele fazemos. Ele não é apenas um local real, mas também uma construção conceitual, adquirindo, ao longo da história, sentidos e percepções diversas para a população. Nesse sentido, e tal como fizemos nesta tese, partimos das paisagens não apenas em sua forma física, mas em sua totalidade significativa, ou seja, na maneira como elas interagem e se relacionam com os indivíduos. Disso, pudemos analisar os seus espaços na sua materialidade e nas experiências humanas, nas memórias e nas interações que ali acontecem. Tal como explorado por Lefebvre (1974), ao estudar o cotidiano de um espaço social, como o Parque, destacamos dimensões do espaço que poderiam ser ignoradas ou consideradas como insignificantes. As manifestações heterotópicas analisadas funcionaram de alicerce analítico para a construção de todo o trabalho, revelando o extraordinário daquilo que poderia ser entendido enquanto ordinário.

Como explorado por De Certeau (1994), e corroborado nos estudos de Barros e Carrieri (2015), o estudo do cotidiano de um espaço social, entendendo-o como um verdadeiro campo analítico, enfatiza as possibilidades criativas e as maneiras como os indivíduos se apropriam da realidade em suas experiências. As ações dos indivíduos atribuem significados a um lugar, convertendo-o em um espaço social complexo e multifacetado. O Parque representa uma construção histórica, como um produto da sociedade. Ele emerge e se configura a partir das interações entre as ações dos indivíduos, em constante diálogo e trocas com o ambiente do qual fazem parte. E foi esse o ponto de partida adotado nesta tese, ao perceber o Parque como um espaço

heterogêneo afetado pelos lugares que nele emergem. É um local que transcende a sua descrição objetiva, um que ganha significados por meio das distintas condições em particulares espaços-tempo, revelando-se enquanto um espaço social historicamente relevante.

Os espaços heterotópicos nos confrontam com as diversas complexidades que desafiam as formas de comportamento social e organizacional. Esta tese oportuniza uma reflexão sobre como as contracondutas, em um contexto organizacional, podem ser exploradas. O ato de (re)pensar as práticas, individuais e organizacionais, nesse campo de estudos, permite-nos reavaliar e questionar as formas estabelecidas de conhecimento que, até recentemente, permaneciam incontestáveis ou pouco examinadas nas análises dos fenômenos organizacionais. Ao estudar as manifestações heterotópicas, esta tese buscou oferecer, a partir de importantes autores do campo das Ciências Sociais Aplicadas, pistas sobre como os indivíduos, grupos e formas de uso dos espaços se posicionam contra as estruturas impostas, contribuindo para um entendimento mais profundo da construção social de um lugar. Essa compreensão ainda apresenta implicações para a formulação de políticas públicas que remetam ao nexo contraditório entre o tradicional e o moderno, considerando as possibilidades de se reconhecer a importância das resistências em diferentes contextos.

Nesta tese, propusemos-nos a analisar as possibilidades heterotópicas que emergem na história do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, com ênfase nas transformações do espaço originalmente utilizado pela moradia do zelador. Esse espaço, após passar por diversas transformações, ainda se encontra inacabado. Essa problemática guiou a pesquisa e se direcionou a partir dos objetivos traçados, quais sejam, o de entender o percurso histórico do Parque Municipal, da sua concepção à atualidade, o de apreender e analisar como se organizam as possibilidades heterotópicas que emergem na transformação do espaço inicialmente ocupado pelo zelador do Parque, e, por fim, o de evidenciar alguns dos elementos e processos que possibilitam a constante (re)organização do Parque e de seus mecanismos de governo.

Ao optarmos pela abordagem arqueo-genealógica e analítica foucaultiana como o principal aporte teórico-metodológico para a tese, utilizando os princípios explorados por Foucault (2013), além do aporte teórico de Lefebvre (1974) e o de De Certeau (1994), observando-os e utilizando-os enquanto categorias analíticas, defendemos a noção de que momentos decisivos, conflitos, confrontos e resistências, ao longo da história, emergem a partir dos discursos e formam um conjunto de proposições. Essas proposições diferem de regras e teoremas, podendo ser compreendidas a partir dos elementos e discursos que moldam as sociedades e que se

fizeram presentes no *corpus* constituído. Esses elementos, reunidos em um Arquivo, serviram de pontos de partida para análises e para a formação de conjuntos específicos de conhecimentos, distantes de saberes universais e totalizantes.

Em relação ao primeiro objetivo delineado para esta tese, analisamos, com detalhes, a evolução histórica do Parque Municipal, desde sua idealização inicial até a sua configuração contemporânea, por meio das suas diversas fases e transformações ao longo do tempo. De forma geral, evidenciamos que o processo histórico de constituição dos parques urbanos desempenhou um papel crucial na evolução das civilizações e na função dos espaços públicos, influenciando a definição de novas perspectivas urbanas em um contexto de modernização. Conforme as cidades se transformavam em epicentros da vida social contemporânea, a demanda por espaços verdes urbanos aumentou de forma significativa.

Ao longo de sua história, o Parque sofreu várias alterações em sua estrutura física. A área que originalmente fora designada para o Parque acabou sendo bastante dividida, resultando em quatorze partes distintas. Atualmente, a extensão do Parque representa cerca de um terço do tamanho que foi planejado inicialmente. Apesar dessa diminuição significativa, o local continua sendo um ponto de visitação frequente para a população. O Parque pode ser compreendido enquanto um símbolo vivo da capital mineira, que reflete diferentes épocas e anseios. Cada elemento desse espaço heterogêneo, desde a sua disposição até as múltiplas formas de uso, conta uma história sobre o período em que foi concebido, revelando preferências, valores, e, em especial para esta tese, manifestações heterotópicas que desafiavam o imposto.

O Parque não se materializou conforme planejado. As construções previstas não foram efetivadas ou, em alguns casos, acabaram sendo destruídas. O projeto inicial difere significativamente do que percebemos atualmente. No entanto, como exploramos neste trabalho, isso não diminuiu sua relevância. Pelo contrário, o Parque mantém um valor histórico e cultural notável, tendo se tornado, com o passar do tempo, um local significativo para a comunidade de Belo Horizonte. Apesar de seu desenvolvimento ter divergido do plano original, o Parque emergiu como uma heterotopia dentro da malha urbana de Belo Horizonte. Ele se tornou um espaço com múltiplos significados e formas de uso diferenciadas, refletindo a complexa evolução histórica e cultural da cidade. Enquanto suas mudanças físicas e funcionais corroboram os desvios dos ideais concebidos, elas também ilustram a adaptação e a redefinição do espaço pelo povo, como um contraponto à estrutura e à lógica ordinária dos centros urbanos.

Em relação ao segundo objetivo, procuramos examinar a forma como surgem e se estruturam as manifestações heterotópicas no espaço que era originalmente ocupado pelo zelador do Parque, especialmente no contexto de sua transformação. Baseando-nos nas características apreendidas no *corpus* documental constituído para nossa pesquisa, aprofundamo-nos em um debate detalhado sobre os elementos heterotópicos que permeiam a história desse espaço dentro do Parque. Delineamos a nossa análise a partir de uma analítica que considerou os seis princípios fundamentais para explorar o conceito de heterotopias, além da identificação das “estratégias” e “táticas” que, em conjunto, provocam modificações na tríade “concebido-percebido-vivido”.

O percurso histórico do espaço inicialmente utilizado pelo zelador do Parque remete ao primeiro princípio discutido pelo filósofo, que considera que todas as sociedades criam suas próprias heterotopias. Essas heterotopias assumem formas variadas no tempo, não sendo constantes. A partir das informações constantes em nosso Arquivo, percebemos quatro principais usos e arranjos desse local, quais sejam, como residência do zelador, pela ocupação dos alunos da Escola Guignard, pela edificação do Colégio IMACO, e, finalmente, pela construção de um Espaço Multiuso. Essas variadas ocupações do espaço revelam possibilidades heterotópicas que, ao longo do tempo, adotaram formas diferentes. As transformações e camadas sobrepostas nesse espaço, ao longo do tempo, refletem a natureza dinâmica das manifestações heterotópicas. As últimas décadas apontam para diferentes manifestações, alinhando-se com a ideia de que esses espaços são formados e constantemente configurados pelas práticas sociais, não estando vinculados a uma única forma ou função nos diferentes espaços-tempo. Os indivíduos que fizeram parte deste espaço, adolescentes e alunos, na maior parte, ultrapassavam barreiras e buscavam por abordagens inovadoras no que tange à educação, constituindo esforços para sobrepor uma nova camada espacial, expandindo o conceito do ambiente educacional, tornando-o mais dinâmico, flexível e condizente com as necessidades da época.

Em relação ao segundo princípio, Foucault (2013) explora a justaposição dos espaços, como um processo dinâmico no qual percebemos a diluição ou o desaparecimento de heterotopias que já haviam sido estabelecidas, ou, então, a criação daquelas que ainda não se faziam presentes. A construção do Colégio nas dependências do Parque nos revela a natureza efêmera e adaptável dos espaços ocupados pelos indivíduos. No contexto do Parque, as diferentes formas de uso desse espaço — seja como dependências do zelador, escola, ou para outros fins — teve

finalidades variadas e respondeu a diferentes demandas ao longo do tempo, demonstrando a capacidade de reorganizar estados existentes e de modificar o seu *modus operandi*. A casa do zelador, o uso pelos alunos de Guignard, a construção e a demolição do IMACO e o início da construção de um “Espaço Multiuso” exemplificam heterotopias que questionam e ampliam as concepções convencionais, adicionando camadas de significados e funções, contraditórias ou não completamente resolvidas.

No que concerne ao Colégio, ainda na sua edificação, percebemos o movimento de adaptação a um contexto nacional mais moderno e industrial. Nesse contexto, a educação técnica atendia às necessidades do mercado de trabalho urbano. A instituição simbolizava a sobreposição de espaços físicos e mentais que se afastam das normas e convenções dominantes, marcando uma mudança significativa naquele espaço-tempo. O Colégio não só oferecia um ensino alinhado com as exigências urbanas contemporâneas, mas também seria estabelecido enquanto um local composto por múltiplas heterotopias, nas quais os modelos educacionais tradicionais eram questionados. Nesse panorama, os alunos rompiam, sob as mais diversas formas, com as restrições dos métodos convencionais. Assim, a história do Colégio não só respondia às demandas modernas do período, mas também se configurava como espaço favorável à experimentação e à redefinição de padrões educacionais. A expressividade da instituição para a cidade e os consequentes desafios na administração do Parque culminaram na interferência do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), além de diversos outros agentes que, de certa forma, contribuíram para a sua marginalização e para a sua retirada do Parque.

Sobre o terceiro princípio, Foucault (2013) faz referência às heterocronias, as quais representam um espaço onde o tempo é percebido, experimentado ou organizado de maneira diferente da norma social. As heterocronias desafiam ou subvertem a experiência convencional do tempo, criando ilhas temporais dentro do tecido social e espacial convencional. Esses locais permitem experiências temporais que são atípicas, condensadas, ou de alguma forma deslocadas do fluxo contínuo do tempo cotidiano. Nesse panorama, evidenciamos manifestações de indivíduos, como alunos e adolescentes, que, por vezes, eram considerados fora da norma; em outros momentos, passaram a ter oportunidade de contar as próprias narrativas do Parque, revelando que essas memórias se entrelaçam com o presente de uma maneira não sequencial. Por meio de suas vivências e depoimentos, essas manifestações conseguem representar diferentes épocas dentro do mesmo espaço físico do Parque. Essas histórias são compostas por várias camadas

temporais, as heterocronias, que conferem ao local diversos significados, variando conforme o indivíduo e as lembranças que ele traz consigo.

O percurso histórico desse espaço também remete à noção de um local em constante mudança, sempre em busca de uma suposta modernidade inalcançável e sob a influência da administração municipal. Os diferentes anseios em torno de um mesmo espaço refletem o desejo contínuo de modernização, e, a partir disso, as mudanças físicas iniciadas criam um ambiente dinâmico onde diferentes épocas e experiências coexistem (o antigo *versus* o novo). Diferentes períodos temporais e memórias estão imbricados no mesmo espaço, apesar das transformações físicas, ainda inacabadas, em busca da modernidade. A obra do “Espaço Multiuso” simboliza não apenas uma busca física por renovação e modernidade, mas também sobreposição de camada permeada por memórias e experiências humanas.

Em relação ao quarto princípio trabalho por Foucault (2013), retomamos as manifestações vinculadas a momentos de passagem, de mudança e de natureza transitória. Observamos manifestações que preenchem a configuração de espaços e períodos breves, dinamizando as relações que ali se estabelecem. O Colégio, antes um símbolo de educação formal e de importância histórica, dá lugar ao novo espaço multiuso, que se destaca pelos discursos focados em adaptabilidade, multifuncionalidade e uma visão mais inclusiva de educação e acesso cultural. Assim, observa-se um esforço para redefinir os significados e objetivos desse local. Esse espaço, em diversas passagens, demonstra a transição entre a tradição e o progresso, um encontro e interação no mesmo espaço-tempo, frequentemente marcados por conflitos ou contradições. Esse movimento também demonstra uma dinâmica de poder na qual as necessidades e o legado da comunidade podem ser ofuscados por novas visões urbanísticas e políticas.

O quinto princípio discutido por Foucault (2013) trata das heterotopias que possuem sistemas e normas específicas para regular sua acessibilidade e isolamento, um processo que as distingue do espaço ao redor. Em relação a esse princípio, percebemos relações com as medidas estabelecidas no Termo de Ajuste de Conduta, as quais incluíam a intensificação da vigilância no perímetro do Colégio, o reforço na verificação de identificação nas entradas do Parque pelos vigilantes, a expansão do quadro de seguranças, as sugestões de melhorias estruturais no edifício escolar e o encaminhamento de situações críticas ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente e à Delegacia de Polícia. Essas ações apontam para uma formalização da vigilância, atuando como um mecanismo de controle e regulamentação do espaço.

Nesse caso, a vigilância constante e a limitação do acesso são dispositivos disciplinares que almejam prevenir comportamentos inadequados, criando um cenário de suposto controle pela administração do Parque. A obrigatoriedade de identificação atua na classificação, e o maior acompanhamento dos frequentadores representa formas disciplinares dentro de um sistema panóptico, em que o conhecimento sobre os indivíduos é utilizado para impor autoridade sobre eles. Essas manifestações reforçam a noção de controle sobre quem pode ou não acessar o espaço. A imposição de sistemas mais rigorosos de identificação e de monitoramento intensificado não representa apenas práticas de segurança, mas também as heterotopias, nas quais o acesso e a utilização dos espaços são estritamente definidos e controlados. Isso reforça as fronteiras entre o dentro e o fora, o permitido e o proibido, o observado e o não observado, criando um espaço que é simultaneamente inclusivo para alguns e exclusivo para outros, onde o poder e a autoridade são manifestados e exercidos de forma mais significativa.

O sexto princípio trabalhado por Foucault (2013) se concentra em heterotopias com funções diferentes dos espaços convencionais, criando uma realidade alternativa que se distingue do que é comumente aceito ou normativo. A propositura da Ação Popular, que visava à preservação de um local histórico, demonstra uma iniciativa que procurava proteger um espaço que não apenas refletia a memória coletiva do lugar, mas também que era ativamente mantido e usado de formas que podem confrontar aqueles que ameaçavam sua existência. Esse empenho reflete o desejo de manter a singularidade e a organização interna do espaço, que, embora possa parecer uma extensão dos espaços comuns ao redor, na essência, proporciona uma experiência e uma ligação com o passado distintas daquelas encontradas em áreas modernizadas.

A obra paralisada do “Espaço Multiuso” também remete a esse princípio, pois se refere a um contraste ilusório com a realidade circundante. O que os tapumes escondem no Parque é um espaço de potencial não realizado e de organização ineficaz, devido à paralisação da obra, por diversas razões, e ao desvio do plano original. Nesse contexto, as manifestações heterotópicas sugerem um espaço destinado a ser um projeto em andamento, mas que agora assume um papel diferente. Em vez de ser um local de atividade constante e progresso, transformou-se em um espaço esquecido, inacabado. Enquanto os espaços próximos continuam a ser utilizados conforme o planejado, a construção parada destoa física e funcionalmente do ambiente idealizado. Assim, embora possa parecer integrado ao tecido urbano, na realidade, representa um espaço outro, distinto, como a concretização complexa de uma visão arquitetônica.

Em relação ao terceiro objetivo, analisamos, no todo, como diversos fatores contribuem para a contínua reestruturação do Parque. Todas as manifestações analisadas confirmam que o Parque é um espaço onde diferentes realidades e temporalidades se sobrepõem e interagem. Percebemos que a história do Parque, e do espaço analisado, preenche-se por um contínuo processo não linear e não uniforme, marcado por conflitos, adaptações e transformações. Dessa forma, temos um Parque que é apreendido para muito além do seu espaço físico, mas também por meio das diversas narrativas sociais, culturais e históricas, que se desenrolam, refletindo e influenciando a vida urbana e a sociedade ao seu redor.

As diversas manifestações analisadas na tese, desde a fundação do Parque e a instalação das dependências do zelador até a demolição de um Colégio de grande relevância histórica em Belo Horizonte, apontam para variadas “estratégias” inerentes às estruturas de poder na gestão do Parque Municipal. Essas heterotopias demonstram que as “táticas”, as contracondutas e os desvios sociais atuam como formas micropolíticas de resistência às práticas dominantes de controle. As distintas maneiras de se apropriar do espaço, ao longo das últimas décadas, destacam a natureza transgressora e mutável do lugar, marcado por movimentos e interações que se opõem às normas previamente definidas.

Portanto, esta tese cumpre o objetivo de analisar, no contexto da história do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, as diversas transformações ocorridas no espaço originalmente ocupado pelo zelador, evidenciando as diversas possibilidades heterotópicas que preenchem o local. Ao examinar os diferentes espaços-tempo, esta pesquisa revela como diferentes estratégias de administração e de controle influenciam a criação e a evolução de espaços heterotópicos, destacando o movimento dinâmico entre as dimensões “concebido-percebido-vivido”. Além disso, demonstra como o Parque, sob várias gestões, responde a mudanças políticas, sociais e culturais. Assim, esta tese ultrapassa a história física do Parque, considerando também a sua evolução enquanto um lócus de práticas heterotópicas, as quais são produzidas nos estilos de governança e nas significações desse espaço urbano.

A análise das manifestações heterotópicas corrobora a pertinência das abordagens e das perspectivas que, no âmbito dos estudos organizacionais, muitas vezes, são marginalizadas pelo *mainstream*. Esta pesquisa não apenas ilumina aspectos subestimados, mas também contribuiu significativamente para o campo da Administração ao estudar aspectos que desafiam o hegemonicamente imposto nas instituições, corroborando a utilização de métodos e ideias alternativas ao pensamento dominante. Ao fazer isso, expandimos os horizontes dos

conhecimentos da Administração, propondo novas maneiras de apreender e aplicar teorias e práticas. Essa contribuição, conforme apontado por Johnson (2013) e Gandy (2012), é particularmente valiosa, pois enriquece o diálogo entre método e objeto, estimulando e difundindo conceitos que, embora não convencionais, são igualmente relevantes e transformadores.

Ao desafiar o pensamento predominante no *mainstream*, analisando práticas subversivas de uma instituição, estamos efetivamente unindo a práxis entre teoria e prática. Essa abordagem não só enriquece o entendimento teórico, mas ultrapassa a maneira como essas teorias são aplicadas no âmbito administrativo. Tal como explorado por Defert (2013), o estudo das heterotopias possibilita uma reflexão crítica sobre como as normas existentes podem ser desafiadas, revelando as limitações e as falhas dos sistemas convencionais. Ao explorar esses espaços outros, somos impulsionados a questionar determinados padrões e a considerar perspectivas alternativas, desviantes da suposta normalidade. Essa abordagem crítica é essencial para fomentar a inovação e a mudança, pois, ao analisar as contradições e as complexas relações que preenchem as organizações, podemos desenvolver formas e práticas mais flexíveis.

Confirmando a distância desta tese dos estudos convencionais, reafirmamos o compromisso em contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos e expandir a compreensão sobre o que significa administrar. Tal como proposto por Carrieri (2014), ao explorar as particularidades da vida social organizada, corroboramos que a Administração vai além do simples gerenciamento do capital, abarcando as diversas formas e subjetividades que compõem as histórias das organizações. As reflexões aqui propostas, em consonância com os estudos de Martins, Corrêa e Carrieri (2023), Martins (2021) e Carrieri e Correia (2020), confirmam a relevância dos processos sociais e organizacionais focados nos contextos locais e particulares, demonstrando, também, as práticas sociais variadas, plurais e complexas, tal como as manifestações heterotópicas.

E, inspirados em Deleuze e Guattari (1996), ao explorarem a literatura menor, nossa pesquisa também contribui para a expansão das perspectivas dentro e sobre a Administração, propondo uma abordagem que se distancia das forças funcionalistas e utilitaristas. O estudo de lugares outros, desviantes, demonstram uma forma de gerir em meio a um panorama complexo, ambíguo e contraditório, aspectos que caracterizam as nossas vidas. A pesquisa científica, no campo das Ciências Sociais Aplicadas, tal como a da Administração, deve se referenciar na

realidade. O que caracteriza este estudo, quando comparado a uma investigação essencialmente utilitarista, é que ele não pressupõe a existência de uma realidade predefinida. Ele não se limita à visão de que a gestão organizacional se baseia exclusivamente na busca incessante por lucros. Ele reconhece e valoriza as abordagens que analisam a realidade, as dinâmicas das práticas, as significações culturais e identitárias que os sujeitos dão a si e às instituições, e as relações que se estabelecem nessa inserção do sujeito nos espaços sociais, as quais, em conjunto, formam um todo complexo permeado por manifestações heterotópicas.

Portanto, após analisar o percurso histórico do Parque Municipal, e, em especial, uma área do seu interior que foi continuamente sobreposta por camadas, entendemos pela relevância de se desenvolver trajetos e métodos experimentais alternativos para lidar com as expectativas e anseios dominantes, os quais exercem influência significativa na vida dos indivíduos. O conceito de heterotopia, assim, possibilita-nos refletir sobre a realidade do espaço social formado por aqueles que moldaram a história do Parque, considerando a representação dos locais que emergem das interações na sociedade. Além disso, corroborando as considerações de Hernández e Marques (2022), conseguimos contribuir para a maior receptividade sobre o que é diferente e sobre como criamos oportunidades para descortinar novos espaços e relações que emergem da intersecção entre as diversas práticas diárias. O campo de pesquisa analisado transcende o espaço físico de interação com as pessoas e os seus ambientes imediatos, abordando também a dimensão heterotópica que ultrapassa os limites espaciais do estudo.

Distanciando-se de uma possível visão generalista, a nossa pesquisa estudou um parque urbano público e, mais especificamente, um espaço dentro dele, e, por isso, propomos a ampliação do estudo para incluir outros parques e seus percursos históricos e heterotópicos, da capital mineira ou de outras regiões do país. Também sugerimos, no âmbito dos Estudos Organizacionais, novas pesquisas que relacionem a gestão desses espaços multifacetados, e como ela acontece em meio a mecanismos que subvertem a ordem estabelecida, explorando suas particularidades numa narrativa não linear. Além disso, há espaço para aprofundar a própria gestão desses parques, um assunto ainda pouco explorado na área, conforme explorado por Santos, Nascimento e Regis (2019) e Santos *et al.* (2023), mas que pode gerar discussões significativas no campo da Administração. Todas essas possibilidades poderiam tratar, com profundidade, a dinâmica de produção, os seus entraves e suas dificuldades, assim como as possibilidades vivenciadas nessas experiências de produção.

Por fim, acreditamos que conseguimos concluir o que nos propomos, ou seja, analisar e verificar que possibilidades heterotópicas estão imbricadas às transformações ocorridas ao longo da história do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, em especial, aquelas perceptíveis no local originalmente ocupado pelo seu zelador, em meio às reconfigurações dos mecanismos de governo vigentes e aos desvios diante das malhas do poder que compõem esse lugar.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. R. C. **Sob(re) a lona: o circo como patrimônio cultural material?** 2018. 313 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.
- AKINRULI, L. C. M. C. A cultura fotográfica e os circuitos sociais da fotografia na capital de Minas Gerais (1893-1939): Para uma cartografia da cidade moderna. **Enfoques**, v. 17, n. 1, p. 33-51, 2020.
- ALVAREZ, M. C. Michel Foucault e a Sociologia: aproximações e tensões. **Estudos de Sociologia**, v. 20, n. 38, 2015.
- AMORIM, H. M. Parque municipal de Belo Horizonte: reestruturação e valorização. **Revista Arquitetura Engenharia**. Belo Horizonte, ano 44, n. 167, p. 17-27, jan./fev. 1993.
- ANDRADE, A. A. **A presença feminina na escolinha do Parque**: trajetória de vida de ex-alunas de Guignard. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. 2008.
- ANGOTTI-SALGUEIRO, H. Revisando Haussmann. Os limites da comparação. A cidade, a arquitetura, os espaços verdes. O caso de Belo Horizonte. **Revista USP**, São Paulo, n. 26, p. 195-205, 1995.
- AQUINO, J. G.; VAL, G. M. Uma ideia de arquivo: contributos para a pesquisa educacional. **Pedagogía y Saberes**, n. 49, p. 41-53, 2018.
- AQUINO, MAGNO GERALDO DE. Noções de sujeito e poder em leituras foucaultianas e sua influência nos estudos de organizações e gestão de pessoas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 17, p. 448-459, 2019.
- ARRUDA, R. P. Belo Horizonte e La Plata: cidades-capitais da modernidade latino-americana no final do século XIX. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 1, p. 85-113, 2012.
- ÁVILA, Cristina. Guignard, as gerações pós-Guignard e a consolidação da modernidade. **RIBEIRO, Marília Andrés; SILVA, Fernando Pedro da. Um século de história das artes plásticas em Belo Horizonte. Belo Horizonte: C/Arte**, p. 168-240, 1997.
- AZEREDO, V. D. Arqueologia do saber em Foucault: entre o a priori de Kant e a hierarquia de valores de Nietzsche: Archeology of the knowledge in Foucault: between the a priori of Kant and the hierarchy of values in Nietzsche. **Modernos & Contemporâneos-International Journal of Philosophy**, v. 5, n. 12, 2021.
- BAHIA, C. L. M. Belo Horizonte: uma cidade para a modernidade mineira. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 12, n. 13, p. 185-200, 2005.
- BARBOSA, T. P. **Identidade sociedade-espaço**: transformação e permanência na avenida Afonso Pena. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais 2022.

- BARBOSA, T. P. **Identidade sociedade-espaço**: transformação e permanência na avenida Afonso Pena. 2022. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil.
- BARONI, P. Sobreviver, esperar, vagalumar. **Revista Vagalumar**, v. 1, n. 1, p. 65-74, 2021.
- BARRETO, A. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro. 1996.
- BARROS, A.; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, p. 151-161, 2015.
- BARROS, G. A; FORTES, R. “A grande revista de Minas para todo o Brasil”: o lançamento de Alterosa e a repercussão na imprensa belo-horizontina. **Lumina**, v. 15, n. 3, p. 185-201, 2021.
- BAZZICALUPO, L. Biopolítica: um mapa conceitual. Tradução de Luisa Rabolini. **Unisinos**, 2017.
- BELO HORIZONTE (Município). Decreto nº 1.011, de 16 de outubro de 1962. **Dá O Nome de "Amintas de Barros" Ao Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis e Aprova Seu Regime Interno**. Belo Horizonte, MG, Disponível em: <http://leismunicipa.is/mkgbd>. Acesso em: 17 jun. 2023.
- BELO HORIZONTE (Município). Decreto nº 1.687, de 07 de novembro de 1968. **Dá A Denominação de Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Belo Horizonte - Famce - À Autarquia Municipal Criada Pela Lei Nº 1482/1968, e Fixa As Diretrizes Para Sua Estruturação**. Belo Horizonte, MG, Disponível em: <http://leismunicipa.is/hdkma>. Acesso em: 17 jun. 2023.
- BELO HORIZONTE (Município). Decreto nº 1.753, de 12 de fevereiro de 1969. **Transfere Bens do Imaco Para A Faculdade de Ciências Econômicas de Belo Horizonte (Famce)**. Belo Horizonte, MG, Disponível em: <http://leismunicipa.is/hbmke> Acesso em: 17 jun. 2023.
- BELO HORIZONTE (Município). Decreto nº 1.805, de 15 de outubro de 1969. **Aprova Os Regimentos Internos do Colégio Municipal de Belo Horizonte e do Colégio Comercial do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis - Imaco**. Belo Horizonte, MG, Disponível em: <http://leismunicipa.is/cmkeh>. Acesso em: 17 jun. 2023.
- BELO HORIZONTE (Município). Decreto nº 12.869, de 10 de outubro de 2007. **Declaração de Utilidade Pública, Para Fins de Desapropriação, Imóveis na 4ª Seção Urbana, Nesta Capital**. Belo Horizonte, MG, Disponível em: <http://leismunicipa.is/mjlbe>. Acesso em: 17 jun. 2023
- BELO HORIZONTE (Município). Decreto nº 151, de 29 de fevereiro de 1944. **Cria o Instituto de Belas Artes de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, MG, Disponível em: <http://leismunicipa.is/aihmj>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BELO HORIZONTE (Município). Decreto nº 323, de 23 de julho de 1954. **Dispõe Sobre O Regulamento da Escola Técnica de Comércio Municipal**. Belo Horizonte, MG, Disponível em: <http://leismunicipa.is/cakem>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BELO HORIZONTE (Município). Lei nº 1.482, de 29 de abril de 1968. **Transforma O Curso Superior do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis - Imaco - em Autarquia Municipal**. Belo Horizonte, MG, Disponível em: <http://leismunicipa.is/kgmba>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BELO HORIZONTE (Município). Lei nº 1.538, de 26 de setembro de 1968. **Proíbe Edificações na Área Reservada Ao Parque Municipal**. Belo Horizonte, MG, Disponível em: <http://leismunicipa.is/mcbkh>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BELO HORIZONTE (Município). Lei nº 371, de 01 de fevereiro de 1954. **Dispõe sobre a Criação da Escola Técnica Municipal de Comércio e Dá Outras Providências**. Belo Horizonte, MG, Disponível em: <http://leismunicipa.is/bdkem>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BELO HORIZONTE (Município). Lei nº 9.675, de 30 de dezembro de 2008. **Revoga A Lei Nº 1538/1968 Que "Proíbe Edificações na Área Reservada Ao Parque Municipal", e Dá Outras Providências**. Belo Horizonte, MG, Disponível em: <http://leismunicipa.is/hamlg>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BELO HORIZONTE (Município). Lei nº 903, de 14 de dezembro de 1961. **Transforma e Consolida As Leis Relativas Ao Ensino Técnico Ministrado Pela Prefeitura de Belo Horizonte e Dá Outras Providências**. Belo Horizonte, MG, Disponível em: <http://leismunicipa.is/abkmf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BELO HORIZONTE. ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Guia do Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2016. 244 p.

BELO HORIZONTE. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO - MHAB**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/museus/mhab>. Acesso em: 24 maio 2023.

BERNARDO, P; SHIMADA, N. E.; ICHIKAWA, E. Y. O formalismo e o "jeitinho" a partir da visão de estratégias e táticas de Michel de Certeau: apontamentos iniciais. **Revista Gestão & Conexões**, v. 4, n. 1, p. 45-67, 2015.

BOJUNGA, Cláudio. JK o artista do impossível. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 160.

BRASIL. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2006. 124 p.

BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. Corpo e cidade: coimplicações em processo. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 19, n. 1 e 2, p. 142-155, 2012.

BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21, p. 337-349, 2009.

BURRELL, G.; MORGAN, G. Assumptions about the nature of social science. **Sociological paradigms and organisational analysis**, v. 248, n. 1, p. 1-9, 1979.

BUSER, M. The production of space in metropolitan regions: A Lefebvrian analysis of governance and spatial change. **Planning Theory**, v. 11, n. 3, p. 279-298, 2012.

BUTLER, J. **Subjects of desire: hegelian reflections in twentieth-century France**. New York: Columbia University Press, 1987.

BUTLER, J. **The psychic life of power: theories in subjection**. Stanford: Stanford University Press, 1997.

CANDIDO, L. F. M. **Genealogia da Biopolítica: uma leitura da analítica do poder de Michel Foucault**. 2013. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 239 p.

CARDOSO, A. B.; CORREIA, G. F. A.; CARRIERI, A. P. A constituição e a difusão dos trabalhos femininos em vídeos pornô. **Diálogos Interdisciplinares**, v. 9, n. 2, p. 50-72, 2020.

CARDOSO, D. C. V. **Parque Municipal Américo Renné Giannetti: o papel do design em sua revitalização ambiental na década de 1990**. In: Histórias. Editora UEMG: 2022.

CARDOSO, S. L. et al. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, p. 74-90, 2015.

CARPENTER, K. B. The power of scenery: Frederick law Olmsted and the origin of national parks by Dennis Drabelle. **Southern California Quarterly**, v. 104, n. 2, p. 257-259, 2022.

CARRIERI, A. P.; CORREIA, G. F. A. Estudos organizacionais no Brasil: construindo acesso ou replicando exclusão? **Revista de Administração de Empresas**, v. 60, p. 59-63, 2020.

CARRIERI, A. P. As gestões e as sociedades. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 1, p. 19–57, 2014.

CARRIERI, A. P. et al. Estratégias subversivas de sobrevivência na “Feira Hippie” de Belo Horizonte. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 6, n. 2, p.174-192, 2010.

CARRIERI, A. P.; PERDIGÃO, D. A.; AGUIAR, A. R. C. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 49, p. 698-713, 2014.

CEDRO, M. A administração JK em Belo Horizonte e o diálogo com as artes plásticas e a memória: um laboratório para sua ação nos anos 1950 e 1960. **Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte**, v. 9, n. 14, p. 127-142, 2007.

CHAVES, A. P. N.; AQUINO, J. G. Rastros de uma heterotopia urbana: o caso do Parque Ibirapuera, SP. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 18, n. 4, p. 802-819, 2016.

CHIESURA, A. The role of urban parks for the sustainable city. **Landscape and urban planning**, v. 68, n. 1, p. 129-138, 2004.

COELHO, L. L. **Compensação ambiental: uma alternativa para viabilização de espaços livres públicos para lazer e convívio na cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. 2008.

COLBARI, A. *A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa*. Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional. Vitória: EDUFES, p. 241-272, 2014.

COLBARI, A. **A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa**. In: SOUZA, E. M. de (Org.). Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual. Dados eletrônicos. Vitória: EDUFES, 2014.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE (CVRD). *Parque Municipal, crônicas de um tempo*. Belo Horizonte, 1992.

COMPANHIA, VALE DO RIO DOCE (CVRD). Parque Municipal; crônica de um século. **Belo Horizonte: CVRD**. 1992.

COOK, T. **O conceito de fundo arquivístico**: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. 68 p. Tradução de: Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca.

COOPER-MARCUS, C.; FRANCIS, C. **People Places**: design guidelines for urban open space. New York: Van Nostrand Reinhold, 1990.

COOPER, R.; BURRELL, G. 7 Modernism, Postmodernism and Organizational Analysis. **For Robert Cooper: Collected Work**, v. 9, n. 1, p. 91-112, 2015.

CORREIA, G. F. A.; CARVALHO, A. C. P.; ORNELA, M. A. O estado atual do discurso em Michel Foucault e suas aplicações na administração. **Diálogos Interdisciplinares**, v. 8, n. 4, 20 jun. 2019.

CORREIA, G. F. A.; PEREIRA, H. G.; CARRIERI, A. P. “Ser um ambulante é necessidade que nós temos de trabalhar”: cotidiano e identificação de trabalhadores pipoqueiros de Belo Horizonte. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, p. 165-180, 2018.

CORREIA, T. B. Art déco e indústria: Brasil, décadas de 1930 e 1940. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 16, p. 47-104, 2008.

COSTA, T.; PEREZ, L. Morfodinâmica das dunas do bairro Boca Sur, zona litorânea da região do Biobío, Chile. **Sociedade & Natureza**, v. 26, p. 369-383, 2014.

CRANZ, G. **Changing roles of urban parks**: from pleasure garden to open space. SPUR newsletter calendar, report 386, 2000.

CRANZ, G. **The Politics of Park Design**: A History of Urban Parks in America. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts: London, England. 1982.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017.

DE CERTEAU, M; GIARD, L.; MAYOL, P. Arkipäivän kekseliäisyys. *Tekemisen tavat. Niin & Näin. Tampere*, 2013.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano I**: as artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEFERT, D. “Heterotopia”: tribulações de um conceito entre Veneza, Berlim e Los Angeles. In: FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

DEGOB, R.; PALASSI, M. P. Os sentidos da participação dos colaboradores nos projetos e ações sociais dos Correios do Estado do Espírito Santo. **Organizações & Sociedade**, v.16, p.265-286, 2009.

DEHAENE, M.; CAUTER, L. Heterotopia and the City. **Public space in a postcivil society**. p. 53-73, 2008.

DELEUZE, G. **A dobra: Leibniz e o barroco**. Trad. Luiz B. L. Orlandi. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.

DELEUZE, G. What is the creative act? In: **French theory in America**. Routledge, 2013.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Micropolítica e segmentaridade. In G. Deleuze, F. Guattari, **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo, SP: Editora 34. 1996.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka: por uma literatura menor**. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Lisboa: As-sírio & Alvim, 2002.

DEMETRI, F. D. Judith Butler: filósofa da vulnerabilidade. **Lugar Comum—Estudos de mídia, cultura e democracia**, n. 52, p. 175-187, 2018.

DIDI-HUBERMAN, G. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 119, 2011.

DOURADO, G. M. **Belle époque dos jardins**. São Paulo: SENAC, 2011.

DUPIN, L. V.; PEREIRA, E. De Minas às ruínas: o refazer da memória e da paisagem no pós-desastre de Brumadinho. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 17, 2022.

ERIKSSON, P.; KOVALAINEN, A. **Qualitative methods in business research: a practical guide to social research**. Sage, 2015.

ESPOSITO, R. Bios: biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010.

FAHEINA, E. F. A. O pensamento arqueológico de Michel Foucault sobre materialidade e referencial. **CONJECTURA: filosofia e educação**, n. 25, p. 1, 2020.

FARGE, A. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIAS, M. R. de. A formação do espaço da cidade de Belo Horizonte na narrativa memorialística beira-mar (1978) de Pedro Nava. **Revista Galo**, n. 2, p. 115–124, 25 out. 2020.

FARMAKI, A.; STERGIU, D. P.; CHRISTOU, P. Sharing economy: Peer-to-peer accommodation as a foucauldian heterotopia. **Tourism Review**, v. 76, n. 3, p. 570-578, 2021.

- FEIBER, S. D. Áreas verdes urbanas imagem e uso-o caso do passeio público de Curitiba-PR. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 8, 2004.
- FIGUEIREDO, M. D.; MARQUESAN, F. F. S. O que precisamos saber sobre o antropoceno? **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo. 307-309, 2020.
- FONSECA, M. **Foucault e o direito**. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- FONSECA, M. **Foucault e o direito**. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- FONSECA, M. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: Educ, 1995.
- FORNERO, G. **Genealogia do Poder**. In: ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 5ª ed. São Paulo: Martins fontes, 2007.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 1974.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins, 1999.
- FOUCAULT, M. *Histoire de la sexualité, I: la volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 211 p. 1976.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade, vontade de saber**. São Paulo: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2006.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2004.
- FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições. 2013.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. Tradução de Eduardo Brandão. Ed. Martins Fontes. São Paulo: 2008.
- FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: M. Foucault, **Microfísica do poder** (pp. 243-276). Rio de Janeiro: Graal.1995.
- FOUCAULT, M. **The Foucault effect: studies in governmentality**. University of Chicago Press, 1991.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. ed. Vozes, Petrópolis, R.J. 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramallete, v. 42, 1987.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Centro de Estudos Históricos e Culturais. 100 anos de modernidade: anuário da arquitetura de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, v.1: Políticas públicas. 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Centro de Estudos Históricos e Culturais. Gestão Municipal e o processo de organização do espaço urbano na cidade de Belo Horizonte (1894-1960)*: Belo Horizonte, 2004.

GABRICH, F. A.; SENA, M. E. S. Uso estratégico do Termo de Ajuste de Conduta para a prevenção de litígios judiciais. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 24, n. 132, p. 173-195, 2022.

GAIKWAD, A; SHINDE, K. Use of parks by older persons and perceived health benefits: A developing country context. **Cities**, v. 84, p. 134-142, 2019.

GALERA, I. *Os parques urbanos do século XIX em meio a cidade contemporânea: um estudo comparativo entre o Passeio Público de Curitiba e o Parque Municipal de Belo Horizonte*. 2014.

GALERA, I.; GARCIA, P. B. **Alegorias do tempo**: uma reflexão sobre a transformação da paisagem do Parque Municipal de Belo Horizonte Minas Gerais. XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 2017.

GALLO, S. **Pensar a escola com Foucault: além da sombra da vigilância**. In: CARVALHO, A; GALLO, S. (Orgs). *Repensar a educação. 40 anos após Vigiar e Punir*. São Paulo: Editora Livraria da Física, p.427-449. 2015.

GANDY, M. Queer ecology: nature, sexuality, and heterotopic alliances. **Environment and Planning D**, Thousand Oaks, v. 30, n. 4, p. 727-747, 2012.

GARVIN, A. **Public parks**: the key to livable communities. New York/ London: W.W. Norton & Company, 2011.

GÓIS, A. J. **Parque Municipal de Belo Horizonte**: público, apropriações e significações. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC MG, 2003.

GOLLNICK, S. M. Trabalho de conclusão de Curso submetido ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina como parte dos requisitos para obtenção do título de tecnólogo em design de produto. 2020.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. Editora Pioneira Thomson Learning, 2005.

GOULART, M. J.; SILVEIRA, J. C.; SILVEIRA, G. T. R. Educação ambiental para a prevenção da alimentação de animais silvestres no Parque Municipal das Mangabeiras–Belo Horizonte/MG Environmental education for the prevention of feeding wild animals in the

Municipal Park of Mangabeiras-Belo Horizonte/MG. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 33, n. 1, p. 95-111, 2016.

GUATELLI, Igor. **Arquitetura dos entre-lugares**. Sobre a importância do trabalho conceitual. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

GUIMARÃES, R. **Parque municipal**. Belo Horizonte: Conceito Editorial, 2005. 80 p. (Coleção BH: a cidade de cada um, v. 6).

GUTTING, Gary. Foucault. Uma brevíssima introdução. Traduzido por Fernando Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

HERNÁNDEZ, E. B. R.; MARQUES, Ângela C. S. Experiências heterotópicas nas trajetórias de imigrantes cubanos: pistas de uma pesquisa de campo. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 7-35, 2022.

HJORTH, D. Organizational entrepreneurship: With de Certeau on creating heterotopias (or spaces for play). **Journal of management inquiry**, v. 14, n. 4, p. 386-398, 2005.

JACQUES, P.B.; BRITTO, F. D. *Corpocidade*: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010.

JANKOVSKA, I. L. Z. E.; STRAUPE, I. N. G. A.; PANAGOPOULOS, THOMAS. Professional awareness in promotion of conservation and management of urban forests as green infrastructure of Riga, Latvia. **WSEAS Trans Environ Dev**, v. 6, n. 8, p. 614-623, 2010.

JOAQUIM, E. M. S. **Michel Foucault e a resistência política**: contracondutas, atitude crítica e insurreição iraniana. 2023. Dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 163p.

JOAQUIM, N. F.; CARRIERI, A. P. Construção e desenvolvimento de um projeto de história oral em estudos sobre gestão. **Organizações & Sociedade**, v. 25, p. 303-319, 2018.

JOHNSON, P. The geographies of heterotopia. **Geography Compass**, Hoboken, v. 7, n. 11, p. 790-803, 2013.

JOSGRILLBERG, F. B. **Cotidiano e invenção**: os espaços de Michel de Certeau. São Paulo: Editora Escrituras, 2005.

JULIÃO, L. **Belo Horizonte**: itinerários da cidade moderna (1891-1920). Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

JULIÃO, L. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. **História** (São Paulo), v. 30, p. 114-147, 2011.

LAZZARATO, M. Para a definição do conceito de “bio-política”. **Revista Lugar Comum**. N 5-6. p 81-96, 1998.

LEAL, F. N. **Ofício assinado pelo Secretário da CCNC**, Fábio Nunes Leal, encaminhado ao Chefe da 6a divisão (Arruamentos, parque), datado de 13 jul. 1895.

- LEAL, G. **Estudo Revela Estilo dos Parques Brasileiros**. O Estado de São Paulo. 17/10/2000.
- LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Paris: Armand Colin, 1974.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. **Critique of everyday life**. Verso, 2002.
- LEFEBVRE, H. **Prefácio – A produção do espaço**. Estudos Avançados. São Paulo, vol. 27, n. 79, 2013.
- LEITE-DA-SILVA, A. R. **As práticas sociais e o "fazer estratégia"**: Um estudo dos comerciantes de hortifrutícolas no mercado da Vila Rubim. Tese de Doutorado em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais. 2007.
- LEITE-DA-SILVA, A. R.; CARRIERI, A. P.; JUNQUILHO, G. S. A estratégia como prática social nas organizações: articulações entre representações sociais, estratégias e táticas cotidianas. *Revista de Administração*, v. 46, n. 2, p. 122-134, 2011.
- LIMA, C. P. CS; GIOVANI, A. B. P.; VICENTE, P. M. Parque pinheirinho d'água: um processo de formação das pessoas. In: **VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. 2020.
- LIMA, L. S. *Nas teias do ilegalismo: o shopping Popular Oiapoque*. Dissertação (Mestrado) FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2011.
- LIMA, O. P.; CARRIERI, A. P. A contabilidade de óbitos e a organização social da morte no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 27, p. 355-373, 2020.
- LOBO, A. S. Á.; JÚNIOR, A. M. Memória, subjetivação, resistência e fora em Foucault. **Aprender Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, v. 2, n. 16, 2018.
- LOPES, L. L. S.; IPIRANGA, A. S. R. Etnografando arquivos históricos: Caminhos possíveis para pesquisas em estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 28, p. 35-53, 2021.
- LOURENÇO, C. Outros espaços: pequeno atlas de memórias de cidades. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 13, n. 20, p. 017-030, 2018.
- MACEDO, S. S. **Paisagismo brasileiro na virada do século: 1990-2010**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- MACEDO, S. S. **Quadro do paisagismo no Brasil: 1783-2000**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- MAGALHÃES, A. F.; SARAIVA, L. A. S. Em Defesa de uma Concepção Complexa de Sujeito nos Estudos Organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 29, p. 20-50, 2022.

MAGALHÃES, B. A.; ANDRADE, R. F. **Belo Horizonte - Um espaço para a República**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 1989.

MAGALHÃES, C. M. Obras rústicas e ornamentos: os artífices e a técnica da rocaille para jardins e parques urbanos no Brasil entre o final do século XIX e o início do XX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 19-57, 2017.

MAGALHÃES, F. N. C. A dimensão simbólica na cidade neoliberal: notas sobre a construção de subjetividades na produção social do espaço do neoliberalismo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 17, n. 1, p. 11-22, 2015.

MAGALHÃES, F. N. C. **O liberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes de economia política da urbanização contemporânea**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. 2015.

MAGNOLI, M. M. O parque no desenho urbano. **Paisagem Ambiente: Ensaios**, São Paulo, n. 21, p. 199-213, 2006.

MARÍN-DIAZ, D.; SCHILLING, F.; AQUINO, J. G. Archives and Qualitative Research in Education (from Foucault and Bourdieu's Approaches). In: **Oxford Research Encyclopedia of Education**. 2019.

MARINHO, C. M. **Corpo heterotópico como resistência aos processos de subjetivação identitária: algumas questões filosófico-educacionais**. Texto apresentado no IX Colóquio Internacional Michel Foucault. 2015

MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 89-141, jan./jul. 1991.

MARTIN, D.; MILLER, B. Space and contentious politics. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 8, n. 2, p. 143-156, 2003.

MARTINS FILHO, A. V. Affonso Ávila, historiador de Minas. **Scripta**, v. 17, n. 33, p. 199-204, 2013.

MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2008.

MARTINS, J. S. *Henri Lefebvre e o retorno à Dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, P. G. **Por uma administração menor**: cartografando a vida de mulheres que dançam no bailinho da Tia Naná e inventam outras velhices. Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri. 2021. 238 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

MARTINS, P. G.; CORRÊA, M. P. O.; CARRIERI, A. P. Por uma Administração Menor: o Caso do Bailinho da Tia Naná. **Organizações & Sociedade**, v. 30, p. 329-359, 2023.

MATIAS, K. N. C. Henri Lefebvre e a dialética da tríade. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 4, n. 6, p. 155-165, 2016.

MEDEIROS, Y. D. de; ONÓFRIO, R. M. G. de. Um olhar do zelador: a subjetivação, a normatização e a situação de fracasso escolar. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 151–170, 2021.

MERRIFIELD, A. Lefebvre, Anti-Logos and Nietzsche: An Alternative Reading of The Production of Space. **Antipode**, v. 27, n. 3, p. 294-303, 1995.

MINAS GERAES. Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro. Cidade de Minas: Imprensa Oficial do estado de Minas Geraes, 1900. Disponível em <<http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1899-1900-Bernardo-Pinto-Monteiro.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

MINAS GERAIS. *Constituição do Estado de Minas Gerais de 1891*. Ouro Preto, MG: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1891.

MINAS GERAIS. SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO. **Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG)**. 2019. Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/instituicoes/iepha>. Acesso em: 24 maio 2023.

MINAYO, M. C. *O desafio do conhecimento*. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Documento constante no Protocolo nº 29.448/00. Fundo de origem da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA. Subfundo de origem da Gerência de Gestão Ambiental – GGAM. Fonte: APCBH, 2023. [Arquivo constituído para a pesquisa]

MORANDO, Luiz. **Paraíso das maravilhas: uma história do Crime do Parque**. Fino Traço, 2012.

MOTTA, F. C. P. O poder disciplinar nas organizações formais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 21, p. 33-41, 1981.

MOURA, A. P. Memória histórica da Escola Guignard. Usina de Livros: Belo Horizonte. 1993.

MOYSÉS, T. G.; ALVIM, A. T. B. Envelhecimento ativo e saudável nos espaços públicos: os casos da praça Victor Civita e do parque linear cantinho do céu em São Paulo (Brasil). **Oculum Ensaios**, v. 16, n. 3, p. 543-561, 2019.

NASCIMENTO, A. O.; GOMES, M. C.A. A Preservação Documental na Esfera do Poder Legislativo: a experiência do arquivo público da cidade de Belo Horizonte. **Cadernos da Escola Legislativa**, Belo Horizonte, v. 15, n. 10, p. 157-190, dez. 2008. Anual.

NUNES, A. C. N.; PEREIRA, R. D. BDSM: Corpos e jogos de poder. **Revista de Administração de Empresas**, v. 62, p. e2021-0085, 2022.

- OLIVEIRA, J. S.; CAVEDON, N. Os circos contemporâneos como heterotopias organizacionais: Uma etnografia multissituada no contexto Brasil-Canadá. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, p. 142-162, 2017.
- OLIVEIRA, L. A.; MASCARÓ, J. J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente construído**, v. 7, n. 2, p. 59-69, 2007.
- OLIVEIRA, L. S. O conceito de governamentalidade em Michel Foucault. *Ítaca*, n. 34, p. 48-72, 2019.
- ORTEGA, F. Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público. **Trans/form/ação**, v. 24, p. 225-236, 2001.
- ORTIZ, R. Walter Benjamin e Paris - individualidade e trabalho intelectual. **Tempo Social - Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 12(1), p.11-28, 2000.
- PAES DE PAULA, A. P. Aproximações entre Michel Foucault e a Escola de Frankfurt: Por uma abordagem pós-crítica radical para os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 27, p. 705-725, 2020.
- PAES DE PAULA, A. P.; MARANHÃO, C. M. S. A.; BARROS, A. N. Pluralismo, pós-estruturalismo e "gerencialismo engajado": os limites do movimento critical management studies. **Cadernos Ebape. BR**, v. 7, p. 393-404, 2009.
- PANZINI, F. **Projetar a natureza**: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. São Paulo: Editora SENAC, 2013.
- PAULA, D.; CASER, K. C. Usos e desusos dos parques urbanos: um panorama sobre suas origens, tipos e usos. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 8, n. 63, 2020.
- PEIXOTO, C. E. et al. **O fotógrafo Lambe-Lambe**: guardião da memória e cronista visual de uma comunidade. 2008.
- PENA, A. A. M. Pronunciamento. **Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais**. 7 jun. 1891. p. 356.
- PETERS, M. A. Foucault, biopolitics and the birth of neoliberalism. **Critical Studies in Education**, v. 48, n. 2, p. 165-178, 2007.
- POUSA, F. S. As artes plásticas em Belo Horizonte, de 1918-1944: Aníbal Mattos e seu tempo. **Encontro de História da Arte**, n. 1, p. 465-474, 2005.
- PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2021, p. 03. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2021/lambelambe-pdf_0.pdf>. Acesso em 18 jan. 2023.
- RAGO, Margareth. **Inventar outros espaços, criar subjetividades libertárias**. Outras palavras; v. 2. São Paulo: ECidade, 2015.
- RAGO, Margareth. **Inventar outros espaços, criar subjetividades libertárias**. Outras palavras; v. 2. São Paulo: ECidade, 2015.

- RAMOS, P. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1999, 245 p.
- RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing. *European Journal of Social Theory*, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.
- REFORMA, A. **A Paris de Haussmann, o artista da destruição**. Modernismo e antimodernismo, p. 169, 2019.
- RODRIGUES, M. A. A. Um olhar sobre o Parque: lugar da memória esportiva em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, p. 1407-1413, set. 1999.
- RODRÍGUEZ-AMAT, J. R.; BRANTNER, C. Space and place matters: a tool for the analysis of geolocated and mapped protests. **New Media & Society**, 18(6), 1027-1046. 2016.
- SAKATA, F. G. O parque urbano brasileiro do século XXI. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, [S.l.], v. 3, n. 7, ago. 2015.
- SAKATA, F. G.; GONÇALVES, F. M. Um novo conceito para parque urbano no Brasil do século XXI. **Paisagem e Ambiente**, v. 30, n. 43, p. e155785-e155785, 2019.
- SALLES, R. L. Ressignificar para renovar: Novos usos, representações e resistências na Praça Sete, Belo Horizonte. In: **Forum Sociológico. Série II. CESNOVA**, 2021. p. 25-34.
- SANTOS, P. et al. Lazer, turismo e qualidade de vida em parques urbanos: Uma reflexão sobre os impactos da pandemia no Parque Ecológico do Tietê. **Revista Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade**, v. 15, n. 2, 2023.
- SANTOS, T. B.; NASCIMENTO, A. P. B.; REGIS, M. M. Áreas verdes e qualidade de vida: uso e percepção ambiental de um parque urbano na cidade de São Paulo, Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (GeAS)**, v. 8, n. 2, 2019.
- SCALISE, W. Parques urbanos: evolução, projeto, funções e uso. **Assentamentos Humanos**, Marília, v. 4, n. 1, p. 17-24, 2002.
- SCHMID, C. A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, 2012.
- SEGAWA, H. **Ao Amor do Público: Jardins no Brasil**. Studio Nobel, FAPESP: São Paulo, 1996.
- SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SERPA, A. Por uma geografia das representações sociais. **OLAM. Ciência & Tecnologia**. Rio Claro, SP, v. 5, n. 1, p. 220-232, 2005.
- SEVCENKO, N. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SIMÃO, K. M. C.; PERNA, S. A; GODINHO, L. R. **Parques Públicos de Belo Horizonte**. São Paulo, p 51-73, 2009.

SIMÃO, K. M. C. **Fringe belts como elementos estruturadores da paisagem: o caso de Belo Horizonte/MG.** 2012.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993.

SOUZA FILHO, A. Michel de Certeau: Fundamentos de uma sociologia do cotidiano. **Sociabilidades** (USP), São Paulo/SP, v. 2, p.129-134, 2002.

SOUZA, E. M.; JUNQUILHO, G. S.; MACHADO, L. D.; BIANCO, M. F. A analítica de Foucault e suas implicações nos estudos organizacionais sobre poder. **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 36, 2006.

SOUZA, E. M.; COSTA, A. S. M.; PEREIRA, S. J. N. A organização (in)corporada: ontologia organizacional, poder e corpo em evidência. **Cadernos Ebape. BR**, v. 13, p. 727-742, 2015.

SOUZA, H. R. V. **Espaço cultural, espaço público: estudo sobre as políticas culturais brasileiras e as relações de poder nos espaços Lagoa do Nado, Centro Cultural UFMG e Palácio das Artes.** 2012.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

TOYAMA, D. et al. Parque urbano e geoconservação: o caso do Parque do Bicão, São Carlos-São Paulo, Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 30, p. 255-276, 2020.

TREBITSCH, M. **Henri Lefebvre en regard Michel de Certeau.** In C. Delacroix, & A. Boureau, Michel de Certeau: Les chemins d'histoire (pp. 141-158). Paris: Editions Complexe. 2002.

VALVERDE, R. R. H. F. Sobre espaço público e heterotopia. **Geosul**, v. 24, n. 48, p. 7-26, 2009.

VEIGA-NETO, A. Teoria e método em Michel Foucault (im) possibilidades. **Cadernos de educação**, n. 34, 2009.

VELLOSO, R. C.L. **Urbano-Constelação.** Belo Horizonte: Cosmópolis, 2022.

VELLOSO, R. *Urbano-Constelação.* Belo Horizonte: Cosmópolis, 2022.

VIDAL, L.; LUCA, T. R. **Franceses no Brasil: séculos XIX-XX.** Unesp, 2009.

VILHENA, K.N. Parque Municipal de Belo Horizonte: História e Memória. **Licere**, Belo Horizonte: UFMG, v.8, n. 2, p. 50-62, 2005.

VOLANOVA, S. R. F. CHICHORRO, J. F.; ARRUDA, C. A. S. Disposição a pagar pelo uso de unidades de conservação urbanas: parque da cidade Mãe Bonifácia, Cuiabá-MT. **Interações (Campo Grande)**, v. 11, p. 43-53, 2010.

WADHWANI, R. D. et al. History as organizing: Uses of the past in organization studies. **Organization Studies**, v. 39, n. 12, p. 1663-1683, 2018.

YATES, J. Understanding historical methods in organization studies. In: BUCHELI, M.; WADHWANI, D. R. (orgs). *Organizations in Time: history, theory, methods*. Oxford: **Oxford University Press**, 2013.

ANEXOS

ANEXO I - Parecer OU 001 2023



PARECER DE LIBERAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA CIENTÍFICA

N. ____ / ____

TÍTULO DO PROJETO: Pesquisa sobre cotidiano, produção do espaço público e heterotopias no Parque Municipal

PROPONENTE (ORIENTADOR OU RESPONSÁVEL TÉCNICO): MARCOS PAULO DE OLIVEIRA CORRÊA

PESQUISADORES: PROF. DR. ALEXANDRE DE PÁDUA CARRIERI

LOCAL(S) DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA: Parque Municipal Américo Renné Giannetti

DATA DE RECEBIMENTO: 15/02/23

DATA PARA TÉRMINO DE ACORDO COM CRONOGRAMA: 01/10/24

Espaço reservado para análise da Fundação de Parques Municipais e Zootônica
a) Pertinência do projeto para as atividades da FPMZB: ()1 ()2 (X)3
b) Disponibilidade e viabilidade da equipe da FPMZB para o atendimento: ()1 (X)2 ()3
c) Preenchimento dos campos de identificação do projeto: ()1 ()2 (X)3
Legenda: 1 – Não atende; 2 – Atende parcialmente; 3 – Atende
d) Apresentou as anuências necessárias () SIM (X) NÃO
e) Quais? Falta a anuência do Comitê de Ética da UFMG
Parecer:
(X) Inscrição deferida () Inscrição indeferida. Justificar
Supervisor indicado pela FPMZB:

Observações
Apresentar detalhamento da entrevista: questionário, informação de como os visitantes/funcionários serão abordados e quantas entrevistas serão feitas.
Local e data: Belo Horizonte, 23/02/23
Assinatura(s) do(s) responsável(eis) pelo parecer:
<i>Marcelo BM 7043</i> <i>PT 619-9</i>

ANEXO II - História do Colégio IMACO anexada ao Protocolo n.º 29.448/00



INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Av. Afonso Pena, s. nº Parque Municipal Américo Guaratã Centro Belo Horizonte MG 30330-002
F. 3222-9084



HISTÓRIA DO IMACO

Leonardo Moraes, vice-diretor

Durante a maior parte do século XX, vigorou na educação brasileira a periodização em cursos completos de quatro anos de duração. A vida escolar começava com o curso primário, quando se aprendia a ler, escrever e contar. Estes conteúdos eram tidos por imprescindíveis (embora parcela significativa da população nem a eles tivesse acesso, permanecendo analfabeta) e eram oferecidas por um sistema público estadual de ensino. O curso primário terminava com uma formatura e um diploma, e era a escolarização única da maior parte da população educada. Em seguida ao curso primário havia o curso ginásial. Não era concebido como um curso de acesso indistinto à população, como o primário. Era um curso para a *élite* (assim mesmo, à francesa), oferecido por escolas particulares mantidas por ordens religiosas. Assim como o primário, terminava com uma formatura e um diploma. Uma vez concluído o ginásial, os jovens membros das classes de renda alta ingressavam finalmente numa fase escolar vocacional, quando tinham de encaminhar-se profissionalmente. Para as moças, a opção principal era o curso de magistério, um curso terminal e profissionalizante. Para os rapazes a opção principal era o curso clássico, de orientação humanista, com ênfase nas letras e preparatório para os cursos superiores. Terminado o clássico, o filho da família dirigente ingressava no bacharelado, tendo à sua frente três carreiras principais: Direito, Medicina e Engenharia. Enfim, depois de quatro cursos completos e 16 anos *alisando os bancos escolares*, um novo doutor nascia para dividir com seus pares a gestão da nação.

Dos quatro cursos em que se dividia a educação no Brasil, apenas o primeiro – o curso primário – tinha pretensão universal, caráter público e manutenção estatal. Todos os demais adquiriam sentido apenas quando voltados para as faixas de renda já escolarizadas. Nestes cursos a iniciativa estatal era restrita, e a maior parte das escolas pertencia a particulares, ordens religiosas no caso dos cursos intermediários e sociedades de profissionais liberais no caso dos cursos superiores. (De passagem, diga-se que existem no Brasil cursos de Engenharia mantidos pelo Estado desde o início do século XIX, mas estavam restritos aos postulantes à carreira das armas.)

O poder público pouco legislava para regulamentar o funcionamento dos cursos ginásial, preparatório e superior, mas não deixava de haver uma política pública no Brasil para estes cursos. O Estado não pretendia assumir a responsabilidade pela oferta de vagas nos cursos posteriores ao primário nem esperava que essa oferta fosse ampliada pelas associações particulares que por ela se responsabilizavam, mas desejava que estes cursos mantivessem padrões mínimos de qualidade. Uma vez que a regulamentação não se dava pela via legal, dava-se por outro meio hoje em desuso: pelo exemplo. Desde a primeira metade do século XIX, era tradição no Brasil que o poder público mantivesse apenas uma instituição de ensino ginásial e outra preparatória em cada capital, mas ambas concebidas para servir de referência a todas as demais instituições do mesmo nível de ensino. A primeira escola pública desta tradição foi o Colégio Pedro II, na capital do Império, no qual o próprio Imperador ministrava aulas e presidia exames finais.

A nova capital de Minas Gerais foi pensada para ser um espaço de modernidade, laico e progressista. A educação do povo fazia parte deste projeto, e, deste modo, aquela tradição de o Estado implantar escolas ginásiais e preparatórias que servissem de referência para as demais teve aqui grandes exemplos. A escola normal pública de Minas Gerais, o Instituto de Educação, foi implantada em terreno nobre, com uma concepção arquitetônica grandiosa (digna de um palácio do saber) e recursos suficientes para uma qualificação ambiciosa do corpo docente. O curso



INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
 Av. Afonso Pena, s. nº Parque Municipal Antônio Guesetelli Centro Belo Horizonte MG 30830-002
 F. 3222-9084



clássico público de Minas Gerais, o Colégio Estadual, na av. Augusto de Lima (no terreno onde hoje fica o Fórum Lafayette), repetia as características do Instituto de Educação. O curso ginasial público de Belo Horizonte, o Ginásio Municipal (no Parque Municipal), mantido não pelo estado mas pelo poder público municipal, também guardava as características do Instituto de Educação e do Colégio Estadual. Nenhuma destas instituições tinha nome próprio, pois nomes servem para distinguir entre semelhantes, e nenhuma delas foi concebida para ter semelhantes. Cada uma destas instituições foi planejada para ser a única em sua área de atuação, para ser um farol para as demais, as de iniciativa particular, estas, sim, nomeadas.

Ao longo da primeira metade do século XX, a sociedade brasileira foi se sofisticando gradualmente. O período Getúlio Vargas (1930 - 1954) é um divisor de águas na história, pois foi naquele momento que o Brasil transitou para a modernidade. As relações de trabalho tornaram-se de consuetudinárias em formais, as bases infra-estruturais da industrialização foram lançadas, o voto feminino e o voto secreto foram institucionalizados e o voto censitário, abolido. Após o surto de industrialização decorrente da cessação das importações, uma das consequências da interrupção do comércio marítimo internacional durante a Segunda Guerra Mundial, pela primeira vez na história a população urbana superou a população rural no país. Os empregos diversificaram-se, novas habilidades passaram a ser demandadas no mercado de trabalho e as exigências de qualificação aumentaram na pauta dos empregadores. Por toda parte, o setor econômico primário encolhia, o secundário crescia e o terciário explodia. Em Belo Horizonte, então, cidade que nasceu de um sonho positivista num Brasil já republicano, a modernidade implantou-se firmemente. Dentro deste espírito de ampliação da diversidade no mercado de trabalho, em 1954 um grupo de jovens profissionais entusiasmados com os novos ares que se respiravam no Brasil e com as promessas que daí vinham, de um futuro diferente do passado, instou o vereador Francelino Pereira dos Santos (depois governador *biônico* do estado e hoje senador eleito da República pelo PFL de Minas Gerais) a apresentar ao Conselho Deliberativo Municipal (Câmara de Vereadores) projeto de lei de criação do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis - IMACO. O projeto foi transformado em lei e assim foi criada a segunda escola pública municipal da história de Belo Horizonte, diferente, porém, em tudo do Ginásio Municipal. O IMACO foi a realização de uma ousadia e a introdução de um novo paradigma na educação de Belo Horizonte, pois o oferecimento de um ensino profissionalizante terminal num nível escolar conhecido como Preparatórios significou ao mesmo tempo a adesão a um novo Brasil, urbano e industrializado, que surgia, e o rompimento com o velho Brasil, da elite estável das famílias tradicionais, para as quais o mando era direito de nascimento e o ensino, portanto, prescindia de aplicação prática e podia prolongar-se de maneira modorrenta com o cultivo de línguas mortas, o estudo do relevo do Velho Mundo, as *decorebas* e a leitura dos clássicos franceses no original. O IMACO foi criado para prover uma nova modalidade de ensino, que viria a crescer no país e ser chamada de ensino técnico. Situado após o ginásio, tal como os Preparatórios, o ensino técnico surgiu porém com outra alma, jovem e dinâmica. Pretendia a absorção imediata do técnico pelo crescente mercado de trabalho urbano, ávido por profissionais qualificados nas novas funções, entre as quais a Contabilidade e a Administração. Embora a Contabilidade possa traçar suas origens até o século XV, a demanda por profissionais contabilistas só aumentou com o crescimento das cidades, fenômeno novo no Brasil. A Administração, outra ciência urbana, por seu turno, é inteiramente nova. Por tudo isto, o ensino técnico foi desde muito cedo também uma oportunidade de ascensão social para os filhos das famílias sem tradição bacharelesca, função que o IMACO cumpriu desde o princípio.

A criação do IMACO pode ser vista como uma confirmação da vocação moderna que Belo Horizonte traz do seu nascimento, que foi não apenas urbanística mas também ideologicamente planejado. Como às vezes acontece no Brasil,



INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
 Av. Afonso Pena, s. n.º Parque Municipal Américo Guarnetú Centro Belo Horizonte MG 30930-002
 F. 3222-9084



entretanto, o IMACO estava criado mas não instalado, por falta de imóvel. A escola existia apenas em lei, não de fato. No ano seguinte ao de sua criação, porém, houve um fato novo. O Ginásio Municipal, que funcionava numa construção térrea de oito salas no Parque Municipal, mudou-se para um imóvel maior no bairro São Cristóvão e deixou desocupado o antigo endereço. O vereador Francelino Pereira dos Santos, o professor Raul Lopez Muradas e outros pioneiros da prática da Contabilidade, então, decidiram invadir a antiga sede do Ginásio Municipal e declarar instalado o IMACO. Já no primeiro ano promoveram a seleção dos calouros, organizaram a vida escolar e principiam a dar aulas, atraindo com isto mais alunos, mais candidatos a professores e mais atenção da prefeitura municipal, que, após breve resistência, reconheceu a situação de fato e formalizou a escola.

Como escola pública de um tempo em que estas instituições eram caracterizadas pela qualidade dos serviços prestados, o IMACO sempre foi prestigiado pela autoridade municipal. Realizou seus próprios concursos docentes até 1986, teve ressaltadas suas especificidades pela lei municipal até 1994 e rege-se por estatuto próprio até hoje. Também obteve recursos públicos para realizar sucessivas ampliações arquitetônicas, que culminaram com a construção em 1970, período do desenvolvimentismo e da ênfase nos grandes projetos, de um segundo andar que ampliou o número de salas de aula para 40. Hoje, as oito salas de aula originais de 1954 são irreconhecíveis no meio da grande edificação que se formou.

Em 1998, após 44 anos de funcionamento ininterrupto, o IMACO foi forçado a suspender a admissão de novos alunos ao curso técnico em Contabilidade, o que despessoalizou a escola e fez com que ela temesse pelo futuro. O IMACO prossegue, porém, trabalhando nos níveis fundamental e médio de formação geral, constituindo, com seus c. 3.800 alunos e 200 servidores, dos quais 160 professores, a maior escola entre as 172 que hoje compõem a rede pública municipal de Belo Horizonte. A formação profissionalizante, motivo da criação da escola, não foi esquecida. Continua presente na denominação, na história, nas pedras e, mais importante, na alma. Num país que propõe formação superior para poucos e formação básica (níveis fundamental e médio de ensino) para todos, a profissionalização de nível médio pode ser uma excelente opção vocacional para aqueles que não couberem nos poeirentos caminhos dos velhos bacharelados universitários, que remontam ao século XIII e pouco mudaram desde então.

Belo Horizonte, 27 de junho de 2001

ANEXO III - Parte de ata da 10ª reunião ordinária da Comissão Consultiva do Parque

23

corda com a sugestão e Clara acrescenta que o Teatro proporcionaria mais conforto e beleza ao evento. Romero reclama que estas alterações seriam terríveis. Neste caso, ele prefere que a aparelhagem de som seja retirada do evento. Astreia coloca em votação e a proposta é aprovada. Seguindo, ela abre discussão a respeito das solicitações feitas pelas Igrejas. Clara relata preocupação com grande número de Igrejas existentes na cidade. Lamaregas lembra as dificuldades anteriores, quando "os crentes" ficavam fazendo pregação no parque. Astreia coloca que deve-se ter a garantia de que só haverá música, sem pregação e inclusive sujeitando a situação ao policiamento, para garantir o direito dos outros. Ela já diz que mesmo sendo somente uma manifestação cultural, temos que estar atentos para não ficarmos durante todo o ano discutindo este tipo de solicitação. Carlos sugere que a autorização seja dada, mas não para o domingo e que ela sempre deverá passar pela comissão. Clara acredita que deveria ser evitado este tipo de autorização, lembrando o número enorme de Igrejas existente em Belo Horizonte e que sempre há uma forma de pregação. Concordando com Carlos, ela sugere que se faça uma experiência, mas que não se autorize aos domingos. Romero pede licença e se retira. Astreia coloca em votação a autorização de utilização do coreto para eventos musicais e culturais, a título de experiência, desde que se evite o domingo (sendo que na 2ª é naturalmente impossível, devido ao fechamento do parque). A comissão aprova a proposta, por unanimidade. A questão relativa à quadra de tênis é adiada, visto que o representante da Secretaria Municipal de Esportes não compareceu a esta reunião. Astreia dá prosseguimento, informando sobre a consulta feita ao Dr. José Alfredo Baracho Junior, onde ele informou que não há necessidade jurídica de que nenhuma escola tenha uma quadra de uso exclusivo. Ela coloca a urgência em dar uma definição a esta questão já que o IMALO usa a quadra com exclusividade, mas quando alguém solicita, a animosidade recai sobre a Diretoria do Parque. É feita a releitura do parecer de 13/05/93, elaborado por Carlos Lodiola, onde se observa que não há proposta quanto à questão da manutenção (grande dificuldade para os parques de Belo Horizonte). Clara coloca que sua dúvida persiste, visto que a nova comunicação do IMALO não esclareceu em nada, as necessidades reais de uso. Lilmair lembra que o problema "IMALO ver

sus Parque" só estaria resolvido se aquele saísse de dentro de lá. Prosegue "batendo na tecla" (sic) de que o número de alunos do Colégio é imenso e que esta utilização, sem dúvida nenhuma é pública. Clara pondera que os argumentos são reais e há concordância, contudo o documento do Diretor fecha a discussão. Astréia lembra que já foi votada a não exclusividade de uso e o que temos a definir agora é sobre qual será o tempo concedido ao IMNEO. Eilmari ressalta a questão de que a discussão é em cima da atividade de educação. Astréia diz que foram "tirando pedaços" do Parque para a saúde, para a cultura e questiona sobre por onde anda a preservação. Clara pondera que a ideia de Eilmari é justa, mas impossibilita uma utilização com programação pelo parque, no dia-a-dia. Ela acrescenta que faz sentido que se atenda ao IMNEO prioritariamente, mas não com a proposta fechada da Diretoria. Astréia coloca que a população tem criticado a conduta de reuniões em que se discute muito e nada se define. Diz, também que o projeto com meninos de rua, da Oficina de Plantar, que logo iniciará no Parque, tem prevista 1 hora diária para o lazer daqueles. Neste modo, se houvesse pelo menos 2 manhãs e 2 tardes, já facilitaria o trabalho. O próprio Colégio adequaria este tempo às suas necessidades e junto a isso, se definiriam as competências, se a proposta seria de atender aos funcionários, meninos de rua ou outros segmentos da sociedade, quem faria a manutenção etc. Eilmari coloca que o Colégio não tem culpa de estar aqui e Clara pondera que há que se integrar, chegar a um acordo. Astréia afirma que a proposta do prof. Sadi não interessa ao parque, já que aos domingos, feriados e férias, somente, não é possível ter nenhum tipo de atividade freqüente - ainda mais quando se propõe a diminuição de atividades especiais aos domingos. Sérgio pede esclarecimentos sobre a atividade de educação física e sugere que a proposta seja para o próximo ano, quando a escola poderia se organizar melhor. Astréia informa que, pelo documento há 20 aulas semanais por turno, devendo ter 2 turmas fazendo educação física ao mesmo tempo e que no 2º feira, por exemplo, poderia ser um dia de utilização exclusiva pelo IMNEO. Eilmari atenta para a possibilidade de se fazer uma votação na Comissão, que poderia sofrer recursos jurídicos, pelo

ANEXO IV - Documento que solicita providências no Parque Municipal – MPMG

FLS. 02
PÁGINA 02
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

OF. DPMAG/EXTER-97-00

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2000

Sr Promotor
REF Solicita Providências

D.A.R.
13h.01.09.00
Luz
Luiz Carlos Teles de Castro
Promotor de Justiça

Muitos são os atritos ocorridos entre a Administração do Parque Municipal e o Colégio Imaco que se localiza dentro desta área verde, problemas de toda ordem, alguns possíveis de serem resolvidos mas outros que podem comprometer a estabilidade do patrimônio natural e cultural do local.

Prova disso é que no dia 25 p.p. durante as aulas do período noturno, por volta das 21:15 hs nosso segurança avistou um foco de incêndio e, ao chegar ao local, encontrou um grupo de estudantes junto a uma montea de bambu que se queimava. Junto ao fogo, varias garrafas de bebida.

Houve comprometimento da vegetação local mas a direção da escola tentou abafar o ocorrido da mesma forma como tem encoberto os alunos que se embriagam como o caso da aluna que dependurou-se bêbada na marquise da escola ameaçando saltar e negado receber a imprensa mas recentes detonações de bombas nos banheiros o que chega a quebrar os vidros das janelas. Só esta semana foram 8 explosões.

Mesmo sendo uma área tombada, todo o nosso mobiliário urbano como bancos, os brinquedos, elétricos ou não e as obras de alvenaria como postes, quadras e outros se encontram com pisações o que sempre ocorre durante as aulas no período noturno.

Uma rádio independente funciona com os alto-falantes voltados para o patio externo e mesmo laudo de avaliação de pressão acústica realizado pela SMMA dando conta da total irregularidade quanto aos níveis encontrados para o zoneamento e decisão desta diretoria para encerrarem as atividades foi suficiente já que mantém tal rádio durante os 3 turnos.

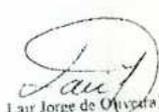
Temos conosco dossiê reunido durante toda a atual Administração, material já entregue inclusive ao Departamento de Educação da Administração Regional Centro-Sul, que não se manifestou, o que nos obrigou a enviar mensagem diretamente a Secretaria de Educação cobrando solução imediata.

Diante do exposto, estamos solicitando por parte dessa promotoria a ação pertinente de forma a evitarmos mal maior para este patrimônio.

Aguardamos um contato pelo telefone 273.2001 no período da tarde.

Desde já, agradecemos.

Atenciosamente


 Luiz Jorge de Oliveira
 Diretor do DPMAG

029448 SET 00 18 212 27
PROTUCOLOTEL 80-8145
PROCURADORIA - GENL DE JUSTIÇA

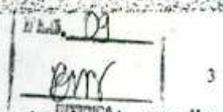
Ilmo Sr.,
Dr. Luiz Carlos Teles de Castro
Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural
FAX.: 295 3108

Fonte: APCBH, 2000–2003.

a troca da tela furada pela grade metálica em julho; o que muito tem nos ajudado a evitar tais problemas. Aliás, devo observar que não contamos com nenhum apoio da Direção do Parque, na troca da tela. Conseguimos tamanho benefício graças a boa vontade e apoio da Direção do DECS, da Administração da RCS e do Departamento de Manutenção da R.C.S., além do IEPHA e da Secretaria da Cultura.

Obs.: Como o Sr. Diretor se esqueceu de mencionar o questionamento sobre a manifestação dos alunos em 1º de junho, já coloquei anexado a resposta encaminhada na ocasião.

- 3- Sobre a "Rádio independente com constatada poluição sonora".
- A poluição sonora foi constatada até mesmo quando o som da escola estava desligado! Apenas o barulho da conversa dos alunos no pátio externo, também, está acima dos decibéis permitidos para o local. O que sugere o Sr. Diretor do Parque?
- Apesar do exposto, com o objetivo de minimizar o problema, suspendemos o som, inicialmente 10 dias, pois entendemos que houve abuso por parte dos nossos alunos. Como as cornetas do pátio externo estavam estragadas, eles estavam colocando as caixas mais potentes, e, com isso, perdendo o controle do volume da música. Os maiores incomodados somos nós mesmos que estamos juntos da aparelhagem. Chamamos a atenção deles diversas vezes, mas eles realmente não estavam conseguindo atingir o volume ideal.
- A firma que dá assistência ao IMACO está sobrecarregada com as Campanhas Políticas e ainda não pode vir consertar as cornetas.
- Liberamos o som alguns dias para avisos no recreio e para atender aos insistentes pedidos dos alunos, mas como percebemos que eles continuam tendo dificuldades para achar o volume ideal, recolhemos as caixas novamente, para não contrariar o Sr. Diretor do Parque.
- Outra medida tomada foi a exigência de apenas 2 responsáveis por turno para controlar o som, pois isso nos facilita nos questionamentos sobre os possíveis abusos.
- 4- "Bebedeira e aluna que queria se jogar da marquise na semana que se passou".
- Apesar do problema da aluna ter ocorrido no interior da Escola, sendo então um problema exclusivamente nosso, e que não caberia maiores explicações ao Sr. Diretor, com o objetivo de tranquilizá-lo, esclarecemos que:
- a- Os seus informantes confundiram a data. O fato aconteceu em meados de junho, antes da tela furada ser trocada por grade, pois quando os alunos eram dispensados, eles se escondiam na escuridão do parque e retornavam ao pátio pelos buracos da tela, quando fechávamos a porta.
- b- Num dia de reunião pedagógica, quando os alunos saíam mais cedo e os professores permanecerem em reunião, eles se esconderam na marquise para não serem vistos.
- Como essa aluna não tem o hábito de beber, a bebida fez um efeito maior.
- Ela insistia em não descer da marquise, quando o funcionário José Antônio os encontrou com problemas, e, imediatamente, chamou o vice-diretor Aldair, que foi lá e a retirou da marquise.
- Ela chorou muito, e disse que estava com sérios problemas, por isso resolveu beber. Prometeu que nunca mais faria aquilo.
- No dia seguinte, o Aldair conversou com ela novamente, e, mais uma vez, ela garantiu que tal fato não mais aconteceria, como realmente, até a presente data, não tivemos mais problemas. Foi um problema interno e já resolvido.
- Se existem alunos do IMACO bebendo no interior do Parque, pedimos o favor de se dirigirem com eles à Escola, para tomarmos as devidas providências, pois não cabe-nos fazer a ronda na extensa área do mesmo.
- 5- "Fogo ateado na moita de bambu".
- Quando temos "fogo ateado" imaginamos chamas, no entanto, isso não foi verificado.
- Como é de praxe, o nosso vice-diretor Aldair faz inspeções no pátio externo, exatamente, com o objetivo de evitar possíveis problemas.


 Ao chegar à porta verificou "certa luminosidade", próximo no bambuzal, que lhe chamou a atenção. Então ele foi até lá para verificar o que estava acontecendo.

Num círculo correspondente ao tamanho de um assento de cadeira, havia folhas secas que estavam se queimando. Como disse o Aldair, era mais um "braseiro" do que "fogo ateadado". Ele pediu a um funcionário para pegar um balde com água e jogar no local. O problema foi resolvido.

Isso pode ter sido provocado por teco de cigarro aceso dos alunos do IMACO ou por freqüentadores do Orquidário. O Aldair advertiu os alunos que se aproximaram.

Nessa época de seca, todo o cuidado é pouco! Além da advertência, o que mais devemos fazer?

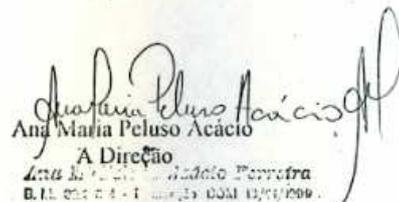
Aliás, por falar em freqüentadores do Orquidário, os nossos professores do noturno têm nos questionado a respeito das diferenças entre os seus veículos e os dos freqüentadores do Orquidário, pois quando solicitamos utilizar apenas a área próxima da guarita da Ezequiel Dias para os professores do noturno colocarem seus veículos com mais segurança, devido aos constantes assaltos nos arredores do parque, porque à noite, não incomodariam aos freqüentadores, já que o parque é fechado, a resposta como sempre foi não, no entanto, diariamente, eles têm constatado inúmeros veículos transitando até o Orquidário e permanecendo estacionados lá por várias horas. Como entender tal fato?

Estamos aguardando, urgentemente, por parte do Sr. Diretor do Parque e com a concordância da SMED, as sugestões de medidas que deveriam estar sendo tomadas e ainda não estão, pois tenho consumido muitas horas de trabalho para estar constantemente respondendo aos mesmos questionamentos.

Utilizei o meu final de semana para tal fim, pois o mal relacionamento com a Direção do Parque é apenas um entre os inúmeros problemas que temos para resolver no nosso dia-a-dia.

Como parece-nos que o único problema enfrentado pela Direção do Parque é o IMACO, estamos aguardando suas propostas para tentarmos atendê-lo e resolvermos de vez tantos aborrecimentos.

Atenciosamente.

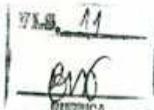

 Maria Peluso Acácio
 A Direção
 Zona de Educação - Rodovia Ferroviária
 B.11.000 - 1 - 13045-000 - 13045-000
 Tel. Fone: 5102 2070 e 2072/88

ANEXO VI - Resposta da Direção do Departamento de Educação Regional Centro-Sul à solicitação de providências – MPMG

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	21.09.00 018 SECRETARIA
DECS/GSMED	ofício 087/2000	
Belo Horizonte, 05 de setembro de 2000		
Senhora Secretária,	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO GABINETE DO SECRETARIO EXPEDIENTE RECEBIDO EM 05/09/00 Assessor	
Em relação aos ofícios DPMAG/EXTER 95-00 e DPMAG/EXTER 99-00 encaminhados a esse Gabinete temos a considerar que:		
<ul style="list-style-type: none"> • Colégio IMACO atende aproximadamente a 4000 alunos, procedentes de várias regiões da cidade, que refletem, na Escola, muito do que é a sociedade hoje, inclusive seus problemas. Isso se constitui num desafio permanente para nós educadores: lidar com a diversidade. Não nos furtamos a esse desafio e é nessa perspectiva que o IMACO, com o apoio do Departamento de Educação da Regional Centro-Sul, vem buscando construir seu trabalho. ▪ O espaço físico interno é limitado e o externo, "O Parque", praticamente é interditado aos estudantes. O Colégio vem de uma cultura disciplinar extremamente rígida, com normas internas coercitivas e ultrapassadas, advindas de práticas autoritárias anteriores. Tem havido manifestações dentro e fora do IMACO que refletem essas práticas e se traduzem, muitas vezes, em ações que ferem o bem comum. ▪ A Direção atual do Colégio vem buscando, com algumas dificuldades, instituir uma prática educativa mais democrática e mais aberta, mais solidária com os anseios e expectativas dos jovens. Vem buscando construir um projeto pedagógico participativo, que abrigue os vários segmentos da comunidade. ▪ A rigidez, a "disciplina de caserna" que o atual diretor do Parque vem tentando impingir aos alunos do IMACO, cerceando toda e qualquer possibilidade de convivência minimamente democrática, só tem acirrado os ânimos e impedido qualquer tentativa de diálogo. ▪ O Departamento de Educação não é e nem esteve omissos nesse tempo todo em que os conflitos têm aflorado. Ao contrário, tem buscado estar presente, mediando as relações Escola/Parque, de forma objetiva, apontando as possibilidades inclusive para melhorar a convivência entre as partes, como se pode perceber pelas mudanças na Escola e pelas tentativas que tem feito para acertar. 		

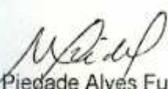


PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE



- A Escola tem recorrido a esse Departamento em todas as ocasiões e tem sido orientada diretamente pela diretora e pela equipe que faz o trabalho de acompanhamento mais direto ao IMACO. No caso específico das bombas, já estamos acionando o Conselho Tutelar e a Promotoria da Infância e da Juventude, já que os alunos que podem estar envolvidos são menores.
Estamos discutindo diretamente com a direção, coordenadores e professores, possíveis encaminhamentos pedagógicos, no âmbito da sua competência.
- A Escola tem buscado, junto com o Departamento de Educação, fazer valer o princípio do direito de escola para todos, sem exclusão. Nessa perspectiva, o trabalho da Escola – dentro de um Parque – tem que ser facilitado e não impedido pela sua direção. É fundamental sentar, discutir, propor, ajudar e não simplesmente pedir “medidas enérgicas” e urgentes. É preciso, juntos, achar alternativas, desenvolver projetos, envolver-se. Participar, enquanto sujeito, na construção de uma sociedade mais justa.

Atenciosamente,


Maria Piedade Alves Furtado
Diretora do Departamento de Educação
Regional Centro-Sul

À Exma. Sra.
Maria Céres Spinola de Castro
DD Secretária Municipal de Educação

ANEXO VII - Reiteração do MPMG à Procuradoria Geral do Município sobre ato normativo de instalação do IMACO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ofício n.º 1.538/2.002.
 Ref. : Protocolo n.º 29.448/00.

Belo Horizonte, 24 de Junho de 2002.

REITERAÇÃO

Senhor Procurador-Geral,

Havendo se esgotado, sem resposta, o prazo da requisição formulada por esta Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, renovo a Vossa Excelência o teor do ofício n.º 211/02 (em anexo), para o devido cumprimento no prazo de 10 (dez) dias, uma vez que as informações requisitadas são necessárias ao procedimento administrativo instaurado e o não atendimento injustificado da requisição pode acarretar responsabilidade criminal, artigo 10 da Lei n.º 7.347/85.

Atenciosamente,

EDUARDO NEPOMUCENO DE SOUSA
 Promotor de Justiça de Defesa do
 Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.

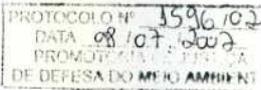
Ilmo. Senhor
MARCO ANTÔNIO REZENDE TEIXEIRA
 MD. Procurador Geral do Município de Belo Horizonte
 Avenida Afonso Pena, n.º 1.212 - 5º andar - Centro
 CEP. : 30 130 003 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS.

CSX

DBT

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO CULTURAL
 AVENIDA ALFONSE CARVAL, n.º 1.212 - PÔRTE - (01) 3298 8632 - FAX : 3250 5627 - SANTO AGOSTINHO
 CEP. : 30 170 001 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
 E-MAIL : pma@mp.mg.gov.br

ANEXO VIII - Resposta da Procuradoria Geral do Município sobre ato normativo de instalação do IMACO

 PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
<p>Ofício GPGM n.º 309/2002</p> <p style="text-align: right;">  </p> <p style="text-align: center;">Belo Horizonte, 02 de julho de 2002</p> <p style="text-align: right;">  </p> <p>Digníssimo Promotor,</p> <p>Em atenção ao ofício n.º 1404/2001, que se reporta ao ofício IMACO/VC025/2001, informamos a V.Sa. que não consta nos arquivos desta PGM ato normativo que permitiu instalação do IMACO no interior do Parque Municipal Américo Renné Giannetti.</p> <p>Como os nossos protestos de estima e apreço.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p style="text-align: center;">  Marco Antônio de Rezende Teixeira Procurador Geral do Município </p> <p>Ilmo.Sr.Dr. Eduardo Nepomuceno de Souza MD. Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural Av. Álvares Cabral, 1881- Santo Agostinho CAPITAL</p>	

Fonte: Acervo do APCBH, 2000–2003.

ANEXO IX - Correspondência do Shopping Pátio Savassi à gerência do Parque



Fonte: Acervo do APCBH, 2003.

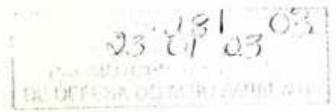
ANEXO X - Resposta da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano sobre transferência do Colégio IMACO


PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
RCI


 Belo Horizonte, 16 de janeiro de 2003.

Of. GEPH/ EXTER Nº 006/2003

Prezado Senhor:


 23.01.03

Em resposta a solicitação de V.Sa., vimos através deste, apresentar-lhe sugestão relacionada à transferência do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis – IMACO, para imóvel externo ao Parque Municipal Américo Renné Giannetti.

Entendemos que um estudo adequado de transferência do Instituto do local onde hoje se encontra, poderá indicar um local mais propício para o funcionamento do colégio, bem como um aproveitamento mais adequado da área pertencente ao Parque Municipal. Sugerimos então, como possíveis receptores desta instituição, os galpões localizados ao longo da Av. dos Andradas em frente ao Parque. Alguns deles são tombados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (Av. dos Andradas, 737 / Av. dos Andradas, 751 a 767 - esquina com R. Aquiles Lobo / Av. dos Andradas, 841 a 873 - esquina com R. Aquiles Lobo, 707 / Av. dos Andradas, 875 / Av. dos Andradas, 877) e todos são passíveis de reforma para adaptação a novos usos possuindo grande flexibilidade interna. O Projeto 4 Estações, projeto da Prefeitura de Belo Horizonte que pretende revitalizar a área da Praça da Estação, sugere usos relacionados a instituições de ensino, oficinas de formação profissional etc. para esses galpões pois, hoje, estão subutilizados e necessitam de um impulso para sua revitalização.

Além disso, a transferência desta instituição para um dos galpões mencionados poderá vir acompanhada de um projeto urbanístico que englobe o seu entorno imediato para promover a ligação com o parque sobre o Ribeirão Arrudas. Esta ligação possibilitaria a integração entre o Instituto e o Parque, facilitando possíveis trabalhos em conjunto, uma vez que a sede atual do IMACO poderia abrigar outro órgão municipal, de apoio a outras escolas e a toda a comunidade, para promoção de cursos e oficinas relacionadas à preservação cultural e ambiental da cidade.

Atenciosamente.


 Michele Abreu Arroyo – BM.70546-6
 Gerente de Patrimônio Histórico Urbano

Ilmo. Sr.
 Dr. Gustavo Mansur Balsamão
 Promotoria de Justiça de Defesa da Habitação e Urbanismo
 Ministério Público do Estado de Minas Gerais
 Rua Alvarenga Peixoto, 974 – 6º andar
 CAPITAL

AGU - 00101220

**ANEXO XI - Ofício da Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional
Centro Sul sobre transferência do Colégio IMACO**

PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

NCT

**SECRETARIA MUNICIPAL DA COORDENAÇÃO DE GESTÃO
REGIONAL CENTRO SUL**

OF/GAB-CS/EXTER 304/03

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2003.

587 103
JUL 3 03
DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Senhor Promotor,

Conforme solicitação contida no ofício nº 259/03, referente à transferência da Escola Municipal Imaco, para os galpões localizados ao longo da Av. Andradas, em frente ao Parque Municipal Américo René Giannetti, apresentamos abaixo os seguintes esclarecimentos:

- antes de nos manifestarmos sobre a executabilidade da sugestão, destacamos que compreendemos as preocupações do Sr. Lair Jorge de Oliveira, então Diretor do DP MAG, e com ele compartilhamos da idéia sobre a necessidade de retirar as instalações da Escola Municipal Imaco do interior do Parque Municipal Américo René Giannetti;
- em relação à transferência imediata da referida Escola para as adjacências do Parque, destacamos que, para 2003, essa unidade de ensino atende aproximadamente 4.000 (quatro mil) alunos, distribuídos em 100 (cem) turmas, nelas trabalhando mais de 150 (cento e cinquenta) educadores, com o apoio de 50 (cinquenta) funcionários, tendo autorização para o atendimento do 3º ciclo do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos Regular e Educação de Jovens e Adultos para surdos;
- qualquer alteração numa escola desse porte provoca inúmeras conseqüências, o que exige de nós todo o cuidado e atenção nas modificações a serem propostas, buscando evitar transtornos e prejuízos à comunidade escolar;
- além da preocupação com as dimensões dessa Escola, será necessário mobilizar recursos vultosos para as reformas e adaptações dos prédios indicados pela senhora Michele Abreu Arroyo;
- informamos que no ano de 2001, as instalações daquela escola foram integralmente reformadas, tendo recebido investimentos da ordem de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), aprovados pelo Orçamento Participativo;

Adm. 020011230

1040



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

6. quando os recursos adequados estiverem previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias da PBH, será necessário, ainda, um tempo para a elaboração do projeto, licitação da obra, e execução da mesma, para que se possa efetivar a transferência definitiva da Escola;

7. diante do exposto, envidaremos esforços para solucionar essa transferência o mais rápido possível, inclusive buscando outros espaços onde possamos instalar a Escola Municipal Imaco. Contudo, é preciso deixar claro que essa modificação demandará, em razão das considerações expostas, um prazo significativo para o efetivo alcance dos nossos objetivos.

Sem mais para o momento, estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos,

Atenciosamente,


Fernando Viana Cabral
Secretário Municipal da Coordenação de Gestão
Regional Centro – Sul

Exmo. Sr.
Gustavo Mansur Balsamão
Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo

ANEXO XII - Documento produzido pela direção do Parque Municipal que informa sobre o Programa Parque 21

 PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GPQA/EXTER-139-2003

Belo Horizonte, 10 de julho de 2003

REF.: Ofício 1079.03 ref. protocolo 29.448/00

Sr. Promotor,

Ao assumir a direção do Parque Municipal Américo René Gianneti e, como forma de criar um bom relacionamento entre as Instituições que aqui têm sede, convoquei a também direção do Colégio Imaco para criarmos uma agenda comum para situações emergenciais referente a inserção da Escola no interior do Parque, bem como para promovermos um diálogo aberto sobre as implicações em curto e médio prazos sobre aquela Unidade Educacional decorrentes do Programa Parque 21, Programa de Revitalização e Conservação do Parque Municipal.

Emergencialmente, consensamos com a direção da Escola a obrigatoriedade para os alunos do curso noturno apresentarem identificação para o ingresso no interior do Parque, já que constitui objeto de preocupação recebermos neste período, mais de 1.200 estudantes.

Informamos ainda que provocamos diversos encontros inclusive com o corpo docente da Escola, visando sensibiliza-los para uma ação integrada para proporcionarmos melhores condições de segurança para o corpo discente, bem como para resolvermos diversos pontos de conflito por nós constatados em decorrência da inserção do Imaco em uma Unidade de Conservação, tendo sido inclusive abordado nessas ocasiões, o interesse de capacitarmos os estudantes para agirem como monitores na área ambiental.

Esclarecemos também à direção do Colégio e ao corpo docente, a disposição da coordenação do Programa Parque 21 em aprofundar os debates, envolvendo a transferência do Educandário para outras instalações em área externa ao Parque Municipal.

Ressaltamos junto a eles porém, o compromisso desta Administração em proceder de forma clara, transparente e compartilhada esta questão.

Esclarecemos à época, assim como o fazemos agora junto a essa Promotoria, existem propostas no âmbito do Programa Parque 21 que, caso se consolide a transferência do Colégio Imaco para outro local, serão propostas novas destinações ao atual Próprio Municipal.

À
16ª Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo
Dr. Gustavo Mansur Balsamao
R. Alvarenga Peixoto, 974 6º andar
Bairro Santo Agostinho
CEP.: 3292.2678

AGU - 00101220

1000

Fonte: Acervo do APCBH, 2000–2003.

ANEXO XIII - Termo de Ajuste de Conduta firmado entre o MPMG e o Município de Belo Horizonte, tratando das atividades do Colégio IMACO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINUTA DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, de um lado, neste ato representado pelo Promotor de Justiça de Defesa da Habitação e Urbanismo da 16ª Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo de Belo Horizonte, Gustavo Mansur Balsamão, e de outro, o Município de Belo Horizonte, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e pelo Gerente do Parque Municipal Américo René Gianetti, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, e considerando:

- I. Que o Conjunto Paisagístico do Parque Municipal é um bem tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, nos termos do Decreto Estadual n.º 17.086 de 13 de março de 1975;
- II. Que as atividades desenvolvidas no IMACO – Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis, no turno da noite, com a presença de cerca de 1300 (mil e duzentos) alunos, têm causado significativo impacto ambiental e urbanístico ao Parque Municipal Américo René Gianetti, provocando danos a flora e fauna locais, bem como ao mobiliário urbano (pixações e depredações);
- III. Que a direção do IMACO não conseguiu resolver a contento a grave situação apresentada;
- IV. Que também há registro de número significativo de crimes contra a saúde pública, a pessoa, os costumes e o patrimônio público, notadamente no período noturno, entre outros motivos, pela falta da delimitação de um espaço de convivência na referida escola, o que pode redundar na responsabilização dos administradores públicos;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- V. Que o Programa Parque 21, que tem por escopo promover a revitalização do Parque Municipal Américo René Gianetti, propõe a retirada da Escola Municipal IMACO do interior do Parque devendo ser implantado no local um Centro de Referência da História Natural.
- VI. A responsabilidade penal de quem, de qualquer forma, concorre para a prática de crime ambiental, inclusive a pessoa jurídica e seus diretores, administradores, membros de conselho e de órgão técnico, auditores, gerentes, prepostos e mandatários (art. 2º da Lei Federal nº 9.605/1998);
- VII. A definição legal de poluidor como "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental" (art. 3º, IV, da Lei Federal nº 6.938/81);
- VIII. Ser função institucional do Ministério Público a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, inclusive a ordem urbanística (art. 129, III, da CR/1988, e art. 1º da Lei Federal nº 7.347/85, com redação dada pela Lei nº 10.257/01);
- IX. O disposto no art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347/85, com a redação dada pela Lei nº 8.078/90, que autoriza o Ministério Público a tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial;
- X. O interesse do Compromissário em atender as exigências legais e por conseguinte em celebrar o presente Termo;

Resolvem celebrar o presente **TÉRMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com força de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347/85, e art. 585, VII, do Código de Processo Civil, observadas as cláusulas e condições a seguir elencadas:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a regularização das atividades desenvolvidas pela Escola Municipal IMACO, adequando-as às normas de proteção ambiental e urbanística.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

- 1) Para atender o disposto na Cláusula Primeira, o Município se compromete, **no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias**, contados da assinatura do presente TAC, a:
 - 1.1) Encerrar as atividades do IMACO no turno da noite, transferindo-as para um local mais apropriado [cláusula a ser aperfeiçoada com a celebração de compromisso entre a UFMG e o Município].
 - 1.2) Promover a recuperação das áreas degradadas conforme diretrizes a serem fornecidas pela SMMAS;
 - 1.3) Implantar um espaço de convivência fechado para os alunos dos horários matutino e vespertino, nos limites da escola, de modo a não haver qualquer interferência com as áreas verdes do Parque;
 - 1.4) Exigir dos alunos o uso de uniforme e carteira de identificação escolar;
 - 1.5) Utilizar apenas uma Portaria para entrada e saída dos alunos.
 - 1.6) Apresentar Plano de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico aprovado e liberado pelo CBMMG para edificação Escola Municipal IMACO;
 - 1.7) Implantar área de recreação esportiva (onde???)
 - 1.8) Cumprir as obrigações e prazos constantes do presente instrumento assim como o disposto na Legislação Ambiental e Urbanística Municipal, Estadual e Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento das obrigações constantes deste termo será realizada por Técnicos do Ministério Público.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações descritas na Cláusula Segunda importará em multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a qual deverá ser revertida ao Fundo Estadual de Defesa Ambiental.

CLÁUSULA SEXTA – DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A celebração do presente Termo de Ajustamento de Conduta não impede o Ministério Público de prosseguir apurando os fatos e as responsabilidades civil, penal e administrativa, relativos a Procedimentos Administrativos ou Inquéritos Cíveis eventualmente instaurados, podendo tomar quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação do interesse público e/ou defesa de interesses difusos, ambientais e urbanísticos.

Parágrafo Único – O presente Termo não exime os Compromissários do cumprimento das obrigações estabelecidas em outros Termos de Ajustamento de Conduta firmados perante o Ministério Público ou outro órgão legítimo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, para dirimir eventuais questões oriundas do presente Termo de Compromisso.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

E, assim, por estarem devidamente compromissadas firmam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, de maio de 2004

Gustavo Mansur Balsamão
Promotor de Justiça

Eduardo de Castro Amorim
Técnico do MP

Secretário Municipal de Educação

René Vilela
Gerente do Parque Municipal Américo René Gianetti

ANEXO XIV - Justificativa contida no documento denominado "Retrato de Compromissos"

PARQUE MUNICIPAL MAIS PRESERVADO

JUSTIFICATIVA

O Parque Municipal Américo René Gianetti , sofreu intervenções em suas últimas reformas que cobriram parte de seus encantos naturais como riachos, corredeiras e pequenas cachatas. A intervenção mais apropriada para sua preservação seria a retirada de elementos predatórios ou indiferentes à natureza.

A manutenção de vários brinquedos eletrônicos - que nada têm em comum com interesses de preservação - dentro dos limites do parque Municipal leva a maioria das famílias, com o intuito somente de diversão, sobrecarregando o local com barulho, agitação e sujeira, perdendo-se o significado contemplativo, o histórico, de preservação e científicos.

Não bastasse mais ainda a sobrecarga de transeuntes a atravessar o Parque durante todo o dia; as pressões do Palácio das Artes na pretensão de avançar sobre seus espaços; a presença do Teatro Francisco Nunes - com a constante carga e descarga de cenários e equipamentos, há o do colégio IMACO cujas atividades ficam prejudicadas e ainda prejudicam a área de preservação.

Por outro lado, há espaços abandonados no centro da cidade que necessitam ser ocupados com atividades atraentes, como as áreas remanescentes da canalização do Rio Arrudas e da Construção do metrô, os terrenos próximos da casa da família Santa Marina e da Rodoviária, para onde poderão ser transferidos tanto as diversões eletrônicas quanto o Colégio IMACO, pois estes não necessitam estar dentro do Parque.

Pretendendo maior defesa para a unidade de conservação de grande significado histórico para BH, necessária como abrigo de pássaros e para atenuar a paisagem, o clima e o barulho do Centro Comercial da cidade, fazemos uma proposta de intervenção política e civil que mitigue os conflitos internos e amplie as atividades de preservação do Parque.

OBJETIVO

Disponibilizar os espaços do Parque Municipal Américo Renné Gianetti somente para usos preservacionistas, como para Educação Ambiental, pesquisas científicas e de jardinagem, contemplação, caminhadas e passeio.

COMO

Transferindo os brinquedos eletrônicos atualmente instalados no Parque Municipal para uma área central em abandono, cujo interesse da PBH seja ativar, possivelmente dentro do Projeto "Parque Linear do Arrudas";

O público usuário em geral é ordeiro, mas apresenta **comportamento pouco cuidadoso** com o gramado do Parque, a limpeza das vias e a integridade dos jardins e das árvores: fazem "trilhas carecas" no gramado, jogam lixo no chão (20 toneladas por final de semana), passam por entre cercas vivas, abrindo valas, e a juventude insiste em gravar seus nomes e mensagens de amor nos troncos.

Não bastasse o descuido por parte do usuário, o mesmo se dá devido ao comportamento de muitos dos trabalhadores no Parque, especialmente ambulantes, que a despeito de tirarem seu sustento do movimento social promovido pelo Parque, não se julgam no dever de cuidar do mesmo.

Transeuntes, usuários e trabalhadores no Parque, desmembram-se em diversas categorias, cuja maioria demonstra percepção ambiental e social abaixo do mínimo necessário, se considerarmos o nível de desintegração sócio-ambiental, devido ao desrespeito à natureza e aos esforços dos funcionários da PBH, que há muito vêm trabalhando a questão da limpeza e da preservação.

A ocupação dos espaços pelos equipamentos e, em consequência, pelo público é bastante irregular nos finais de semana, feriados, férias e dias festivos, exigindo intervenção racional, pois enquanto algumas áreas são pouco utilizadas, o público se acumula desde a Portaria dos Andradas até a região dos brinquedos gratuitos, em volta da Lagoa dos Barcos e entre a Rua da Bahia e a Escadaria da Afonso Pena, já quase que ultrapassando a capacidade de suporte. Durante a semana, a ocupação é regular, porém ficando algumas áreas desertas como a Mata da Avenida Carandai, as proximidades do Monumento à Mãe Mineira, o ponto de confluência das Avenida dos Andradas e Alameda Ezequiel Dias e outros recantos tranquilos, que, em vez de melhor aproveitados, favorecem a circulação e o uso de drogas e procedimentos que ferem o pudor público.

Dado à grande dimensão do Parque, à alta frequência populacional, as campanhas promovidas até então têm sido inexpressivas. O esforço de educação ambiental tem sido direcionado quase que só para escolares - que ocupa os poucos recursos humanos disponíveis - perdendo-se a oportunidade de reeducação de formadores de opinião que são usuários adultos e todo o fluxo de transeuntes.

Há outro aspecto a notar que é a descaracterização do Parque enquanto tal, pela presença de um colégio em seu interior com frequência de 4 000 alunos, de um parque de brinquedos eletrônico cujos usuários desconhecem a vida biológica em volta, a presença da Feira de Artesanato e pelo fato de o Parque ser passagem central na cidade, abrigando inclusive vias públicas e ainda por ser o único local no centro da cidade que oferece banheiros públicos durante toda a semana.

PROPOSTAS PARA SOLUÇÃO OU MITIGAÇÃO

- Realização de um projeto de socialização interna e integração com o meio;
- Implantação do projeto de sinalização, elaborado pelos técnicos,
- Realização de cursos, seminários, reuniões e mobilização geral em práticas pela

preservação coletiva;

- Realização de ações para o desenvolvimento geral da consciência de cidadania e gestão participativa e sócio-ambiental;
- Estimulo e apoio a criação de associações, grupos e ONGs no interior das e entre as categorias;
- Promoção de festas de integração entre as diversas categorias de pessoas relacionadas como o Parque;
- Desenvolvimento de campanhas de conscientização que atinjam os vários públicos;
- Realização de eventos de iniciativas de categorias integradas, em ação conjunta;
- Realização de eventos de grande monta, com participação de meios de comunicação;
- Realização de abordagens de grande monta, contando com recursos humanos de várias instituições, de modo a fazer-se notar por todos os usuários e transeuntes ao mesmo tempo;
- Seleção do material que entra no Parque, pois o lixo que vai no chão foi trazido para dentro dele, antes de ser usado;
- Realização de um estudo de suporte do Parque no total e por áreas;
- Criação de um local somente para os gatos, pois pessoas que os alimentam vêm fazendo trilhas no meio dos jardins; envolve-las na responsabilidade da preservação do Parque;
- Instalação de equipamentos em locais menos utilizados, tais como brinquedos gratuitos e equipamentos de ginástica;
- Mudança do IMACO para outra área, com posterior ocupação com atividade relacionada ao Parque em si;
- Campanha de equipamento e divulgação dos outros trinta parques de Belo Horizonte;
- Criação de banheiros públicos fora do Parque;
- Diminuir os brinquedos eletrônicos ou adequá-los aos objetivos do Parque.

Fonte: Acervo do APCBH, 1999–2002.

ANEXO XV - Parte de proposta contida no documento denominado "Retrato de Compromissos"

Proposta de projeto

“CENTRO DE REFERÊNCIA DA HISTÓRIA NATURAL”

APRESENTAÇÃO

A proposta na íntegra prevê um conjunto de ações diversificadas que dotará a Unidade de Conservação com uma estrutura funcional de atividades e ambientes para os diversos desejos populares e privados, considerando uma estrutura estética e ética, definida a partir dos anseios coletivos e públicos contemporâneos.

Assim será possível a criação de um complexo estruturado por espaços, sem edificações a serem propostos e já existentes, como o Largo do Sol, play ground, alamedas e outros; com edificações existentes como o Orquidário, o Auditório, os sanitários e outros, com enfoque principal na reforma do edifício ocupado pelo Colégio IMACO, dando-lhe opção de uma nova vida educacional, uma vez que a entidade de ensino apresenta-se aprisionada em um espaço livre de uso público, sem condições físicas, territoriais e de presumíveis danos pedagógicos. Quanto ao novo uso do edifício a ser proposto, este exigirá a redução da área edificada, com abertura de espaços para eventos recreativos, culturais e educacionais que se constituem na principal utilização pública do Parque.

O Centro de História Natural deverá ser uma instituição localizada no Centro de Belo Horizonte, de fácil acesso e que constitua referencial para a população de todas as classes sociais e níveis culturais, dispondo de informações sobre a História Natural do Meio e do Homem, desde os primórdios até nossos dias, numa atuação marcante, atraente e atualizadora de uma visão integrada de mundo, bem como dispor de espaços para exposições das culturas brasileiras.

O espaço ideal é o Parque Municipal Américo René Giannetti, pois democratizariamos a informação para 600.000 transeuntes e usuários por mês, além de se tratar de uma área natural que permitiria integrar-se espaço interno e externo em eventos e exposições, bem como exemplos vivos para experimentação e comparações. Contudo, dada à condição de tombamento do Parque e ao interesse geral em se manter o máximo de área verde, evitando-se novas construções, seria justo que lançássemos

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

O COLÉGIO IMACO

O Colégio IMACO deveria ser um Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis, implantado sob a orientação filosófico-pedagógica do período, qual seja a de prestar participação cívica e apoio às atividades urbanas, porém já se encontra descaracterizado não havendo mais em sua grade escolar as matérias que o fundamentavam., assim como a localização de colégios em parques urbanos caiu em desuso, visto o crescimento das populações e a mudança das características de ambas as instituições.

Hoje, são tantos os desencontros entre as duas unidades urbanas que o colégio IMACO, impossibilitado de expandir sua área civil, devido ao interesse em se manter o máximo de áreas verdes nos parques e tendo de corresponder ao número crescente de alunos, tentou crescer para dentro, tornando-se muito compartimentado tanto do ponto de vista arquitetônico quanto do ponto de vista educacional.

O prédio, ocupado pelo IMACO, construção de 5 000m², além de ocupar uma área significativa do Parque Municipal, quebrando a harmonia da paisagem, não dispõe de ambientes adequados à educação e formação de cidadãos. No dizer de alguns de seus usuários, o prédio é um labirinto ou que "o colégio se localiza em um paraíso, mas trata-se de um inferno".

Muitas vezes houve tentativas frustradas de retirada do colégio de dentro dos limites do Parque, no entanto não se compreende a resistência, pois as duas instituições são funcionalmente conflitantes, ocasionando impactos negativos para ambas, até hoje incontornáveis, conforme assinalado pelo IMACO na carta anexa.

Pelas questões expostas, nosso parecer é que o colégio IMACO, havendo cumprido com honras as funções para o qual foi criado, venha merecer reconhecimento na ocupação de um espaço digno e adequado que lhe dê oportunidade de uma vida propícia a educação e formação de cidadãos.

Equipe Administrativa e Técnica
GPQA – SMMAS – SCOMURB - PBH

Fundamentação e texto de
Marieta e Ana Beltrão